



Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Stricto Sensu em Comunicação Social

**MARCHA DAS MARGARIDAS:
IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO DISCURSO
DO CORREIO BRAZILIENSE**

Autora: Angélica Cordova Machado Miletto

Orientadora: Dra. Liliane Maria Macedo Machado

Brasília - DF

2011

ANGÉLICA CORDOVA MACHADO MILETTO

**MARCHA DAS MARGARIDAS: IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
NO DISCURSO DO CORREIO BRAZILIENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação *Stricto Sensu* em Comunicação Social da Universidade Católica de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Orientadora: Dra. Liliane Maria Macedo Machado

**Brasília
2011**

Aos meus: antecessores (pais), sucessores (Laura e Inácio) e companheiro (Enrico), grandes amores que abdicaram tantos momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Liliane Machado, pelas indicações de leituras, discussões frutíferas e sua fundamental e preciosa leitura.

A toda a minha família – marido, filhos, pai, mãe, sogros, irmão, cunhados – pelo apoio, paciência, confiança, carinho e torcida. Sem vocês não teria conseguido.

Aos professores do mestrado, pelas indicações bibliográficas, reflexões e incentivo. Agradeço em especial à Elen Geraldês, além de professora, uma amiga, sem a qual não cumpriria essa fase em minha trajetória acadêmica. Obrigada pelo incentivo.

Ao prof. Alexandre Kieling pelas conversas metodológicas, sugestões bibliográficas e conversas encorajantes.

À Susane Rodrigues pela disponibilidade de ler este trabalho e participar da banca de defesa.

À Tânia Navarro pela participação na banca de qualificação e sugestões dadas a este estudo.

Aos colegas de trabalho da direção do curso pelo apoio, incentivo, conversas e trocas. Agradeço em especial ao André, chefe e amigo, grande incentivador que possibilitou condições para a finalização deste trabalho. Agradeço também aos colegas professores pelas conversas, injeções de ânimo e ombros amigos com os quais pude contar nessa trajetória.

Aos amigos que me apoiaram de diversas formas, meu carinho e gratidão: Letícia Sousa, Gustavo Cunha, Kelly Kareline, e tantos outros.

RESUMO

Referência: MILETTO, Angélica Cordova Machado. **Marcha das Margaridas**: imaginário e representações sociais no discurso do Correio Braziliense. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2011.

Esta dissertação busca compreender a Marcha das Margaridas como acontecimento noticioso. Para isso, sustentadas pelas reflexões da corrente teórica do *Newsmaking*, observamos os valores-notícia que compuseram a noticiabilidade dessa manifestação feminista para que esta fosse pautada pelo Correio Braziliense entre os anos 2000 e 2007. Para analisar o *corpus* de 13 ocorrências noticiosas publicadas pelo jornal, selecionamos como estratégia teórico-metodológica a Análise do Discurso da Vertente Francesa, observando as representações sócias presentes no imaginário acerca das mulheres do campo. Tomando o discurso como palavra em movimento que manifesta sentidos na linguagem, observamos as seguintes representações sociais acerca das mulheres e da população rural: da mulher cumpridora de seu papel no espaço doméstico, como mãe e esposa; da mulher como sujeito incompleto que sempre precisa de um referente masculino para plenitude; da mulher-problema. A cobertura do jornal em questão mostrou-se superficial e insuficiente para contemplar a complexidade da Marcha das Margaridas.

Palavras-chave: Representações Sociais; Imaginário; Análise do Discurso; Estudos feministas e de gênero; Marcha das Margaridas; Correio Braziliense.

ABSTRACT

This essay aims to understand the Daisies' March as event news. To do so, supported by the Newsmaking theoretical reflections, we observed the news values that composed the news of this feminist manifestation for which it was guided by *Correio Braziliense* between 2000 and 2007. To analyze the *corpus* of 13 news published on the paper, we have selected as theoretical-methodological strategy the French discourse analysis, observing the partners representation present in the imaginary on the field women. Taking the speech as word in movement that manifests meanings in language, we have noted the following social representations about women and the rural population: of the women fulfilling its role in the domestic sphere, as wife and mother, of the woman as unfinished subject that always needs a referring male for fullness; of the woman-problem. The coverage of the newspaper in question proved to be superficial and insufficient to contemplate the complexity of the Daisies' March

Keywords: Social representations; Imaginary; Discourse analysis; Feminist and gender studies; Daisies' March; *Correio Braziliense*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 CAMPO EM MOVIMENTO	15
1.1 REFORMA AGRÁRIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS: MOTIVAÇÃO INICIAL, QUESTÃO TRANSVERSAL	16
1.1.1 Reabertura política, movimentos sociais e reforma agrária	19
1.2 QUASE INVISÍVEIS	21
1.2.1 Perspectivas de gênero no meio rural.....	26
1.2.2 Maria ninguém	28
1.2.3 Educação e êxodo rural	31
1.3 MULHERES EM MARCHA	33
2 A MARCHA DAS MARGARIDAS É NOTÍCIA? REFLEXÕES ACERCA DO DISCURSO JORNALÍSTICO	37
2.1 ACONTECIMENTO E NOTICIABILIDADE	37
2.2 VALORES-NOTÍCIA E A MARCHA DAS MARGARIDAS	39
2.2.1 Marcha das Margaridas, um acontecimento noticioso	42
2.3 NOTÍCIAS COMO DISCURSO	44
2.4 RITUAIS ESTRATÉGICOS DE OBJETIVIDADE	47
2.5 CAMPO TEÓRICO	49
2.5.1 Teoria interacionista.....	51
2.6 A COBERTURA DO CORREIO BRAZILIENSE ACERCA DA MARCHA DAS MARGARIDAS.....	53
2.6.1 Correio Braziliense: jornal de referência regional	55
2.6.2 Reformas	58
2.6.3 Perfil de leitores	60
2.6.4 Organização do jornal	60
3 MARCHA DAS MARGARIDAS NO DISCURSO JORNALÍSTICO.....	63
3.1 DEFINIÇÃO DE DISCURSO.....	63
3.3 JORNAL COMO CENA ENUNCIATIVA.....	74
3.4 HETEROGENEIDADE DO DISCURSO	77
3.4.1 Discurso relatado.....	78

3.4.2 Seleção de fontes	80
3.5 SUPERFÍCIE DISCURSIVA: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS.....	83
3.5.1 Pessoa e não pessoa.....	84
3.5.2 Tempos verbais	84
3.6 CONJUNTO DA OBRA: O JORNAL E SEUS ELEMENTOS SUPRATEXTUAIS...	85
4 MARGARIDAS SÃO NOTÍCIA: VALORES-NOTÍCIA, CONSTRUÇÕES E ENUNCIADOS	89
4.1 I MARCHA DAS MARGARIDAS.....	90
4.1.1 Margaridas em flor	90
4.1.2 “Mulheres lutam por direitos iguais”	93
4.1.3 Mulheres têm comando do campo	101
4.1.4 Marcha das Margaridas	108
4.2 II MARCHA DAS MARGARIDAS	115
4.2.1 Chuva piora trânsito	116
4.3 III MARCHA DAS MARGARIDAS	119
4.3.1 Mulheres contra a violência	121
4.3.2 Margarida vai às compras	127
4.3.3 A frase que foi pronunciada	131
4.3.4 Organização do trânsito em passeatas	133
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
FONTES	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139

INTRODUÇÃO

O início do jornalismo remonta a uma época na Europa em que a urbanização era crescente e a necessidade de socializar informações de interesses comerciais era crucial. Os jornais também contemplavam assuntos políticos e elementos do cotidiano e da vida de pessoas notáveis dentro da região em que eram produzidos. No Brasil, a imprensa se fortaleceu no século XIX, um momento em que a urbanização também crescia. O jornalismo se consolidou, portanto, num ambiente urbano e é, dessa forma, uma atividade crucial nesse espaço.

O jornalismo foi assim, desde o século XVII, moldando sua forma, seus assuntos de interesse e definindo quais acontecimentos seriam notícia. No século XX, essas características que as ocorrências deveriam possuir para serem promovidas à notícia foram convencionadas de valores-notícia. Um desses valores é a proximidade da temática com o local em que é publicada (seja ela geográfica ou cultural) e o impacto que esta informação trará ao público receptor. Os temas mais próximos dos sistemas simbólicos urbanos, portanto, são mais frequentes nas publicações midiáticas de grande circulação.

A percepção desses temas parte de referenciais simbólicos partilhados pelas sociedades em que se manifestam e, principalmente, percebidos, como nomeia Traquina (2008), pela comunidade interpretativa jornalística como relevantes. Uma linha teórica do jornalismo postula que para que algo adquira existência pública é preciso que seja tratado pelos veículos midiáticos. Dessa forma, esses assuntos seriam agendados no repertório do público receptor e, também, da própria mídia, numa espécie de retroalimentação.

A sociedade permeia suas percepções a partir de referenciais urbanos, masculinos e brancos. Esses padrões pautam toda a construção simbólica de determinado local, inclusive, as temáticas midiáticas. Nesse sentido, partimos da premissa que temas ligados a mulheres e a realidade rural são pautados pelos veículos midiáticos com pouca frequência. E quando tratados, como o são? Provavelmente, a abordagem que se faz sobre as mulheres pode ser observada a partir das reflexões da Teoria das Representações Sociais. Para tentar compreender essa problemática, selecionamos como objeto de estudo as ocorrências jornalísticas no jornal **Correio Braziliense** da manifestação feminista rural **Marcha das**

Margaridas, por acreditar que a manifestação atenderia a vários critérios de noticiabilidade, que é:

[...] a existência de valores-notícia que os membros da tribo jornalística partilham de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, de possuir valor como notícia. Assim os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo 'valor-notícia' (*'newsworthiness'*). (TRAQUINA, 2008, p. 63).

A **Marcha das Margaridas** é promovida por mulheres do campo e da floresta, assentadas da reforma agrária, proprietárias de pequenas terras, quebradeiras de coco, pescadoras, ribeirinhas, extrativistas, que pertencem à categoria da agricultura familiar. A Marcha é promovida pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag) em parceria com outras organizações sociais e representações sindicais feministas nacionais e internacionais, com uma periodicidade média de três anos. Fizemos o recorte temporal dos anos 2000 e 2007, por compreenderem as três primeiras edições da Marcha.

Avaliamos que a **Marcha das Margaridas** responde aos critérios de noticiabilidade, por isso, supomos que a temática foi pautada pelo **Correio Braziliense**. Mas temos a impressão que isso se deu de forma superficial e insuficiente para que fosse contemplada a complexidade da manifestação feminista pelo discurso do **Correio**. Por isso, decidimos verificar, de forma sistemática, se tal situação ocorre de fato. Propomos, portanto, que as mídias, nesse caso aqui representada pelo **Correio Braziliense**, silencia as questões vivenciadas pelas trabalhadoras rurais.

Percebendo o discurso jornalístico como uma construção, conforme propõem as reflexões teóricas do *Newsmaking*, a mídia é na contemporaneidade, um *locus* privilegiado para a manifestação do imaginário social, conforme propõe Navarro-Swain:

No caso da história do tempo presente, as fontes para o estudo do imaginário estão estreitamente ligadas aos meios de comunicação, TV, cinema, jornais, revistas etc. De forma geral, a música, o teatro, os mitos, as lendas, os contos de fada, a literatura em geral, pintura, escultura, são expressões precípuas do imaginário social [...] (NAVARRO-SWAIN, 1997)

Buscamos compreender, por meio das representações presentes no discurso jornalístico do **Correio Braziliense**, o imaginário social urbano acerca das mulheres rurais, por meio da temática da **Marcha das Margaridas**. Abordamos a noção de representação articulada na Teoria das Representações Sociais, que entende as representações como um

processo complexo e necessário no contexto social. Por meio das representações sociais nomeia-se e definem-se conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária.

A observação das representações sociais é algo natural em múltiplas ocasiões. Elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais” (JODELET, 2001, p. 17)

As representações das mulheres, como propõem muitas autoras feministas – Navarro-Swain (1997/2004/2007/2009), Louro (1997), Scott (1988), Forsyth (2003), entre outras – partem de referenciais masculinos. As representações das mulheres são orientadas, portanto, num padrão binário em razão de seu suposto complementar: o homem. As representações acerca do meio rural também seguem um padrão binário: são formadas a partir do referencial urbano. As representações sociais, como dissemos, ajudam a nomear, por isso, possuem um caráter de amálgama social e auxiliam no processo de reconhecimento de situações novas à medida que aproximam e nomeiam por meio de percepções prévias.

Comparar e dar nome são estratégias comuns no discurso jornalístico, que tem entre seus valores-notícia de construção o da simplificação. Ao simplificar temas muitas vezes considerados complexos, a mídia procura aproximar os assuntos pautados ao repertório simbólico de seus receptores e assume, assim, como propõe Charaudeau (2009), um caráter didático.

Dentro desse contexto, será que as matérias jornalísticas publicadas no **Correio Braziliense** entre os anos 2000 e 2007 utilizaram a estratégia de evocar representações sociais para tratar da **Marcha das Margaridas**? Se sim, quais foram essas representações? Seria possível perceber um interdiscurso nelas? O interdiscurso é a relação de um discurso com outros discursos. Apoiar-se na memória apagando discursos anteriores e incorporando-os como legítimos.

Compreender as representações sociais que se manifestam na linguagem é uma questão fulcral para que a sociedade avance em direção à tolerância e ao respeito às diversidades. Muitas vezes repetimos essas representações acerca das mulheres, de localizações geográficas, de grupos étnicos diferentes dos nossos de forma automática e não nos damos conta que, ao agirmos assim, evocamos imagens que se cristalizaram através dos tempos, mas que, nem por isso, significa que sejam adequadas. São muitas vezes reducionistas e, por isso, preconceituosas.

Ao tomar consciência do assujeitamento a que estamos submetidos sobre representações, desempenhos de papéis e supostas condições de hierarquia, cria-se uma condição de possibilidade para que se avalie a continuidade e a insistência da reprodução de determinada sociedade. Questionar representações arraigadas no imaginário é fundamental para que se caminhe em busca de uma sociedade mais justa e tolerante.

Começamos a perceber que haveria uma incongruência de expectativas manifesta no discurso jornalístico quando trabalhei na assessoria de comunicação social da Contag. Essa incongruência de dava em dois níveis: havia um baixo retorno das sugestões de pauta enviada às redações e, quando a pauta rompia a barreira do *gatekeeper*¹, havia uma frustração por parte dos dirigentes rurais pela maneira com que as notícias e reportagens eram construídas.

Tal situação me instigava: o que ocorria? Por que os jornalistas não conseguiam adentrar àquele mundo rural de maneira que suas produções conseguissem refletir às expectativas de tornar pública as ações promovidas por trabalhadores rurais e de seus representantes sociais e sindicais. Enquanto trabalhei na Contag, essas perguntas me rondavam. Por isso, decidi pesquisá-las nessa dissertação a fim de compreender melhor como se dá a construção jornalística e por que, muitas vezes, há uma frustração de expectativa por parte das fontes?

Na Contag notamos que essas frustrações de enquadramento e abordagem linguística eram mais comuns quando se tratava de assuntos relacionados a gênero e geração. Searas onde fervilham a criação de representações sociais, afinal, elas existem para nomear o diferente. O que é o diferente? Tudo aquilo que não parte da representação do padrão de homem, ou seja, masculino, adulto, urbano e branco.

Essas ausências e representações mencionadas ficaram evidentes para mim na época da III Marcha das Margaridas. Na assessoria de comunicação da Contag, tivemos a oportunidade de participar do evento, de sua divulgação e cobertura para os veículos internos de comunicação da confederação. Vivenciamos a amplitude do evento e a dimensão que ele adquiriu na vida de milhares de mulheres do campo, que até alguns anos tinham poucas oportunidades de se unir para refletir sobre suas condições de vida e dar visibilidade às suas necessidades.

¹ *Gatekeeping* é uma das correntes teóricas do jornalismo surgida em meados do século XX. Essa perspectiva teórica reflete sobre os processos que fazem com que um acontecimento se torne notícia. As considerações dessa perspectiva podem ser exemplificadas pela atuação de filtragem de editores e repórteres.

Como o ápice desta manifestação feminista ocorre em Brasília, selecionamos o diário mais representativo da cidade, o **Correio Braziliense**, por acreditar que, especialmente pelo valor-notícia da proximidade, o jornal daria relevo à manifestação. Fizemos a seleção do *corpus* de análise através da ferramenta de busca do jornal, disponível em seu sítio eletrônico², que dispõe do acervo de suas edições impressas desde a década de 1990. Na página da busca, colocamos o termo Marcha das Margaridas para buscar as ocorrências compreendidas entre os dias 01 de janeiro de 2000 e 31 de dezembro de 2007.

Foram encontradas 14 ocorrências que citavam a manifestação feminista rural. Contudo, excluímos do *corpus* de análise a reportagem “Marcas de batom”, publicada no ano de 2005’, por não tratar da Marcha das Margaridas em si, mas de um livro de fotografias sobre movimentos de mulheres. A Marcha das Margaridas aparece apenas em uma das fotos que ilustra a matéria, mas não é abordada. Por isso, avaliamos que seria melhor excluí-la, pois fugiria a nossa proposta de trabalho. Dessa forma, avaliamos 13 ocorrências jornalísticas do jornal

Para responder a essas questões levantadas até agora, observaremos o *corpus* de análise à luz da Análise do Discurso da Vertente Francesa (ADF), orientadas por autores como Maingueneau (1997/2001/2008), Charaudeau (2001/2009), Foucault (2007) e Orlandi (1997/2001/2007). Compreendemos o discurso como palavra em movimento, localizada em um período sócio histórico determinado.

a análise de discurso não pretende se instituir como especialista da interpretação, dominando ‘o’ sentido dos textos; apenas pretende construir procedimento que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito [...]. O desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado com pretensão universal (MAINGUENEAU, 1997, p. 11).

Por isso, o discurso, seja ele de qualquer natureza ou instituição, possui representações sociais presentes no imaginário. Sendo assim, a Análise do Discurso é a estratégia teórico-metodológica mais adequada para responder às questões levantadas por este estudo. A AD busca compreender as articulações semânticas dos textos dentro de um contexto sócio histórico cultural. Nesse sentido dá aporte para estudarmos as nuances discursivas que podem evidenciar a presença de representações sociais presentes no imaginário acerca das mulheres rurais.

² www.correiobrasiliense.com.br

Para refletir sobre essas questões fazemos, no capítulo I, um retrospecto do histórico de luta dos trabalhadores rurais, com foco na atuação das mulheres a partir da década de 1980. Demarcamos o posicionamento da agricultura familiar no Brasil frente a agricultura patronal. Fazemos um contraponto entre as políticas de investimento nos dois setores e procuramos destacar as vivências das mulheres dentro desses contextos. Para falar da organização das mulheres enquanto categoria organizada mobilizamos reflexões dos estudos feministas e destacamos a atuação de algumas mulheres que inspiram as trabalhadoras rurais. Por fim, tratamos do desenvolvimento da **Marcha das Margaridas**.

No segundo capítulo, considerando que a Marcha das Margaridas é uma ocorrência que possui critérios de noticiabilidade, ou seja, é um acontecimento midiático, abordamos algumas teorias do jornalismo para contextualizar sua aplicação no nosso objeto de pesquisa. Compreendemos o processo de produção de notícias como uma construção. Fazemos essa reflexão à luz da abordagem do *Newsmaking*, especialmente pela proposição interacionista de Traquina (2005). Além disso, explicamos a seleção do **Correio Braziliense** como veículo para análise e traçamos um breve retrospecto do histórico do jornal.

No terceiro capítulo, tratamos da teoria das Representações Sociais e suas implicações com o imaginário. Relacionamos essas reflexões teóricas com o nosso objeto de estudo. Explicamos a estratégia teórico-metodológica eleita para estudar o *corpus* de análise: Análise de Discurso da Vertente Francesa (AD). Explicitamos alguns conceitos trabalhados na AD e suas interfaces com nosso objeto. Refletimos sobre a seleção de fontes e as estratégias formais utilizadas pelo jornalismo para construir seus enunciados. Já nesse capítulo iniciamos as primeiras análises sobre essas duas categorias.

No quarto capítulo, fazemos as análises de cada um dos elementos jornalísticos que compõem o *corpus*. Refletimos quais valores-notícia entraram em cena para a construção de cada uma das matérias que trataram da **Marcha das Margaridas**. Além disso, buscamos identificar quais representações sociais foram evocadas para redação das notas, reportagens, crônica e carta. Relacionamos essas reflexões com os elementos de edição do jornalismo e suas estruturações para a composição de todo o discurso, formado por elementos gráficos, imagéticos e textuais.

1 CAMPO EM MOVIMENTO

Neste capítulo, faremos um breve retrospecto da trajetória de luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais brasileiros. Vamos nos concentrar no levantamento da situação das mulheres relativas ao trabalho, remuneração, migração, acesso a direitos civis e protagonismo político nos últimos 30 anos – período que coincide com a reestruturação do movimento sindical rural e a organização do movimento das mulheres. Trazemos algumas noções dos estudos feministas para refletir sobre o processo de ocupação do espaço público, bem como sobre a estruturação de grupos de mulheres como categoria organizada. Para isso, dialogamos com autoras como Joan Scott (1988, 1992), Navarro-Swain (2004, 2009) e Guacira Lopes Louro (1997).

A historiografia do Brasil revela que o país foi construído com fortes bases agrárias. Do ponto de vista econômico, político, social e cultural o meio rural teve (e ainda tem) importância singular na configuração da sociedade brasileira. Mas, para falar do Brasil rural, é preciso demarcar de que rural estamos falando. Isso porque, existe um modelo dicotômico de agricultura: a chamada patronal e a familiar. É sobre essa segunda categoria que este estudo pretende concentrar-se.

Essa categoria expressa a diversidade de um país com dimensões continentais. Nesse grupo incluem-se meeiros; posseiros; assentados da reforma agrária; pescadores; ribeirinhos; quilombolas, entre outros. Muitos deles são remanescentes quilombolas, outros com fortes raízes indígenas. Para delimitar o grupo de agricultores familiares são levadas em consideração tanto relações familiares produtivas quanto as características econômico-sociais, inclusive o tamanho da propriedade. Há diferentes interpretações da categorização entre estudiosos, entre programas de governo e mesmo entre as próprias organizações sociais e sindicais representantes do segmento rural. Neves (1997, p. 21) pondera acerca da dificuldade em classificar os trabalhadores e trabalhadoras rurais, enfim, a agricultura familiar, diante das diversas possibilidades de arranjos possíveis. Sobre a categorização a autora observa:

Desde que não se desconsidere que as relações a que os produtores se integram absorvem desdobramentos múltiplos, o entendimento das diversas relações possíveis com o mercado de trabalho – de compra e venda – pode permitir a compreensão das condições em que eles articulam tais fatores para ordenarem e objetivarem o projeto

de vida familiar. Neste domínio podem estar em jogo várias dimensões da vida social: um modo de viver e trabalhar viabilizador, inclusive, das possibilidades de reflexões comparativas das inserções possíveis; um modo de construção e difusão de saber importante para a reelaboração das representações sobre o passado e até da negação do mundo anterior; formas de comunicação, aumento de informações, interseccionamento de domínios sociais e expansão de redes verticais e horizontais de relações de sociabilidade. (NEVES, 1997, p. 21)

De todo modo, a agricultura familiar é um dos vértices do modelo em que se configura o meio rural brasileiro, formado também pela agricultura patronal, que se fortaleceu com o agronegócio. Historicamente, o agronegócio foi o carro-chefe da economia nacional e durante a segunda metade do século XX se fortaleceu e projetou para o mercado externo. O governo, por muito tempo, como veremos neste capítulo, privilegiou investimentos e incentivos à agricultura patronal, em detrimento da grande maioria da população rural, composta pelos trabalhadores. É precisamente desses trabalhadores e trabalhadoras que trataremos neste trabalho, uma vez que são eles, mais precisamente, elas que promovem a **Marcha das Margaridas**, objeto de estudo desta dissertação.

1.1 REFORMA AGRÁRIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS: MOTIVAÇÃO INICIAL, QUESTÃO TRANSVERSAL

Durante parte do século XX, as medidas políticas e econômicas adotadas no país privilegiaram a agricultura patronal. Nos anos de 1950 e 1960, porém, a agricultura brasileira era vista como estagnada, incapaz de suprir as demandas alimentares da sociedade brasileira, que se encontrava num processo crescente de industrialização. Em resposta a isso, o governo começou a financiar o aparelhamento tecnológico do campo. A produção agrícola foi fortalecida no contexto econômico nacional e ganhou destaque no mercado internacional.

A distribuição de terras continuava concentrada nas mãos de poucos fazendeiros e um enorme contingente de trabalhadores pouco qualificados se via sem opções de emprego e em condições subumanas de vida. Isso destacava a emergência de se realizar uma reforma agrária no País. Nessa época, o meio rural contava com uma classe trabalhadora de baixa qualificação e empregava pouquíssima tecnologia na produção.

Foi nesse período que tensões no campo ficaram mais evidentes. Como resultado de relações trabalhistas precárias, foram organizadas as Ligas Camponesas. As primeiras foram em Goiás (Orizona) e em Minas Gerais (Triângulo Mineiro). Porém, as que ganharam mais destaque foram as Ligas Nordestinas da Paraíba (Liga de Sapé) e de Pernambuco. Os trabalhadores lutavam contra o monopólio das terras no campo e a exploração da mão de obra. Ainda na década de 1960, as ligas vão dar origem ao movimento sindical no campo.

É a partir da década de 1960 em diante, num contexto político bastante rígido no Brasil e seu processo consequente de abertura democrática, que inúmeras organizações e movimentos sociais de base ressurgem e surgem, tanto no meio urbano quanto no meio rural. O período anterior ao regime militar é caracterizado por organizações sindicais, [...], os sindicatos de trabalhadores rurais na sua grande maioria composto por uma base de trabalhadores assalariados rurais. (PASTORE, 2009, p. 3-4)

Nesse período, no plano internacional, ganha destaque a situação a que Delgado (2005) chama de “questão agrária”. A Aliança para o Progresso, assinada no início da década de 1960, entre Estados Unidos e países latino-americanos, assegurava apoio financeiro dos EUA aos países da região comprometidos em fazer reformas socioeconômicas básicas, entre elas a agrária. A expectativa norte-americana era criar um campo fértil para o processo de industrialização crescente no continente e a criação de um mercado interno promissor.

Foram apresentados argumentos econômicos de peso para justificar a reforma agrária neste período [...]. Os índices de crescimento populacional eram altos na região, enquanto a terra, concentrada em grandes propriedades ou latifúndios, era subutilizada e usada de modo insuficiente. Esperava-se que a distribuição de terra aos sem-terra e desempregados resultasse na terra sendo usada mais intensivamente, levando a maiores índices de crescimento da agricultura e as rendas rurais mais altas. [...] Além disso, a estrutura de posse de terra latifúndio-minifúndio passou a ser considerada um entrave ao desenvolvimento industrial. Desde a década de 1950, a maioria dos países latino-americanos já procurava à industrialização de substituição de importação, que, para que fosse viável exigia mercados internos em expansão. Esperava-se que a reforma agrária proporcionasse não apenas um suprimento expandido para os centros urbanos, e, desta forma, um modo de manter salários reais baixos, mas também, através das rendas mais altas, que os camponeses proprietários de terras gerariam um mercado maior para o esforço de industrialização. A reforma agrária era vista, portanto, como veículo ideal para promover índices mais altos de crescimento econômico, assim como igualdade, justiça social e governos mais estáveis (DEERE; LEON, 2002, p. 100-101).

O Brasil foi signatário da Aliança para o Progresso, o que não significou a realização de um amplo processo de reforma agrária. Como resposta, ao tratado internacional e as aspirações de países parceiros, como os Estados Unidos, o governo promulgou – já durante o período militar – o Estatuto da Terra. Porém, as iniciativas desse período visavam mais a expansão das fronteiras agrícolas do que a distribuição social das terras. Dessa forma, foram distribuídas muitas terras que pertenciam ao governo na região Norte do país para

trabalhadores que não tinham terras ou para os que tinham em número insuficiente para trabalhar.

O movimento sindical rural, que se formou nos primeiros anos da década de 1960, passou por intervenções do governo durante os anos do regime militar. No intuito de abrandar as demandas de trabalhadores (as) rurais e também de cooptar o movimento sindical, o governo criou alguns programas pontuais voltados para esse segmento: PIN, Proterra, Funrural³ (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 45). Com isso, houve a tentativa de silenciar as tensões existentes nesses espaços. Por outro lado, o agronegócio se fortaleceu e adquiriu grande importância na economia brasileira.

As questões postas no debate agrário ficam inteiramente dominadas pela agenda oficial, que promove uma aparente metamorfose da 'questão agrária', procurando fazer crescer a produção e a produtividade do setor agrícola, puxadas pela demanda urbana e pela demanda externa em processo de acelerado crescimento. (DELGADO, 2005, p. 58).

Esses fatores possivelmente tiveram impacto no imaginário social, que passou a ver no pequeno produtor o símbolo do atraso econômico. Nesse contexto, o êxodo rural da classe trabalhadora do campo se intensificou rumo às cidades, engrossando os bolsões de pobreza nos centros urbanos. O grande êxodo rural fez com que a distribuição geográfica da população brasileira se invertesse. Em 1940, 70% dos brasileiros viviam no campo, segundo dados do IBGE⁴. Atualmente, porém, apenas 20% dos habitantes são considerados rurais. Delgado (2005, p.70) pondera, entretanto, que, se somada a população dos pequenos municípios (com até 20 mil habitantes), 35% da população brasileira é rural.

A partir da década de 1990 alguns autores (ABRAMOVAY, 2000; MELO & DI SABATTO, 2006) apontam que se iniciou um processo de masculinização do campo. Isso porque, há uma migração maior de mulheres rumo aos centros urbanos. O pouco reconhecimento do trabalho produtivo feminino no campo, maiores oportunidades de estudo para algumas mulheres e uma cultura patriarcal que ainda é forte (temas discutidos mais adiante neste capítulo) são, em nossa opinião, hipóteses que explicam a existência desse processo.

³ PIN (Programa de Integração Nacional); Proterra (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste); Prorural (Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural).

⁴ IBGE. Tendências demográficas no período de 1940/2000. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/comentarios.pdf>, acesso em: set. de 2009.

1.1.1 Reabertura política, movimentos sociais e reforma agrária

Com a reabertura política na década de 1980, novas reivindicações sociais ganharam voz. Vários movimentos sociais surgiram ou se reorganizaram, como o caso do movimento dos trabalhadores rurais, dos negros, dos indígenas, dos homossexuais, e também das mulheres. Nessa época, nasce o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag) também coloca em sua agenda o tema da reforma agrária como prioritário. Como resposta, o governo Sarney edita, em 1985, o I Plano Nacional de Reforma Agrária e cria o Ministério de Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrário. Mas isso, não significou que a reforma agrária se efetivou:

A oligarquia proprietária de terras organizou-se rapidamente na oposição, e o PNRA-NR foi reescrito 12 vezes antes de se tornar lei em Outubro de 1985. Os debates sobre o PRNA-NR se tornaram parte da elaboração da nova constituição do Brasil, aprovada em 1988. O *lobby* dos proprietários de terra mais uma vez conseguiu assegurar que as disposições de reforma agrária fossem diluídas e deixadas vagas. Neste contexto, foi feito pouco progresso no final da década de 1980 em termos de reforma agrária (SUÁREZ; LIBARDONI, 1992, p. 110, apud DEERE; LEON, 2002, p. 130)

Mais uma vez, a possibilidade de reforma se viu oprimida pela força dos grandes proprietários de terra, que tinham representantes eloquentes no Congresso Nacional e no governo. Com isso, a reforma agrária pouco avançou. O Brasil continuou com o foco no agronegócio, formado pela agricultura patronal. Foi apenas no governo de Fernando Henrique Cardoso, após muita pressão dos movimentos sociais e sindicais, que houve uma primeira distribuição de terras mais significativa. “Entre 1995 e agosto de 1998, 238.530 famílias receberam terras em assentamentos” (NPOC, 1999, p. 67 apud DEERE; LEON, 2002, p. 237). Mesmo assim, Delgado (2005, p. 75) estima que 34% das áreas do país ainda são passíveis de reforma agrária. O autor apresenta o seguinte quadro de sistematização sobre a posse de terra no Brasil:

Tabela 1 – Brasil: macroconfiguração fundiária do território em 2003 (em milhões de ha)

Área territorial nacional	100,00%	850,20
1 Áreas cadastradas oficialmente no SNCR (Sistema Nacional de Cadastro Rural)	51,35	436,60
1.1 Áreas improdutivas auto-declaradas	(14,17)	(120,4)
1.2 Estoque de áreas de assentamentos sob domínio da União ¹	(4,7)	(40,0)
2 Unidades de conservação (parques nacionais)	12,00	102,06
3 Áreas indígenas	15,10	128,47
4 Terras públicas formalizadas	0,49	4,20
5 Terras devolutas (públicas não legalizadas) ²	20,34	172,95
Subtotal (1+3+4+5+6)	99,28	844,28

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (2003, tabelas 5.1.11 e 5.2.2.1)

Notas: ¹Este dado não consta das tabelas citadas, mas é obtido por informação direta do Incra.

²Dado calculado por diferença do território nacional, deduzidos os conjuntos conhecidos de titularidade fundiária.

Este dado exclui superfícies urbanas, infraestruturas territoriais etc.

No início do milênio, os movimentos sociais continuaram a pressionar por ações de reforma agrária. Nos três anos iniciais do primeiro mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os movimentos sociais reconhecem uma mudança de rumos no que diz respeito à valorização da reforma agrária, apesar de o número de assentamentos ter ficado abaixo da expectativa em quase todos os oito anos de governo. Entre os anos 2003 e 2006, o governo afirmou ter assentado 381 mil famílias⁵, contemplando mais de 95% da meta do II Plano Nacional de Reforma Agrária.

Mas muitos movimentos criticam esse número alto, pois inclui regularizações fundiárias e terras adquiridas por meio do Crédito Fundiário. De todo modo, independentemente do programa agrário, vê-se nesses números uma valorização do processo de distribuição de terras, o que sugere mudança nos padrões de desenvolvimento adotados pelo país. O discurso atual é que a reforma agrária é uma opção de desenvolvimento mais

⁵ Fonte: CGU. Prestação de contas do presidente da república, 2007. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/PrestacaoContasPresidente/2007/Tomo_I/arquivos/parteVI/6.16.pdf> Acesso em: 20 mar. 11.

igualitário, que possibilita a conservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais.

A crescente influência exercida pelos movimentos sociais pela reforma agrária na sociedade e nas decisões governamentais tem contribuído para colocar na agenda política a necessidade de superação de uma visão restrita dessa reforma, fundada apenas na distribuição de terras e em medidas sociais compensatórias. Esta outra visão compreende um conjunto articulado de políticas públicas, capaz de integrar as políticas de reforma agrária às de desenvolvimento rural. Em alguns casos, as propostas para o desenvolvimento rural aparecem associadas à construção de um novo modelo agrário em um projeto nacional de desenvolvimento. (MARQUES, 2007, p. 12).

Dentre as atuais demandas das trabalhadoras rurais no Brasil destacam-se aquelas reivindicadas pelas mulheres, que, a partir dos anos 1980, passaram a organizar-se em associações, sindicatos e cooperativas espalhadas por todo o território nacional. Como resultado mais visível de tais iniciativas destaca-se a **Marcha das Margaridas**, que vem ocorrendo desde o ano 2000. É a expressão de um aparente amadurecimento e fortalecimento das mulheres em uma área da sociedade brasileira que parecia estar na contramão dos movimentos feministas. As rurais começaram a mostrar seus rostos, suas preocupações e apontar caminhos que consideram pertinentes para uma nova configuração do sexo-gênero no campo.

1.2 QUASE INVISÍVEIS

A luta das rurais foi desde o princípio uma luta contra a invisibilidade. Majoritariamente, a história do meio rural é uma história de agentes masculinos. Tanto no plano do agronegócio como no da agricultura familiar. As Ligas Camponesas, as lutas sindicais, os acampamentos em prol da reforma agrária silenciaram a atuação das mulheres, o que exemplifica o masculino universal, que tende a minimizar, ou mesmo, anular as diferenças de percepções e ações de homens e mulheres. Porém, isso não significa que as mulheres não fizeram parte desses movimentos.

Silenciamento é um conceito trabalhado pela Análise do Discurso da Vertente Francesa que diz que sempre há um não dito, mas isso não significa que ele não existe. “O funcionamento do silêncio atesta o movimento do discurso que se faz na contradição entre o ‘um’ e o ‘múltiplo’, o mesmo e o diferente, entre a paráfrase e a polissemia.” (ORLANDI, 2001, p. 17).

Aparentemente reclusas no espaço doméstico e assujeitadas por representações sociais do masculino dominante, até a década de 1980, as mulheres tiveram poucas oportunidades de se unir de forma sistemática para refletir e discutir sobre suas condições de vida. Mas a partir desse período, com a reabertura política e a possibilidade de conquistar alguns direitos civis, as mulheres começaram a se organizar como categoria propriamente dita. Contudo, algumas lideranças como Elizabeth Teixeira e Margarida Alves já se destacavam num espaço institucionalmente masculinizado.

Elizabeth Teixeira é considerada um exemplo de luta pelas trabalhadoras rurais. Ela é viúva de João Pedro Teixeira, criador da Liga Camponesa de Sapé (PB). A vanguarda de Elizabeth pode ser percebida já na sua decisão de se casar com João Pedro, já que sua família – com tradições aristocratas - não apoiava a união dela com um trabalhador rural. Elizabeth chegou a romper com sua família. Após o assassinato do marido, **na década** ela liderou os trabalhadores da Liga. Por isso, sofreu muita perseguição de latifundiários e do governo. Durante o regime militar, teve de forjar uma nova identidade e se separar de seus filhos, nove no total. Sua história foi contada pelo cineasta Eduardo Coutinho no filme **Cabra Marcado para Morrer**.

Ainda na década de 1970, Margarida Alves foi a primeira mulher a assumir a presidência de um Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), o de Alagoa Grande (PB). Ela fez um trabalho combativo contra a opressão pela qual os trabalhadores e trabalhadoras rurais passavam, especialmente os assalariados. Na época em que esteve a frente do STR de Alagoa Grande foram protocolados mais de 600 ações contra usineiros e donos de engenho na Paraíba.

Margarida Alves foi uma das fundadoras do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru). Como represália ao seu trabalho, Margarida foi assassinada por latifundiários, em 1983. A escolha do nome de Margarida para a marcha feminista⁶ de trabalhadoras rurais foi uma homenagem à líder sindical e uma maneira de denunciar a impunidade no campo. Os mandantes do assassinato de Margarida Alves não foram condenados.

Apesar desses exemplos excepcionais, a maior parte das mulheres do campo não participava da vida político-sindical até a década de 1980. A princípio, a mobilização das trabalhadoras rurais foi feita pelas religiosas, pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e

⁶ Optamos por utilizar a expressão feminista para designar a Marcha já que o termo carrega um viés político-ideológico ligado à busca pela emancipação das mulheres.

pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). O discurso religioso colocou em pauta a igualdade entre homens e mulheres. É o que exemplifica Schaaf com o caso do Rio Grande do Sul:

Com a Comissão Pastoral de Terra (CPT), as agricultoras formaram o movimento estadual em 1989, para, somente depois, abraçar a proposta do feminismo, explorando os direitos individuais e as relações de gênero existentes, com um tipo de feminismo popular adaptado às circunstâncias no campo e, ao mesmo tempo, elas conseguiram a garantia dos direitos sociais na Constituição de 1988. Mesclando elementos de diferentes fontes, as agricultoras marcaram presença política, baseadas em seu ‘próprio jeito de ser mulher’ (2003, p. 426).

Schaaf pondera que dentro do contexto religioso, a igualdade entre homens e mulheres era articulada por uma forma de complementaridade. Cada um – homem e mulher – teria seu papel na luta pelas mudanças sociais no campo. “Então, cada um tinha sua própria tarefa para concretizar o projeto coletivo da ‘nova sociedade’.” (SCHAAF, 2003, p. 417).

Não há dúvidas de que a ideia de complementariedade entre homens e mulheres, bem como a atribuição de papéis diferenciados aos gêneros caracteriza essa fase da luta das trabalhadoras rurais no Brasil. Essa perspectiva, atualmente, mostra-se superada nos estudos feministas e de gênero. O quadro de pensamento que se solidifica é o da segmentação.

Louro (1997) afirma que não existe questão relativa à mulher, já que essa categoria é unívoca e universalista. O que existe é uma realidade multifacetada, que abrange situações díspares em que mulheres enfrentam, não só no Brasil, condições diferenciadas em relação à situação econômica, social e cultural. De forma geral, as mulheres ainda estão assujeitadas em representações sociais que lhes foram (e são) impostas a partir de um referencial masculino, branco, cristão e, podemos acrescentar, urbano, condição essa que precisa ser estudada e problematizada com o objetivo de ser superada.

Os estudos contemporâneos no campo dos feminismos procuram avançar na pluralidade da construção da identidade dos sujeitos: mulheres e homens, sujeitos de direitos, que vivem sua sexualidade de maneiras diversas. A predestinação biológica determinada pelo sexo, que se manifesta no social, precisa ser severamente repudiada.

Apesar de apresentar uma perspectiva conservadora, as primeiras mobilizações das trabalhadoras rurais animadas por grupos religiosos foram importante por colocar as mulheres em contato umas com as outras e para estimular a reflexão. A partir de então, outros temas foram incorporados ao repertório das mulheres do campo e a reflexão sobre gênero foi incrementada com a incorporação de uma assessoria feminista no movimento rural, já avançada nos centros urbanos.

Um dos primeiros pontos de sensibilização foi o reconhecimento da mulher como produtora ou trabalhadora rural. Até então, as mulheres eram identificadas como do lar⁷, o que já remetia a representações do espaço doméstico, inclusive entre as próprias camponesas. Elas não podiam se sindicalizar e nas fichas dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais eram identificadas como esposas ou filhas. Quando participavam dos sindicatos era na condição de secretárias. Paulatinamente, as mulheres foram ampliando seu espaço de participação no movimento sindical e, atualmente, pelo menos 30% dos cargos eletivos da Contag, Federações e Sindicatos – por exemplo – precisam ser ocupados por mulheres⁸. A falta de reconhecimento do trabalho produtivo ficou evidente no período constituinte, quando os movimentos sociais e sindicais começaram a reivindicar uma série de garantias sociais, incluindo as mulheres. As que ganharam mais destaque foram as conquistas previdenciárias, como aposentadoria e salário maternidade. Até a Constituição de 1988, apenas os homens, produtores rurais, recebiam meio salário mínimo como aposentadoria. O benefício foi concedido a partir de 1967 por meio da criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural).

A possibilidade da assistência previdenciária colocou em cheque as relações sociais e familiares do meio rural. Como comprovar o trabalho das mulheres, uma vez que elas eram identificadas apenas como do lar ou como esposa de agricultor? Tal situação abriu flanco para reflexões profundas sobre a importância do trabalho produtivo feminino desenvolvido nas propriedades rurais. Sobre o trabalho produtivo e reprodutivo no campo, Nobre (2005, 41) pondera:

Ainda hoje a divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, a pecuária, enfim tudo o que se associa ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, tudo o que é feito para uso e consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família, pelo nascimento e cuidados dos herdeiros). Nos estudos brasileiros sobre camponato, essa divisão se expressou na oposição entre casa e roçado.

A luta pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido foi uma das primeiras temáticas que motivaram a organização das mulheres do campo. Pela primeira vez, a divisão sexual de tarefas no campo foi colocada em questão. Durante os anos 1980, as organizações e movimentos procuravam conscientizar as mulheres do campo da importância das atividades

⁷ A expressão do lar era (e ainda é) utilizada para designar a ocupação/profissão das mulheres que se dedicam ao serviço doméstico (trabalho reprodutivo) sem possuir emprego externo.

⁸ Essa é uma regra interna, aprovada durante o 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Rurais da Contag, em 1998. Nesta ocasião, foi incluído mais um “T” no nome do evento para contemplar as trabalhadoras rurais. Informação disponível em: < <http://www.contag.org.br/enfoc/arquivos/documento/43/Trajectoria-politica-da-contag--as-primeiras-lutas--revista-40-anos-da-contag.pdf>> acesso em: jul. 2011.

que desenvolviam. É o que observa Schaaf sobre o início do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul.

A organização estava nas mãos de mulheres rurais e tinha como objetivo a sua emancipação. A estrutura baseava-se nos princípios da participação direta, da vida cotidiana e do pragmatismo das agricultoras rurais. Foi criada uma estrutura que o movimento chama de democrática. A inovação principal do movimento foi o estabelecimento da igualdade social e política na vida das agricultoras para que pudessem realizar a sua emancipação através da conscientização adquirida pelo convívio com o conjunto das outras mulheres. Com a aspiração de ser uma organização igualitária, antiautoritária e democrática, que aposta nas mudanças nos valores e estilos de vida, na vida política e social, no que se refere às pequenas agricultoras, o movimento apresenta grande semelhança com os surgidos no período da abertura política, os chamados ‘novos movimentos sociais’ (SCHAAF, 2003, p. 413).

Desde o início da organização dos movimentos, a temática foi central. Ao analisar os textos produzidos por organizações de trabalhadoras rurais, Carneiro (1995, p.48-49) aponta que o reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres se desenhou como a porta de entrada para outros direitos, para o acesso à cidadania.

Como uma forma de justificar e, ao mesmo tempo demonstrar, a legitimidade das reivindicações sobre os direitos das mulheres, enfatiza-se o papel econômico que elas desempenham no seio das unidades de produção familiares. Mobilizando-as para a luta por interesses comuns advindos, principalmente, da condição de produtora, a organização política torna-se uma das etapas, talvez a mais importante, do processo de elaboração da nova identidade feminina. No entanto, essa imagem de mulher reflete apenas uma única face de sua identidade – a de trabalhadora. A questão da ‘cidadania’ e dos ‘direitos’ fica, assim, atrelada à necessidade do reconhecimento da mulher como agricultora. Esta ênfase se justifica pelo fato de que grande parte da população rural feminina está inserida em formas de organização familiares que conjugam funções reprodutivas e produtivas onde a inserção na produção é entendida como um prolongamento das atividades domésticas. (CARNEIRO, 1995, p. 50)

Apesar do intenso esforço das organizações de mulheres para reconhecê-las como agricultoras produtivas, a divisão sexual do trabalho está fortemente arraigada no imaginário e nas representações sobre as mulheres do campo. A construção de representações sociais nos discursos é sustentada pelo imaginário. A formação do imaginário faz parte de processos históricos. Navarro-Swain relaciona noções presentes no imaginário e na teoria das representações sociais:

vemos uma noção de representação social que se confunde e se imbrica com a de imaginário, na medida em que este constrói ou reproduz o real segundo as confrontações, as divisões, as clivagens que se manifestam na formulação de imagens esclarecedoras de um social específico. Assim, o imaginário, na organização imagética do mundo, constrói sua realidade, apreendida e comunicada (1997, p. 7).

Assim, a representação do homem como trabalhador forte, responsável pelo trabalho pesado, e da mulher como complementar está presente no discurso de muitas trabalhadoras. Foi o que observou Viviane Barbosa (2006) num estudo sobre a autopercepção do trabalho

das quebradeiras de coco babaçu no estado do Maranhão. Em sua pesquisa, a autora entrevistou trabalhadoras rurais. A divisão do trabalho pautado em categorias sexistas do desempenho de papéis foi frequente na fala das entrevistadas, como na de Francidalva de Jesus: “Assim, a mulher sempre é mais fraca, ela ajuda, mas sabe que é mais pouco que o homem.” [sic] (BARBOSA, 2006, p. 52). Rosinere de Lima, por sua vez, se reporta às tarefas do marido deixando clara sua percepção sobre o trabalho que ele realiza dizendo que “É bom porque ele trabáia numa roça, faz um serviço [...] Ele faz muito serviço que muié num faz. Aí por essa parte é bom.” [sic] (ibid, p. 52).

A desvalorização do trabalho das mulheres no campo também aparece em pesquisas censitárias, já que os dados dessas normalmente provêm de declarações e respostas dos próprios analisados. A Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD/IBGE) 2004, por exemplo, revela que quase um terço das trabalhadoras rurais declarou ter jornadas de até 10 horas semanais. Além disso, 79% do trabalho desenvolvido pelas mulheres não tem remuneração (MELO; DI SABATO, 2006).

Provavelmente, essa questão está intimamente relacionada a questões produtivas, já que permanece sempre o patamar de 40% de exclusão feminina ao longo dos últimos 14 anos, isto é, as mulheres trabalham, mas não usufruem do mesmo status do trabalhador masculino. (ibid, p.53)

Nesse sentido, a construção de gênero no campo está fortemente ligada à divisão do trabalho. Essa reflexão pode ser sustentada pela proposição de Simone de Beauvoir de que não se nasce mulher, torna-se mulher (Beauvoir, 1970)

1.2.1 Perspectivas de gênero no meio rural

Os primeiros registros formais do movimento feminista foram em torno do voto, ainda no século XIX. Louro (1998, p. 14) relaciona essa primeira fase como a das sufragistas. Mas a autora destaca que essa não era uma demanda universal, mas sim das mulheres brancas de classe média. A segunda onda do feminismo se deu na década de 1960. Influenciadas por autores pós-estruturalistas, como Foucault, as feministas dessa época debruçaram no relato de processos de assujeitamentos biológico-social aos quais mulheres estavam submetidas.

As reflexões avançaram dos processos descritivos para articulações mais complexas. Gênero amplia a noção da divisão biológica das categorias de homem e mulher dentro de um contexto histórico-social e cultural complexo. Sobre o gênero, Joan Scott (1988, p. 42) apresentou uma definição amplamente citada do conceito: “o gênero é um elemento

constitutivo das relações sociais baseado em diferenças percebidas entre os sexos e um modo elementar de relações significativas de poder.” (apud DEERE; LEON, 2002, p. 156).

Para Scott

O gênero é portanto um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando os historiadores (AS) procuram maneiras pela qual o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares, situada dentro de contextos específicos, em que a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (1998, p. 144).

A construção do gênero no meio rural, apesar de parecer se pautar principalmente pela divisão do trabalho, como afirmamos anteriormente, mostra-se mais complexa. A superação da diferenciação sexual entre homens e mulheres (aqui se inclui a valorização e a depreciação de determinadas características) é uma questão delicada, especialmente porque mulheres estão assujeitadas dentro de um sistema simbólico, que envolve um imaginário sexista dominante.

Rua e Abramovay (2000, p. 97-118) comprovam esse assujeitamento quando relatam as falas de grupos focais realizados com mulheres assentadas sobre o vírus HIV, suas formas de contágio e de prevenção. As mulheres acreditam que os homens estão mais sujeitos à contaminação e veem como natural um comportamento mais promíscuo do homem quanto à sexualidade, pois isso seria típico da natureza masculina. “Aliados a uma visão muitas vezes mitificada do HIV, os comportamentos dos assentados/as se inserem claramente no duplo padrão de sexualidade diferenciada para homens e mulheres” (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p.112)

A superação desse modelo dicotômico sexista é uma questão que envolve hierarquias e rompê-las é um caminho árduo.

Uma leitura possível é, então, a de que a hierarquia entre os gêneros constitui de tal forma o modelo de existência da agricultura familiar que seu questionamento, por parte das mulheres, comprometeria a sua própria reprodução enquanto agricultoras (NOBRE, 2005, p. 45)

Por isso, uma estratégia nos grupos de mulheres, no início da organização enquanto categoria era unir alguma atividade às reuniões, como curso de artesanato, de culinária. A iniciativa era uma tentativa de minimizar a constante vigilância a que as mulheres estavam submetidas. Com os encontros, elas começaram a mudar a percepção que tinham de sua realidade.

A tomada de consciência das mulheres rurais sobre sua condição promovia também algumas situações de conflito entre as famílias, onde inicialmente algumas mulheres foram impedidas de participar nas atividades do movimento, pois era visto como um grupo de mulheres que causavam desarmonia nas famílias. Entretanto quando as famílias, ou principalmente os maridos puderam perceber que os direitos previdenciários poderiam ter resultados econômicos, esta coibição passou a ser em menor grau. (PASTORE, 2009, p. 9).

Durante a década de 1980, com o fortalecimento das organizações de mulheres, muitas organizações sindicais e sociais, como Contag, Central Única dos Trabalhadores e Movimento dos Sem Terra (MST) passaram a ter setores específicos para discutir questões ligadas às trabalhadoras rurais. Na década de 1990, questões chamadas de mulheres mudaram para questões de gênero, inclusive na denominação de alguns grupos. É o que analisa Renata Gonçalves (2009) em relação ao Coletivo de Gênero do MST.

Gênero passa a ser definido como um elemento constitutivo das relações sociais (e, portanto, de poder) a partir das diferenças percebidas entre os sexos. Cabe ressaltar a ideia de gênero como historicamente situado, o que permite a desconstrução de muitos significados vinculados à natureza ou à “essência” feminina. (GONÇALVES, 2009, p. 212)

As atuais perspectivas dos estudos feministas e de gênero superaram a visão universalista de mulher: branca, burguesa, urbana, heterossexual, casada, mãe. O cenário que se solidifica é o da segmentação, em que as mulheres são percebidas como sujeitos plurais, numa miríade de situações que exigem reivindicações pontuais. As lutas das mulheres rurais são prova dessa pluralidade e os grupos representativos procuraram adequar suas denominações com o objetivo de contemplar a atualização dos quadros de reflexões dos estudos feministas. Gonçalves observa, contudo, que gênero passou a ser utilizado de maneira genérica. “Identificam-se dificuldades semânticas para seu uso e na maioria das vezes gênero acaba sendo utilizado como substituto da categoria sexo ou simplesmente como sinônimo de homem e de mulher” (MORAES, 1998, apud GONÇALVES, 2009, p. 212).

1.2.2 Maria ninguém

Além da questão da invisibilidade do trabalho rural das mulheres, a luta pelos direitos previdenciários evidenciou outros problemas enfrentados pelas camponesas, como a falta de documentação civil e trabalhista. As primeiras ações para alertar para o problema foram feitas na década de 1990 pela Articulação Nacional de Trabalhadoras Rurais (ANMTR) e pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR-NE). Em 2004, o governo federal criou o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, como resposta a demanda dos movimentos feministas, mais especificamente, da **Marcha das Margaridas**.

Até o ano de 2009, foram emitidos mais de 1,2 milhão de documentos, o que beneficiou mais de 550 mil mulheres⁹.

A falta de documentação é um grande obstáculo para que as mulheres tenham acesso à cidadania e aos serviços básicos de saúde, educação, assistência social, entre outros. Sem documentos as mulheres ficam vulneráveis.

A inexistência de documentos cria obstáculos para a participação política e para as mudanças das relações de gênero. Restringe a liberdade de ir e vir fora dos limites da comunidade. Há menos oportunidades para deslocamentos, viagens, contatos e vínculos para além dos sítios ou do próprio município. Isto inibe a autonomia das mulheres e a tomada de decisões nas questões que afetam a sua vida privada e pública. Desta forma, ficam mais vulneráveis ao isolamento social e às diferentes violações dos seus direitos. (BUTTO, 2006, p.89).

Além de restringir o direito de ir e vir, a falta de documentação também impacta no direito à propriedade. Essa é outra questão enfrentada pelas mulheres do campo que tem um viés de gênero.

Outro processo de exclusão diz respeito a negação de herança às mulheres. Não raro, elas são excluídas da divisão de bens deixados pelos pais. Quando são contempladas, espera-se que elas vendam sua parte por preços abaixo do valor de mercado a seus irmãos (DERRE; LEON, 2002, p. 35). Isso é muito comum na agricultura familiar, especialmente porque as propriedades são pequenas e uma repartição tornaria a manutenção da unidade produtiva inviável. Soma-se esse fato, a questão do pouco reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres. “Sendo assim, embora a mulher possa herdar e possuir terra em seu nome na América Latina, ela não tem controle efetivo sobre ela se, por exemplo, sua herança é incorporada ao patrimônio familiar, administrada pelo homem chefe da família” (ibid, p. 35).

O estudo de Deere e Leon (2002) relaciona a questão da posse de propriedades como empoderamento das mulheres rurais na América Latina. Empoderamento é um conceito tratado pelos estudos feministas. Ele tem sido usado em diferentes contextos, mas o sentido adotado pelas feministas é o da emancipação. Para refletir sobre o empoderamento, as autoras fazem uma reflexão teórica sobre poder. Jo Rowlands (1997, p. 218-223 apud DEREE; LEON, 2002, p. 53-54) analisa que existem quatro tipos de poder: poder sobre, poder para, poder com e poder de dentro.

“Por haver sido suposto que a única forma de poder era poder sobre, as feministas latino-americanas por muito tempo ignoraram a discussão de poder: a mulher na sociedade era vista como uma vítima, a quem faltava poder.” (ibid, p. 53). O poder de dentro está

⁹ Dados do site da Assessoria Especial de Gênero Raça e Etnia, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/aegre/programas/pndtr/3768109>>. Acesso em: 28 mar. 2011.

relacionado com a autoestima, quando o indivíduo consegue resistir ao poder de outrem sobre si.

O empoderamento da mulher desafia relações familiares patriarcais, pois pode levar ao desempoderamento do homem e certamente leva à perda da posição privilegiada de que ele desfruta sob o patriarcado. Isto porque o empoderamento ocorre quando houve uma mudança na tradicional dominação da mulher pelo homem, seja com relação ao controle de suas opções de vida, seus bens, suas opiniões ou sexualidade. Pode observar quando as decisões unilaterais não são mais a norma dentro da família. Entretanto, sob o outro ponto de vista, o empoderamento da mulher libera e empodera o homem nos campos tanto materiais quanto psicológicos. [...] Portanto, o empoderamento da mulher implica mudanças não apenas em suas próprias experiências, mas também nas de seus companheiros e familiares. (DERRE; LEON, 2002, p. 54-55)

As autoras defendem que, ao ter uma propriedade em seu nome, as mulheres aumentam seu poder de barganha no espaço doméstico e podem resistir a diversas situações de violência a que, eventualmente, estão expostas. Além disso, com a titularidade da posse da terra, elas têm mais condição de tomar decisões que afetam a própria vida e a de seus filhos. “[...] a posse de terra proporciona mais do que pode o emprego, incluindo uma base mais sólida para a participação social e política, e, desta forma, para desafiar a desigualdade em muitos outros fronts.” (DERRE; LEON, 2002, p. 57).

O Brasil foi um dos primeiros países da América Latina a conceder a titulação conjunta da terra vinda por meio de programas da reforma agrária. Essa demanda foi levantada durante a década de 1980 e esteve presente em manifestações de mulheres rurais na época da constituinte. O direito, no entanto, demorou a ser colocado em prática.

Pouco mais de 8 anos após a promulgação da nova Constituição, o Censo da Reforma Agrária, realizado em 1996, indicou uma presença das mulheres como titulares da terra equivalente a 12% [...]. Este índice pode ser considerado baixo se consideramos em outros países da América Latina, a exemplo da Colômbia em que este índice chega a 45%. (BUTTO, 2006, p. 96).

Deeré e Leon (2006) acreditam que a morosidade em aplicar a titulação conjunta está na cultura dos agentes públicos responsáveis pela reforma agrária. Até a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil adotava um sistema de pontos para a destinação de terras para reforma agrária que preteriu as mulheres:

Além disso, ao selecionar os beneficiários, o departamento de reforma agrária, Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) aplicava um sistema de pontos onde os homens entre 18 e 60 anos de idade recebiam um ponto, enquanto as mulheres nesta faixa etária recebiam apenas 0,75 ponto. A discriminação de sexo foi mantida para as crianças, com os meninos com idade entre 14 e 17 anos recebendo 0,75 ponto e as meninas 0,50; os meninos entre 9 e 13 anos recebendo 0,25 ponto e as meninas, 0,20. Esta norma discriminava claramente as mulheres chefes de família, assim como todas as famílias com um grande número de meninas. (DEERE; LEON, 2002, p. 129).

Até 2003 a titulação conjunta para casais não era obrigatória. Nesse ano, o governo federal atendeu a reivindicações de movimentos sociais feministas e editou a Portaria do Incra 981/2003, que tornou a titulação da terra obrigatória no nome do homem e da mulher. Essa foi uma das principais reivindicações do movimento **Marcha das Margaridas**, tema que inspira este trabalho e que será tratado mais adiante.

Berenice Silva (2008) resume que as reivindicações das mulheres passaram do acesso a terra, aos direitos trabalhistas e previdenciários, posteriormente às políticas públicas. “Assim, há um deslocamento de sujeito de direito para atriz social demandante de políticas públicas seja esta destinada à reforma agrária, agricultura familiar e/ou para o fortalecimento da autonomia das mulheres, como o crédito e a assistência técnica.” (SILVA, 2008, p. 84).

1.2.3 Educação e êxodo rural

Com base na Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios (PNAD/2006), o estudo de Melo & Di Sabatto (2004) aponta que o êxodo rural é maior entre as mulheres. Por isso, os autores defendem que existe um processo de masculinização do campo.

Entre 1993 e 2004 o crescimento da ocupação agropecuária foi negativo (-2,3%). Isso aconteceu devido à substancial queda da ocupação feminina (-8,7%), enquanto a masculina teve uma taxa de crescimento de apenas 1,1%. (2006, p. 51).

O acentuado êxodo rural feminino aponta para dois fatores que estão intrinsecamente ligados a questões de gênero e a tradição e cultura patriarcal no campo. O primeiro é que as mulheres possuem um nível de escolaridade maior do que a dos homens. O segundo é que as condições de vida e trabalho no campo parecem mais desfavoráveis às mulheres.

Rua e Abramovay (2000) concluem em seu estudo sobre a atuação das mulheres em assentamentos da reforma agrária que a escolarização das mulheres, enquanto questão de gênero é uma questão vencida no Brasil. Uma vez que as meninas têm mais acesso e permanência nas escolas do que os meninos. “A escolaridade parece uma condição necessária, mas não suficiente, para transformar as relações de gênero nos assentamentos rurais” (ibid, p. 70).

No Brasil, os índices de analfabetismo no meio rural são maiores do que no urbano. “No período de 1993-1998 os analfabetos correspondiam a um terço dos ocupados” (RUA,

ABRAMOVAY, 2000, p. 73). Nos locais pesquisados pelas autoras (alguns assentamentos do Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Paraná e Ceará),

a maioria dos adultos concluiu somente as primeiras séries do ensino fundamental, e o analfabetismo está concentrado entre os pais e mães, que correspondem, em parte, às gerações mais velhas. Os analfabetos são, na maior parte, do sexo masculino (ibid, 75-76).

Por meio de grupos focais, Rua e Abramovay (2000) identificaram que os pais dão muito valor à educação dos filhos, mas caso tenham de retirar um filho da escola, dão preferência ao menino. Isso sugere que a relação de gênero/trabalho produtivo no campo continua focada nos homens. Por meio da fala de algumas agricultoras entrevistadas pelas pesquisadoras, é possível perceber que há maior valorização ao trabalho masculino, uma vez que “[...] os rapazes são considerados, desde cedo, braços indispensáveis para o sustento da família, o que faz com que o estudo ocupe um espaço secundário na sua vida, em comparação com o trabalho.” (RUA; AMBRAMOVAY, 2000, p. 82-83). O trabalho das mulheres ainda tem um caráter complementar. Esse pode ser um indício do motivo que leva as mulheres a seguirem mais nos estudos do que os homens.

Com mais anos de estudo, as mulheres diversificam as possibilidades de trabalho. Assim, muitas acabam migrando à procura de melhores condições de emprego:

Observa-se, por exemplo, que enquanto a maioria das mulheres analfabetas ou com ensino rudimentar se ocupa da casa (38%) e da agricultura, pecuária ou pesca (59%), o percentual das que realizam os mesmos trabalhos cai bastante entre aquelas que concluíram o ensino médio ou superior (25,5% e 32,5%). Em contrapartida, é possível notar que quanto maior a escolaridade, mais elas se ocupam de trabalhos qualificados como professoras, atendentes de farmácia, agentes de saúde e funcionárias públicas. O percentual das mulheres com ensino médio ou superior que exercem esse tipo de atividade chega a 20,5% (RUA; AMBRAMOVAY, 2000, p. 77).

Outro problema que atinge as mulheres do campo é a falta de crédito. Como o homem é, tradicionalmente, o representante da família, é ele quem recebe os financiamentos bancários. Desse modo, ele é que decide como irá administrar os recursos da família. Não raro, os poucos recursos recebidos pelas mulheres nos trabalhos desenvolvidos são colocados num fundo comum à família. A renda, em geral, é convertida em melhorias para os filhos e para casa. Já a renda que vem do marido, nem sempre é colocada nesse fundo comum.

O homem tem maior probabilidade de gastar parte de sua renda em desejos pessoais (especialmente bebidas alcoólicas e fumo), contribuindo apenas com uma parte de seus ganhos para o fundo da família. (DEERE; LEON, 2002, p. 42)

Questões como essas e a tradição patriarcal fazem com que as mulheres do campo tenham condições de vida bastante difícil. Além do preconceito inerente à população rural,

elas têm um árduo caminho de luta em busca da autonomia e por acesso a direitos civis, trabalhistas, sociais e políticos.

1.3 MULHERES EM MARCHA

Com a reabertura política na década de 1980, a Contag adotou marchas e manifestações massivas como forma de pressionar o governo para conquista de direitos. Na década de 1990, a confederação começou a organizar o Grito da Terra Brasil. Nessa década, a organização das mulheres também se fortaleceu no interior do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), consolidando comissões de gênero nas instâncias municipais, estaduais e nacional.

Inspiradas pela Marcha Pão e Rosas, que aconteceu no Canadá, em 1995, as trabalhadoras rurais se uniram à Marcha Mundial de Mulheres e promoveram a primeira **Marcha das Margaridas**, no ano 2000. A Marcha recebeu o nome de Margarida, em homenagem à líder sindical paraibana Margarida Alves. A mobilização teve apoio e parceria de diversas organizações brasileiras e latino-americanas: além da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR-NE), Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco (MIQCB), Conselho Nacional do Seringueiros (CNS), Marcha Mundial das Mulheres, Rede de Trabalhadoras Rurais Latino-Americana e do Caribe (Rede LAC) e Confederação de Organizações de Produtores Rurais do Mercosul Ampliado (Coprofam), entre outros.

No Canadá, as mulheres colocaram em pauta e garantiram reajuste salarial. A manifestação delas ecoou pelo mundo e inspirou a Marcha Mundial de Mulheres. No ano 2000, as mulheres se reuniram em Nova York e Washington em um grande ato público. As brasileiras trabalhadoras rurais também foram representadas e as reivindicações da **I Marcha das Margaridas** também estiveram presentes.

Para realizar a **I Marcha**, as mulheres organizaram uma pauta de reivindicações que foi negociada com o Governo Federal. Elas pediam acesso à terra, garantia de direitos sociais, autodeterminação, soberania, crédito, fim da violência, etc. A **I Marcha** reuniu cerca de 20 mil mulheres em Brasília, segundo informações oficiais da organização do evento.

A Marcha 2000, realizada durante o governo FHC, teve um forte caráter de denúncia do projeto neoliberal, mas as trabalhadoras rurais também apresentaram uma pauta de reivindicações para negociação com o governo. Grande parte dessas reivindicações voltou a integrar a pauta das marchas seguintes, realizadas nos anos 2003 e 2007 sob o governo Lula, em que foram obtidas maiores conquistas (CONTAG, 2011)¹⁰

A partir de então, as mulheres do campo, fizeram da **Marcha das Margaridas** um espaço de discussão e visibilidade permanente para questões relativas ao gênero e a qualidade de vida no campo. Berenice Silva (2008, p. 38) caracteriza a **Marcha das Margaridas** como “um novo movimento social, particularmente, como uma ação coletiva”. Silva (ibid, p. 50) utiliza a conceituação de ação coletiva desenvolvida por Melucci (1990) em que

Ação coletiva não é um fenômeno empírico unitário. Se existir unidade, esta é um resultado de um processo permanente que envolve articulação, negociação e disputas, não um ponto de partida, mas fato a ser explicado. Os atores ‘produzem’ ações coletivas não lineares, mediante interações, negociações e algumas vezes pela oposição à diferentes orientações, sejam relacionadas aos fins, aos meios ou àquelas articuladas às relações com o ambiente (SILVA, 2008, p. 50).

Para essa autora – que estudou em sua dissertação de mestrado os elementos constitutivos de identidade e os espaços de poder na **Marcha das Margaridas** – na manifestação as trabalhadoras assumem um lugar de sujeito coletivo.

O caráter coletivo em si lhe atribui uma descrição fenomenológica e sociológica, tendo em vista que as mulheres trabalhadoras rurais compartilham espaços e tempos, comportamentos e características semelhantes, na relação com o modo de vida no campo, das atividades produtivas e com as relações sociais presentes no meio rural. (2008, p. 51).

A proposta das mulheres é manter um movimento permanente de ações e reivindicações. Por isso, as trabalhadoras rurais mantêm encontros periódicos a fim de discutirem situações de vidas, suas dificuldades, desafios e conquistas. A pauta da **Marcha das Margaridas** inclui temas que dialogam com o movimento feminista e com o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário da Contag (PADRSS). Além de temas como o fim da discriminação, do machismo no campo, garantia de direitos sexuais e reprodutivos, as mulheres inserem questões como direito à terra, proteção da trabalhadora assalariada, valorização do salário mínimo, combate ao trabalho infantil e em condições análogas à escravidão, políticas públicas de geração de renda, entre outros.

No ano 2003, as trabalhadoras rurais promoveram a **II Marcha das Margaridas**. Cerca de 30 mil mulheres participaram da mobilização. A pauta de negociação teve 140 itens

Mais do que uma simples entrega de pauta, as trabalhadoras rurais demonstraram, assim, a importância de ser sujeito político nos processos de negociação das

¹⁰ Material de divulgação da IV Marcha das Margaridas. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/hotsites/margaridas/interna.php>>. Acesso em: 03 abr. 2011.

políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, lançando para o governo brasileiro o desafio de superar a desigualdade entre mulheres e homens e de governar com democracia. (MASCENA, 2003, p. 2).

Essa foi a maior manifestação popular do governo Lula. Nessa edição da **Marcha**, as mulheres conseguiram alguns avanços importantes como a obrigatoriedade da titulação conjunta de terras recebidas pela reforma agrária, a criação do Programa Nacional de Documentação Rural e de uma linha específica de crédito, o Pronaf Mulher.

Segundo dados fornecidos pela Contag (2008), a terceira edição da **Marcha das Margaridas**, em 2007, reuniu 50 mil mulheres em Brasília. Desta vez, as mulheres acrescentaram às demandas questões ligadas à preservação do meio ambiente. As reivindicações foram em nome das mulheres do campo e da cidade. O processo de mobilização começou cerca de um ano antes da marcha em Brasília. Foram reuniões nos municípios, polos sindicais, nos estados e em Brasília. A pauta com 107 itens foi entregue ao governo federal em julho. Uma comissão também entregou uma pauta de reivindicações ao Congresso Nacional que tratava de projetos de leis considerados importantes para as mulheres. Durante um mês as trabalhadoras negociaram as reivindicações que também tratavam de sustentabilidade. Silva aponta que a inclusão de novos valores na pauta do movimento feminista no campo é resultado de uma nova ruralidade:

Novos elementos como a questão ambiental são evidenciados nos discursos das mulheres trabalhadoras rurais deixa de ser tratada de forma secundária e centra-se na sustentabilidade do uso dos recursos naturais e na defesa da preservação das florestas, incluindo os babaquais. São questões re-atualizadas na pauta dos movimentos sociais do campo, que por sua vez, reconhecem a existência dos povos da floresta. Assim, a biodiversidade, a soberania dos povos e a segurança alimentar são questões que vêm sendo permanentemente debatidas pelos movimentos de mulheres rurais, inclusive como mecanismo de denunciar as violências vivenciadas no campo, especialmente as situações enfrentadas pelas mulheres. Estas e outras questões resultam da atualização do debate sobre o meio rural brasileiro, principalmente no que diz respeito à reforma agrária, ao modelo de desenvolvimento em curso que, contraria a soberania dos povos e a preservação da biodiversidade. Neste debate inserem-se os conflitos envolvendo os povos e comunidades tradicionais, como os indígenas e os quilombolas, a preservação das sementes crioulas, como forma de garantir a soberania alimentar e a biodiversidade. (SILVA, 2008, p. 84).

Como resultado das reivindicações, o governo federal criou o Programa de Apoio a Organização Produtiva das Mulheres, garantiu ajuda para realização de feiras de comercialização dos produtos dos grupos de mulheres e assegurou a manutenção da idade mínima de 55 anos para a aposentadoria da trabalhadora rural.

A Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais considera que a **Marcha das Margaridas** é um processo contínuo. Recentemente, no dia 17 de agosto de 2011, as mulheres do campo promovem a **IV Marcha das Margaridas**, em Brasília. Neste ano, a

mobilização teve o lema: “2011 razões para marchar por: desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, liberdade e igualdade”. Cerca de 70 mil trabalhadoras se reuniram em Brasília durante os dois dias da manifestação.

2 A MARCHA DAS MARGARIDAS É NOTÍCIA? REFLEXÕES ACERCA DO DISCURSO JORNALÍSTICO

Neste capítulo iremos refletir sobre as rotinas jornalísticas e como eles atuam na percepção dos acontecimentos midiáticos. Para isso, inicialmente, vamos refletir sobre o que é acontecimento e como eles são promovidos à notícia, auxiliado por discussões sobre o jornalismo empreendidas por autores como Gaye Tuchman (1972, 1976/1999); Nelson Traquina (1999, 2005, 2008), Lester e Molotch (1974/1999), Mauro Wolf (2000) e Adriano Rodrigues (1988/1999).

A organização da **Marcha das Margaridas**, que traz milhares de mulheres trabalhadoras rurais a Brasília, é uma maneira de tornar conhecidas as questões enfrentadas por elas em todo o País. Sozinhas, ou mesmo organizadas em pequenos núcleos locais, é difícil conseguir a visibilidade almejada pelos grupos a fim de sensibilizar a opinião pública e estimular governos a desenvolverem políticas com perspectivas de gênero. Por isso, mobilizar 20, 40 e 50 mil mulheres¹¹ em todo o País e concentrá-las numa manifestação na capital do país é uma estratégia política do movimento que tem surtido retornos concretos¹².

Para quem promove a **Marcha das Margaridas** e está diretamente envolvido nela – as mulheres, as organizações sociais, até mesmo os governos – a manifestação é um mega-acontecimento, especialmente pela quantidade de pessoas que envolve e seu caráter de mobilização política. Mas do ponto de vista da pauta jornalística, a Marcha também pode ser considerada assim?

2.1 ACONTECIMENTO E NOTICIABILIDADE

A vida cotidiana das sociedades é composta por uma infinidade de ocorrências, que dizem respeito a práticas políticas, econômicas e sociais. Um novo programa de governo, disputas políticas, um pacote econômico, um buraco na rua, um assassinato, avanços em

¹¹ Dados da Revista das Margaridas (REVISTA DA MARCHA, 2008, p. 9).

¹² Muitas políticas públicas são consideradas pelas trabalhadoras como saldo da **Marcha das Margaridas**, a exemplo do Programa de Documentação da Trabalhadora Rural, do Pronaf Mulher, nos anos 2000 e 2003. Já em 2007, muitas conquistas foram anunciadas ao final do evento: “Entre as conquistas está a criação do Programa de Apoio às Atividades Produtivas de Mulheres Trabalhadoras Rurais com a destinação de R\$ 14 milhões do Plano Plurianual 2008/2011 para sua implementação; [...] criação do Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher Trabalhadora Rural.” (REVISTA DA MARCHA, 2008, p. 30).

pesquisas médicas, reivindicações de classe, entre outras. Enfim, a cada 24 horas, há uma multiplicidade de possibilidades de ocorrências. Mas o que faz com que alguns desses acontecimentos tornem-se notícia e outros não? O insólito, por exemplo. Há uma máxima no campo jornalístico que diz que um cachorro que morde alguém não é notícia, mas se alguém morde o cachorro, aí sim é notícia. Essa anedota remete a um jargão da profissão que é o faro jornalístico. Por compartilhar de um *ethos* jornalístico consolidado ao longo dos últimos dois séculos, jornalistas sabem identificar o que pode ser notícia. Essa identificação muitas vezes se dá de forma automática e intuitiva. Hall defende que “os valores-notícia são uma das estruturas mais opacas do jornalismo” (apud TRAQUINA, 2005, p. 62-63). A eleição de ocorrências é um combinado de avaliação pessoal do jornalista com as rotinas das mídias. Muitas vezes, os valores-notícia são uma espécie de álibi utilizado por jornalistas para publicar ou não determinado assunto.

Notícia, portanto, não se resume ao que acontece todos os dias. É uma irrupção do corriqueiro, da normalidade. Adriano Rodrigues (1988/1993, p. 27) afirma que jornalístico é “um acontecimento de natureza especial, distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pela lei das probabilidades, sendo inversamente proporcional à probabilidade de ocorrência.” Portanto, nem todos os acontecimentos são passíveis de serem tomados como jornalísticos.

Os jornalistas valem-se de critérios, chamados de noticiabilidade, que indicam qual acontecimento será transformado em notícia. Essas diferenciais são chamadas de valores-notícia. Mauro Wolf (2000, p. 190) define que a noticiabilidade é constituída

pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirirem existência pública de notícias. Tudo o que não corresponde a esses requisitos é ‘excluído’, por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional.

Traquina (2008, p. 63) completa que noticiabilidade requer a

existência de valores-notícia que os membros da tribo jornalística partilham de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, de possuir valor como notícia. Assim os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo ‘valor-notícia’ (*‘newsworthiness’*).

Tuchman (1976/1999) observa que os próprios jornalistas têm dificuldades para definir a noticiabilidade. Identificar a noticiabilidade é parte do chamado *ethos* jornalístico. As escolas de Comunicação Social preocupam-se com a questão, professores tentam ensinar o que pode ser notícia. Traquina (2005/2008) defende que existe uma comunidade transnacional

de jornalistas. O autor sustenta sua hipótese da tribo jornalística com base em uma análise da cobertura temática sobre a Aids, na década de 1990, em países de diferentes continentes: Brasil, Estados Unidos e Portugal.

À sua maneira própria de viver, o tempo ilustra um dos elementos mais distintivos da comunidade jornalística. Outra expressão crucial da cultura jornalística é a sua maneira própria de ver o mundo. Devido ao papel dos valores-notícia, isto é, os critérios de noticiabilidade que orientam o processo de produção das notícias, gera-se um *group think*, a partilha de “hábitos mentais” que criam fenômenos bem documentados de jornalismo de matilha (*Pack journalism*) e *media frenzy* (a cobertura massiva e frenética de um acontecimento). A existência de um modo de ver, modo de agir, e modo de falar estabelece um elo de ligação bastante forte entre os membros da diáspora jornalística. (TRAQUINA, 2005, p. 202)

2.2 VALORES-NOTÍCIA E A MARCHA DAS MARGARIDAS

Ao longo dos séculos XIX e XX, foram desenvolvidas uma série de técnicas para a redação das notícias, entre elas o lead¹³ e a pirâmide invertida. Com isso, a notícia ganhou - se é que assim podemos dizer - status de mercadoria. Padronizada, tornou-se um artigo perecível. Deteriora-se rapidamente. “Não há nada mais velho do que o jornal de ontem”, reza o senso comum. Se bem que nos tempos de mídias digitais, esse ontem pode ser substituído por horas, minutos. Temporalidades a parte, vamos nos debruçar sobre o que tem valor para esse bem de consumo: a notícia.

Vários pesquisadores se dedicaram a entender, a partir de meados do século XX, que razões levavam um acontecimento a ser transformado em notícia: Galtung e Ruge (1965/1999), Fishman (1978/1980), Gans (1979), Hartley (1982), Erickson, Baranek e Chan (1987), Wolf (1987), Stephens (1988). Os estudos desses pesquisadores estão sistematizados em Traquina (2008).

Segundo o historiador Mitchell Stephens (apud TRAQUINA, 2008, p. 63), o insólito e o extraordinário são qualidades duradouras da notícia. Ele observou o que foi notícia em três diferentes momentos históricos: nos anos 70, do século XX; nos anos 30 e 40, do século XIX, e nas primeiras décadas do século XVII. Apoiado nas análises de Stephens, Traquina conclui que, em três séculos, pouca coisa mudou na seleção do que é notícia. Sobre as fontes, por

¹³*Lead* no **Dicionário de Comunicação** tem a seguinte definição: “Abertura de texto jornalístico na qual se apresenta sucintamente o assunto ou se destaca o fato essencial, o clímax da história. Resumo inicial constituído pelos elementos fundamentados do relato a ser desenvolvido no corpo do texto. O lide torna possível ao leitor que dispõe de pouco tempo, tomar conhecimento do fundamental de uma notícia em rapidíssima e condensada leitura do primeiro parágrafo [...]”. (RABAÇA; BARBOSA, 2001, p. 426).

exemplo, desde as folhas volantes inglesas do século XVII a notoriedade do ator principal do fato é um importante valor-notícia. O pronunciamento de reis e rainhas e, ainda, pessoas da elite figuravam nessas publicações. A tendência se mantém ainda hoje, inclusive nas matérias que constituem o nosso *corpus*, como veremos no capítulo IV.

Os critérios de noticiabilidade são vagos, variam de acordo com a quantidade de acontecimentos notáveis do dia, com as disponibilidades econômicas e de infraestrutura da empresa midiática e até mesmo com o equilíbrio temático e visual da publicação ou programa. Tuchman (1972/1999) observa que os jornalistas mal conseguem definir sua capacidade para captar as notícias, uma vez que a cultura profissional privilegia um saber instintivo e não reflexivo. Galtung e Ruge (1965) elencam doze valores-notícia:

1) a freqüência, ou seja, a duração do acontecimento; 2) a amplitude do evento; 3) a clareza ou falta de ambigüidade; 4) a significância; 5) a consonância, isto é, a facilidade de inserir um 'novo' numa 'velha' ideia que corresponda ao que se espera que aconteça; 6) o inesperado; 7) a continuidade, isto é, a continuação como notícia do que já ganhou noticiabilidade; 8) a composição, isto é a necessidade de manter um equilíbrio nas notícias com uma diversidade de assuntos abordados; 9) a referência a nações de elite; 10) a referência a pessoas de elite, isto é, o valor-notícia da proeminência do ator do acontecimento; 11) a personalização, isto é, a referência às pessoas envolvidas; e 12) a negatividade, ou seja, segundo a máxima '*bad news is good news*'. (apud TRAQUINA, 2008, p. 70).

Já para os canadenses Ericson, Baranek e Chan (1987, p. 139-140 apud TRAQUINA, 2008), valores-notícia requerem simplificação, dramatização e personalização. A simplificação está ligada à proximidade cultural do acontecimento. A dramatização é quando “um acontecimento pode ser visualizado como importante ou como uma indicação de um desenvolvimento dramático.” (TRAQUINA, 2008, p. 74). A personalização valoriza não o que é novo, mas familiar. As pessoas se interessam por pessoas, por isso, é comum que quando as notícias são acerca de organizações, elas são personificadas com atores significativos envolvidos. “O fato de uma figura pública estar envolvida pode ser um fator decisivo para julgar algo noticiável.” (TRAQUINA, 2008, p. 74).

As sistematizações dos canadenses em muito correspondem a alguns critérios de noticiabilidade que envolvem a **Marcha das Margaridas**. O jornal promove a personificação de alguns personagens¹⁴ (como veremos nas análises do capítulo IV) com o intuito de aproximar representações do universo simbólico do leitor. Assim, incluem-se representações da mulher-mãe, da mobilização-bagunça e da alteração da rotina do trânsito, por exemplo.

¹⁴ Personagem é um termo do jargão jornalístico para identificar uma pessoa que empresta sua história ao jornal para exemplificar o tema da notícia.

Sobre os valores-notícia, Traquina (2008) apresenta sua própria sistematização. Ele concorda com Mauro Wolf (1987) que postula que os valores-notícia estão presentes em todo o processo de construção da notícia. Afinado com a corrente interacionista¹⁵ (também sistematizada como *Newsmaking*) da construção da notícia, Traquina complexifica o processo de construção da notícia. Divide os valores em seleção e construção. Os de seleção, por sua vez, são classificados em critérios substantivos e contextuais.

Os critérios de seleção substantivos dizem respeito essencialmente à característica do acontecimento a ser selecionado para ser transformado em notícia. São eles: notoriedade; proximidade; relevância; novidade; tempo; notabilidade (não só da pessoa envolvida no acontecimento, mas também relacionado à quantidade, ao insólito, à falha, ao excesso/escassez); inesperado; conflito ou controvérsia; infração; e escândalo. O autor também aponta a morte como um valor-notícia perene e brinca que cada um de nós será notícia ao menos uma vez: quando morrermos.

Já os critérios contextuais dos valores-notícia de seleção estão ligados à própria produção do jornal: às suas condições econômicas e mercadológicas, ao equilíbrio de assuntos, à disposição visual do conteúdo e, principalmente, ao tempo. O tempo, a propósito, é um dos principais condicionantes do trabalho jornalístico. Traquina enumera cinco critérios: disponibilidade; equilíbrio; visualidade; concorrência; e dia noticioso.

Os valores-notícia que respondem aos critérios de construção dizem respeito à estruturação da notícia, estão ligados à estrutura textual e discursiva da matéria. É com base nesses critérios que o jornalista prioriza um aspecto do fato ou do dito em detrimento de outro. É aqui que entra em cena a estrutura da pirâmide invertida, que enfatiza o parágrafo de abertura, o lead. “[...] São qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia.” (TRAQUINA, 2008, p. 78).

Simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização, consonância são os critérios de construção levantados por Traquina (2008). Nesse sentido, respondem essencialmente à forma com que a notícia é construída. Aqui entram em jogo questões de enquadramento e de linguagem. Esses elementos expostos permitem-nos refletir sobre a cobertura jornalística acerca da **Marcha das Margaridas**.

¹⁵ Discutiremos sobre essas hipóteses e correntes teóricas sobre o jornalismo mais adiante, ainda neste capítulo.

2.2.1 Marcha das Margaridas, um acontecimento noticioso

Do ponto de vista social, a **Marcha das Margaridas** é um mega-acontecimento. É o ápice de uma mobilização que foi iniciada, muitas vezes, com um ano de antecedência e que envolve milhares de mulheres rurais de todo o país. Chegar a Brasília simboliza o saldo de muito trabalho: venda de artesanato e alimentos, participação em bingos, ajuda de parentes.

Para pagar aluguel de ônibus e vans, passagens de avião, despesas com alimentação e material de divulgação, elas usaram a criatividade. Foram rifas, almoços beneficentes, vendas de artesanato e participação em feiras. Além dos recursos arrecadados com essas atividades, muitas coordenações estaduais buscaram parcerias com governos estaduais e municipais.

No município de Presidente Figueiredo (AM), por exemplo, as mulheres se desdobraram para conseguir recursos e pagar as passagens de avião, que ultrapassaram R\$ 30 mil. Durante um ano, elas promoveram feiras da bugiganga, festivais de peixe frito, campanhas de arrecadação e rifas. (REVISTA DA MARCHA, 2008, p. 13).

Tanto para organizadores, quanto para participantes, a marcha é um dos acontecimentos mais importantes do ponto de vista político das trabalhadoras rurais. Mas do ponto de vista da pauta jornalística, a marcha também é um mega-acontecimento? Não. Tuchman (1978, apud TRAQUINA, 2008) classifica como mega-acontecimento aqueles não programados e especificamente imprevistos. São fatos que causam reboiço na redação e que respondem a muitos valores-notícia, como o insólito, o inesperado.

Na nossa lexicologia será designada como mega-acontecimento, o protótipo do acontecimento que, como sublinha Tuchman, arrebenta nas redações jornalísticas e provoca uma alteração completa na rotina, como uma nova primeira página, boletins de notícia, uma interrupção prolongada da programação normal. Exemplos de mega-acontecimentos: o ataque de 11 de setembro, o acidente fatal de Princesa Diana, os primeiros passos do homem na Lua – marcados por um grau enorme de valores notícia que fazem o consenso dos membros da comunidade jornalística, imbuídos como são pelos valores-notícia que podem incluir, entre outros, a morte, a novidade, o inesperado, a notabilidade do ator, a relevância, o conflito, e o insólito. (TRAQUINA, 2008, p. 97).

No contraponto dos mega-acontecimentos estão os acontecimentos de rotina, tipificados por Molotch e Lester (1974/1999) como *happenings*. De *happenings* são constituídas a maior parte das notícias e reportagens. Há pessoas, como presidentes que têm acesso direto aos meios de comunicação, sua noticiabilidade está circunscrita em sua notoriedade. Esses casos são chamados pelos autores de “acesso habitual”.

Um outro tipo de *happening* possui o “acesso disruptivo” aos meios de comunicação. Esse tipo de acesso é produzido por aqueles que têm necessidade do acesso à mídia para

tomarem dimensão de acontecimento público. “Eles têm de ‘fazer notícia’, entrando em conflito, de qualquer modo, com o sistema de produção jornalística, gerando a surpresa, o choque ou qualquer forma latente de ‘agitação’.” (LESTER; MOLOTOCH, 1974/1999, p. 45).

Historicamente, uma manifestação de classe é tomada como uma disrupção da normalidade. Há um contexto econômico ou social (senão ambos) que a gerou, muitas vezes, uma pauta de reivindicações, concentração de pessoas e a possibilidade de conflito iminente (o que não quer dizer que todas as manifestações são violentas). Por essas características podemos pensar a **Marcha das Margaridas**, do ponto de vista do acontecimento jornalístico, como um acontecimento de rotina, apesar de ser um mega-acontecimento do ponto de vista social e político.

Charaudeau (2009) sustenta que para um acontecimento figurar na mídia é preciso transformá-lo em discurso. Nesse sentido, todo e qualquer acontecimento que aparece na pauta dos jornais é um discurso mediado. A mediação se dá, primeiramente, pelo repórter que é seguido pelo conjunto de produtores que constituem a máquina midiática do jornal: editores, fotógrafos, ilustradores. Nesse sentido, Charaudeau (2009, p. 132) propõe chamar de notícia

um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo *espaço temático*, tendo um caráter de *novidade*, proveniente de uma determinada *fonte* e podendo ser diversamente tratado. Um mesmo espaço temático: significa que o acontecimento, de algum modo, é um *fato* que se inscreve num certo *domínio* do espaço público, e que pode ser reportado sob a forma de um *minirrelato*.

Do ponto de vista da pauta jornalística, também é possível perceber a **Marcha das Margaridas** sob a perspectiva do valor-notícia tempo. Além de se manifestar nos acontecimentos que estão temporalmente (dias, horas) próximos à edição do veículo midiático, o fator tempo também serve, como propõe Traquina (2008, p. 81), como uma *news peg*.

A existência de um acontecimento na atualidade já transformada em notícia pode servir de ‘news peg’ ou gancho (literalmente ‘cabide’ para pendurar a notícia) para outro acontecimento ligado a esse assunto. Segundo, o próprio tempo (a data específica) pode servir como um ‘news peg’ e justificar a noticiabilidade de um acontecimento que já teve lugar no passado, mas nesse mesmo dia.

As três edições da **Marcha das Margaridas** foram organizadas em agosto, mês em que se lembra o assassinato de Margarida Alves. Do ponto de vista da pauta midiática, esse é um valor-notícia. A data de aniversário ou comemoração de algo relevante é utilizada como ensejo para retomar temas importantes. No caso, a violência contra mulheres, os assassinatos de lideranças rurais e a impunidade contra agressores e assassinos. Esses são temas relevantes para a população que estão, para a pauta jornalística, na esfera do consenso:

A esfera de consenso é a região em que encontramos os valores consensuais da sociedade, como a pátria, a maternidade, a liberdade. Nos seus limites estão esses objetos sociais que não são vistos pelos jornalistas e pela maioria da sociedade como controversos. Dentro dessa esfera os jornalistas não se sentem a apresentar pontos de vista opostos, e, na verdade, sentem frequentemente como sua responsabilidade agir como advogados ou protetores cerimoniais de valores de consenso. Dentro dessa esfera, os media noticiosos tem um papel essencialmente conservador e legitimador. (HALLIN, 1986, apud TRAQUINA, 2008, p. 87).

As outras esferas propostas por Hallin para o enquadramento das notícias são a esfera da controvérsia, em que é obrigatória a apresentação de versões conflitantes; e a esfera do desvio: em que estão os acontecimentos julgados fora do padrão normal e aceitável de conduta, é o caso dos crimes, por exemplo. Nessa esfera, os jornalistas imbuem-se de uma postura conservadora de protetor da sociedade. Como frisa Traquina (2008, p. 87), a ideologia da neutralidade frequentemente é deixada de lado nesses casos.

Outro fator que fortalece a **Marcha das Margaridas** como acontecimento midiático é o valor-notícia da proximidade geográfica com o veículo selecionado. Apesar de ser um acontecimento com implicações de envergadura nacional, jornais de Brasília tendem a fazer uma cobertura mais sistemática por agregar mais um valor-notícia. Vamos refletir essa questão com mais profundidade adiante quando explicaremos a seleção do **Correio Braziliense** como *corpus* de análise.

2.3 NOTÍCIAS COMO DISCURSO

Inspirados pela pergunta do que é notícia, algumas correntes teóricas analisam o papel do jornalismo na sociedade e seus desdobramentos. A primeira corrente teórica especificamente do campo jornalístico diz respeito ao que se chama de Teoria do Espelho. Desenvolvida nos 1950, essa linha conceitua que o jornalismo reflete a realidade como ela é. Trata de coisas que acontecem sem empregar juízo de valor, com isenção e objetividade. O jornalista é um mero observador, que reporta o acontecimento de modo desinteressado. Sob essa égide altruísta, constituíram-se várias empresas de comunicação. É essa a linha defendida pelo jornalista Ricardo Noblat, que foi o editor-chefe do jornal **Correio Braziliense** (veículo selecionado para desenvolver as análises) até outubro de 2002.

Um jornal não se limita a ser a soma de registros úteis destinados a orientar a vida das pessoas a curto prazo. Um jornal não é simplesmente uma espécie de ata do cotidiano de um lugar ou de um ajuntamento de lugares. [...] um jornal é ou deveria ser um espelho da consciência crítica de uma comunidade em determinado espaço

de tempo. Um espelho que reflita com nitidez a dimensão aproximada ou real dessa consciência. E que não tema jamais ampliá-la. Pois se não lhes faltarem talento e coragem, refletirá tão-somente uma consciência que de todo ainda não amanheceu. Mas que acabará amanhecendo. (NOBLAT, 2003, p. 21).

Traquina observa que há coerência nessa premissa de espelho da realidade:

Existe um acordo tácito entre os que escolhem esta profissão de jornalista e o leitor/ouvinte/telespectador que torna possível dar credibilidade ao jornalismo: o principal produto do jornalismo contemporâneo, a notícia, não é ficção, isto é os acontecimentos ou personagens das notícias não são invenção dos jornalistas. A transgressão da fronteira entre realidade e ficção é um dos maiores pecados da profissão de jornalista, merece a violenta condenação da comunidade e quase o fim de qualquer promissora carreira de jornalista. (2005, p. 19-20).

A um editorial, publicado em 19 de julho de 1999, Noblat deu o título: “Para que serve um jornal”. O texto foi impresso em um banner e, durante muitos anos, esteve exposto na sala da Redação do **Correio Braziliense (CB)**, como uma espécie de guia para os profissionais. “Para que serve um jornal” foi publicado numa época em que o **Correio Braziliense** sofreu sanções e tentativas de censura por questões de disputas políticas entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no Distrito Federal. Após expor outros propósitos, o texto finaliza que um jornal:

Serve também para o indivíduo que não adquiriu voz partidária, sindical ou até mesmo de classe tal a sua exclusão no convívio social. Um jornal serve também para emocionar, dar prazer, informar por inúmeros suportes do fato além do texto, deleitar, entreter, indignar, comover e demonstrar que vive intensamente o seu tempo e a sua região. Um jornal não é só um amontoado de linhas, textos, fotos e traços, um jornal serve quando se torna fundamental, preciso, precioso, indispensável para o quê na verdade o mantém vivo: sua credibilidade.

Um jornal serve para reconhecer seus talentos e sua vocação maior de comprometimento com o seu serviço primordial: um jornal serve para servir! (NOBLAT, 1999) ¹⁶.

A argumentação de Noblat (1999) indica outra linha em que se sustenta o jornalismo: o da teoria democrática. Por meio dessa corrente teórica, acredita-se que não há democracia sem uma imprensa livre e vice-versa. O jornalismo seria, portanto, um canal entre a população, os poderes e quem os exerce. Faria papel de fiscal, de detetive.

Os pais fundadores da teoria democrática têm insistido, desde o filósofo Milton, na liberdade como sendo essencial para a troca de idéias e opiniões, e reservaram ao jornalismo não apenas o papel de informar aos cidadãos, mas também, num quadro de *cheks and balances* (a divisão do poder entre poderes), a responsabilidade de ser o guardião (*watchdog*) do governo. (TRAQUINA, 2005, p. 23).

Noblat (2003, p. 72) se filia a essa corrente teórica:

¹⁶ NOBLAT, Ricardo. **Para que serve um jornal**. 1999. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2008/05/26/para-que-serve-um-jornal-104511.asp>>.

Os jornalistas fazem a intermediação da sociedade com os que a representam. Este é um dos seus papéis. O outro é o de fiscalizar atos e comportamentos dos que exercem o poder – o poder público ou o privado que influencia a vida das pessoas.

Mas, para além desse papel (quase messiânico) do jornalismo, o jornal também é uma empresa. Isso faz do jornalismo um campo complexo que surfa em entre dois polos, muitas vezes com interesses antagônicos: o ideológico e o empresarial. Aliás, foi apenas com a separação dos interesses políticos individuais, por meio de um modelo negocial mais autônomo, que o jornalismo começou a se desenhar assim como o conhecemos hoje.

Até meados do século XIX, a prática jornalística era partidária e ideológica, dependia de financiadores, que em geral, tinham interesses políticos. A partir de 1880, começou a se estruturar nos Estados Unidos o *penny press*. Acompanhado de uma alfabetização crescente das populações e do fortalecimento da Publicidade, esse modelo de gestão deu mais autonomia aos jornais e rapidamente se espalhou por países da Europa e, no começo do século XX, chegou timidamente ao Brasil. O *penny press* começou a viabilizar o surgimento de um jornalismo separado do viés ideológico de partidos e associações. Nessa época, fato e opinião foram separados.

A prática jornalística inspira-se no positivismo do século XIX, marcada, como sublinha Traquina (2001) pela precisão da máquina fotográfica. O que era captado pela máquina fotográfica era incontestável. O invento também – assim como posteriormente o desenvolvimento de outras tecnologias – influenciou no novo desenho do jornalismo. O estilo de redação carregado de impressões perde força, fica com um espaço específico: em artigos e editoriais. O fato, o acontecimento torna-se, então (e ainda o é) o grande guia do jornalismo.

A obsessão pelos fatos acompanhou uma crescente obsessão com o tempo e uma maior orientação por parte da imprensa para os acontecimentos. O impacto tecnológico marcou o jornalismo do século XIX como iria marcar toda a história do jornalismo ao longo do século XX até o presente, apertando cada vez mais a pressão das horas-de-fechamento, permitindo a realização de um valor central na cultura jornalística – o imediatismo. (TRAQUINA, 2005, p. 53).

Outro momento crucial foi nos anos 20 e 30 do século XX em que se desenvolveu o ideal de objetividade no jornalismo. O modelo de como atingir o ideal nasceu nos Estados Unidos, no período pós-guerra (Primeira Guerra Mundial). Aqui a objetividade aparece não como o oposto à subjetividade, mas à parcialidade. Num olhar sociológico, a objetividade é a descrição de métodos, ainda que outro pesquisador faça a pesquisa, tenha condições de chegar aos mesmos resultados. Essa perspectiva é mais abrangente do que em outros campos do conhecimento onde os métodos objetivos, são palpáveis e quantificáveis. No jornalismo a objetividade segue, como denomina Tuchman (1972/1999), rituais estratégicos.

2.4 RITUAIS ESTRATÉGICOS DE OBJETIVIDADE

Ao longo dos séculos XIX e XX, o jornalismo desenvolveu uma série de práticas e rotinas que corroboraram para a sua profissionalização. Nos jornais dos séculos XVIII e até meados do século XIX, os textos dos jornais tinham um forte vínculo com a política e a literatura. Alguns fatos como alterações no modelo de negócio (publicidade e *penny press*), acompanhado de uma alfabetização crescente; alterações na percepção sobre os jornalistas e mesmo sobre os fatos fizeram com que uma série de técnicas fosse se desenvolvendo e se consolidando.

Uma das técnicas é a da objetividade. Traquina (2005) sublinha que, juntamente com a liberdade e a verdade, a objetividade é um valor partilhado pelo *ethos* jornalístico. A objetividade é uma aliada da credibilidade, alicerce do jornalismo.

Walter Lippman (apud TRAQUINA, 2005) defendeu a objetividade como uma aliada dos jornalistas na redação das notícias. “Com a ideologia da objetividade, os jornalistas substituíram uma fé simples nos fatos por uma fidelidade às regras e aos procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em causa” (ibid, p. 138).

Tuchman (1972/1999) chama de rituais estratégicos os procedimentos dos jornalistas para atingir a almejada objetividade. Para ela, a objetividade é uma série de procedimentos que ajudam a proteger os jornalistas de eventuais críticas:

Para os jornalistas e os cientistas sociais o termo “objetividade” funciona como um baluarte entre eles e os críticos. Atacados devido a uma controversa apresentação de “fatos”, os jornalistas invocam a sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrânico põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar espíritos malignos. Os jornalistas têm de ser capazes de invocar algum conceito de objetividade a fim de trabalhar os fatos relativos à realidade social. (TUCHMAN, 1972/1999, p. 75).

Traquina observa que a objetividade também é uma forma de auxiliar o jornalista na organização de métodos para orientar seu trabalho em função da rapidez que exige:

A objetividade facilita a estandardização do produto e permite que os jornalistas sejam utilizados indiscriminadamente, ou seja, como um recurso permutável. Assim, a objetividade poupa energias à organização porque, em princípio, as notícias elaboradas passam pela hierarquia do jornal sem grandes alterações (2005, p. 142).

Tuchman (1972/1999) enumera quatro atributos formais que correspondem aos requisitos para o alcance da objetividade, na visão dos jornalistas: 1) apresentação de possibilidades conflituais; 2) apresentação de provas auxiliares; 3) O uso judicioso de aspas; 4) a estruturação da informação numa sequência apropriada.

Apresentação de possibilidades conflituais diz respeito à possibilidade de polêmica. É dar voz a todos os envolvidos na situação noticiada. É dar o direito de defesa, de resposta. No jornalismo, o que uma pessoa diz ganha valor de fato, quase um acontecimento (pode-se perceber isso mais facilmente em matérias publicadas especialmente por revistas semanais que envolvem denúncias de escândalos de corrupção política). Apresentar ditos conflituosos seria fornecer ao leitor todas as versões do ocorrido. “Os jornalistas tem de ser capazes de identificar os ‘fatos’, muito embora algumas pretensões de verdade não sejam facilmente verificáveis” (TUCHMAN, 1972/1999 p. 79). Em tese, ao proceder assim, o repórter dá ao receptor a possibilidade de julgar como bem lhe aprouver e decidir de que lado está a “verdade”.

Como o próprio nome sugere, provas auxiliares são fatos, documentos, ditos que corroboram com o tema da matéria. São elementos que ajudam a sustentar a veracidade daquilo que é dito.

A asserção dos jornalistas de que ‘os fatos falam por si’ é esclarecedora. Esta expressão implica uma distinção cotidiana entre os ‘fatos expressivos’ e o repórter (orador, bisbilhoteiro, etc.) que fala pelos ‘fatos’. Se o repórter decidir falar pelos ‘fatos’, ele não poderá afirmar-se objetivo, ‘impessoal’, ‘imparcial’. Naturalmente, é assunto assente, do ponto de vista sociológico, de que os ‘fatos’ não falam por si. Por exemplo, Shibutani (1966) demonstra que a avaliação e a aceitação dos ‘fatos’ está extremamente dependente dos processos sociais. (ibid, p. 81)

Já o uso de aspas¹⁷ é um recurso formal da objetividade. O dito enunciado não pertence ao repórter, mas a outrem (chamado de fonte, no jargão jornalístico). Esse recurso é utilizado como uma prova suplementar a reportagem ou notícia.

O uso de citações para fazer desaparecer a presença do repórter da notícia estende-se ao uso de aspas como instrumento de sinalização. Elas podem ser usadas, como acabamos de discutir, para informar: ‘esta afirmação pertence a uma qualquer pessoa, menos ao repórter’. Também podem ser utilizadas para pôr em questão a designação atribuída. Por exemplo, o termo Nova Esquerda (sem aspas) refere-se a um grupo de pessoas com determinado posicionamento político. A ‘Nova Esquerda’ (com aspas) refere-se a um grupo que se intitula de Nova Esquerda: neste caso, a legitimidade do grupo é posta em causa. (TUCHMAN, 1972/1999, p. 82)

A objetividade no Jornalismo é tema de muitas pesquisas e essas técnicas são amplamente questionadas pela comunidade acadêmica, uma vez que seus procedimentos metodológicos trazem um caráter subjetivo na seleção.

¹⁷ O uso de aspas ainda será analisado mais adiante nesta dissertação, pois será uma das categorias de análise das matérias.

2.5 CAMPO TEÓRICO

No século XX, alguns autores começaram a estudar a dinâmica da notícia e da imprensa. Até a década de 1950, os teóricos desenvolviam uma abordagem mais imediata dos efeitos da comunicação de massa sobre as pessoas. Era comum uma abordagem utilitarista e também ideológica. Após a Segunda Guerra Mundial, uma nova abordagem surgiu nas pesquisas comunicacionais e uma série de hipóteses e reflexões começaram a se desenvolver e enquadrar àqueles que Wolf (2000, p. 139-144) chama de estudos de efeito de longo prazo. Nesses estudos, realça-se o caráter processual da comunicação. Não apenas efeitos imediatos ou pontuais. Defende-se que os meios de comunicação têm um efeito cognitivo sobre os indivíduos. O advento desta corrente teórica está ligado à ascensão da Sociologia do Conhecimento e ao abandono da teoria informacional da comunicação.

Na linha das teorias sobre o Jornalismo (*Newsmaking*), a primeira a se desenvolver foi a do espelho. Nela, acredita-se que a notícia é um reflexo da realidade.

Concomitantemente, o desenvolvimento das estruturas de um governo democrático promoveu todo um discurso social em que o papel do media e a responsabilidade dos seus profissionais apontam claramente no sentido de definir um *ethos* profissional dos novos comunicadores. Um novo paradigma das notícias como informação iria substituir, com ritmo e intensidade diversa, nos diversos espaços nacionais, o velho paradigma que concebe o papel dos meios de comunicação social como arma política e os jornalistas como militantes partidários. Com o novo paradigma das notícias como informação, o papel do jornalista é definido como o do observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais. (TRAQUINA, 2005, p. 147).

A ideia do espelho sustenta um *ethos* jornalístico que há cerca de 150 anos vem se desenvolvendo. Pode-se notar isso nos Manuais de Redações dos jornais (Correio, Folha) que esbanjam palavras de ordem como: clareza, objetividade, compromisso com a verdade, isenção, transparência. Muitos jornalistas ideários creem ser possível exercer a profissão sob a égide desses valores. O próprio código de ética dos jornalistas afirma em seu artigo I que é dever do jornalista “Respeitar a verdade: comprovar a correção da informação antes de a notícia ser publicada; recorrer a diversas fontes; garantir a audiência das partes interessadas”.

De fato, há um acordo tácito entre produtores e receptores que entendem que a notícia é a verdade, não é ficção. Traquina (2005) lembra que romper com esse acordo é colocar em risco a credibilidade da informação, do jornal e é, até mesmo, decretar o fim de qualquer carreira promissora de jornalista.

A teoria do *gatekeeper*¹⁸ sucedeu a do espelho, mas como é possível notar por meio dos discursos midiáticos¹⁹, não foi capaz de substituí-la de uma vez por todas. Esta teoria, também chamada de ação pessoal, apesar de simplista, uma vez que centra o poder de decisão das pautas apenas no jornalista e não contempla o processo complexo da produção de notícias, foi importante para avançar nas reflexões críticas acerca do jornalismo. Ela sublinhou o lado subjetivo da seleção de temas que entram no jornal, o que contrapôs a ideia do espelho fidedigno da realidade. David White (1950) é o principal expoente desta corrente teórica. Em seus estudos, ele conclui que “o processo de seleção é subjetivo e arbitrário; as decisões do jornalista eram altamente subjetivas e dependentes de juízos de valor baseados no ‘conjunto de experiências, atitudes e expectativas do *gatekeeper*’.” (TRAQUINA, 2005, p. 150).

A teoria organizacional, que teve Warren Breed (1950) como principal autor, concentrou-se em outra face do processo produtivo da imprensa: a organização, como o próprio nome sugere. Ela alarga as perspectivas teóricas. Enquanto o *gatekeeper* é uma análise microssociológica, a organizacional é uma abordagem macrossociológica.

Breed sublinha a importância dos constrangimentos organizacionais sobre a atividade profissional do jornalista e considera que o jornalista se conforma mais com as normas editoriais da política editorial da organização do que com quaisquer crenças pessoais que ele ou ela tivesse trazido consigo. (TRAQUINA, 2005, p. 152).

Breed enumera questões valorativas que funcionam como fator de coesão dos jornalistas à organização. Segundo ele, não há um código organizacional expresso. Os jovens jornalistas e os profissionais recém-contratados aprendem a política editorial da empresa por uma espécie de osmose.

A principal fonte de expectativas, orientações e valores profissionais não é o público, mas o grupo de referência constituído pelos colegas ou pelos superiores. Breed distingue seis motivos que incutem conformidade à orientação do jornal: a. a autoridade institucional e as sanções; b. os sentimentos de dever e estima para com os superiores; c. as aspirações à mobilidade profissional; d. à ausência de fidelidades de grupos contrapostas; e o caráter agradável do trabalho; f. o fato de a notícia ser transformado em valor (WOLF, 200, p. 182).

Essa teoria deu relevância a outra parte do processo produtivo das notícias: a influência das empresas. As reflexões apontaram para uma importante face do processo complexo de produção midiática, mas se limitaram apenas a essa, por isso, a abordagem também é considerada limitada.

¹⁸ Significa o porteiro, é a pessoa que toma uma decisão numa sequência de decisões. O termo utilizado pela primeira vez em 1947, pelo psicólogo social, Kurt Lewin. (WOLF, 2001, p. 180).

¹⁹ O texto publicado por Noblat em 19 de julho de 1999 **Para que serve um jornal** é um exemplo dos ecos da Teoria do Espelho. Texto disponível no **Blog do Noblat** <<http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2008/05/26/para-que-serve-um-jornal-104511.asp>> acesso em: 2 de jul de 2011.

2.5.1 Teoria interacionista

Ao lado da teoria estruturalista – que se filia às noções teóricas do *Cultural Studies*, da Inglaterra – a teoria interacionista faz parte das teorias que Traquina (2005) classifica de construcionistas. Traquina é quem faz essa divisão em duas correntes, mas a maior parte dos autores, a exemplo de Felipe Pena (2005), as reúne na Teoria do *Newsmaking*. Julgamos mais adequada a divisão proposta por Traquina, pois, apesar das duas correntes construcionistas serem semelhantes possuem algumas concepções que as singularizam.

Na corrente teórica interacionista, a notícia passa a ser encarada como construção e uma série de variantes (desde as rotinas profissionais, os fatores socioculturais, as práticas empresariais, entre outros) entram em cena para definir quais fatores levarão um acontecimento a se tornar notícia e como ele será tratado – estilo de texto, recursos de edição (foto, retranca, título).

Se são escolhidos os fatos e a maneira que determinado assunto será abordado no jornal, a notícia não é espelho da realidade, mas resultado de uma construção. A mídia, portanto, constrói uma imagem do real. Nesse sentido, é um discurso historicamente datado e que sofre influências sociais, econômicas e culturais. Tanto é assim, que os valores-notícia, como frisa Wolf, são dinâmicos. Eles

mudam com o tempo e, embora revelem uma forte homogeneidade no interior da cultura profissional – para lá de divisões ideológicas, de geração, de meio de expressão, etc. –, não permanecem os mesmos. Isso manifesta-se claramente na especialização temática que, num determinado período histórico, os meios de informação conferem a si próprios. Assuntos que, há alguns anos, simplesmente ‘não existiam’, constituem atualmente, de uma forma geral, notícia, demonstrando extensão gradual do número e do tipo de temas considerados noticiáveis (WOLF 2000, p. 198).

As teorias construcionistas desenvolveram-se a partir da década de 1970. Foram impulsionadas, especialmente, pelo advento de pesquisas etnográficas. A maior parte dos autores dessa corrente desenvolveu a observação participante como metodologia de análise. Gaye Tuchman chama as notícias de estórias.

Dizer que uma notícia é uma ‘estória’ não é de modo algum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o fato de que a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna. (TUCHMAN, 1976/1999, p. 262)

Nesse sentido, a teoria interacionista supera os estudos da parcialidade²⁰, que antecederam essa acepção holística do processo produtivo dos *mass media*. A acepção teórica da parcialidade ou distorção aceita que é possível traduzir a realidade nas notícias. Tuchman (1976), contudo, defende que as notícias não refletem a realidade, uma vez que se constituem propriamente uma realidade. Por meio da análise de conteúdo, os estudiosos da parcialidade procuravam identificar a existência de distorções da realidade no *corpus* analisado. Marcados pela dualidade de um mundo dividido entre capitalismo e socialismo, a maior parte das pesquisas apresentavam conclusões político-ideológicas.

A primeira vista, essa metodologia parece ser adequada para estudos, como este, que se propõem a uma abordagem crítica da mídia, contudo não é esse o nosso objetivo. Assim como na teoria interacionista, procuramos compreender a matéria jornalística como o resultado de uma série de fatores. Mesmo que as notícias e reportagens que tratem da **Marcha das Margaridas** não abordem questões estruturais do movimento (conforme exposto no capítulo anterior), não é possível dizer que os jornalistas tiveram a intenção de omitirem a complexidade de seu processo de construção ou de serem tendenciosos. Tuchman (1972/1999, p. 76) observa que, diferentemente do cientista social, os jornalistas são pessoas de ação.

Provavelmente, a escolha de enquadramentos das matérias do **Correio Braziliense**, foi movida por uma série de fatores estruturantes do *ethos* jornalístico e não por questões ideológicas. Essas escolhas são permeadas pela cultura e manifestam-se na linguagem, compondo o discurso jornalístico. Adotamos como estratégia metodológica, a Análise do Discurso da Vertente Francesa (AD). Por meio dela, não é possível compreender as notícias como distorções, mas como discurso constituído. A linguagem tem uma materialidade, que deve ser compreendida a partir de injunções socio-histórico e linguística. “[...] A discursividade define uma ordem própria, diversa da materialidade da língua’ e, por outro lado, esta ordem ‘se realiza na língua’” (J.J. COURTINE apud, MAINGUENEAU, 1997, p. 17).

²⁰ Também classificados por Pena (2005) de teoria instrumentalista

2.6 A COBERTURA DO CORREIO BRAZILIENSE ACERCA DA MARCHA DAS MARGARIDAS

A mídia impressa, embora estejam passando por mudanças, em especial por conta do fortalecimento do paradigma da convergência digital, ainda é um meio de comunicação importante. O número de leitores e os lucros com a publicidade, como Noblat (2003, p. 14) observou caem:

A receita de publicidade dos jornais em 2001 foi 7,2% menor em termos reais do que a do ano anterior. Nos Estados Unidos, a queda foi de 11,5%, a maior desde a “Grande Recessão” dos anos 30; [...] Entre março de 2001 e março de 2002, os 15 maiores jornais brasileiros, responsáveis por 74% do volume total de exemplares vendidos no país, diminuíram sua circulação em 12%. Deixaram de vender exatos 346.376 exemplares. É como se uma edição inteira da *Folha de São Paulo* tivesse deixado de circular.

Esse cenário coloca o jornal impresso em cheque. Optar por estudá-lo pode soar anacrônico neste momento. Contudo, nossa reflexão não será sobre o suporte, mas sim, sobre a linguagem, uma questão que ultrapassa os meios de comunicação e que se mostra crucial para que se compreenda o campo jornalístico e, também, a sociedade. É importante observar, entretanto, que o suporte midiático não é irrelevante. Expressa uma linguagem singular, pois é composta de elementos sígnicos relevantes, tais como imagens, texto, diagramação, aplicativos etc. De qualquer forma, o impresso compõe uma tendência de cobertura que integra o gênero jornalístico de forma mais ampla.

A linguagem tem uma materialidade e os ditos carregam em si o discurso vigente em determinada época, sociedade e local. Os meios de comunicação de massa, aqui se incluem os jornais impressos, desenvolveram-se num contexto de urbanização crescente. Como os temas tratados pelos meios de comunicação procuram estabelecer referências novas de temas comuns aos seus remetentes, as pautas costumam ser essencialmente voltadas para a população urbana. E mais, produzida por jornalistas de centros urbanos. Abordar temas alheios a essa realidade mostra-se, pois, um desafio. Essa hipótese pode ser sustentada pela Teoria das Representações Sociais, que indica, entre outras coisas, que as comunidades constroem suas representações a partir de elementos do cotidiano que vivenciam. As referências constituem-se a partir das vivências próximas, o que se distingue disso é tomado como *alter*, como diferente.

Stuart Hall defende que a mídia é um mapa cultural do mundo social. Por isso, selecionar um jornal de grande circulação, como o **Correio Braziliense**, que afirma que o público leitor é sua diretriz editorial, é uma maneira de identificar como a população urbana percebe as mulheres do campo e como elas são representadas no jornalismo.

Partindo do princípio do valor-notícia da seleção da proximidade, fundamental para o jornalismo, “sobretudo em termos geográficos, mas também em termos culturais” (TRAQUINA, 2008, p. 80), selecionamos o **CB**, por ser oficialmente²¹ o jornal mais antigo e com maior tiragem de Brasília.

Como a **Marcha das Margaridas** faz sua concentração massiva de manifestantes em Brasília, jornais locais teriam maior probabilidade de noticiá-la, inclusive porque outros valores-notícia de seleção agregam noticiabilidade ao fato: relevância, notabilidade, entre outros.

A relevância, por exemplo,

responde a preocupação de informar o público dos acontecimentos que são importantes porque têm um impacto na vida das pessoas. Este valor-notícia determina que a noticiabilidade tem a ver com a capacidade do acontecimento incidir ou ter impacto sobre as pessoas, sobre o país, sobre a nação (TRAQUINA, 2008, p. 80).

No caso da **Marcha das Margaridas**, o trânsito pode ser um fator de relevância, uma vez que sofre alterações pela presença das mulheres. Isso acarreta impacto direto no cotidiano dos leitores. Já o valor da notabilidade diz respeito à possibilidade de o fato ser percebido.

Walter Lippmann explica que

uma greve operária pode ser facilmente agarrada como notícia porque é tangível, enquanto as condições de trabalho dos trabalhadores, por exemplo, a monotonia do trabalho, a raiva do contra-mestre, dificilmente serão notícia porque são pouco tangíveis. (TRAQUINA, 2008, p. 82).

No caso do **Correio Braziliense**, o tema **Marcha das Margaridas** figurou no jornal 13 vezes entre 2000 e 2007. Como os valores-notícia interagem de forma conjunta e sem uma hierarquia formalmente instituída ao longo do processo de construção da notícia, certamente, outros valores-notícia também foram fundamentais para determinar a publicação e o enquadramento desses materiais jornalísticos acerca de nossa temática de estudo.

²¹ Sustentamos a afirmação da tiragem com base em números fornecidos pelo Índice Verificador de Circulação (IVC), um instituto de muita relevância do ponto de vista de pesquisas de mercado e de planejamento de mídia, os dados estão na tabela segmentada de mídia do Correio Braziliense 2011. Disponível em: <[http://www.diariosassociados.com.br/file/Tabela2011_segmentada/correio braziliense\(1\).pdf](http://www.diariosassociados.com.br/file/Tabela2011_segmentada/correio braziliense(1).pdf)> Acesso em: 15 jul. 2011

2.6.1 Correio Braziliense: jornal de referência regional

“Jornal mais influente e de maior tiragem do Centro-Oeste do país, o **Correio Braziliense** tem sua história dividida em duas fases.” (SQUARISI, 2005, p. 308). A primeira, entre 1808 e 1822. Fundado por Hipólito José da Costa, o **Correio Braziliense** é considerado o primeiro jornal do Brasil. Produzido em Londres, chegava clandestinamente ao país. A segunda fase é o veículo atual. Fundado em 1960 por Assis Chateaubriand, começou a circular no mesmo dia da inauguração de Brasília.

O CB foi o 63^o²² veículo do império de comunicação fundado pelo jornalista Assis Chateaubriand: os Diários Associados, que adquiriram seu primeiro jornal, na década de 1920. Os Diários Associados, para Amorim (1993), sempre mantiveram uma cobertura jornalística afinada com governos. Essa afinação rendeu a Chateaubriand o posto de embaixador do Brasil no Reino Unido, a partir de 1957. Mesmo ocupando cargo de confiança no governo de JK, Chateaubriand não se furtava de criticar a mudança da capital, como atesta Moraes

Mesmo sendo devedor ao presidente por sua nomeação a um dos mais cobiçados empregos do Brasil, Chateaubriand tornou-se um adversário público da mudança da capital. Ainda que permitisse a seus jornais cobertura jornalística simpática ao empreendimento, ele pessoalmente, em artigos assinados, era implacável nas críticas ao presidente a quem chamava de “o faraó Kubitschek”. Alheio à ingratidão, Juscelino mantinha-o em Londres (MORAES, 1994, p. 18).

Com a cidade praticamente pronta, Chateaubriand mudou de opinião e passou a defender a ocupação de Brasília. Ainda na época da construção da capital, os Diários Associados iniciaram a construção dos dois prédios que abrigariam os novos veículos do grupo.

Apesar de já possuírem veículos deficitários, os Associados apostaram na inauguração do **Correio Braziliense** como uma vitrine da sua potência, importando para o Brasil um imenso maquinário para a impressão do periódico. Foi o primeiro jornal no Brasil a imprimir em *offset*.

Com a mais alta tecnologia, a inovação no **Correio Braziliense** constitui-se marco da expansão dos Associados, que, com alto investimento, atualizam o parque gráfico de mais cinco jornais. Com o avanço, ganham os leitores, os anunciantes e os profissionais do Diário de Pernambuco (Recife), Estado de Minas (Belo Horizonte), Monitor Campista (Rio de Janeiro), o Imparcial (São Luiz) e Jornal do Comércio (Rio de Janeiro). (SQUARISI, 2005, p. 304).

²² Contagem feita por meio da linha do tempo, presente no site dos Diários Associados. Disponível em: <<http://www.diariosassociados.com.br/linhadotempo/decada60.html>> Acesso em: 10 jul 2011.

Mesmo sob a chancela do pioneirismo, o *Correio Braziliense* não foi o primeiro jornal a circular em Brasília. Fona (1993, p.70) aponta que o **Diário Carioca** já fazia uma tiragem para os candangos e políticos que visitavam a região das obras com frequência. Era o DC-Brasília. “D Almeida Vitor cataloga no período de 1957 a 1967, a existência de 126 publicações, entre boletins, revistas e jornais editados por empresas, sindicatos de classe, grêmios estudantis e órgãos públicos.” (FONA, 1993, p. 69-70).

O CB começou a circular no mesmo dia da inauguração de Brasília, 21 de abril. Catanhêde (1993, p. 79) conta que os outros jornais do país programaram-se para cobrir a inauguração, mas não se organizaram para montar sucursais no Planalto Central. Os jornalistas, a princípio, enviados especiais, acabaram ficando como setoristas. Nisso precisamente, o **Correio Braziliense** saiu na frente, pois era o único com estrutura e equipe na nova capital. Essa situação, provavelmente, colocou a publicação à frente de outras na cidade. Mas D’Amorim (1993, p. 94) observa que a entrada de jornais de outros estados em Brasília era grande, uma vez que os novos moradores mantinham vínculo com a imprensa de seus estados.

Moraes faz a comparação dos Diários Associados com um grande transatlântico navegando a todo vapor, visto de fora.

Quem navegasse um pouco mais na contabilidade daquele mundo de empresas, entretanto, teria uma visão mais nítida que o complexo que Chateaubriand decidira compartilhar com 22 empregados era também um navio com enormes rombos no casco. (1994, p. 614).

Os empregados mencionados por Moraes formaram o Condomínio Acionário, a quem Chateaubriand doou 49% de suas empresas, em setembro de 1959. Na época da inauguração de Brasília, os Diários Associados tinham 90 empresas, descritas assim por Fernando Moraes:

dezenas de jornais, as principais estações de televisão, 28 estações de rádio, as duas mais importantes revistas para adultos do país, doze revistas infantis, agências de notícias, agências de propaganda, um castelo na Normandia, nove fazendas produtivas espalhadas por quatro estados brasileiros, indústrias químicas e laboratórios farmacêuticos, estes lançados pelo poderoso Schering. (MOARES, 1994, p. 16).

O modelo inusitado de gestão empresarial mantém-se até hoje. O império de Assis Chateaubriand, hoje, possui 13 jornais, 12 emissoras de rádio e sete canais de TV²³. Quando o **Correio Braziliense** e a TV Brasília foram inauguradas, em 21 de abril de 1960, Chateaubriand estava internado em decorrência de uma trombose, que o deixou tetraplégico em fevereiro daquele mesmo ano. Apesar de os médicos acreditarem que o Velho Guerreiro não sobreviveria ao incidente, ele só faleceu em 1968.

²³ Dados da Fundação Assis Chateaubriand. Disponível em: < <http://fac.correioweb.com.br/grupo.htm>>. Acesso em: 10 de jun. de 2011.

Mesmo depois da trombose, com dificuldades na fala e sem poder mover-se, Chateaubriand voltou a escrever seus artigos diários, com o auxílio de sua enfermeira particular e tradutora, Emília (MORAES, 1994, p. 624-625). Algum tempo depois, enquanto se tratava nos Estados Unidos, a IBM desenvolveu uma máquina para que Chateaubriand voltasse a escrever sozinho. Grande empresário, dono de fazendas, Chatô era um ferrenho combatente do chamado perigo vermelho²⁴. Suas preferências políticas e convicções podiam ser conferidas em seus artigos.

Desde que começara a conspirar contra Jânio, nos primeiros meses de 1963, até a eclosão do golpe, em abril de 1964, foram raros os artigos escritos por Chateaubriand que não tratassem de política nacional. Quando não estava açoitando a reforma agrária, UNE, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) ou o poder dos sindicatos, o jornalista costumava dedicar-se a cândidas reminiscências da infância, da adolescência ou do período em que vivera na Europa, na virada dos anos 10. (MORAES, 1994, 646).

Ainda antes da trombose, quando o então presidente Juscelino envidava esforços para que o país deixasse de ser exportador apenas de matérias primas, Chateaubriand destilou críticas às pretensões presidenciais. (MORAES, 1994, p.19). Seguindo a linha política de seu criador, os Diários Associados parecem identificar-se com suas preferências político-ideológicas.

Apenas para ilustrar, é possível notar a filiação político-ideológica impressa no **Correio Braziliense** até mesmo pelo termo invasão, empregado na matéria “Mulheres contra a violência” (CAMPBELL, 23 de ago 2007, p. 23). Esta terminologia é defendida por empresários donos de fazendas no lugar de “ocupação”. Clarisse Gurgel (2005, p. 203) observa no **Dicionário da Terra** que

proprietários de terra, grande imprensa e órgãos do governo fazem uso do termo invasão para definir as ações de movimentos sociais de luta pela reforma agrária [...] o conceito vem sendo adotado propriamente por aqueles que se sentem invadidos.

Esse exemplo corrobora a ideia iniciada pela Teoria Organizacional (BREED, 1950) e complementada pela teoria interacionista (Tuchman, Traquina) de que a política organizacional interfere no resultado do trabalho dos jornalistas. Repórteres utilizam o termo invasão, muitas vezes de forma automática e sem reflexão. Discutiremos mais sobre este tema no capítulo em que serão feitas as análises.

²⁴ Expressão cunhada para designar avanço do comunismo no ocidente capitalista.

2.6.2 Reformas

Na década de 1970, o **CB** também sofreu com o lançamento e crescimento do **Jornal de Brasília**. A credibilidade do concorrente crescia e políticos, na época, davam cada vez mais valor ao novo jornal. A contratação de Oliveira Bastos, em 1975, ajudou a reanimar as vendas e a credibilidade do pioneiro. Ele foi responsável pela primeira reforma gráfico-editorial do CB. O jornal passou a ter um Primeiro Caderno, com assuntos gerais, e o Caderno Dois, de Cultura. Oliveira Bastos carregava nas tintas em criatividade. Poetas e cineastas, como Glauber Rocha, passaram a escrever para o CB. Isso rendeu destaque para a publicação inclusive no Rio de Janeiro e em São Paulo (D'AMORIM, 1993, p. 97).

Na época da primeira reforma, os jornalistas do CB, assim como os demais colegas que residiam em Brasília, mantinham duplo emprego. Catanhêde (1993, p. 82) diz que as sucursais combateram a prática melhorando os salários de seus repórteres em Brasília, mas a tendência não foi seguida pelo CB. Tanto é assim, que Noblat relata que, em 1994 a falta de repórteres exclusivos ainda era um problema na empresa.

Enquanto Ricardo Noblat foi editor-chefe do **Correio Braziliense**, o jornal passou por reformas gráficas e editoriais, o que rendeu muitos prêmios ao periódico²⁵. A reforma começou a ser pensada em 1994. Apesar de o jornal ser líder entre leitores e mercado publicitário no DF, estava intimidado com a concorrência de jornais de outros estados, que vinham apresentando números crescentes de vendas em Brasília. Noblat (2002) destaca o fato de o jornal ainda ter se mantido num formato muito tradicional, que remetia ao período do governo militar. Graças ao bom relacionamento que mantinha com generais do regime militar, o CB foi o único jornal que não teve censores na redação (D'AMORIM, 1993, p. 100). As boas relações rendiam ao CB generosas fatias do bolo publicitário das verbas federais.

Os reflexos desta relação amigável com o governo, ainda se mantinham quando Noblat assumiu o CB. “A reforma do jornal começou em 1994 e ainda não terminou. E talvez jamais termine. Porque nele prevalece o entendimento de que seu projeto editorial é uma obra inacabada.” (NOBLAT, 2002, p. 144). Noblat, à época da publicação do livro, destacou a reforma editorial do periódico em três momentos: fevereiro de 1994, abril de 1996 e julho de 2000. “Até meados de 2002, o Correio acumulara um total de 156 prêmios de jornalismo: 69

²⁵ “Hoje, é veículo de referência nacional. Reforma gráfica e editorial, realizada em 1996 lhe valeu mais de 40 prêmios. Entre eles, um Esso Nacional, o Marketing Best, o Ayrton Senna e o World's Best Designed Newspapers, que o incluiu entre os 17 jornais mais bem desenhados do mundo.” (SQUARISI, 2005, p. 308)

de artes gráficas, 63 de reportagem e 24 de fotografia” (ibid, p. 147). Em 2009, às vésperas de completar 50 anos, o **Correio Braziliense** passou por nova reforma gráfico-editorial. Esta versão ainda está vigente na publicação. Não encontramos, contudo, referências e reflexões sobre a última reforma e o impacto que ela acarretou politicamente e, também, junto ao público.

Na época da última atualização, enquanto a maioria dos jornais perdia em números de venda, o Correio aumentava sua penetração no mercado. Segundo levantamento do Instituto de Verificação de Circulação (IVC), em 2009, enquanto os 20 maiores jornais do país amargaram, em média, 6,9% de queda, o **Correio Braziliense** teve um aumento de 6,7% nas vendas²⁶.

O último período da reforma editorial mencionada por Noblat (2002), coincide com a primeira edição da **Marcha das Margaridas**, a que, numericamente, teve mais inserções da temática no jornal. Editor-chefe do **Correio Braziliense** por 12 anos, Noblat foi demitido do jornal em 2002 após uma cobertura jornalística combativa contra o PMDB em Brasília. Suas preferências político-ideológicas indicavam divergências com as do grupo como um todo. As coberturas mais marcantes do período em que foi editor-chefe do **Correio Braziliense** dizem respeito a denúncias contra políticos e partidos governistas.

Na época, juntamente com outro condômino, Paulo Cabral, o jornalista afastou-se do Condomínio Acionário dos Diários Associados. O jornalista Ari Cunha²⁷, vice-presidente dos Diários Associados, fez oposição à postura editorial empregada por Noblat na época, manifestando apoio ao então candidato Joaquim Roriz. Ari Cunha mantém uma coluna diária no jornal desde sua inauguração, em abril de 1960. Muitas das inserções sobre a **Marcha das Margaridas** no período selecionado estão na coluna desse jornalista, intitulada **Visto, lido e ouvido**. Uma questão importante para a análise é observar se houve mudanças no enquadramento das matérias sobre a **Macha das Margaridas** com a saída de Noblat. Vamos procurar as respostas para essa questão nas análises, no capítulo IV.

O atual diretor de redação do Correio Braziliense é Josemar Gimenez. Ana Dubeux é a editora-chefe do Correio. Ela é a primeira mulher a ter representação no condomínio acionário. Foi eleita condômina em abril 2010²⁸.

²⁶ Informações disponíveis no Portal Imprensa. Disponível em: <http://portalimprensa.uol.com.br/portal/ultimas_noticias/2010/02/03/imprensa33560.shtml>. Acesso em: 18 jul 2011.

²⁷ VARGAS, Xico. **CORREIO CENSURADO**, Observatório da Mídia. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp3010200294.htm>>. Acesso em 18 jul 2011

²⁸ **CORREIO BRAZILIENSE, Editora-chefe do Correio, Ana Dubeux é a primeira mulher a entrar para o grupo dos condôminos dos Diários Associados**. Brasília: 2010, disponível em: <

2.6.3 Perfil de leitores

O **Correio Braziliense** é o jornal de maior tiragem do Distrito Federal. Segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), mantém circulação média de 56,21 mil exemplares de segunda a domingo, “o que o torna o jornal com maior cobertura no Distrito Federal” (CORREIO BRAZILIENSE, 2011, p. 3)²⁹. Segundo o LII Estudos Marplan³⁰, o jornal é lido por 749 mil pessoas. Entre os moradores do DF que se declaram leitores de jornal, o Correio é o preferido de 70%. Significa que 29% da população do Distrito Federal lê o jornal.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 96,62% da população do DF está localizada em áreas urbanas³¹. Situar a distribuição geográfica da população é importante, pois a imprensa fortaleceu-se com o desenvolvimento dos centros urbanos. Sendo o CB, o mais expressivo da cidade, e mesmo da região Centro-Oeste³², a publicação trata de temas relevantes para leitores com características socioculturais urbanas.

Com foco nas classes AB, o Correio é líder absoluto no Distrito Federal e mantém um *share* de 85,3% de circulação entre os jornais Premium do DF. São 4 cadernos, 10 suplementos, 1 revista, além de diversos projetos especiais que trazem para o anunciante retorno de investimento em mídia e presença de marca na mente da população do Distrito Federal. (CORREIO BRAZILIENSE, 2011, p. 2).

De acordo com o LII Estudos Marplan, 48% dos leitores do jornal são mulheres, 66% pertencem às classes AB e 53% têm entre 20 e 39 anos.

2.6.4 Organização do jornal

Ao longo dos últimos dois séculos, o jornalismo desenvolveu estratégias para organizar-se no tempo e no espaço. É limitado pelas horas de fechamento e pela quantidade

http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/04/21/interna_brasil,187672/index.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2011.

²⁹ O dado consta na tabela segmentada de mídia do Correio Braziliense 2011. Disponível em: <[http://www.diariosassociados.com.br/file/Tabela2011_segmentada/correio braziliense\(1\).pdf](http://www.diariosassociados.com.br/file/Tabela2011_segmentada/correio braziliense(1).pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2011.

³⁰ *ibid*

³¹ A última contagem da população de Brasília apontou quase 2,7 milhões de habitantes no DF. Os dados são do censo IBGE 2010. Disponível em:

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=53>. Acesso em: jul. 2011.

³² “O Correio Braziliense é o jornal mais lido e admirado do Distrito Federal.

Tanto é verdade que a sua marca foi eleita, na categoria jornal, a mais lembrada em 2010, pela Associação Brasileira de Anunciantes. Além disso é o 5.º jornal mais querido do Brasil, de acordo com a 11.ª edição da pesquisa realizada pelo Grupo Troiano de Branding.” (Tabela de Segmentação de Mídia 2011 do Correio Braziliense).

de páginas ou de minutos (no caso do rádio e da televisão). A organização espacial do **Correio Braziliense** é majoritariamente em formato *Standard* (6 colunas x 52 cm). A proposta da reforma do jornal, em 2009, trazia mais possibilidades de interatividade, como o *QR Code* e mensagens SMS³³. Nesta reforma, o jornal diversificou os formatos: o caderno de esportes: “Super Esportes” passou a ser feito no formato Berliner (cinco colunas por 35 cm).

De acordo com a tabela segmentada de mídia 2011 do **Correio Braziliense**, o jornal é composto pelo Primeiro Caderno, com as editorias de política, Brasil, opinião, mundo economia e tecnologia, saúde e ciência. Apenas a editoria de Política, economia e Brasil repetem-se todos os dias da semana, enquanto outras editorias variam a frequência.

Seguido do Primeiro Caderno, está o caderno de Cidades. Comparado ao Primeiro Caderno, o Cidades possui um número menor de páginas (entre dez e 16). Este caderno traz informações sobre política e economia local, acontecimentos da cidade, questões ligadas ao urbanismo, segurança pública, números de violência, saúde, serviços e informações de interesse geral da população de Brasília e entorno, onde o jornal tem maior penetração.

Na reforma empregada pelo jornal em 1996, seis pontos foram enfatizados. Noblat (2005) relata que, entre eles, foi dada maior evidência a assuntos de interesse local, que ganhou destaque em um caderno específico. Até aquele momento, os assuntos locais recebiam pouco destaque. Essa situação tinha influências do tipo de jornalismo que se desenvolveu em Brasília: muito voltado para ações do governo federal. Venício Lima (1993) avalia que junto com Brasília, nasceu um tipo de jornalismo oficial.

Ao contrário das outras capitais brasileiras, o jornalismo local de Brasília foi quase sempre, um jornalismo nacional. [...] Lembre-se, ademais, que Brasília só conquistou o direito a representação própria, com todas as implicações sociais e econômicas que o fato teve para a vida do Distrito Federal, através da Constituição de 1988. (ibid, p. 19).

Atualmente, o caderno Cidade possui entre dez e 16 páginas. Os cadernos de cultura Diversão & Arte e os Classificados também são diários no **Correio Braziliense**. Diversão e Arte substituiu o antigo Caderno Dois, responsável pelo destaque do jornal nos anos 1970. O caderno traz entretenimento, serviços ligados à arte e cultura e matérias com enfoque cultural.

Além desses, há outros cadernos e suplementos semanais: Turismo; Veículos; Trabalho & Formação Profissional; Revista do Correio; Super!; TV; Informática e Direito & Justiça. Outros são sazonais: Eu, estudante e Eu, concurseiro. Há, ainda, suplementos publicados em épocas específicas como: Volta às Aulas; do Dia das Mães; Aniversário de Brasília, entre outros.

³³ Informações disponíveis em: <<http://www.diariosassociados.com.br/>>. Acesso em: 18 jul 2011.

Sobre a reforma editorial empregada por Noblat (2009, p. 149), o então editor-chefe do Correio defende que “terá mais espaço a editoria que oferecer melhores matérias. As melhores matérias ocuparão espaço nobre e generoso. É a relevância dos assuntos e a afinidade entre eles que determinam a paginação do jornal.” Charaudeau observa que esse espaço compreende a dimensão externo-interno, que diz respeito às condições semiológicas de produção que são

aquelas que presidem à própria realização do produto midiático (o artigo de jornal, a paginação, o telejornal, o programa de rádio). Para tal realização, um jornalista, um diretor e um chefe de redação conceituam o que vão ‘pôr em discurso’ com a ajuda de meios técnicos de que dispõem, buscando atender a certas questões: o que pode incitar os indivíduos a se interessar pelas informações difundidas pela mídia? [...] esse segundo espaço constitui um lugar de práticas, e também se acha pensado e justificado por discursos de representação sobre ‘como fazer em função de qual visada’ – para um destinatário que pode ser cogitado apenas como alvo ideal, receptivo, embora impossível de dominar totalmente. Eis porque se dirá que tais práticas e tais discursos circunscrevem uma intencionalidade orientada por ‘efeitos de sentidos visados’, pois a instância de produção não tem uma garantia de que os efeitos pretendidos corresponderão àqueles realmente produzidos no receptor (CHARAUDEAU, 2009, p. 25-26).

Nesse sentido, o exercício de edição e da paginação é também uma prática discursiva, que se materializa no espaço externo-interno, mas é atravessada pelo espaço a que Charaudeau (2009, p. 24) chama de externo-externo que compreende as condições socioeconômicas em que a máquina midiática está inserida. No caso específico do **Correio Braziliense**, esse espaço dialoga com as questões explicitadas anteriormente do contexto econômico, histórico e social em que o jornal está inserido.

3 MARCHA DAS MARGARIDAS NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Neste capítulo explicaremos a metodologia que será aplicada para as análises das matérias que compõem o *corpus* deste trabalho. Problematizamos a noção de discurso de forma geral e mais especificamente, o discurso jornalístico. Discutimos como esse gênero do discurso possui marcas de determinado contexto sócio histórico e, por isso, carrega representações sociais presentes no imaginário, noções discutidas à luz de autores como Castoriadis (1982), Bazcko (1985), Jodelet (199/2001) e Moscovici (2009).

Dentre as possibilidades de análise do discurso, numa perspectiva mais pragmática, selecionamos aqueles elementos gramaticais mais significativos nas rotinas jornalísticas para a construção de suas histórias. É o caso do relato de outros enunciados, da seleção de verbos e da utilização de aspas. Após fazer a reflexão acerca desses elementos, empreendemos as duas primeiras análises em nosso *corpus* acerca da seleção de verbos e da seleção de fontes.

3.1 DEFINIÇÃO DE DISCURSO

No senso comum, discurso designa quase todas as manifestações sociais. Mas de qual discurso estamos tratando aqui? Não é apenas de um texto, de um pronunciamento, de uma catequese ou uma conversa. Foucault (2008, p. 10) problematiza a noção de discurso e amplia o contexto do senso comum:

o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

Orlandi (2007) pondera que o trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. Por meio dos discursos são constituídos (e se constituem) o imaginário, em que se manifestam as representações sociais. O discurso é uma unidade viva. Não é estático, é palavra em movimento que ganha sentido em determinado contexto e que sofre alterações, dependendo de quem o enuncia. Uma mesma enunciação pode ter interpretações distintas em diferentes momentos históricos ou diferentes sociedades.

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele (ORLANDI, 2007, p. 32).

No caso das mulheres rurais, podemos tomar como discurso a instituição do homem como trabalhador responsável pela família e da mulher como ajudante e dona de casa, por exemplo. Isso faz parte do imaginário social de muitas comunidades, inclusive das próprias mulheres, que vivenciam esse modelo societário e reproduzem os enunciados produzidos por ele, sem se darem conta que estão assujeitadas pelo discurso do masculino dominante. O assujeitamento é uma noção trabalhada por Althusser (apud MAINGUENEAU, 1997, p. 49) que foi incorporada pela AD. Contudo Maingueneau propõe uma atualização da proposta althusseriana:

Se o discurso pode assujeitar é porque, com toda verossimilhança, sua enunciação está ligada de forma crucial a esta possibilidade; a noção de ‘incorporação’ parece ir ao encontro de uma melhor compreensão deste fenômeno. Em compensação, caso nos contentemos em explicar a adesão dos sujeitos através da projeção de estruturas socioeconômicas (pertencer a tal grupo social obriga a acreditar em determinado discurso) manteremos uma relação de exterioridade entre discurso e sociedade. (MAINGUENEAU, 1997, p. 49)

Ao dizer, mobilizamos uma série de outros discursos. Há muitos ditos que se apagam na memória e, por isso, temos a ilusão de sermos autores autônomos do nosso enunciado. Mas discurso não é somente a fala ou o texto. Há complementos na sua composição. Uma pessoa, por exemplo, mesmo em silêncio, pode ser considerada um discurso. Suas roupas; objetos que carrega; postura corporal e feições expressam características de sua personalidade e crenças. Elas dão pistas de suas preferências e hábitos.

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito (ali), mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele. (ORLANDI, 2007, p. 30).

Em nossa pesquisa consideramos que não apenas o texto de uma notícia é discurso, mas todo o jornal e os elementos que o compõem (fotos, infografias, chapéu, retrancas, editoria etc.). Nesse sentido, toda a publicação é discurso. Escolhemos a Análise do Discurso da Vertente Francesa (AD) como estratégia teórico-metodológica para analisar o *corpus* deste

trabalho, que se constitui de 13 inserções publicadas no **Correio Braziliense** (CB) e que tratam da **Marcha das Margaridas**, seja como tema principal ou secundário.

Na AD procura-se entender a língua fazendo sentido. A questão que se propõe não é o que esse texto significa, mas como ele significa. Maingueneau demarca o território da análise do discurso e sugere que esta metodologia pode se aplicar a diversos campos de conhecimento:

O 'discurso' modifica-se de acordo com as referências que faz à psicologia, à lógica, etc., e, no interior desses campos, a esta ou aquela escola: uma 'análise do discurso' pode, por exemplo, retirar boa parte de seus conceitos da psicologia cognitiva ou psicanálise e, no interior da psicanálise por filiar-se a essa ou aquela escola. Encontrar-se-á uma diversificação simétrica quando se examinam as relações que essas análises do discurso estabelecem com a lingüística, a qual por sua vez se divide uma multiplicidade de escolas. Nestas condições, é compreensível que a noção da análise do discurso se torne uma espécie de coringa para um conjunto indeterminado de quadros teóricos. (MAINGUENEAU, 1997, p. 12).

A AD nasceu no campo da Linguística. O estruturalismo de Saussure inspirou o desenvolvimento desta corrente teórico-metodológica. Mas, como pontuou Manigueneau, esses domínios se expandiram sem perder suas referências originais. A AD recebe diversas estratégias teórico-metodológicas para compreender a sociedade fazendo sentido por meio dos discursos. Cada pesquisador-analista deve, portanto, traçar a própria estratégia.

Se, para atingir seu propósito, ele se interessa, por exemplo, pelos adjetivos avaliativos, por metáforas ou por algumas estruturas sintáticas, isto ocorre unicamente em virtude de hipóteses, as quais repousam a um só tempo: - sobre um certo conhecimento de seu *corpus*; - sobre um conhecimento das possibilidades oferecidas ao analista pelo estudo de semelhantes fatos de linguagem (MAINGUENEAU, 1997, p. 18-19)

Nossa estratégia consiste em analisar elementos internos estruturais dos textos: unidades lexicais (verbos, ordem de enunciação, etc); os elementos externos, denominados heterogêneos; e, ainda, fazer uma categorização dos elementos que chamaremos supratextuais: ligados à programação visual e editorial do jornal (fio, sutiã, olho, fotos, chapéu, boxes, retrancas, localização da matéria na página). Isso porque o discurso é uma organização que vai para além da frase, mobiliza estruturas de outra ordem.

Maingueneau (1997, p. 20) pondera que, para traçar a estratégia metodológica, é preciso levar em conta a singularidade do objeto, a complexidade dos fatos discursivos. Como a AD busca compreender o que um texto significa social e historicamente, vamos relacionar as análises das matérias, reportagens, notas e crônicas com a Teoria das Representações Sociais e com os estudos do imaginário social. Nosso objetivo é tentar responder à pergunta que perpassa este trabalho: como as mulheres do campo participantes da Marcha das Margaridas foram representadas pelo **Correio Braziliense** entre os anos de 2000 e 2007?

Fazer uma análise apenas com base na estrutura textual, provavelmente, não responderia à complexidade dessa questão. Por isso, é necessário relacionar com outras teorias que contemplam a dimensão social. À luz da Análise do Discurso pode-se entender a materialidade das superfícies discursivas que contêm representações sociais presentes no imaginário.

3.2 IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Adotamos o conceito de imaginário neste estudo à luz de autores como Castoriadis (1982), Bazcko (1985), Navarro-Swain (1993, 1997) e Pesavento (2002). O imaginário é um elemento constitutivo das sociedades. A partir dele são formadas e percebidas as relações sociais, a qual se apoia em um sistema simbólico para se estruturar. Castoriadis (1982, p. 13) dá ênfase ao sistema simbólico na constituição do imaginário:

O imaginário de que falo não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de “alguma coisa”. Aquilo que denominamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’ são seus produtos.

O imaginário social é composto de aspirações, desejos, crenças, ideologias, medos e até mesmo da relação temporal e espacial estabelecida entre os indivíduos de uma determinada sociedade. Isso muda de tempos em tempos e caracteriza o momento histórico pelo qual a sociedade passa. “Cada geração traz consigo uma certa definição do homem, simultaneamente descritiva e normativa, ao mesmo tempo que se dota, a partir dela, de uma determinada idéia da imaginação, daquilo que ela é ou daquilo que deveria ser.” (BACZKO, 1985, p. 309). A historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2003) reforça que o imaginário social é traço constitutivo das sociedades que revela determinado momento sócio histórico:

[...] em cada época os homens constroem representações para dar sentido ao real. Essa construção de sentido é ampla, uma vez que se expressa por palavras/discursos/sons, por imagens, coisas, materialidades e por práticas, ritos e performances. O imaginário comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores, é construtor de identidades e exclusões, hierarquiza, divide, aponta semelhanças e diferenças no social. Ele é um saber-fazer que organiza o mundo, produzindo a coesão ou o conflito. (PESAVENTO, 2003, p. 43)

Portanto, o imaginário está presente na produção de diversos discursos: econômicos, políticos, sociais. Assim, uma política governamental, por exemplo, contém em si um discurso vigente de determinada época que é formulado a partir do imaginário. Bazcko (1985, p. 311) afirma que o imaginário social “torna-se inteligível e comunicável através da

produção dos ‘discursos’ nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem.”

Um dos modos para se compreender o imaginário acerca de um determinado segmento social – como das trabalhadoras rurais, por exemplo – pode ser detectar e analisar as representações sociais forjadas em fontes discursivas diversas. A formação do imaginário é feita pela articulação dos discursos de diferentes instituições: família, igreja, sistema jurídico, médico e também pela mídia. O levantamento e a análise delas permite o acesso às imagens – valores, normas, preconceitos – mais usuais e, por conseguinte, ao conjunto simbólico que integra o social-histórico. Segundo avalia Navarro-Swain:

[...] Vemos uma noção de representação social que se confunde e se imbrica com a de imaginário, na medida em que este constrói ou reproduz o real segundo as confrontações, as divisões, as clivagens que se manifestam na formulação de imagens esclarecedoras de um social específico. Assim, o imaginário, na organização imagética do mundo, constrói sua realidade, apreendida e comunicada (NAVARRO-SWAIN, 1997 p. 7).

Nascida na França, com raízes na Psicanálise e na Sociologia, a teoria das representações sociais ampliou o conceito de representações coletivas formuladas por Durkheim. Enquanto Durkheim pensava a supremacia do social sobre o indivíduo, Moscovici – considerado o grande expoente dessa linha teórica – buscou formular uma teoria mais dinâmica.

Ou seja, enquanto as representações coletivas referem-se a conceitos genéricos de ideias e crenças, as sociais estão ligadas a fenômenos específicos relacionados com uma maneira própria de adquirir e comunicar conhecimentos, na construção das realidades sociais e ao senso comum. (MOSCOVICI, 2001, p. 33).

Denise Jodelet (2001, p.24) afirma que “representar corresponde a um ato de pensamento pelo qual um sujeito se reporta a um objeto. [...] pode ser tanto real como imaginário ou mítico, mas é sempre necessário”. Representações sociais são um fenômeno complexo. Ao representar questões como a cognição, a memória, a cultura, a linguagem, entre outras, atuam conjuntamente no intuito de familiarizar e traduzir em imagens (representar) pessoas ou situações.

Representar significa, a uma vez e ao mesmo tempo, trazer presentes as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e da integralidade normativa do grupo. É, portanto, muito importante que isto se dê de forma comunicativa e difusiva, pois não há outros meios, com exceção dos discursos e dos sentidos que ele contém, pelos quais as pessoas e os grupos capazes de se orientar e de se adaptar a tais coisas. Consequentemente, o *status* dos fenômenos da representação social é um *status* simbólico: estabelecendo um vínculo, construindo uma imagem, evocando, dizendo e fazendo com que se fale, partilhando um significado através de algumas

proposições transmissíveis e, no melhor dos casos, sintetizando em um clichê que se torna um emblema. (MOSCOVICI, 2009, p. 216)

Como já observamos, a organização da estratégia discursiva midiática pode ser compreendida como estruturações de processos de representações sociais. Charaudeau (2009, p. 78) afirma que a instância midiática costuma simplificar as explicações. O objetivo disso é tornar a linguagem ou assunto abordado acessível para o público-alvo daquela publicação.

Na verdade, a acessibilidade depende do imaginário linguístico concebido pela instância de enunciação, o imaginário ideal sobre o modo de escrever, o imaginário atribuído ao receptor segundo seu status social. (ibid, p. 81).

A simplificação é classificada por Traquina como um valor-notícia de construção, ou seja, diz respeito à estruturação textual e não às características do acontecimento. Ao simplificar, o produtor midiático, em nosso caso, o jornalista, evoca representações sociais presentes no imaginário social com o objetivo de aproximar o tema tratado do universo simbólico do receptor. “[...] quanto mais o acontecimento é desprovido de ambigüidade e de complexidade, mais possibilidades tem a notícia de ser notada e compreendida. [...] Os clichês, os estereótipos e as idéias feitas são muitas vezes necessários.” (TRAQUINA, 2008, p. 91)

Esse valor notícia de construção instiga muitas reflexões, pois é um lugar fértil para a manifestação de valores simbólicos e linguísticos presentes no imaginário de determinada sociedade. Pavarino (2003, p. 11) observa que um dos objetivos de Moscovici ao estudar as Representações Sociais era “[...] compreender como ocorre o processo de construção do senso comum em relação aos conteúdos formais que circulam nas conversas interpessoais e nos meios de comunicação de massa”.

Esse é o mesmo propósito que nos inquieta, uma vez que procuramos identificar as representações sociais presentes no discurso jornalístico acerca das trabalhadoras rurais, no jornal **Correio Braziliense**, no período de 2000 a 2007. Não há intenção de se fazer um estudo quantitativo-metodológico como fizeram muitos teóricos das Representações Sociais, como o próprio Serge Moscovici³⁴, e sim uma análise mais contextualizada com as representações sociais presentes no imaginário social. O objetivo desse viés interpretativo é

³⁴ Moscovici também analisou a produção midiática (o discurso jornalístico) em seus estudos para fundamentar sua linha de pesquisa da Teoria das Representações Sociais. Em um deles, pesquisou “230 jornais e revistas, 110 de Paris e 120 das províncias, entre janeiro de 1952 e março de 1953, com o objetivo de quantificar e classificar o número de artigos e o espaço que era destinado à psicanálise, às relações entre os temas e a evolução do assunto” (PAVARINO, 2003, p. 29). O objetivo do autor era “confrontar a opinião pública e a opinião dos organismos de imprensa, entre o público e as relações de interação e de expressão” (MOSCOVICI, 1961, p. 21 apud PAVARINO, 2003, p. 29).

compreender por meio do texto jornalístico processos que se manifestam num contexto histórico que envolve dimensões políticas, sociais, com foco em perspectivas de gêneros.

A representação é necessária para se compreender o mundo e seus fenômenos. Possui, portanto, um aspecto cognitivo e também social. As representações são culturais e se manifestam na linguagem. Flausino (2001, p. 114) destaca que as representações sociais são elementos mediadores das relações entre os seres humanos e a sociedade.

[...] vão muito além do psiquismo individual, são fenômenos que emergem necessariamente ligados ao social, ou seja, o processo de construção das representações sociais está intimamente ligado à comunicação e às práticas sociais, ao diálogo, aos discursos rituais, aos padrões de trabalho e à produção, à arte, em suma, à cultura.

As representações também convencionam pessoas, objetos ou acontecimentos. Ao representar, são reforçados sentimentos de pertença e de identidade com um grupo e, também, os de alteridade.

Em seu todo, a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas. Como resultado disso, a memória prevalece sobre o estímulo e as imagens sobre a 'realidade'. (MOSCOVICI, 2009, p. 55).

Convencionar e prescrever são duas funções das representações sociais. Elas convencionam porque dão forma definitiva a um objeto, colocam em um modelo partilhado por um grupo de pessoas.

[...] cada experiência é somada a uma realidade predeterminada por convenções, que claramente define suas fronteiras, distingue mensagens significantes de mensagens não-significantes e que liga cada parte a um todo e coloca cada pessoa em uma categoria distinta. Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções. (MOSCOVICI, 2009, p. 35).

São também prescritivas porque se impõem para nós com uma força irreversível:

Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado. [...] Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas, implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente. (ibid, p. 36-37)

Diante de um fenômeno novo, como a **Marcha das Margaridas**, as representações sociais procuram familiarizar o não familiar. Em nosso caso, tomamos a **Marcha das Margaridas** como um fenômeno novo, resultado do amadurecimento do movimento

feminista no campo, que se consolidou nos anos 1980 e 1990. O fenômeno é novo, em especial para a população urbana, não habituada a presenciar um movimento com tantos manifestantes, em sua maioria mulheres, com reivindicações por melhorias para o meio rural, com foco em políticas de gênero.

O desconhecido é tratado pela Teoria das Representações Sociais como alteridade.

A alteridade é produto de duplo processo de construção e de exclusão social que, indissolavelmente ligados como dois lados duma mesma folha, mantêm sua unidade por meio dum sistema de representações (JODELET, 1999, p. 47-48).

Partimos da hipótese que, num primeiro momento, a **Marcha** é tomada como *alter* no discurso jornalístico, para isso, tomamos como exemplo o discurso do **Correio Braziliense**, um veículo sediado em Brasília (local onde ocorrem as Marchas das Margaridas), de grande impacto regional. À medida que o tema vai sendo familiarizado no discurso do **Correio Braziliense**, outras etapas do processo de representações sociais vão se desenvolvendo.

Ao se perceber o diferente (mulheres rurais num ambiente urbano), a primeira reação é a rejeição, é classificar o não eu como ilegítimo. Será que os jornalistas tomam – mesmo que de forma não intencional – o movimento das mulheres como ilegítimo? Num primeiro momento, nossas análises apontam que sim, uma vez que as primeiras inserções sobre a **Marcha das Margaridas** no jornal (a primeira foi na coluna do jornalista Ari Cunha)³⁵ tentam explicá-la de maneira informativa, mas trazem representações que consideramos negativas com relação às mulheres, somadas às representações pejorativas feitas com relação às pessoas do campo.

Porém, após o primeiro momento de rejeição inicia-se um processo denominado ancoragem. “que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada” (MOSCOVICI, 2009, p. 61). Após a ancoragem, inicia-se um processo de nomeação daquilo que é novo:

Pela classificação do que é inclassificável, pelo fato de se dar nome ao que não tinha nome, nós somos capazes de imaginá-lo, de representá-lo. De fato, representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e denotação, de alocação de categorias e nomes. A neutralidade é proibida, pela lógica mesma do sistema, onde cada objeto e ser devem possuir um valor positivo ou negativo e assumir um determinado lugar em uma clara hierarquia. Quando classificamos uma pessoa entre os neuróticos, os judeus ou os pobres, nós obviamente não estamos apenas colocando um fato, mas avaliando-o e rotulando-o. (ibid, p. 62).

³⁵ Colocamos nos anexos deste trabalho todas as matérias que compõem o *corpus* da pesquisa para que o leitor, dessa forma, tenha mais possibilidades em acompanhar as análises.

Denise Jodelet (2001, p. 39), por sua vez, diz que a ancoragem serve para a instrumentação do saber conferindo um valor funcional para a interpretação. A ancoragem está, pois, intimamente ligada à memória e ao processo de cognição. Seguindo deste primeiro processo das representações sociais, vem o da objetivação.

Objetivação une a ideia de não-familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade. Percebida primeiramente como um universo puramente intelectual e remoto, a objetivação aparece então diante de nossos olhos física e acessível. (MOSCOVICI, 2009, p. 71).

É no processo de objetivação que se cristalizam preconceitos. Quando se nomeia e se define uma série de representações acompanha esse processo. Assim, incorporando a objetivação do colonizador, o negro é visto como inferior ao branco. Na objetivação do discurso religioso (e tantos outros) a mulher é vista como inferior ao homem. Ao longo de um processo de urbanização pela qual o Brasil passou, especialmente na primeira metade do século XX, o rural foi objetivado como inferior ao urbano.

Ao falarmos em mulheres rurais reunimos dois processos de objetivação que partem de um referencial de inferioridade: a mulher é representada como inferior ao homem e o rural como inferior ao urbano. A representação da mulher como inferior ao homem encontra raízes em narrativas cristalizadas em instituições sociais, como no discurso religioso. Já nas primeiras páginas da bíblia, na narrativa sobre a criação do mundo, no livro de Gênesis, a mulher foi o último ser da terra a ser criado. Após contemplar sua obra, o Criador, percebeu que faltava algo: uma companhia para Adão. Sendo assim, retirou-lhe uma costela e empreendeu na criação da mulher. A mulher, então, é vista como complementar ao homem, criatura incompleta, que só tem sua plenitude como sujeito quando se encontra com seu par, um homem. O masculino é, pois, desde os discursos tradicionais como o religioso, tido como referência.

Já o meio urbano foi se consolidando como símbolo de modernidade e referência para se perceber os processos sócio políticos culturais, já no final do Período Medieval, com a formação dos burgos. As revoluções dos séculos XVIII e XIX, empreendidas na Europa, corroboraram para essa valorização simbólica do meio urbano. No Brasil, as políticas de desenvolvimento empreendidas, em especial no século XX, também privilegiaram o meio urbano. Tais narrativas e situações imputam às mulheres rurais um duplo referencial de inferioridade. Os debates e lutas empreendidos por grupos de mulheres rurais procuram refletir essas questões. Essa perspectiva corrobora às reflexões contemporâneas dos feminismos da segmentação, em que as mulheres são vistas como sujeitos plurais. Nesse

sentido, a demandas das rurais, por exemplo, apresentam demandas específicas, diversas de outros grupos de mulheres.

3.2.1 Imaginário, representações sociais e discurso jornalístico

Por meio das produções midiáticas, é possível perceber traços do imaginário social de determinado grupo, sociedade e nação. Esses são quadros de enunciação, no qual se cristalizam conflitos, anseios e desejos. Os temas tratados, a maneira que texto e títulos são construídos, como são articulados outros elementos, a exemplo de fotos e infografias são questões reveladoras sobre os valores, crenças e percepções de determinado grupo a que a publicação midiática se destina. Nem sempre o tema abordado em determinada região geográfica recebe tratamento igual em outra. O mesmo vale para os diferentes tipos de publicação: uma revista especializada em medicina aborda temas ligados a saúde em um nível de profundidade e contextualização que não se vê em jornais de grande circulação, destinado a um público diverso.

Observa-se que nas publicações internas de movimentos ligados aos trabalhadores rurais ou de movimentos feministas, aborda-se a **Marcha das Margaridas** com mais profundidade, ou melhor, tratam o tema com mais complexidade, se comparado a um jornal comercial destinado ao grande público.

O jornal comercial, por seu perfil de recepção mais generalista, se vê obrigado a imaginar um leitor-padrão, que, é claro, varia de publicação para publicação. Contudo, a projeção do padrão de um leitor de conhecimento mediano costuma ser frequente. O fato é que se pressupõe que esse leitor dispõe de pouco tempo para uma grande quantidade de assuntos sobre os quais vai se informar. Normalmente, ele não conhece o tema tratado com profundidade. Por isso, é comum ocorrer generalizações e aparecer uma série de representações sociais para auxiliar na assimilação dos assuntos tratados.

No caso das trabalhadoras rurais, o leitor-mediano, em geral, não conhece seu histórico de lutas, não sabe do cotidiano das trabalhadoras. O que ele sabe é que milhares de mulheres que vivem no campo estão em Brasília. E mais, que a presença delas, de certa forma, impacta em seu cotidiano, especialmente no deslocamento para o trabalho. Mas o que significa esse fato social? Para tratar o tema, despertar o interesse desse leitor-padrão e fazer com que ele assimile o que está sendo dito, o jornalista lança mão de algumas representações

sociais. Busca estratégias que digam respeito à vida do receptor diretamente – o trânsito, por exemplo.

Numa perspectiva das representações sociais, esse mecanismo corresponde à ancoragem. Diante de um tema pouco conhecido pela população urbana de Brasília: a luta pelo empoderamento das mulheres rurais, os jornalistas buscam primeiramente estabelecer relações de ancoragem com o seu receptor para que haja uma comunicação eficaz. Para isso, lançam mão de situações do cotidiano dos leitores que tenham interface com as trabalhadoras. Além disso, ao tomá-las como *alter*, ou o não eu, o diferente de mim, os jornalistas deixam transparecer (poderíamos até dizer, escapulir) em seus textos representações que remetem a imagens pré-concebidas do que seriam as trabalhadoras rurais.

As representações, ao construírem uma organização do real através de imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real. Elas se baseiam na observação empírica das trocas sociais e fabricam um discurso de justificativas dessas trocas, produzindo-se um sistema de valores que se erige em norma de referência. Assim é elaborada uma certa categorização social do real, a qual revela não só a relação de “desejabilidade” que o grupo entretém com sua experiência do cotidiano, como também o tipo de comentário de inteligibilidade do real que o caracteriza – uma espécie de metadiscurso revelador de posicionamento. Em resumo, as representações apontam para um desejo social, produzem normas e revelam sistemas de valores. Os saberes de conhecimento e de crenças constroem-se, pois, no interior desse processo de representações, mas a fronteira entre eles é difícil de determinar. (CHAURAUDEAU, 2009, p. 47)

Os enunciados do discurso midiático estão imbricados no imaginário social. E dessa forma reproduzem representações sociais que transitam no meio social: mulher-esposa, mulher-mãe, caipira-jeca, mulher-submissa, ou o contrário: mulher-problema. Essas representações estão presentes no *corpus* de análise, como veremos adiante. Elas se formam através dos tempos, nas manifestações culturais, nas artes plásticas, na literatura, na música e mesmo na própria mídia, que, para Navarro-Swain (1994) é um lócus privilegiado para a manutenção do imaginário na contemporaneidade.

A produção de discursos é constituída de acordo com determinado momento sócio histórico. As imagens e representações ora se reforçam, ora se adaptam e se transformam. O discurso jornalístico é localizado no tempo e construído em um contexto sociocultural, por isso, inevitavelmente, contém representações sociais. Como seria possível perceber essas representações, esses traços do imaginário? Sugerimos que por meio dos textos e de todos os demais elementos que compõem um jornal. Todo texto possui sua heterogeneidade, ou seja, suas conexões com o exterior, com o mundo lá fora. Chauraudeau nomeia esses elementos de extra e intradiscursivos:

É, pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido. Descrever sentido de discurso consiste, portanto, em proceder a uma correlação entre dois pólos. No âmbito da informação, isso equivale a interrogar sobre a *mecânica de construção* do sentido, sobre a *natureza do saber* que é transmitido sobre o *efeito de verdade* que pode produzir no receptor. (CHARAUDEAU, 2009, p. 40).

Em **Novas tendências em análise do discurso**, Maingueneau (1997) trata da cena enunciativa, na primeira parte do livro, e da heterogeneidade das formações discursivas, na segunda. Discorreremos aqui mais detalhadamente sobre cada um desses conceitos, já que inspiram metodologicamente este trabalho.

3.3 JORNAL COMO CENA ENUNCIATIVA

Cena enunciativa é uma noção frequentemente relacionada com a situação de enunciação. Maingueneau e Charaudeau vão além dessa afirmação no **Dicionário de Análise do Discurso** quando observam: “[...] acentua-se o fato de que a enunciação acontece em um espaço instituído, definido pelo gênero de discurso, mas também sobre a dimensão construtiva do discurso, que se coloca ‘em cena’, instaura seu próprio espaço de enunciação.” (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2008, p. 95). A cena enunciativa remete à perspectiva pragmática, que é considerada uma forma de ação. Cada ato de fala é inseparável da instituição. O quadro de instituições, por sua vez, restringe fortemente a enunciação e a molda.

Ao tratar da cena de enunciação, Maingueneau propõe uma análise de três instâncias: cena englobante, cena genérica e cenografia. A cena englobante é um elemento necessário para a interpretação. Ela remete a um estatuto pragmático, um tipo de discurso a que pertence o texto: jurídico, religioso ou político. No nosso *corpus*, a cena englobante é a do discurso jornalístico. Ao posicionar o nosso discurso nesta cena englobante, espera-se, de antemão, o cumprimento de uma série de regras e rituais que são colocados para marcar o acontecimento discursivo.

Gaye Tuchman (1979/1999, p. 78-83) aborda essas regras e rituais que fazem com que seja cumprido o contrato de comunicação (que se dá de forma tácita) entre as instâncias de produção e de recepção. Tuchman fala que os jornalistas se valem de estratégias para desenvolver suas histórias com objetividade. Ela nomeia alguns rituais estratégicos de

objetividade, entre eles quatro dizem respeito a forma: 1) apresentação de possibilidades conflituais; 2) apresentação de provas auxiliares; 3) uso judicioso de aspas; 4) a estruturação da informação numa sequência apropriada.

A cena genérica é definida pelos gêneros de discurso particulares. “Cada gênero de discurso, implica, com efeito, uma cena específica: papéis para seus parceiros, circunstâncias (em particular um modo de inscrição no espaço e no tempo), um suporte material, um modo de circulação, uma finalidade etc.” (CHAURAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 96). Reportagens, entrevistas pingue-pongue, notas, crônicas, entre outros, são, nesse sentido, gêneros do discurso. Esses acontecimentos discursivos, que podem ser categorizados como a cena genérica do jornal. Já a cenografia é aquilo que difere um texto dos demais, que o torna singular.

Essa variação parece estar muito ligada à finalidade dos gêneros de discurso. A lista telefônica, que não fornece uma cenografia, é um gênero puramente utilitário. Em compensação, o discurso publicitário ou o discurso político mobilizam cenografias variadas na medida em que, para persuadir seu co-enunciador, por meio de uma cena de fala valorizada (MAINGUENEAU, 2001, p. 90).

A reportagem coloca-se, pois, como uma cena de fala valorizada. Foucault (2008, p.53) diz que o aparente simples ato de tomar a palavra, é uma atitude violenta, uma vez que o locutor se impõe sobre seus interlocutores. Para proferir um enunciado, o locutor precisa ser previamente legitimado. Em uma aula, por exemplo, a explicação de uma monitora tem menos valor do que a de uma professora. A professora foi socialmente legitimada para tomar a palavra. O mesmo vale para os jornais, que foram previamente legitimados para enunciar. Dessa forma, o que um jornal diz tem valor de verdade. É um meio que responde à lei que Maingueneau (2001) nomeia de *lei de pertinência*³⁶. Ora, no caso do jornal impresso, o receptor escolheu ler determinado conteúdo e, em geral, pagou para ter acesso àquelas informações. De um modo genérico, o jornalismo sugere que é uma fonte de verdades. É, nesse sentido, um lugar de fala previamente legitimado.

Há um valor de verdade que advém das práticas jornalísticas, sustentado pelos valores de imparcialidade e objetividade. Isso inscreve os gêneros do jornalismo em uma cenografia que os tornam críveis, caso sejam respeitadas as regras do jogo. Há um contrato tácito que

³⁶ A lei de pertinência “não pretende anunciar um acontecimento, mas que constitui, na realidade, o *comentário* de um acontecimento. Assim, ele reforça sua própria imagem de jornal que é capaz de tomar distância com relação aos acontecimentos. Apresentando como pertinente um comentário como esse na primeira página, ele legitima um tipo de comunicação jornalística que atribui ao leitor maior interesse pelo enriquecimento de sua compreensão do mundo do que pela modificação de seu estoque de informações.” (MAINGUENEAU, 2001, p. 35).

permeia todas as relações de enunciação. Espera-se que o jornalista respeite esse ritual de linguagem. Acerca desse contrato tácito de comunicação e das condutas jornalísticas, Charaudeau (2009, p. 43) pondera:

O sujeito informador, capturado nas malhas do processo de transação, só pode construir sua informação em função dos dados específicos de situação de troca. É, pois, inútil colocar o problema da informação em termos de fidelidade dos fatos ou a uma fonte de informação. Nenhuma informação pode pretender, por definição, à transparência, à neutralidade ou à faculdade. Sendo um ato de transação, depende do alvo que o informador escolhe e da coincidência deste com o tipo de receptor que interpretará a informação dada. A interpretação se processará segundo os parâmetros que são próprios ao receptor, e que não foram necessariamente postulados pelo sujeito informador. Toda informação depende do tratamento que lhe é imposto neste quadro de transação.

Esse quadro de transação faz parte do processo de comunicação midiática, que é composto por três instâncias: a de produção, o produto e a de recepção. Concentraremos nas instâncias de produção, uma vez que jornalistas e redações são eminentemente transmissores de informação, ou seja, são eles que produzem os enunciados. Nessa instância, o jornalista não é o único ator, mas é, sem dúvidas, o mais importante. Uma vez, que ele vai a loco, capta entrevistas, anota impressões. Num segundo momento, redige a matéria. Assim, seleciona as palavras, as expressões, sugere fotos e infografias. Charaudeau (2009) chama de “instância midiática” os diferentes atores que se responsabilizam pela enunciação discursiva. “Essa característica própria (mas não exclusiva) da comunicação midiática explica por que é difícil encontrar o responsável pela informação” (CHAURAUDEAU, 2009, p. 74).

Todo o enunciado impresso no jornal se constitui de estratégias discursivas. Esse é um lugar das restrições de construção do produto (CHAURAUDEAU, 2009). Parece-nos que, nesse aspecto, dividem-se ou mesmo se completam duas possibilidades de análise discursiva. Uma que se atém propriamente ao texto, outra aos elementos gráficos do jornal. Por exemplo, o lugar que determinada informação ocupa na página e na paginação do jornal muito tem a ver com o tratamento que se dá a determinado acontecimento. São elementos fundamentais que não podem ser ignorados na análise, uma vez que a utilização deles revela muito sobre a valorização do acontecimento, por exemplo. Quanto mais importante for considerado um fato, o lugar de impressão na página será aquele mais valorizado (canto superior esquerdo, campo inferior direito). Além disso, mais elementos constitutivos irão compô-lo: fotos, infografias, olhos, retrancas, boxes, etc.

conclui-se que o texto produzido é portador de “efeitos de sentido possíveis”, que surgem dos efeitos visados pela instância de enunciação e dos efeitos produzidos pela instância de recepção. Com isso, toda análise de texto nada mais é do que a análise dos ‘possíveis interpretativos’. [...]. Analisar o produto acabado depende de uma problemática semiodiscursiva que pressupõe o estudo do discurso midiático sob

um enfoque em que serão examinados os sentidos provenientes da estruturação do texto e os discursos de representação, tanto aqueles que circulam no lugar de produção quanto os que caracterizam o lugar das condições de recepção. Esses dois tipos de discursos de representação constituem os imaginários sociodiscursivos que alimentam e tornam possível o funcionamento da máquina midiática (CHAURAUDEAU, 2009, p. 28).

Trataremos, agora, de algumas estratégias discursivas que analisaremos em nosso estudo.

3.4 HETEROGENEIDADE DO DISCURSO

Um texto nunca significa sozinho, como unidade autônoma. Ele remete a outros textos, carrega interdiscursos e traz interdições. O texto também se relaciona com seu exterior. A polifonia, a pressuposição, a negação, o discurso relatado, o intertexto, entre outros, são elementos que constituem o discurso. Eles também o ampliam, à medida que remetem a outros discursos.

Ao enunciar, o locutor mobiliza uma série de outros discursos e isso exige do interlocutor competências que vão além da superfície textual da enunciação: é a competência genérica e a enciclopédica. Além dessas duas, Maingueneau (2001) também elenca a competência linguística.

O domínio das leis do discurso e dos gêneros de discurso (a **competência genérica**) são os componentes essenciais de nossa **competência comunicativa**, ou seja, de nossa aptidão para produzir e interpretar os enunciados de maneira adequada às múltiplas situações de nossa existência. Essa aptidão não requer uma aprendizagem explícita; nós a adquirimos por impregnação, ao mesmo tempo que aprendemos a nos conduzir na sociedade. (MAINGUENEAU, 2001, p. 41 (grifos do autor).

Apenas com a competência linguística, o termo margarida pode fazer com o que o leitor entenda que se trata de uma flor. Contudo, unindo outras competências, inclusive de interpretação textual, o leitor é levado a entender a palavra margarida com outra conotação. No caso de nosso *corpus*, o termo é usado com intenções políticas, para distinguir as participantes da marcha. Nesse sentido, margarida remete à uma competência que vai além do texto: à sua heterogeneidade, que é “quando se fala em heterogeneidade do discurso não se pretende lamentar uma carência, mas tomar conhecimento de um funcionamento que representa uma relação radical de seu ‘interior’ com seu ‘exterior’.” (MAINGUENEAU, 1997, p. 75).

Nossa proposta é considerar sistematicamente os elementos internos, externos e supratextuais. Vamos analisar cada matéria relacionando esses três elementos, de modo que se

possa ter uma compreensão profunda do que o texto significa e como o jornal **Correio Braziliense** se posicionou diante da temática da **Marcha das Margaridas**. Nosso objetivo não é encontrar respostas definitivas, mas apontar os sentidos em busca de compreender fenômenos que se manifestam no social e procurar algumas interpretações para colocá-los em debate.

A seguir, descreveremos quais categorias serão analisadas, sugerindo qual a sua relevância para o *corpus* em questão:

3.4.1 Discurso relatado

Relatar um discurso consiste em dizer aquilo que outra pessoa falou. É uma estratégia muito comum no discurso jornalístico. Em nome da imparcialidade, o jornalista-locutor dá voz a outras vozes em seu enunciado. O jornalista-locutor assume, com frequência, ao menos no gênero informativo, o papel de mediador do fato noticiado. Não toma posição, não participa do acontecimento. Por isso, seleciona pessoas que podem comentar o fato por ele. Isso, muitas vezes, gera uma relação ambivalente, já que é comum o jornalista procurar fontes para legitimar o que gostaria de enunciar, mas coloca a responsabilidade deste enunciado para outrem. É, pois, um dito sobre outro dito.

Assim, a palavra do outro está sempre presente em todo ato de enunciação de um sujeito falante, instituindo um ‘dialogismo’ permanente entre o outro e o sujeito que fala, fazendo de todo discurso um discurso heterogêneo por definição, uma vez que se compõe frequentemente ‘dos traços das enunciações do outro’. A palavra do outro aparece, entretanto, sob diferentes formas, de maneira mais ou menos explícita, com significações diversas, daí por que seja necessário distinguir diferentes tipos de heterogeneidade, dentre os quais o ‘discurso relatado’. (CHAURAUDEAU, 2009, p. 161).

Tuchman (1976/1999) identifica a colocação de aspas judiciosas como o terceiro dos quatro procedimentos utilizados para obtenção da objetividade.

Os jornalistas vêem as citações de opiniões de outras pessoas como uma forma de prova suplementar. Ao inserir a opinião de alguém, os jornalistas acham que deixam de participar da notícia e deixam os fatos falar. O uso de citações faz desaparecer a presença do jornalista (TRAQUINA, 2005, p. 140).

Dad Squarisi (2005, p. 36) ensina que “palavras, opiniões e declarações alheias podem ser transcritas literalmente ou não”. No CB, esse enunciado de outro, se *ipsis literis*, devem vir entre aspas. Essa marca gráfica – assim como o travessão, os dois pontos – tem grande interesse para a AD, pois está ligada ao caráter de imprevisibilidade do dito e possuem relação

com o implícito. “Colocar entre aspas não significa dizer explicitamente que certos termos são mantidos à distância, é mantê-los à distância, e realizando este ato, simular que é legítimo fazê-lo” (MAINGUENEAU, 1997, p. 90).

Outra marca discursiva comum nas matérias jornalísticas é a reprodução do discurso por meio de uma citação indireta. Esse fenômeno está fortemente ligado ao da polifonia³⁷, em que estão presentes outras vozes, além daquela do locutor. É possível perceber essas vozes por meio da colocação de verbos *discendi* e da própria sintaxe da frase, em geral na ordem indireta. Squarisi (2005) divide os verbos em categorias de dizer e sentir. Os do dizer estão divididos em nove áreas semânticas:

De dizer: *afirmar, declarar*; De perguntar: *indagar, interrogar*; De responder: *retrucar, replicar*; De contestar: *negar, objetar*; De concordar: *assentir, anuir*; De exclamar: *gritar, bradar*; De pedir: *solicitar, rogar*; De exortar: *animar, aconselhar*; De ordenar: *mandar, determinar*; (SQUARISI, 2005, p. 37).

Já os verbos de sentir exprimem não uma ação, mas um sentimento, um estado de espírito, uma reação psicológica. É o caso de gemer, suspirar, lamentar, explodir (ibid). A escolha desses verbos tem implicações sobre o valor de verdade daquilo que está sendo relatado, alguns indicam posição cronológica, outros uma hierarquia. Seguindo a proposta de Squarisi, verbos utilizados para designar as ações e os sentimentos expressos no *corpus* de análise foram³⁸:

Tabela 2 – Verbos de dizer, verbos de sentir

Título da Matéria	Verbos de dizer	Verbos de sentir
Mulheres lutam por direitos iguais	Explicou, explicou	Lamenta, lembra, comemora, lembra
Mulheres têm o comando do campo	Promete, reclamam, reivindicam, diz, justifica	pretende
Mulheres contra a violência	Invadiram, pedir, berrava, anunciou, disse, afirmou, reclamou, disse, conta, disse (revoltada), assegura.	Esperava, queixava-se.

³⁷ O fenômeno da polifonia é muito importante para se tratar da heterogeneidade do discurso. Esta noção aparecerá em outras categorias da heterogeneidade tratadas aqui. A polifonia diz respeito a outros discursos, a outras vozes, dentro do enunciado. Ao falar, a pessoa pensa ser sujeito daquilo que diz, contudo, os enunciados estão inscritos na história e a pessoa é tomada pelo discurso e não o contrário (MAINGUENEAU, 1997, p. 75-77).

³⁸ Como o dito relatado é uma forma mais utilizada pelo gênero informativo, em reportagens e notícias, excluímos desse recorte ora apresentado, as inserções que se encaixam no gênero opinativo e os destaques de capa e de índice.

No caso da matéria **Mulheres lutam por direitos iguais**, de Freddy Charlson, o verbo explicou aparece para designar o relato de dois ditos: um de uma estudante, outro da pesquisadora Lia Zanotta. Para identificar a fala da líder sindical feminista Raimunda Celestina, o jornalista utiliza apenas verbos de sentir. Isso evidencia um processo subjetivo de desvalorização do lugar de fala de lideranças feministas. Situação semelhante não ocorre na matéria de Marina Oliveira, **Mulheres têm o comando do campo**, em que a maior parte dos verbos utilizados para designar as ações das trabalhadoras rurais se encaixam na categoria do dizer.

Na matéria **Mulheres contra a violência** é possível perceber uma tendência com viés sexista na escolha dos verbos selecionados. Para relatar a fala das manifestantes, o jornalista utiliza queixar e berrar. A fala das mulheres não tem valor de opinião, evidenciam que as mulheres reclamam e gritam. A escolha desses verbos remete a representações sobre as mulheres muito presentes no discurso médico do século XIX em que as mulheres eram tratadas na psicanálise como histéricas. Sobre a organização do evento, o verbo esperava é selecionado para designar a quantidade de pessoas reunidas. Essa escolha expõe fragilidades e procura desvalorizar a mobilização feminista, que teve sua expectativa de público frustrada.

A mesma desvalorização não é notada para designar a fala de homens. Os ditos relatados do presidente Lula demonstram assertividade: anunciou, disse, afirmou. Já na parte da matéria que trata do trânsito os verbos utilizados para relatar os ditos também colocam os homens em posições mais equilibradas e determinadas. O funcionário público reclamou, o motorista de ônibus disse e contou, o gerente de fiscalização do Detran assegurou. Já a bancária Celeste se disse revoltada. A única pessoa que teve o estado de espírito adjetivado.

3.4.2 Seleção de fontes

O discurso relatado segue um critério de seleção de fontes. A teoria do *Newsmaking* reflete sobre isso. Tuchman (1972 apud TRAQUINA, 2008, p. 43) afirma sobre as fontes de notícia que, genericamente, todo indivíduo tem algo a dizer. No entanto, alguns são mais demandados e sua palavra teria mais valor de verdade, como por exemplo, presidentes de comissões. Instituições e organizações também são fontes de informação e a relação com ela pode conter indícios reveladores sobre o seu discurso. O primeiro grupo pode ser considerado como fonte não oficial e, os dois últimos, como fontes oficiais. Essa divisão simbólica leva

em conta o grau de engajamento da fonte de informação com a situação de enunciação e seu consecutivo valor de verdade e, ainda, sua disponibilidade e acesso.

Charaudeau (2009, p. 144-145) detalha critérios para a seleção de fontes: notoriedade, representatividade, expressão e polêmica. Outras questões que se colocam em razão do dito relatado é a identificação das fontes e a maneira com que o dito é relatado. Primeiramente, é preciso justificar a escolha de determinado locutor pelo seu status ou grau de participação com aquilo que se noticia. Cada fonte possui um grau de engajamento, desempenha um papel frente a seu enunciado: tem notoriedade, é uma testemunha, é um organismo especializado é plural, ou seja,

trata-se da informação que emana de várias fontes, de vários informadores. Nesse caso, as informações convergem em seu valor de testemunho ou de opinião, e com isso a pluralidade desempenha um papel de reforço, de confirmação da verdade, ou as informações divergem, se opõem, e a pluralidade promove o confronto de testemunhos e de opiniões contrárias que devem permitir ao sujeito que se informa de construir sua própria verdade consensual. (CHAURAUDEAU, 2009, p. 53).

Seguindo o mesmo critério de análise do item anterior, ou seja, apenas as inserções que se encaixam no gênero informativo, vamos observar quais fontes foram entrevistadas para a construção das matérias:

Tabela 3 – Seleção de fontes

Título	Fontes oficiais	Fontes não oficiais	Critério de seleção	Grau de engajamento
Mulheres lutam por direitos iguais	Raimunda Celestina		Representatividade	Notoriedade
		Eloísa Varela e Veruska Alves	Expressão	Testemunha
	Lia Zanotta		Representatividade/ Expressão	Plural
Mulheres têm o comando do campo		Fátima Ribeiro	Representatividade/ Expressão	Plural
Margaridas querem carteira assinada	Raul Jungmann		Notoriedade	Notoriedade/ Organismo especializado
Mulheres contra a violência		Maria José Sarmento	Expressão	Testemunha
		Cândida Alves Sousa	Expressão	Testemunha
	Presidente Lula		Notoriedade	Notoriedade
		Gustavo Camarão, Cleovaldo Araújo e Celeste Peixoto	Expressão / Polêmica	Testemunha
	Silvain Fonseca		Representatividade	Organismo especializado.

No que diz respeito à seleção de fontes, nota-se um direcionamento àquelas não oficiais. Quantificando, foram ouvidas oito fontes não oficiais e cinco oficiais. De modo geral, foi dada a palavra para muitos agentes envolvidos, de uma forma ou de outra, na **Marcha das Margaridas**. Mas ao particularizar, é possível notar que houve matérias, como **Margaridas querem Carteira Assinada**, publicada no ano 2000, em que não há enunciado de lideranças feministas, de dirigentes sindicais, de manifestantes. Nesse exemplo destacado, só foi dada voz ao então ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann. Contudo, não podemos considerá-lo ator da Marcha. Textualmente, a repórter deixa claro que durante os anúncios feitos naquele dia – ligados à área econômica e voltados para a população rural – não foi feita menção à **Marcha das Margaridas** ou às manifestações do MST.

Toda a estória de **Margaridas querem carteira assinada** é construída como relato de observação da jornalista Marina Oliveira. A impressão é que ela foi até a Marcha, surpreendeu-se com o fato de ser uma manifestação de mulheres, mas que não foi capaz de entrevistar nenhuma participante. Tal situação reforça a noção de alteridade. A jornalista aparentemente não julgou necessário colher impressões das mulheres do campo, apenas apresentou as suas sobre aquela manifestação incomum: “De longe parece uma manifestação comum – carro de som, palavras de ordem e bandeiras. Basta um olhar mais atento e os detalhes de uma passeata só de mulheres aparecem.” (OLIVEIRA, 2000, p. 22). Nesse sentido, a jornalista não cumpriu um dos rituais estratégicos do discurso jornalístico o uso judicioso das aspas (TUCHMAN, 1979/1999, p. 81).

A despeito da discussão de fontes, ditos e não-ditos, é sempre importante salientar que nunca é a pessoa (ou seja, a fonte) quem diz diretamente. No discurso jornalístico, quem diz é o redator, ou mesmo o editor. Mesmo que o dito venha entre aspas, o jornalista faz um recorte da parte do enunciado que lhe parece mais conveniente.

Certamente foi o que ocorreu na matéria de Ulisses Campbell, publicada no ano de 2007, há muitos ditos relatados. O jornalista cumpre os atributos formais do ritual estratégico de objetividade. Contudo, grande parte das pessoas cujo dito foi relatado, pertencem à categoria de fontes não oficiais. Nesse sentido, são dadas apenas impressões acerca da **Marcha das Margaridas**. O jornalista não deu voz às lideranças feministas organizadoras do evento. Tal ausência resulta num texto de impressões. O relato de um dito de lideranças feministas poderia render uma visão mais interpretativa do evento.

Das cinco fontes oficiais cujo enunciado foi relatado no jornal, três eram homens. As fontes oficiais têm valor de verdade em sua fala. Diferentemente das não oficiais que possuem efeito de verdade.

O valor de verdade não é de ordem empírica. Ele se realiza através de uma construção explicativa elaborada com a ajuda de uma instrumentação científica que se quer exterior ao homem (mesmo que seja ele quem a tenha construído), objetivante e objetivada, que pode definir-se como um conjunto de técnicas de saber dizer, de saber comentar o mundo. [...] Diferentemente do valor de verdade, que se baseia na *evidência*, o efeito de verdade baseia-se na *convicção*, e participa de um movimento que se prende a um *saber de opinião*, a qual só pode ser apreendida empiricamente, através dos textos portadores de julgamentos. (CHAURAUDEAU, 2009, p. 49).

As mulheres são minoria nas chamadas fontes-oficiais. A maioria dos entrevistados pelos jornalistas que se enquadram nesta categoria de oficial são homens. Contudo, apesar de a temática motivadora do acontecimento midiático **Marcha das Margaridas** ser promovido por mulheres, elas ocupam, em sua maioria, lugar de fonte não-oficial na perspectiva da formação discursiva jornalística. Isso demonstra uma desvalorização do dito das mulheres, o que remonta ao ditado “palavra de homem”, expressão que indica que o gênero masculino é questão de honra e honestidade. Isso reforça qual enunciado tem valor de verdade no contexto social institucionalizado. A palavra das mulheres é relegada à uma categoria inferior, seus enunciados não tem valor de verdade, mas apenas efeito.

3.5 SUPERFÍCIE DISCURSIVA: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

Não pretendemos aqui desvendar o sentido dos textos, mas perceber como eles significam. Os enunciados contêm marcas discursivas que dizem muito sobre a situação de enunciação e sobre como seu locutor se posiciona perante o enunciado. Uma das possibilidades para se perceber esses elementos é observar o próprio texto.

O jornalismo é uma prática discursiva que tem o propósito de noticiar fatos verídicos e com isso, corroborar o efeito de verdade. Esse efeito é reforçado por um ritual linguístico, o qual Traquina (2009, p. 46) chama de jornalês:

Uma das características principais desta fala, desta escrita, é a sua qualidade de ser compreensível. Os jornalistas precisam comunicar através das fronteiras de classe, étnicas, políticas e sociais existentes numa sociedade. Para atingir este público heterogêneo, a linguagem jornalística deve possuir certos traços que vão no sentido de ser compreensível: a) frases curtas; b) parágrafos curtos ; c) palavras simples (evitar palavras polissilábicas); d) uma sintaxe direta e econômica; e) a concisão; e f) a utilização de metáforas para incrementar a compreensão do texto.

A descrição textual de Traquina diz respeito às relações interiores que compõem o enunciado. Isso remete a elementos gramaticais, como a análise morfológica: verbos e sua conjugação, pronomes, adjetivos, advérbio etc. Esses elementos também serão analisados à luz da AD nesta dissertação. Essa pode parecer uma estratégia dura, em especial quando se

estuda o discurso dentro do campo da Comunicação, mas a língua é viva e suas manifestações carregam importantes índices que revelam, ou sugerem a relação com o imaginário e com as representações sociais. Dependendo da pessoa e tempo em que o verbo for conjugado, a colocação desse termo muda o sentido da frase e a participação do enunciador na narrativa.

3.5.1 Pessoa e não pessoa

Essa categoria está relacionada à colocação pronominal. Numa comunicação informal um enunciador “eu” se dirige a um destinatário “tu”. Na comunicação midiática nem sempre essa ordem bidirecional está presente. Com o propósito de se alcançar a imparcialidade, os textos jornalísticos são, geralmente, escritos na terceira pessoa do singular, que distancia o enunciador de seu enunciado.

Afinal, de acordo com os padrões do Novo Jornalismo³⁹ o jornalista não deve ser partícipe daquilo que enuncia. Até mesmo o Código de Ética dos jornalistas proíbe que um repórter noticie fatos de determinado local ou pessoa, se for assessor de imprensa deste. Contudo, críticos desta corrente teórica, como se vê em Traquina (2008), falam da ilusão da imparcialidade. Uma vez que o jornalista, muitas vezes, acaba participando daquilo que reporta.

Outra marca linguística ligada à pessoa, que tem relação com o dito relatado (elemento heterogêneo ao texto) é a atribuição de um enunciado a terceira pessoa do plural: acreditam, disseram. Essa flexão verbal é chamada por Maingueneau (2001) de sujeito coletivo. Ao colocar esta marca o locutor não se compromete com o enunciado, tampouco o remete a uma fonte determinada. A colocação de verbos no infinitivo também é um recurso que orienta o enunciado para uma não pessoa.

3.5.2 Tempos verbais

Um valor-notícia muito valorizado no jornalismo é o da atualidade. As mídias, de modo geral, possuem um discurso do presente. O acontecimento que se desenvolve temporalmente perto do momento da publicação ou da veiculação, tem um apelo forte para ser transformado em notícia. É uma ordem da cotemporalidade:

³⁹ O Novo Jornalismo é como se chama o movimento iniciado no século XIX que separou a opinião dos fatos na narrativa jornalística. Técnicas como a utilização de entrevistas e estratégias como o lead e a pirâmide invertida advêm do Novo Jornalismo.

A atualidade é, pois, o que responde à pergunta: “o que se passa neste momento?”. É o eu dá a notícia seu caráter factual desprovido, em seu princípio, de qualquer qualificação subjetiva e de qualquer tentativa de explicação de sua razão de ser. (CHAURAUDEAU, 2008, p. 133).

Nesse sentido, mesmo que um evento tenha ocorrido no dia anterior ao da publicação do jornal, é comum a utilização de verbos no presente para aproximar o enunciado do momento da recepção. Essa estratégia é chamada por Chauraudeau (2008, p. 135) de blefe narrativo, que inscreve o relato numa espessura temporal.

A colocação de verbos no tempo passado, com efeito, distancia o enunciado do momento da recepção. Assim como os verbos no futuro também afastam o enunciador.

Com efeito, As categorias de passado ou de futuro são definidas em relação ao momento da enunciação: é “passado” aquilo que é colocado como não sendo mais verdadeiro na situação de enunciação, é “futuro” o que é colocado como não sendo verdadeiro ainda. (MAINGUENEAU, 2001, p. 106).

3.6 CONJUNTO DA OBRA: O JORNAL E SEUS ELEMENTOS SUPRATEXTUAIS

Uma vez selecionado o acontecimento que se tornará notícia (a pauta), o jornalista apura os fatos, colhe entrevistas e, enfim, tem sua matéria prima na mão. É hora de escrever a matéria, de contar ao público aquilo que aparentemente interessa do fato. O ato de escrever coloca o discurso num plano reflexivo. Assim, a ação da escrita não é tão automática como a da fala. Na escrita, o autor reflete, escolhe as palavras, volta ao texto, o revisa, o corta, o edita.

Os textos publicados em um jornal impresso são resultado de um trabalho atencioso de, pelo menos dois profissionais: um repórter e um editor. Ao tomarmos o próprio jornal como discurso, mais profissionais entram em cena: o fotógrafo, o ilustrador, o diagramador. Assim, o discurso jornalístico é um enunciado de muitos locutores.

Não é apenas o texto do jornal que enuncia, mas todo o seu conjunto. Há elementos supratextuais, dos quais trataremos aqui, que também compõem o discurso jornalístico. Esses elementos são de ordem gráfica e visual ou editorial, ou mesmo a união dos dois. A utilização de determinados elementos como Box, olho, retranca interferem na estrutura do enunciado. Com uma metáfora de vender o peixe, o **Manual de Redação e Estilo**, utilizado pelo jornal **Correio Braziliense**, recomenda:

Apuração feita, é hora de vender o peixe. Como? Há formas e formas de apresentar a notícia. Textos, fotos, infografias, tabelas, quadros, ilustrações são algumas. Qual a melhor? A mais adequada e atraente para o leitor. Repórteres, redatores e editores precisam desenvolver a capacidade de escolher a ideal para a matéria. Duas

perguntas se impõem. Uma: o que quero comunicar? A outra: qual a melhor maneira de fazê-lo?

É importante pensar visualmente. Páginas limitadas a longos textos e algumas fotos cheiram a mofo. Um jornal moderno dispõe de vasto repertório de expedientes que ventilam a apresentação. Usá-lo constitui atestado de disposição e criatividade. Se determinada informação pode ser transmitida de modo correto e eficiente por meio de texto convencional ou de recursos gráficos, não hesite. Escolha o segundo caminho. Ou os dois.

Mais: uma matéria pode ter retrancas especial (explicativas, históricas, opinativas, de serviço). Elas dividem o assunto e facilitam a leitura. [...] Variados apetrechos podem funcionar como lufada de ar que quebra o bloco compacto de texto. Complementares, não devem ultrapassar o tamanho da matéria principal. Devem enriquecê-la, iluminar pormenores aparentemente sem importância e seduzir o leitor para que vá até o ponto final. (SQUARISI, 2005, p. 11).

A autora, que é a responsável pela revisão do **Correio Braziliense** e redigiu esse livro para orientar a redação e o estilo do jornal, chama esses elementos (muitos deles textuais, mas com um recurso gráfico acrescentado) de imãs. “Análise da notícia”, “entenda o caso”, “serviço”, “*insert*⁴⁰”, “memória”, “para saber mais”, “ponto a ponto⁴¹” são imãs, retrancas utilizadas pelo Correio que ajudam na organização do conteúdo tratado. Os quadros ou *boxes* apresentam a síntese do conteúdo abordado pela matéria e ajudam no ordenamento do conteúdo.

Outro recurso utilizado pelo jornal é a numeralha, “visualização gráfica dos números referidos na matéria. Tem título curto de uma palavra ou duas no máximo.” (SQUARISI, 2005, p. 19). O “personagem da notícia” é uma espécie de *box* destinado para destacar uma pessoa que tem papel relevante na história narrada. O “povo-fala” é um formato utilizado por muitas mídias e apresenta a opinião de pessoas diversas sobre determinado assunto. No CB, Squarisi recomenda que se inclua o nome completo do entrevistado, foto, idade, profissão e cidade onde mora.

O texto-legenda também é muito utilizado pelo CB. Dad Squarisi (2005, p. 25) acredita que nesse formato a legenda esgota o assunto. Ela fornece explicações de como identificar pessoas da foto destacando-as por letras e seguindo uma ordem de leitura. Outros elementos são o destaque de trecho no meio do texto, ou de frase. O objetivo dos dois recursos é destacar um elemento pontual do enunciado.

Além das estratégias de composição gráfica e editorial cotadas para compor o enunciado, não há como deixar de mencionar a matéria principal, o bloco textual que, em geral, responde às práticas e rotinas jornalísticas como as respostas do *lead* e da redação na ordem da pirâmide invertida. A relação que esse texto faz com o título da matéria, seu sutiã e

⁴⁰ “Texto curto, em destaque, com informação adicional sobre o tema” (SQUARISI, 2005, p. 18)

⁴¹ “Roteiro para entender os meandros da notícia.” (SQUARISI, 2005, p. 18)

chapéu⁴², tampouco, não pode ser desvalorizada. O lugar na página, o número da página são questões reveladoras sobre a importância que se dá a determinado tema. A Capa, o primeiro caderno, o alto da página são locais valorizados. A colocação de temas nesses espaços reflete, também, a valorização que se dá ao assunto.

Sobre a matéria de alto de página, Squarisi (2005, p. 26) pondera que esta “merece tratamento pra lá de especial. Só ela exige subtítulo (sutiã ou bigode). A combinação do título com o sutiã e a abertura do texto obedecem às regras”, que estão ligadas ao título e a abertura do texto. Sobre o título a autora desobriga a construção na fórmula básica: sujeito + verbo + complemento. O título deve ser complementado pelo sutiã, aquele texto sustentador, localizado próximo ao título. “Os dois desempenham o papel que caberia ao *lead* numa matéria convencional – apresentam os dados fundamentais para o entendimento da notícia” (SQUARISI, 2005, p. 26).

A construção desses elementos descritos são influenciados pelo que Chauradeau (2008) classifica de “lugar das condições de produção”. O primeiro espaço desse lugar é o externo-externo, que compreende as condições da mídia como empresa. Isso mobiliza uma série de questões: o jornal é uma empresa, por isso responde a demandas mercadológicas. Mas uma empresa distinta das demais, uma vez que seus serviços/produtos são simbólicos. O segundo espaço, que mais nos interessa aqui é o espaço interno-externo. Nesse espaço os produtores midiáticos tentam projetar assuntos de interesse dos leitores, de seu público alvo:

O segundo espaço, o externo-interno, compreende as *condições semiológicas* da produção – aquelas que presidem à própria realização do produto midiático (o artigo de jornal, a paginação, o telejornal, o programa de rádio). [...] Esse segundo espaço constitui um lugar de práticas, e também se acha pensado e justificado por discursos de representação sobre o ‘como fazer em função de qual visada’ – para um destinatário que pode ser cogitado apenas como alvo ideal, receptivo, embora impossível de dominar totalmente. Eis porque se dirá que tais práticas e tais discursos circunscrevem uma intencionalidade orientada por ‘efeitos de sentidos visados’, pois a instância de produção não tem uma garantia de que os efeitos pretendidos corresponderão àqueles realmente produzidos no receptor. (CHAURAUDEAU, 2008, p. 25-26).

O lugar em que essas condições se materializam é classificado pelo autor de o lugar das restrições de construções do produto,

em que todo discurso se configura em texto, segundo uma certa organização semiodiscursiva feita de combinação de formas, umas pertencentes ao sistema verbal, outras a diferentes sistemas semiológicos: icônico, gráfico, gestual (CHAURAUDEAU, 2008, p. 27).

⁴² Também conhecido como Antetítulo, sobretítulo, linha fina, título-assunto. Utilizamos chapéu por ser o termo utilizado pelo Correio Braziliense. “O chapéu serve para antetecipar e territorializar a informação central da notícia.” (PEREIRA JUNIOR, 2009, p. 147).

Esses elementos do lugar das restrições de construções do produto serão analisados simultaneamente com os elementos internos e heterogêneos do discurso de nosso *corpus*. A combinação das análises dessas diferentes instâncias permitirá um exame profundo das questões de linguagem que compõem o discurso jornalístico e a verificação de como o imaginário se manifesta nas representações sociais presentes nas matérias.

4 MARGARIDAS SÃO NOTÍCIA: VALORES-NOTÍCIA, CONSTRUÇÕES E ENUNCIADOS

Relacionamos, neste capítulo, as noções trabalhadas até agora acerca das representações sociais contidas no imaginário social a luz dos estudos feministas e de gêneros para debruçar sobre o *corpus* de análise. Com essas noções, procuramos perceber como as mulheres rurais, por meio da Marcha das Margaridas, foram representadas no Correio Braziliense no período selecionado. Para isso, empreendemos a metodologia da AD, buscando verificar as representações sociais e percebendo o discurso como uma superfície dinâmica, constituída em contextos sócio históricos específicos.

Das 13 ocorrências da temática **Marcha das Margaridas** no jornal **Correio Braziliense**, entre 2000 e 2007, apenas dez desenvolvem efetivamente textos categorizados como gênero no discurso jornalístico (notícias, reportagens, crônica, nota opinativa e carta). Entre as inserções, há dois índices do Primeiro Caderno (ambas no ano 2000) e duas capas: uma no ano 2000 e outra em 2007. Vamos analisar, contudo, todas essas 13 ocorrências, pois o discurso jornalístico é a sistematização de uma série de formatos e elementos que vão além da estrutura textual clássica.

Do ponto de vista do texto propriamente dito, ou seja, do discurso escrito, essas quatro inserções destacadas são importantes fontes de análise, uma vez que contem representações sociais acerca das mulheres do campo. No caso do resumo – publicado numa seção que recebe o nome de **Resumo do Primeiro Caderno** – mesmo em tamanhos reduzidos, são textos passíveis de exploração. Organizamos a análise das inserções pela ordem cronológica de publicação e esta, por sua vez, quando há mais de uma inserção no dia, pela ordem sequencial da página. Os subitens deste capítulo estão organizados com o título das matérias para facilitar a leitura, bem como a organização das análises. As matérias, em sua íntegra, estão dispostas no final da dissertação no item Anexos, o que foi feito com o intuito de facilitar o acompanhamento das análises por parte do leitor.

4.1 I MARCHA DAS MARGARIDAS

Há sete inserções no ano 2000 sobre a **Marcha das Margaridas**, o que corresponde à metade do *corpus* total. Tal situação sugere algumas pistas para análise. Uma das possibilidades para interpretar a maior quantidade de ocorrências pode se dar pelo fato de o acontecimento, naquele ano, possuir o valor-notícia da novidade, um dos critérios substantivos de seleção do evento para noticiá-lo (TRAQUINA, 2008, p. 81).

4.1.1 Margaridas em flor

Isso pode ser evidenciado na primeira citação do jornal à mobilização, na coluna⁴³ de Ari Cunha, do dia 3 de agosto, que inicia a nota **Margaridas em Flor** com a seguinte frase⁴⁴:

Marcha das Margaridas é a novidade de Brasília para o dia 10 de agosto.

Nesse caso, a nota é autoexplicativa. Deixa claro textualmente que a novidade é uma questão importante. Elucida o motivo pelo qual o tema está entrando na coluna. Sobre a novidade, Traquina (2008, p. 81) observa que

nos trabalhos de jornalismo de investigação uma das maiores dificuldades para o jornalista é a justificativa para voltar ao assunto sem novos elementos: geralmente tem que haver algo novo para voltar a falar do assunto. Devido à importância deste valor-notícia, o mundo jornalístico interessa-se muito pela primeira vez. E, devido à visão bipolar dos membros da tribo jornalística [...], a comunidade jornalística é sensível à última vez.

Tomando o jornal como unidade discursiva, a **Marcha das Margaridas** passa a existir, para o **Correio Braziliense**, a partir da publicação na coluna **Visto, Lido e Ouvido**. Naquele ano, as trabalhadoras rurais promoveram a primeira **Marcha das Margaridas**. O jornal voltou sua atenção à mobilização em diferentes seções. Veiculou não só a cobertura do

⁴³ Rabaça e Oliveira explicam no **Dicionário de Comunicação** que coluna é uma divisão vertical padronizada em uma página, no caso, de jornal. É uma “seção especializada de jornal ou revista, publicada com regularidade e geralmente assinada e redigida em estilo mais livre e pessoal do que o noticiário comum. Compõe-se de notas, sueltos, crônicas, artigos ou textos-legendas, podendo adotar, lado a lado, várias dessas formas. As colunas mantêm um título ou um cabeçalho constante e são diagramadas costumeiramente em posição fixa e sempre na mesma página, o que facilita sua localização imediata pelos leitores habituais.” (RABAÇA; OLIVEIRA, 2001, p. 148)

⁴⁴ Para diferenciar graficamente as transcrições do *corpus* de análise do restante do texto, em especial das citações de livros e revista, decidimos utilizar a fonte 10 em itálico, com espaçamento simples, destacada do parágrafo com recuo de seis centímetros.

evento, como um fato isolado, mas também publicou comentários que se faziam no cenário político, como na coluna de Ari Cunha. Cobriu eventos que antecederam a mobilização e desenvolveu uma reportagem mais contextualizada para falar da ocupação de mulheres em cargos de liderança nos movimentos sociais e sindicais do campo. Por fim, fez a cobertura do evento, publicada no dia 11 de agosto de 2000.

O valor-notícia da novidade também está presente em outras notas que dividem a coluna **Visto, Lido e Ouvido**. A coluna faz parte de um gênero opinativo no jornalismo em que o autor – no exemplo, Ari Cunha, jornalista do **Correio Braziliense** desde sua inauguração, em 1960 – imprime impressões próprias sobre os fatos e comentários que publica. A nota é uma “pequena notícia destinada a uma informação rápida. Caracteriza-se por extrema brevidade e concisão” (RABAÇA; OLIVEIRA, 2001, p. 512).

Também estão na coluna de Ari, as notas **Alegria**, em que o autor anuncia o lançamento em CD-ROM de todas as suas colunas; **Multas** sobre penalidades do Ibama contra a Petrobrás; **Reforma**, sobre reforma tributária e imposto sobre valor agregado; **Habilidade**, sobre o político Jader Barbalho; e **Sonegação**, sobre a liberação de um imposto para as operações da bolsa de valores. A coluna é iniciada com a nota **Todos os culpados estão soltos**, trata de escândalos sobre a reedição da Medida Provisória 2031. Traz a seção: **A frase que foi pronunciada** com a opinião do professor Waldemar Magalhães sobre a indisposição do governo para a instalação de uma CPI. Fala também de um desastre num trem, do fim do juiz Nicolau dos Santos e de um aeroporto em Juazeiro no Ceará. A coluna é finalizada lembrando uma publicação em data coincidente no ano de 1960.

No título da nota, **Margaridas em Flor**, o autor reduz o caráter político e combativo da figura de Margarida Alves e das manifestantes rurais para a associação simplista com flor do campo. Do ponto de vista do simbolismo social, a palavra margarida remete a uma flor, que, por sua vez, está associada à delicadeza, romantismo e feminilidade. O nome do evento dá essa possibilidade de interpretação. Contudo, quando o movimento selecionou a palavra margarida como título teve também pretensão de homenagear uma líder que teve sua trajetória político-sindical interrompida por um assassinato. Essas múltiplas possibilidades conotativas talvez sejam uma das riquezas e armadilhas de nossa língua. Uma só palavra, como margarida, amplia as possibilidades sígnicas e remete a múltiplas representações sociais. A questão que se coloca aqui é que, pela primeira vez em que a marcha é tratada no jornal, a opção semântica que se faz é por aludir à flor, não à líder.

O jogo linguístico “margarida-flor” reduz o caráter político combativo do movimento. Tal afirmação pode ser corroborada no corpo da nota que tem, no total, 12 linhas:

O MST pretende juntar no DF pelo menos 20 mil mulheres para fazer reclamação contra Fernando Henrique. Mulheres de todo o país integrarão o movimento, mas há no ar um que de exploração sobre o sexo.

As trabalhadoras não promoveram a marcha apenas para reclamar. Da maneira que foi posicionada na frase, sem complementos concretos, a palavra reclamação soa evasiva. Reclama-se contra o presidente por quê? A Marcha teve o propósito de tirar as mulheres rurais da suposta invisibilidade a que estavam submetidas. Teve também o intuito de reivindicar uma vida digna no campo, sem violência. Portanto, a reclamação – ou melhor, a reivindicação – não se dirigia apenas ao então presidente FHC, mas a todo o governo e, também, a sociedade. O lema da mobilização da Marcha daquele ano foi: “2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”.

Ainda que não de forma clara, o colunista deixa subtendida a possibilidade de que as mulheres estejam aproveitando-se do seu sexo para explorar e/ou pressionar o chefe do poder executivo. Dessa forma, Ari Cunha lança mão de uma representação usual acerca da questão: primeiro, a ideia de que existe uma divisão binária na sociedade a qual opõe homens, de um lado, e mulheres de outro. Essa cisão é pautada pelo sexo biológico e também se manifesta no social.

De fato, a diferença exige um referente: é-se diferente de alguma coisa e este referente é uma construção social, já que é a importância, o valor a ele atribuído culturalmente, que lhe confere este *status*. É, portanto, uma construção ideológica, política. No caso da diferença dos sexos, o referente é o masculino social, centrado na posse de uma genitália dotada de poder simbólico e social e a sua definição enquanto tal foi e é renovada constantemente pelo dispositivo do sexo e da sexualidade. Este dispositivo, como explicita Foucault (1976), representa os investimentos econômico, imagético, simbólico, político, lingüístico, artístico, que criam e recitam o sexo e a sexualidade como eixo do social, infligindo modelos, coerções, assujeitamentos, mas igualmente resistências plurais. (NAVARRO-SWAIN, 2009).

Poderíamos dizer que, no caso das mulheres que se organizaram e marcharam rumo à Brasília houve uma resistência à maneira como estão sendo tratadas pelo poder político, o qual, no Brasil, é constituído, em sua maioria, por pessoas do sexo masculino. Entretanto, o colunista prefere aludir a uma suposta exploração das mulheres (sexo frágil) frente ao homem (detentor do poder) e em situação de visibilidade que o exporia a excessos por parte das mulheres. De vítimas, elas passam a manipuladoras.

4.1.2 “Mulheres lutam por direitos iguais”

Seis dias se passaram sem que o jornal retornasse ao tema **Marcha das Margaridas**, a segunda matéria publicada no jornal saiu no dia nove de agosto, na seção “Últimas”, que faz parte do caderno Cidades. Com o chapéu “cena da noite”, a matéria intitulada **Mulheres lutam por direitos iguais** é assinada pelo jornalista Freddy Charlson. O texto pode ser classificado como notícia, partindo da definição de Charaudeau:

Propomos chamar de “notícia” um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo *espaço temático*, tendo um caráter de *novidade*, proveniente de uma determinada *fonte* e podendo ser diversamente tratado. Um mesmo espaço temático: significa que o acontecimento, de algum modo, é um *fato* que se inscreve num certo *domínio* do espaço público, e que pode ser reportado sob a forma de um *minirrelato*. (CHARAUDEAU, 2009, p. 132).

O acontecimento noticiado é um debate sobre a participação de mulheres em movimentos sociais, ocorrido no dia 8 de agosto de 2000, no Centro Cultural de Brasília, na Asa Norte. A **Marcha das Margaridas**, prevista para ocorrer no dia seguinte à publicação, entra na construção da notícia por estar dentro do espaço temático da participação feminina em movimentos sociais. Como se diz no jargão jornalístico, a marcha é um gancho, ou seja, um bom motivo para se tratar do tema. O repórter explica que a Marcha é

[...] braço da Marcha Mundial contra a Pobreza e a Violência Sexista, que começou em 8 de março (não por acaso, Dia Internacional da Mulher) e que acaba em 17 de outubro (também não por acaso, Dia Internacional de Luta contra a Pobreza).

A Marcha é, pois, um fato que se inscreve no domínio do espaço público e não acontece de forma isolada, mas articulada com um movimento mundial. É prática na redação jornalística relacionar o fato noticiado com outras ocorrências que tenham relação e implicação com o que se aborda. Nesse sentido, o jornalista contextualiza sua notícia.

Do ponto de vista das fontes jornalísticas, o autor recorreu às oficiais, assim classificadas por indicar opiniões e/ou informações de pessoas previamente legitimadas para tomar aquele lugar de fala: são presidentes, representantes de classe ou grupo social, acadêmicos, entre outros. A então coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres, Raimunda Celestina, e a coordenadora do Núcleo de Pesquisas sobre a Mulher da Universidade de Brasília (UnB), a antropóloga Lia Zanotta, são pessoas cujas falas foram relatadas na reportagem e que se enquadram na categoria de fonte oficial. O jornalista também recorreu às fontes não oficiais: duas estudantes do curso de Serviço Social da UnB, Eloísa

Varela e Veruska Alves. A seleção de quem tem o direito de manifestar-se no discurso jornalístico é uma questão que se mostra crucial, uma vez que está intrinsecamente relacionado com a credibilidade (da pessoa e, também, da matéria) e da validade do dito, ou seja, seu valor de verdade, que discutimos no capítulo III. Esse valor de verdade indica uma construção narrativa, instrumentalizada por argumentações técnico-científicas, que corresponde a um dos métodos dos rituais estratégicos de objetividade jornalística, descritos por Tuchman (1979/1999): apresentação de provas auxiliares.

As fontes oficiais contribuem para atribuir veracidade ao acontecimento noticiado. Charaudeau pondera que a fonte pode ser incluída no discurso jornalístico com o intuito de elucidar, explicar ou opinar. “isso significa que, no mesmo instante em que se dá a notícia, ela é tratada sob uma forma discursiva que consiste *grosso modo* em: *descrever* o que se passou, *reportar* reações e *analisar* os fatos.” (CHARAUDEAU, 2009, p. 132).

No caso de Raimundinha⁴⁵, ela explica os motivos da marcha. Contudo, o verbo utilizado para designar sua fala é lamentar:

“Temos que lutar. As poucas políticas públicas deflagradas para os trabalhadores rurais não são pensadas para mulheres”, lamenta Raimundinha que lembra que a Marcha das Margaridas leva esse nome em homenagem à agricultora Margarida Alves, morta por latifundiários em 12 de agosto de 1983.

A coordenadora elucida a existência da Marcha no tempo e no espaço.

“Em 1983 morreu uma Margarida, agora temos 20 mil Margaridas”. Comemora Raimundinha. (Não a morte da agricultora, mas a emblemática data).

Lia Zanotta, fonte oficial que também está previamente legitimada a participar do discurso jornalístico por sua representatividade frente ao espaço temático tratado, explica a participação das mulheres na história.

“Elas ajudaram a fazer a Revolução Francesa. Época em que apenas os chefes de família tinham direito ao voto. Algo que as francesas só conseguiram em 1944”, explicou a antropóloga Lia Zanotta, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher, da UnB, em sua aula histórica sobre a participação da mulher nos movimentos sociais.

Já as fontes não oficiais, as estudantes participantes do debate, opinam e dão testemunhos particulares:

“Gosto de lutar pelos direitos de igualdade entre homens e mulheres. Ainda somos excluídas da participação das discussões da sociedade”,

⁴⁵ Raimundinha é como Raimunda de Mascena, líder sindical do movimento de mulheres trabalhadoras rurais, é conhecida e prefere ser chamada. O jornalista Freddy Charlson também a identifica pelo apelido a partir da segunda referência que faz à líder feminista rural.

lembra Eloísa. “Vimos saber a história da nossa participação nos movimentos”, explicou Veruska.

O dito relatado não se trata da transcrição literal ou da verossimilhança àquilo que se enuncia. Para Charaudeau essa é uma questão importante sobre a seleção da fonte. Por isso, ele a problematiza:

trata-se da *seleção* da informação, seleção que se opera num conjunto de fatos que parecem impossíveis de transmitir em sua totalidade. Em que campo de significação social deve efetuar-se a seleção e, no interior desse campo, com que critérios de importância ou de prioridade? Em função de que são definidos esses critérios? Interesses do mediador? (2009, p. 37).

Certamente a seleção desses ditos se deu sob o interesse do mediador, ou seja, do jornalista, para que a estrutura textual fluísse de maneira concatenada. Nesse sentido, o texto de Charlson é um exemplo de que a notícia é resultado de uma construção. Ele elencou alguns elementos do debate, relacionou com fatos relativos a práticas sociais e selecionou pessoas para explicar e comentar aquele evento que seria noticiado no dia seguinte. Essa seleção é subjetiva, a ordenação do texto passa por filtros pessoais: representações sociais, o repertório do próprio repórter e sua percepção de mundo, além de práticas profissionais que compõem o *ethos* jornalístico.

Na construção de seu discurso escrito, o autor buscou elementos para compor um encadeamento de ideias por meio da ligação de palavras. O termo utilizado para finalizar uma informação, é utilizado para incluir novos elementos, como no exemplo disposto a seguir:

*“Vimos saber a história da nossa participação nos movimentos”, explicou Veruska.
Foram, viram e souberam através da agrônoma Miriam Nobre, 35, que a Marcha Mundial recebe adesão de mulheres em 155 países. E que pretende entregar abaixo-assinado com 10 milhões de assinaturas ao secretário-geral da ONU, Kofi Anan, exigindo eliminação da pobreza, distribuição da riqueza, igualdade de gênero e fim da violência contra a mulher (grifo nosso).*

Os verbos destacados no trecho, *vir* e *saber*, são exemplos da estratégia textual que o repórter lança mão para construir sua descrição acerca do debate sobre movimentos feministas: a repetição de verbos (em diferentes conjugações) e de expressões para finalizar uma ideia e iniciar outra. Dessa forma, paulatinamente, Charlson introduz novos elementos na narrativa.

Noblat (2005) defende que o jornalista deve redigir seu texto de maneira leve e criativa, aproximando-se da estrutura literária. Para isso, o jornalista não pode ser um servo do *lead*. “No passado os jornalistas podiam dar-se ao luxo de publicar apenas notícias. Eram donos do pedaço. Agora, não. A explicação competente das notícias é uma saída para os jornais. Embora não seja a única.” (ibid, p. 112).

De acordo com as orientações do chefe (no ano 2000, Noblat era chefe de Redação do **Correio**), Charlson procurou redigir sua notícia libertando-se do *lead* (o que, quem, quando, onde, por que e como). Isso não significa que o resultado semântico tenha sido adequado, em nossa percepção. Como Noblat recomenda, o jornalista buscou explicar o que significava aquele debate ocorrido na noite de 8 de agosto. Para isso, assim como faz a literatura, lançou mão de representações sociais vigentes acerca das mulheres: mães e donas-de-casa.

Arrumar o lar, cuidar dos filhos, cozinhar. Sem problema. As mulheres são melhores que a maioria dos homens nesse tipo de coisa. Mas por que não ganhar as ruas e reclamar direitos de igualdade em relação à parcela masculina da população, a pobreza e a falta de respeito? Ideais discutidos por estudantes, donas de casa e até freiras, ontem à noite, em debate sobre a participação das mulheres nos movimentos sociais, no Centro Cultural de Brasília, 601 Norte.

O jornalista inicia seu texto evocando papéis. A noção de papéis é reducionista se inscreve em uma tendência determinista, definida logo no nascimento em função do sexo do indivíduo. Louro refuta a ideia da socialização de gênero por meio de papéis:

A característica fundamentalmente social e relacional do conceito não deve, no entanto, levar a pensá-lo como se referindo à construção de *papéis* masculinos e femininos. Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que considerado adequado (e inadequado) para um homem e para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas. (LOURO, 1998, p. 23-24).

Após apresentar papéis tradicionalmente aplicados a mulheres, o jornalista apresenta na quarta frase uma pergunta colocada como uma inovação reveladora:

Mas por que não ganhar as ruas e reclamar direitos de igualdade em relação à parcela masculina da população, a pobreza e a falta de respeito?

No ano 2000, já fazia cerca de quarenta anos que a segunda onda⁴⁶ do feminismo havia se iniciado. Foi quando os estudos acerca das mulheres começaram a ser desenvolvidos (LOURO, 1998, p. 16-17). Portanto, questionar a divisão binária da sociedade pautada por referências sexuais já não era novidade alguma nos anos 2000, como sugere a pergunta do repórter.

O texto é iniciado e finalizado nessa surpresa do rompimento de papéis preestabelecidos. Após expor o que era o evento, quem estava presente, porque da participação e qual o impacto das discussões, o jornalista retoma a ideia de papéis com base em representações sociais presentes no imaginário:

⁴⁶ A primeira onda foram das sufragistas, no final do século XIX, a segunda onda iniciou-se a partir de meados da década de 1960.

Aula, também, para aqueles que ainda pensam que a mulher só deve cozinhar, passar e tomar conta da molecada.

O jornalista expressa com eloquência a ideia de que os serviços domésticos são atribuições predominantemente femininas. A frase citada não questiona o axioma, visto que a palavra só indica a possibilidade de que é possível ir além do óbvio, o de que as mulheres nasceram para isto e arremata de forma emblemática com a sentença:

Mesmo que façam isso bem melhor que a grande maioria dos homens

Com esse enunciado, ainda passa o recado de que a sociedade não deve esperar que os homens, um dia, possam ser tão bons quanto às mulheres nas lidas domésticas. Outros elementos da reportagem corroboram o papel da mulher no espaço doméstico. Assim, o chapéu da matéria **Cena da noite** é muito sugestivo. Apesar de ser uma seção fixa do jornal na época, seu título reforça uma situação vivenciada por muitas mulheres: a sobrecarga de afazeres para se firmarem como sujeitos múltiplos, trabalhadoras, mães, donas de casa, estudantes.

Durante o dia, elas cuidaram de seus afazeres domésticos e à noite – para aquelas a quem sobrou tempo – participaram de atividades políticas, um campo de atuação primordialmente masculino. Apesar de essa ideia não estar expressa textualmente, sustentamos que ela está lá. Eni Orlandi (2007, p. 12) defende que todo dito possui um não dito. O silêncio é fator essencial em significar. “Silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro, ou ainda que aquilo que é mais importante nunca se diz, todos esses modos nos levam a colocar que o silêncio é fundante” (ibid, p. 14).

O discurso sobre as obrigações das mulheres com a casa, os filhos e os maridos é transversal e não está apenas nas formulações dos homens. Foi o que observou Schaaf (2003) num estudo que fez sobre o início da organização das mulheres rurais no Rio Grande do Sul. A autora observa que, para participar das atividades do movimento, as mulheres aproveitavam momentos considerados oportunos para pedir a autorização do marido. Para tanto, asseguram que outra mulher (filha, irmã, vizinha) cuidaria dos afazeres domésticos por ela, durante sua ausência.

Geralmente as agricultoras tendem a criar esses espaços “driblando” o tempo; assim, elas fazem muitas atividades ao mesmo tempo, ou em outros horários, para não “sacrificar” o tempo da família com as atividades do movimento. Aproveitam uma visita à vizinha para levar verduras e falar sobre a organização de uma manifestação em Porto Alegre ou sobre a próxima reunião do movimento; para repassar notícias a mulheres que moram longe, elas utilizam o leiteiro como intermediário. Para poderem participar dos encontros, antes de sair, elas se sobrecarregam de trabalho, deixando pronto o máximo que podem e, quando voltam, têm de fazer todo o trabalho que não executaram durante sua ausência, o que gera, muito provavelmente,

tensões familiares. Tudo acontece dentro de um espaço legitimado do papel feminino, que pouco a pouco vai se ampliando. (SCHAAF, 2003, p. 433).

Nesse sentido, o desempenho de papéis domésticos por parte das mulheres, que inclui os reprodutivos, parece legitimado em diversas esferas da sociedade, inclusive entre elas próprias, que muitas vezes consideram normal essa sobrecarga para poder cuidar de assuntos de seu interesse. A questão mostra-se, pois, arraigada no imaginário coletivo o qual as mulheres estão assujeitadas, e a matéria do jornalista corrobora a ideia.

Além dos trechos destacados, ainda há outros que indicam a formação imaginária do repórter acerca da população do campo e das mulheres. No terceiro parágrafo ele diz que as mulheres fazem manifestação pacífica e emenda, entre parênteses, que isso não significa que não sejam boas de briga. Neste trecho mencionado, aparece a figura da mulher forte. A representação da mulher rural (em especial a sertaneja) como forte é muito presente na obra da escritora Raquel de Queiroz, por exemplo *Conceição de O Quinze*. A personagem composta por Queiroz, ainda na década de 1920, era inusitada para representar mulheres na época. Conceição era uma moça da cidade, com perspectivas que incorporavam ideais feministas que foi passar férias em Quatigadá, com a avó. Diferente da maioria das moças da época, Conceição não projetava suas aspirações apenas para o casamento, ela traçava uma perspectiva de sujeito autônomo. Essa diversidade de representações em um texto de sete parágrafos aponta que a formação das representações no imaginário social acerca das mulheres rurais é plural.

O jornalista seleciona, faz enquadramentos. Escolhe termos, hierarquiza informações. Constrói a estória. A escolha das palavras, mesmo sendo intuitiva, nunca é aleatória. Entre uma variedade de sinônimos se escolhe um. E cada palavra é carregada não só de seu sentido denotativo, mas também conotativo. Dizer que Raimundinha “vai estar a frente do tumulto” não é um ato de ingenuidade. Tumulto, de acordo com o dicionário Michaelis⁴⁷, quer dizer “1 Alvoroto, barulho, desordem, motim. 2 Confusão, agitação. 3 Discórdia. 4 Bulício, grande movimento. 5 Desassossego, embate, inquietação, perturbação.” Apesar de o item quatro, contemplar grande movimento em que se encaixaria a **Marcha das Margaridas**, tumulto é usualmente mais empregado para designar o que diz os outros itens, precisamente, confusão.

Ao empregar o termo tumulto o jornalista já estaria previamente fazendo um julgamento de como seria a marcha. Ele poderia ter utilizado outras expressões para designar o evento do dia seguinte, sem qualificá-lo: marcha, mobilização, manifestação, passeata ou

⁴⁷ Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=tumulto>> Acesso em: 27 jul 2011.

carreata. Contudo, ao utilizar tumulto o jornalista estaria fortalecendo, novamente, o valor-notícia do conflito ou controvérsia, tidos como comuns em manifestações de movimentos sociais e sindicais.

Outros elementos utilizados na notícia também merecem atenção nesta análise. O título da matéria é um elemento crucial no discurso jornalístico. Serve para despertar o interesse do leitor pelo tema tratado na notícia que segue. Tem a função de informar diretamente ou suscitar curiosidade. Pode ter uma estrutura frasal completa, com sujeito, verbo e predicado; ou uma expressão, que unida a outros elementos da página complementa o sentido do enunciado. No caso de **Mulheres lutam por direitos iguais**, trata-se de uma estrutura frasal completa. Aqui, o título teve a intenção de informar, logo no primeiro momento, do que se tratava o texto.

Mouillaud (2002, p. 100) aponta que o título é um enunciado que rompe a estrutura visual da página (aparece na horizontal, enquanto a maior parte do texto está distribuído em colunas verticais). Além da mudança nos elementos de diagramação, textualmente, o título tem o significado de guiar o leitor para o assunto que será tratado na matéria.

Desta forma, o título aparece como um micro-sistema em que se refletem as duas funções do jornal: a evocação (o reforço) de um paradigma e a produção de uma diferença (das duas funções, a segunda oculta a primeira que permanece implícita). (MOUILLAUD, 2002, p. 107)

Squarisi (2005) e Noblat (2005) recomendam que o título pode responder aos elementos do *lead* e que junto com o subtítulo devem informar os “os dados fundamentais para o entendimento da notícia” (SQUARISI, 2005, p. 26). O título escolhido pelo jornalista – ou pelo editor, já que a construção da notícia segue uma lógica de produção industrial – é reducionista. Ao invés de informar com precisão, ou mesmo com criatividade o tema tratado, prefere o lugar comum. Minimiza os temas abordados na notícia a uma questão puramente dual, pautada na divisão sexista da sociedade em que o masculino é a referência.

Tal abordagem mostra-se ultrapassada na perspectiva dos estudos feministas. Remonta um período localizado entre 1970 e 1980, em que as militantes eram denominadas de feministas da “igualdade” (DEERE; LEON, 2002, p. 45-53). Nesse período, a principal bandeira das mulheres era a luta pela igualdade de direitos.

As filósofas feministas distinguem relações horizontais e verticais implícitas no conceito. “Igualdade entre” é uma relação de similaridade recíproca estabelecida horizontalmente, entre indivíduos do mesmo nível. Em oposição a isso, “igualdade para” é unidirecional e implica hierarquias e dependências, ou relações verticais. A preocupação das feministas é que, na luta por igualdade sexual, a mulher possa ser pressionada em direção a um paradigma de “humanidade” definido em termos masculinos. (ibid, p. 45-46).

Nos estudos mais recentes, essa abordagem da “igualdade entre” passou por atualizações. A luta não é por direitos iguais aos dos homens, o que reduz a questão a um viés sexual, mas por direitos. Direitos políticos, direitos sociais, direitos civis, direito de não sofrer violência, direito de viver sua pluralidade sem que outras garantias lhes sejam tiradas. O acesso a esses direitos passa a ser compreendido numa acepção de igualdade de oportunidades.

A igualdade de direitos pode, eventualmente, já estar prevista na legislação, mas não se concretizar na prática, ou seja, ser apenas uma igualdade formal. Para que a igualdade se concretize, Deere e Leon (2002, p. 49) propõem a criação de políticas afirmativas, como a reserva de cotas. “Enquanto os papéis de gênero persistirem e a divisão do trabalho por gênero permanecer a mesma, homens e mulheres não terão a mesma igualdade de oportunidades.” (DEERE; LEON, 2002, p. 48).

Nos estudos feministas contemporâneos, reconhece-se que as mulheres não são iguais, como categoria unívoca, mas plurais. Evitam-se afirmações generalizadas acerca da mulher e do homem numa perspectiva de gênero.

O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas nas sociedades ou nos momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem. (LOURO, 1998, p. 23).

Entretanto, o jornalismo, por sua vez, não é lugar habitual de contraposições ao *establishment*, mas de continuidades. Apesar de os jornalistas lançarem mão de técnicas utilizadas na pesquisa científica – como a entrevista, a observação participante – são pessoas de ação e não de ciência. A padronização e a recorrência a lugares comuns fazem com que Traquina (2008) classifique os jornalistas como uma tribo.

“O termo ‘tribo’ transmite também a ideia de que os membros desta comunidade são homens e mulheres de ação, marcados por uma atitude de anti-intelectualismo que é um ‘constrangimento cultural no mundo do jornalismo’” (BOURDIEU, 1998, p. 58 apud TRAQUINA, 2008, p. 26). Charaudeau esboça uma reflexão sobre os motivos da superficialidade: “O discurso das mídias se fundamenta no presente de atualidade, e é a partir desse ponto de referência absoluto que elas olham timidamente para ontem e amanhã, sem poder dizer muita coisa a respeito” (2009, p. 134).

4.1.3 Mulheres têm comando do campo

O tema da **Marcha das Margaridas** voltou ao jornal no dia seguinte, 10 de agosto de 2000, quando ocorreu a manifestação. Ao programar o evento para essa data, as mulheres, conforme dito anteriormente - procuram marcar o aniversário de morte de Margarida Alves. No ano 2000, precisamente no dia 12 de agosto, completavam-se 17 anos do assassinato da líder paraibana. Os dois dias de diferença, provavelmente, se deram por uma adequação ao calendário semanal. O intuito das trabalhadoras rurais era aproveitar o período para destacar a situação de impunidade que se encontrava o assassinato e denunciar casos de violência aos quais as mulheres do campo são submetidas ainda hoje. Esse contexto agrega outro valor-notícia de seleção que responde a critérios substantivos do acontecimento: o tempo, que funciona como gancho para que a mídia retome assuntos importantes.

No dia 10, foram publicadas duas inserções sobre a **Marcha das Margaridas**: uma no índice do primeiro caderno, localizado na página 2, que traz um resumo sobre o conteúdo encontrado no interior do caderno. A outra inserção foi uma reportagem sobre a participação das mulheres em cargos importantes na organização de movimentos rurais: **Mulheres têm comando do campo**.

O valor-notícia da atualidade também entra em cena, uma vez que a reportagem utiliza a Marcha (temporalmente localizada perto da publicação da matéria) como gancho. A reportagem tem forte inclinação para o drama, uma característica que Traquina relaciona como frequente no discurso jornalístico.

Outra característica da maneira de ver desta comunidade interpretativa é também a tendência para estruturar os acontecimentos em torno dos indivíduos. As 'estórias' de 'interesse humano' centram-se em indivíduos em situações contingentes ou em paradoxos atuais. Essas 'estórias' salientam a violação daquilo que se espera. (TRAQUINA, 2008, p. 49).

Marina Oliveira, autora da reportagem **Mulheres têm comando do campo**, aproxima a problemática das trabalhadoras rurais, por meio de exemplos, do universo simbólico do leitor urbano. A matéria é iniciada por comparações entre a ocupação de cargos públicos por mulheres no campo e na cidade para sustentar que nas organizações rurais elas têm mais espaço, ao contrário do que imagina o senso comum.

Elas ocupam menos de 4% das prefeituras municipais, elegeram apenas uma governadora na última eleição e menos de 6 % dos parlamentares do Congresso Nacional. Mas no campo a história é diferente. As mulheres conseguiram conquistar metade dos postos de liderança. No Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

(MST), por exemplo, dos 91 integrantes da coordenação nacional, 48% são mulheres. No seletto grupo dos dirigentes máximos do movimento, formado por 21 sem-terra, 11 são do sexo feminino.⁴⁸

No parágrafo seguinte, a repórter discorre acerca da promoção da **Marcha das Margaridas**, “[...] a maior marcha de trabalhadoras rurais da história do país.”, em que se reuniram 20 mil mulheres. Segue contando quem foi Margarida Alves e contextualizando que a **Marcha das Margaridas** fazia parte da Marcha Mundial das Mulheres. Fala, também, da relevância das mulheres no processo produtivo

Segundo a Contag, as mulheres são responsáveis pela produção de 30%⁴⁹ dos alimentos consumidos no Brasil.

Nesse ponto cabe um questionamento que mais uma vez se coloca no limiar da invisibilidade do trabalho produtivo das mulheres no campo. De onde surgiu a porcentagem? Como as mulheres podem ser responsáveis por apenas 30% da produção se, no caso da agricultura familiar, mesmo que não estejam diretamente ligadas com a lida na roça ou com os animais, as mulheres asseguram o trabalho reprodutivo da unidade de produção familiar para que haja condições de manter a família e suas possibilidades de negócio. Essa porcentagem, mesmo que fornecida por uma representante de classe, que apoia o movimento das mulheres, precisa ser questionada, pois demonstraria o assujeitamento em um sistema produtivo sexista, pautado pelo masculino dominante, o qual as mulheres estão submetidas. Nesse sentido, cabe aqui um questionamento, se as mulheres são sujeitos ativos no processo produtivo da agricultura familiar, como já pontuamos nesta dissertação, como pode lhes ser imputada uma parcela tão pequena da produção total?

Após apresentar o índice produtivo, a jornalista amplia o fato noticioso **Marcha das Margaridas** dizendo que elas se reuniram no dia anterior com o então presidente, Fernando Henrique Cardoso. E apresenta as motivações do movimento das margaridas:

O grupo pretende chamar a atenção da sociedade e do governo para os problemas vividos pelas mulheres da zona rural. Elas reclamam de discriminação por parte dos programas voltados para o desenvolvimento agrícola. As mulheres costumam estar em minoria nos cursos de qualificação sobre novas técnicas rurais. A maior parte delas também não conhece os processos para obtenção de crédito e acabam ficando de fora do financiamento.

⁴⁸ Uma das explicações para esse índice expressivo de ocupação de mulheres em postos de comando nos movimentos do campo pode ser explicado pela política de cota. A Contag, por exemplo, desde o seu 7º Congresso, realizado em 1998, exige que ao menos 30% dos cargos eletivos sejam ocupados por mulheres. Informação disponível em: < <http://www.contag.org.br/enfoc/arquivos/documento/43/Trajectoria-politica-da-contag--as-primeiras-lutas--revista-40-anos-da-contag.pdf>> Acesso em> 30 jul. 2011.

Segue apresentando algumas reivindicações e passa para a personagem da matéria, Fátima Ribeiro, liderança do MST, que, até então, havia participado de mais de cem ocupações de terras. Esses elementos consistem na contextualização do fato noticioso **Marcha das Margaridas**. Nesse sentido, pode-se considerar, pela perspectiva apresentada por Erbolato (2003), que a matéria **Mulheres têm o comando do campo** corresponde a uma reportagem em profundidade, uma vez que apresenta o fato, o relaciona com situações anteriores, apresenta o contexto em que se deu e procura situar suas implicações políticas e sociais.

A seleção de Fátima como fio condutor da matéria, a partir da metade do texto, é um exemplo de como o jornalismo não é reflexo da realidade, como supõe a teoria do espelho, mas uma construção, como propõe o viés interacionista do *Newsmaking*. No texto, a história da personagem⁵⁰ Fátima desempenha a função de amálgama do discurso jornalístico com o público a que se destina, uma vez que é utilizada como recurso narrativo para aproximar o tema tratado do universo simbólico do leitor:

O amálgama também é um efeito discursivo proveniente do duplo desejo de simplificação e de dramatização: colocam-se sob uma mesma etiqueta geral fatos particulares, ou fazem-se aproximações e estabelecem-se analogias. [...] Todas as expressões ou formas simplificadoras dramatizantes [...] que tiveram ou têm grande expansão porque são suscetíveis de atingir o imaginário dos leitores, ouvintes e telespectadores, funcionam como etiquetas que permitem designar e classificar todo novo acontecimento que tenha uma relação qualquer com elas. Produz-se um efeito de amálgama, porque elas participam de um modo de raciocínio que, por similaridade, obriga o receptor a aproximar, em seu espírito, fatos que não teria tido a ideia de aproximar. (CHAURAUDEAU, 2009, p. 186).

Dentre as milhares de manifestantes reunidas, entre todas as lideranças citadas na abertura do texto, a jornalista selecionou Fátima, entre tantas Marias, para conduzir a reportagem. Essa escolha faz parte dos critérios de captação da fonte, ou seja, aliada à sua representatividade e credibilidade, é preciso que a pessoa esteja disponível para ser entrevistada e/ou observada pelo jornalista. Essa seleção é arbitrária, embora nem sempre proposital. Charaudeau (2009, p. 144-145) elenca critérios midiáticos para a seleção das fontes: notoriedade, representatividade, expressão ou polêmica. Fátima inscreve-se no critério de expressão:

justificado pelo processo de captação: é preciso escolher pessoas que saibam falar com clareza e simplicidade, que saibam fazer-se entender pelas massas. Isso explica o gosto das mídias por uma fala que expresse de maneira ao mesmo tempo segura (sem muitas hesitações) e simples (saber empregar as palavras de todos os dias). (CHARAUDEAU, 2009, p. 145).

⁵⁰ Personagem é como se chama, no jargão jornalístico, a pessoa que é entrevistada e tem um exemplo que ilustra a pauta da matéria. Rabaça e Barbosa (2003) definem o termo como: “Cada um dos indivíduos, fictícios ou reais que figuram em qualquer forma de narrativa (romance, reportagem, poema, peça teatral, filme etc).” (2003, p. 561).

Como se deu a seleção de Fátima por sua expressividade? Talvez houvesse lideranças com um histórico mais marcante, mas talvez elas estivessem ocupadas, no momento da apuração da matéria, cumprindo alguma tarefa da manifestação. Talvez o movimento tenha, previamente, eleito Fátima a interlocutora com a imprensa. Aliás, selecionar alguém eloquente com uma história de vida interessante é uma praxe das assessorias de imprensa para ajudar a vender⁵¹ a pauta para os jornais. Pelo valor notícia da personalização, há um entendimento tácito de que isso motivaria a seleção do fato como valor notícia, portanto seria mais fácil de transformar a pauta em reportagem.

A jornalista Marina Oliveira cita o exemplo de uma ocupação no Triângulo Mineiro, em que Fátima Ribeiro participou e que houve confronto com a polícia. Fala das dificuldades enfrentadas, e finaliza que a liderança “Nunca pensou em desistir. Nem mesmo diante da dificuldade para namorar.” A autora segue contando que Fátima adotou uma menina.

De um quadro de enunciação distante do meio urbano (liderança que promove e participa de ocupações agrárias), a jornalista aproxima as experiências de sua fonte ao quadro enunciativo urbano. Evoca as representações sociais da mulher-amante, da mulher-forte e da mulher-mãe. A maternidade é um quadro de enunciação comum entre diferentes culturas. Por isso, a jornalista seleciona esse fato, dentre tantos outros marcantes, que provavelmente agregassem mais elementos do ponto de vista da mobilização feminista do campo, para descrever a história de Fátima.

Uma mulher rural negra, liderança que promove ocupações de terra em prol da reforma agrária pode ser considerada *alter*. Sua descrição parece alheia ao referente urbano de uma representação de mulher feminina.

O outro, como ‘não-eu’, ‘não-nós’, deve ser afastado ou tornar-se estranho pelas características opostas àquelas que exprimem o que é próprio da identidade. O trabalho de elaboração da diferença é orientado para o interior do grupo em termos de proteção; para o exterior, em termos de tipificação desvalorizante e estereotipada do diferente. Nessa construção se movem interesses que servem à comunidade, no interior da qual se define a identidade. (JODELET, 1999, p. 51).

Nesse cenário de alteridade, a jornalista busca elementos para marcar a passagem à outra etapa das representações sociais – a ancoragem.

Quando a novidade é incontornável, à ação de evitá-la segue-se um trabalho de ancoragem com o objetivo de torná-lo familiar e transformá-lo para integrá-lo no universo de pensamento preexistente. Este é um trabalho que corresponde a uma função cognitiva essencial da representação e capaz também de se referir a todo elemento estranho ou desconhecido no ambiente social ou ideal. (JODELET, 2001, p. 35).

⁵¹ Vender é um jargão utilizado pelas assessorias de imprensa. Quando se vendeu a pauta significa que o jornal aceitou a sugestão e publicará uma matéria sobre o assunto.

Ao falar em namoro e maternidade, buscam-se representações comuns no imaginário social sobre as mulheres. Ao ancorar, é estabelecida uma relação positiva ou negativa com seu objeto. No caso das mulheres do campo, elas foram positivamente ancoradas pela história de vida da personagem. Mais do que líder feminista rural, ela é uma mulher forte que não desiste de seus objetivos. Mesmo que, para isso, tenha de abrir mão de sua individualidade que poderia ser vivida no namoro, por exemplo. Reforça-se aí a representação da mulher-amante, cujo objetivo é o amor-romântico. Sem o namoro, Fátima está incompleta e não viverá aquele que parece ser o destino das mulheres: casar e viver feliz para sempre.

Mesmo incompleta Fátima é mulher? A jornalista traz a representação da mãe para comprovar que Fátima é uma legítima mulher, que realizou o sonho de ser mãe. Um sonho que se apresenta como destino das mulheres. Navarro-Swain (2010) sustenta que socialmente a maternidade é tomada como um destino biológico, quase uma fatalidade. Discursos de várias instituições reforçam a ideia de que a mulher só é uma verdadeira mulher ao ser mãe. A autora refuta essa representação e questiona:

Que corpo é este, que me impõe uma identidade, um lugar no mundo, que me conduz no labirinto das normas e valores sociais/ morais? Que corpo é este que eu habito cuja imagem invertida reflete o olhar-espelho dos outros? Que corpo é este, afinal, que sendo apenas um, pode tornar-se dois, ocupando o mesmo lugar no espaço? Corpo feminino, corpo reprodutor, a maternidade que me desdobra vem me integrar ao mundo do social, à representação da 'verdadeira mulher'. Serei eu 'mãe' mesmo antes de ser 'mulher'? Serei eu um útero, antes de ser humana? (NAVARRO_SWAIN, 2007).

Ao ser impossibilitada de procriar, pela falta de um parceiro, Fátima Ribeiro cobre essa lacuna com a adoção. Assim, mesmo em sua vida incompleta pela falta de um namorado, torna-se uma verdadeira mulher pela adoção de Dandara, que na época da matéria tinha três meses.

Na matéria **Mulheres têm o comando do campo** as representações evocadas no texto, como é possível notar até aqui, são diferentes daquelas trazidas no dia anterior pelo repórter Freddy Charlson, que toma o movimento feminista por um ótica absolutamente dual, pautada pelo masculino dominante e pelo desempenho de papéis. Na reportagem do dia 10 de agosto de 2000, Marina Oliveira construiu sua narrativa jornalística para evocar a força das mulheres. Há comparações explícitas com homens, mas elas foram usadas para falar que as mulheres estavam se fortalecendo politicamente. Entretanto, também faz uso de representações habituais acerca das mulheres, como as que as confinam aos papéis de mães, amantes e, por extensão, ligadas às lidas domésticas, ao cuidado como o outro, ao casamento, mantendo-as no espaço da casa, do privado, e, por consequência, destituída de visibilidade pública e força política.

O chapéu da matéria, que está na editoria Brasil, integrante do Primeiro Caderno, é composto pela expressão “poder feminino”. A reportagem ocupa quase toda a página 34 do jornal. Há apenas uma publicidade na página. A foto principal da matéria, posicionada logo abaixo do título, ocupa cinco colunas do jornal. Pereira Júnior (2009) afirma que a fotografia no jornalismo possui uma relação com o texto. Para ele, a foto é polissêmica.

Os signos visuais estão na imagem, a percepção é simultânea. O sentido é dado pela articulação de elementos visuais descontínuos. Ela permite interpretação para além da imagem. Toda imagem fotográfica tem, portanto “duplo sentido”. O texto, a legenda, o título, portanto, é o que irá ancorar um sentido específico. (PEREIRA JUNIOR, 2009, p. 115-117).

No caso da matéria em questão, a foto complementa o texto e parece ilustrá-lo, o que para Kossoy (2001), como já dissemos, é um equívoco. Fátima é fotografada embaixo de uma barraca de lona, sentada em uma rede. Ela está centralizada na imagem e aparece em primeiro plano.

A fotografia tem uma realidade própria que não corresponde necessariamente à realidade que envolveu o assunto, objeto do registro, no contexto da vida passada. Trata-se da realidade do documento, da representação: uma *segunda realidade*, construída, codificada, sedutora em sua montagem, em sua estética, de forma alguma ingênua, inocente, mas que é, todavia, o elo material do tempo e espaço representado, pista decisiva para desvendarmos o passado. (KOSSOY, 2001, p. 22).

Fátima está num acampamento, o que remete à sua participação em ocupações de terra. Contudo, a representação da mulher forte evocada no texto é enfraquecida pela posição da imagem. Sentada numa rede, Fátima parece descansar. A legenda desta foto pode ser classificada na categoria de legenda-referencial, que “[...] se limita a situar a foto. Dá nomes a personagens fotografados, sua posição na cena” (PEREIRA JUNIOR, 2009, p. 155). A legenda repete informações contidas na reportagem sobre os feitos de Fátima, enquadrada no centro da imagem, e frisa em uma citação de discurso direto:

“Não me sobra tempo para namorar”

O namoro mais uma vez aparece como ancoragem com os leitores. Ao contrário da cena retratada, a legenda procura demarcar uma mulher combativa que abre mão de sua feminilidade e de sua possibilidade pela luta pela reforma agrária.

Ainda há mais duas fotos na matéria, na retranscrição **Breve estrelato**: Débora Rodrigues e Diolinda Alves foram lembradas e ilustradas em formato 3X4 como mulheres ligadas ao MST que tiveram destaque midiático em algum momento. Esse destaque, contudo, se deu no contexto da mulher-sensual, caso de Débora Rodrigues. De acordo com o que recorda a jornalista, Débora foi miss Teodoro Sampaio 1996, conquistou relevância por sua beleza e por ter posado nua na revista Playboy. Seu trabalho anterior como professora ou suas razões

político-sociais para integrar o movimento não foram o que lhe asseguraram visibilidade, como deixa claro o texto a seguir.

Funcionária da prefeitura de Teodoro Sampaio foi cedida para trabalhar na Cocamp, cooperativa do movimento. Participou de duas ocupações e chamou atenção da militância mais pelas curvas, que lhe renderam o título de Miss Teodoro Sampaio, do que por sua participação política.

Depois das fotos na revista Playboy, ela foi rechaçada no MST e não apareceu mais na imprensa. O box **breve estrelato** se encaixa no elemento que Squarisi chama de memória, “recuperação de fatos passados que se relacionam com um acontecimento atual. [...] Na maioria das vezes, historia os antecedentes de uma situação para que o leitor compreenda melhor o acontecimento presente.” (SQUARISI, 2005, p. 19). Cabe aqui um questionamento: até que ponto a informação sobre Débora (representada como mulher-sensual) é relevante acerca do ativismo político das mulheres do campo? Em que o estrelato de Débora (miss, fotografada pela Playboy) acresce na atividade feminista das mulheres? Do ponto de vista da discussão de gênero, a inclusão dela sustenta outra representação, aquela da mulher sensual, que ganha destaque na mídia apenas por suas atribuições físicas e não por suas possíveis qualidades intelectuais ou protagonismo político.

Em seguida, a jornalista relembra a trajetória de Diolinda Alves. Não foram suas atribuições físicas que lhe renderam destaque, mas sua atuação no MST. Contudo, suas referências não se deram como liderança autônoma, mas como esposa de José Rainha. A representação social das mulheres como esposa, ou filha ainda são comuns no meio rural. Até a década de 1980, por exemplo, as mulheres não podiam se sindicalizar e figuravam no movimento sindical rural sempre ligadas a um homem: esposas ou filhas. A ideia de propriedade masculina sobre as mulheres têm raízes históricas. Durante muitas décadas, o homem era legalmente o único representante da família. Isso valia tanto para a representação jurídica e financeira quanto social. Os chefes-de-família (homens) tinham legitimidade para gerir as propriedades e renda de sua cônjuge e herdeiros.

Essa prática era apoiada pelos códigos civis, sob os quais o marido representava a família em todos os assuntos externos e era o administrador da propriedade comum da mesma. Esta prática também era apoiada por uma divisão de trabalho por gênero, em que o homem era socialmente reconhecido como agricultor e a mulher era considerada apenas como “ajudante”, ou a trabalhadora secundária da família, independentemente da quantidade de tempo que dedicava a atividades de agricultura. (DEERE; LEON, 2002, p. 30).

Deere e Leon estudaram a propriedade rural na América Latina sob uma perspectiva de gênero. Elas observaram que se a mulher dispõe de renda própria e possui a terra em seu

nome, tem mais autonomia sobre sua vida e também sobre a de seus filhos. Esse empoderamento tem reflexos, inclusive, na segurança alimentar das mulheres e de sua prole (DEERE; LEON, 2002, p. 43).

No decorrer da reportagem a autora discorre sobre o poder das mulheres nas organizações rurais, com eventuais afirmações sexistas e naturalizantes, para, ao final, concluir com uma ponderação indubitavelmente demarcadora dos gêneros na sociedade:

A tirar por esses exemplos, o movimento pode até apoiar líderes mulheres, mas desde que não ofusquem o brilho dos homens.

4.1.4 Marcha das Margaridas

Marcha das Margaridas foi o título do pequeno texto publicado na seção **Resumo Primeiro Caderno** do dia 10 de agosto. O Primeiro Caderno é o lugar de maior destaque no jornal, em que são publicados assuntos considerados nobres sobre a política nacional e internacional, sobre fatos nacionais de destaque (como foi o caso da **Marcha das Margaridas**) e sobre saúde. Em uma cidade como Brasília, que desenvolveu o jornalismo local muito pautado pelos assuntos nacionais (LIMA, 1993) figurar no Primeiro Caderno demonstra que o jornal valorizou o tema, uma vez que os enunciados na imprensa escrita são uma conjugação de elementos:

Na imprensa escrita, a notícia é apresentada segundo critérios determinados de construção do espaço redacional e icônico, que seria correspondente ao grau de importância que se atribui a ela: a localização (na primeira página ou numa página interna, no alto ou no fim da página, com pré-título, com título ou sub-título); a tipografia (dimensão e corpo dos caracteres de impressão no conjunto de títulos); a quantidade de superfície redacional (ou icônica) comparada à de outras notícias, em porcentagem. (CHARAUDEAU, 2009, p 146-147).

A nota teve a seguinte redação:

Onze dos 21 cargos da cúpula do MST são de mulheres. Hoje, 20 mil delas vão à Esplanada para pedir mais crédito e qualificação rural.

A redação induz a um erro conceitual sobre a entidade promotora do evento. Apesar de serem fóruns de representação com atuação semelhante, as organizações disputam espaço político e representatividade no campo da reforma agrária. Em agosto de 2000, houve uma coincidência de eventos promovidos pelas duas entidades. O MST organizou o **V Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, já a Contag, a **I Marcha das Margaridas**, que recebeu apoio de movimentos feministas e fez parte da agenda da

Marcha Mundial de Mulheres. Coincidência ou não, no dia 10 de agosto, 20 mil mulheres participantes da **Marcha das Margaridas** foram às ruas de Brasília e integrantes do MST promoveram manifestações em frente à embaixada dos Estados Unidos e, também, na Esplanada dos Ministérios.

Talvez por serem alheios às nuances do movimento social e sindical rural, a mídia construiu ambos os acontecimentos sob a mesma rubrica. Assim, os assuntos dividiram páginas, afinal fazem parte do mesmo campo temático. Em geral, um foi retranca do outro. De qualquer forma, tal situação demonstra pouca atenção por parte da imprensa com relação ao tema, bem como o fato de que incorreram em erros grosseiros do ponto de vista jornalístico. O jornal confundiu movimentos e entidades num claro descaso quanto às diferenças dos movimentos dos trabalhadores rurais. Omissão? Desconhecimento? Será que situação semelhante ocorreria com outras iniciativas e, se ocorresse, como as entidades promotoras reagiriam? Do ponto de vista ético, caberia uma errata do jornal para reconhecer a confusão. Mas tal situação não ocorreu.

4.1.5 Margaridas querem carteira assinada

A situação enunciada acima foi semelhante ao que ocorreu na matéria de cobertura da **Marcha das Margaridas**, publicada no dia 11 de agosto pelo CB, escrita novamente por Marina Oliveira. Na reportagem **Margaridas querem carteira assinada**, a manifestação do MST aparece na retranca. O movimento dos Trabalhadores Sem-Terra também é tema da entrevista pingue-pongue com o então ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann. Apesar de a reportagem afirmar, já no primeiro parágrafo, que a **Marcha das Margaridas** foi promovida pela Contag, o destaque na primeira página, afirma que o MST a promoveu, bem como à queima da bandeira americana em frente à embaixada dos EUA.

A foto da primeira página é da manifestação dos sem-terra e a indicação de página remete à que trata da **Marcha das Margaridas**. Pode-se considerar que houve um equívoco do editor que fechou a capa do jornal naquele dia. A foto e o enunciado textual da capa geram uma expectativa no leitor de que o assunto tratado na página 22 seria sobre a ação do MST,

enquanto o principal tema da seção Brasil daquele dia foi a **Marcha das Margaridas** e seu caráter peculiar.

Neste dia, o jornal tratou da **Marcha das Margaridas** na Primeira Página, no resumo do primeiro caderno e na editoria Brasil, parte do Primeiro Caderno. A jornalista fez uma reportagem sobre a manifestação em que é possível perceber alguns valores-notícia de seleção como: novidade, atualidade e notabilidade. Pode-se dizer que os valores da visualidade e da disponibilidade de acesso às fontes (proximidade com a sede do jornal) foram critérios contextuais para que o acontecimento se tornasse notícia do **Correio Braziliense**.

Novidade porque era a primeira vez que ocorria uma marcha de trabalhadoras rurais em Brasília. Somado ao valor da novidade, está a controvérsia, que “representa assim uma ruptura fundamental na ordem social.” (TRAQUINA, 2008, p. 85). Esse valor e essa ruptura podem ser evidenciados logo no primeiro parágrafo da reportagem pelo caráter incomum da mobilização:

De longe parece uma manifestação comum – carro de som, palavras de ordem e bandeiras. Basta um olhar mais atento e os detalhes de uma passeata só de mulheres aparecem. Na Marcha das Margaridas, organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), ontem, esses detalhes começavam pelo caminhão com oito banheiros móveis que acompanhou toda a caminhada, desnecessário numa marcha masculina.

A atualidade se inscreve no plano temporal, ou seja, o acontecimento é notícia quando está circunscrito numa data próxima a publicação de determinada edição. Para Traquina (2008) o fator tempo é um dos valores mais importantes para o jornalismo. Há um ciclo noticioso que define qual momento em que as ocorrências têm maior probabilidade de se transformar em notícias. Esse período é determinado pelas horas de fechamento.

Enquanto o valor da ‘objetividade’ continua a provocar imensa polêmica (mas não a noção do profissional equidistante em relação aos diversos agentes sociais), o valor do imediatismo reina incontestável, ainda mais com a emergência do ‘cibermídia’. O imediatismo é definido como um conceito temporal que se refere ao espaço de tempo (dias, horas, segundos) que decorre entre o acontecimento e o momento em que a notícia é transmitida, dando existência a esse acontecimento. (TRAQUINA, 2008, p. 37).

No caso da reportagem **Margaridas querem carteira assinada**, a Marcha havia ocorrido no dia anterior à publicação. Essa tendência se mantém ao longo de todas as inserções do jornal sobre a **Marcha das Margaridas** no período selecionado (2000-2007).

A notabilidade do fato, ou seja, a “qualidade de ser visível, de ser tangível” (TRAQUINA, 2008, p. 82) pode ser percebida pela quantidade de pessoas envolvidas. Eram

esperadas 20 mil manifestantes, segundo a reportagem do dia anterior. Contudo, conforme explicita o subtítulo da matéria

Cerca de nove mil mulheres, de acordo com a Polícia Militar, fizeram passeata [...].

O número de participantes, portanto, revela-se uma questão cara ao jornalismo, um valor. Discussões acerca da quantidade de manifestantes aparecem em quase todas as inserções jornalísticas do *corpus* de análise.

Uma foto que ocupa três colunas ilustra a reportagem. Outros recursos de edição que se podem destacar são a retranca e a entrevista pingue-pongue com o então ministro do desenvolvimento agrário, Raul Jungmann. A reportagem ocupa quatro, das seis colunas da página 22, na editoria Brasil e se encaixa no que Squarisi (2005, p. 26) classifica de alto de página. Por isso, “merece tratamento pra lá de especial. Só ela exige subtítulo (subtítulo ou bigode).”

Elencar os elementos de edição utilizados nessa matéria, já requer reflexões acerca das representações sociais do campo. A primeira que podemos constatar, estabelecendo uma leitura linear dos elementos da página, já está no subtítulo:

[...] para pedir igualdade de direitos com os homens do campo.

Aqui, volta a representação já citada anteriormente, muito comum à representação social empregada aos movimentos feministas: a busca da igualdade com os homens. Mais uma vez, em um discurso construído por uma mulher, Marina Oliveira, a referência para dar apoio aos enunciados acerca das reivindicações feministas são os homens. A questão é novamente estruturada a partir da representação do masculino dominante.

A comparação com uma manifestação masculina para compor o cenário inusitado da marcha, com banheiros móveis e um caminhão que acompanhou toda a passeata, também serviu para iniciar a reportagem. O jornal buscou construir seu discurso sob a estratégia discursiva da ancoragem evocando as representações acerca da mulher-mãe:

As preocupações justificam-se pelo grande número de mulheres acima dos 50 anos na passeata, além da presença de gestantes e mães acompanhadas de crianças pequenas.

Esse enunciado é reforçado pela retranca “Fraldas e Batom” e pela fotografia que ilustra a matéria. Uma mulher participa da passeata com uma criança de colo dormindo em seus braços. Essa fotografia tem um valor semântico que reforça o enunciado textual. Kossoy

(2001, p. 26) pondera que “a fotografia resulta de uma sucessão de fatos fotográficos que tem seu desenrolar no interior daquele contexto”. Nesse sentido, o momento capturado pelo repórter completa o enunciado textual, que demarca a peculiaridade da marcha, que inclui mães acompanhadas de seus filhos.

A fotografia tem uma realidade própria que não corresponde necessariamente à realidade que envolveu o assunto, objeto do registro, no contexto da vida passada. Trata-se da realidade do documento, da representação: uma *segunda realidade*, construída, codificada, sedutora em sua montagem, em sua estética, de forma alguma ingênua, inocente, mas que é, todavia, o elo material do tempo e espaço representado, pista decisiva para desvendarmos o passado. (KOSSOY, 2001, p. 22).

Pereira Junior (2009, p. 111-112) pondera que a produção de sentido por meio da fotografia em um jornal ocorre no processo de edição: a paginação, a diagramação a junção de imagem e texto são elementos importantes para completar o discurso jornalístico. A edição traz fragmentos congelados, mas confere lógica própria à imagem. Expõe a cena e, simultaneamente, o trabalho estético e profissional. É construção e também flagrante, é registro e é artifício, testemunho e invenção. (PEREIRA JUNIOR, 2009, p. 112).

A fotografia tem um apelo estético importante. Faz um enquadramento superior de um plano de conjunto, ou seja, a foto foi tirada de cima e mostrou da cabeça aos pés a personagem principal. Ao fazer esse movimento de câmera (uma *plongée*, ou seja, a câmera capta o objeto de cima para baixo) o jornalista se coloca numa posição superior àquela pessoa que retrata. Ao preferir esse recorte, no lugar de uma panorâmica, o fotógrafo particulariza a marcha. Aquela mulher com a criança dormindo nos ombros torna-se ícone de todo o movimento.

A legenda da foto também repete o enunciado. Seriam as mães a maioria? Ao escolher exemplos como esses para compor o cenário da marcha, a jornalista procura ancorar essas mulheres rurais num quadro enunciativo comum a diferentes culturas, urbanas ou rurais: a maternidade. Tal fato é um exemplo do que afirma Navarro-Swain:

Tecida em uma densa rede discursiva que entrelaça memória, tradição e autoridades diversas a representação da verdadeira mulher ‘mãe e esposa’, ‘do lar’, é ainda hoje a imagem e o cotidiano da maioria das mulheres. A multiplicidade dos desejos e da experiência das mulheres já apontadas por Simone de Beauvoir tende a se fechar em torno da homogeneização do Mesmo. O eterno feminino está assim presente nas tecnologias de reprodução do gênero: o senso comum, a mídia em suas diferentes formas (televisão, cinema, impressos) e os discursos sociais dotados de autoridade (religioso, político, médico, jurídico, científico). (NAVARRO-SWAIN, 2004).

Outras representações acerca das mulheres, vaidosas e precavidas, também podem ser percebidas na retranca “Fraldas e Batons”, e no texto, quando a jornalista fala do que as

mulheres manifestantes tinham na bolsa: batons, lenço, hidratante, filtro solar, fraldas descartáveis.

As demandas das mulheres, as motivações político-sociais que as levaram até Brasília ficam em segundo plano. Enquanto a jornalista dispõe de 25 linhas (os três parágrafos iniciais da reportagem) para descrever os hábitos femininos e suas peculiaridades em uma marcha, as reivindicações são descritas em 15 linhas, no terceiro e quarto parágrafo.

O recurso narrativo adotado na reportagem é a descrição temporal, frequente na literatura. Talvez por desenvolver um estilo de redação mais próximo da literatura, a jornalista tenha optado por descrever elementos que compuseram a cena do acontecimento, como num romance realista. Essa estratégia, contudo, parece reduzir o caráter político da mobilização, que aparece no texto de forma simplificada. Esse simplismo é observado por Charaudeau (2009) como um discurso didático em que a mídia se coloca na posição de quem ensina:

O problema se coloca pelos procedimentos de simplificação do raciocínio remete à questão mais geral da vulgarização, que se manifesta cada vez que se tenta tornar claro o que é complexo. A vulgarização, considerada em sentido amplo (pôr um discurso erudito ou técnico ao alcance de não especialistas), é o que caracteriza o discurso didático. (CHARAUDEAU, 2009, p. 184).

A construção da **Marcha das Margaridas** é um processo complexo, resulta do amadurecimento da luta feminista no campo e da incorporação da proposta internacional da Marcha Mundial de Mulheres.

A primeira Marcha das Margaridas teve como lema 2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista. Seus eixos de discussão incluíram temas como terra, o trabalho, os direitos sociais, a autodeterminação e a soberania afirmados na Carta da Marcha Mundial. A questão central apresentada neste documento era um diagnóstico da situação em que vivia o campo e as consequências na vida das mulheres. Consistia ainda, na crítica ao neoliberalismo representado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, que para as trabalhadoras rurais voltava-se aos interesses das empresas transnacionais e do capital financeiro. (SILVA, 2008, p. 89).

Entretanto, a complexidade das reivindicações das mulheres na reportagem do dia 11 de agosto de 2000 foi reduzida às questões gerais, de forma explícita a carteira assinada, e a questões de mulheres, por meio de representações acerca da maternidade, da vaidade etc. Naquele ano, uma questão que se colocava como central era o acesso das trabalhadoras rurais aos benefícios previdenciários, como à aposentadoria e ao salário-maternidade. A ênfase sobre a carteira assinada (um instrumento que garante acesso a direitos trabalhistas no meio urbano) é um exemplo dessa simplificação.

Essa simplificação também foi um recurso de edição utilizada no título **Margaridas querem carteira assinada**. Charaudeau (2009) considera que os títulos são um elemento dramático que é um recurso na organização textual do jornal para prender a atenção do leitor. Ele sustenta que os títulos são um gênero dentro das formas textuais utilizadas no jornalismo.

a uma situação de enunciação. Então é possível determinar formas textuais dominantes com o auxílio de um certo número de traços que as constituam de maneira ideal, e que constituam modelos de escritura nos quais venham moldar-se os textos. É a regularidade e a convergência desses traços numa determinada situação de comunicação que constituem o gênero. (CHARAUDEAU, 2009, p. 234-235)

Maingueneau chama o título de unidade paratextual reduzida:

Denominamos ‘paratexto’ o conjunto de fragmentos verbais que acompanham o texto propriamente dito; pode se tratar de unidades amplas (prefácios, textos figurando na capa etc.) ou de unidades reduzidas: um título, uma assinatura, uma data, um intertítulo, uma rubrica (*‘fait divers’*, ‘editorial’, ‘anúncios’ etc.), notas de rodapé, comentários na margem. (MAINGUENEAU, 2001, p. 81).

O título sugere que as mulheres rurais estão em busca de melhores condições de trabalho. Mas a referência para isso é urbana. No meio rural, em especial na agricultura familiar, o acesso a direitos previdenciários tem outros instrumentos de controle além da carteira de trabalho, como o bloco de notas do agricultor familiar, a participação sindical, entre outros. Isso ocorre, especialmente, pelo caráter peculiar dos processos produtivos. O direito à aposentadoria não se resume à carteira de trabalho, por exemplo. Essa tendência à simplificação faz parte dos valores-notícia de construção da matéria e resume o discurso jornalístico em processos com referências binárias.

[...] devido aos valores-notícia de construção, como por exemplo a simplificação, e aos valores-notícia de seleção, como por exemplo o conflito, a maneira de ver os membros da tribo jornalística privilegia uma visão bipolar – o mundo é estruturado em polos opostos: o bem e o mal, o pró e o contra, etc. (TRAQUINA, 2008, p. 47).

Os pólos presentes na matéria de Oliveira são: rural-urbano e homem-mulher. A polarização de gênero se evidencia no enunciado em que são descritas motivações para a marcha:

A maior parte delas ajuda o marido na roça e acaba sem benefícios como a aposentadoria e a licença-maternidade. (grifo nosso)

O verbo ajuda revela que representações sobre o homem como responsável e a mulher como coadjuvante na cadeia produtiva da unidade familiar ainda está arraigada no imaginário, que se materializa num sistema simbólico:

Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potencia 'real', mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio. Os bens simbólicos, que qualquer sociedade fabrica, nada tem de irrisório e não existem, efectivamente, em quantidade ilimitada. (BACZKO, 1985, p. 298-299)

Esse sistema simbólico parte do referencial do masculino dominante. O emprego da expressão ajuda também é comum para relacionar o trabalho masculino no ambiente doméstico. Notam-se aí espaços institucionalizados de atuação baseadas na divisão do trabalho pautada no sexo.

A luta pelo reconhecimento do trabalho produtivo no meio rural foi uma das primeiras bandeiras das mulheres do campo. As trabalhadoras rurais entenderam esse como um passo fundamental para a garantia de outros direitos.

Como uma forma de justificar e, ao mesmo tempo demonstrar, a legitimidade das reivindicações sobre os direitos das mulheres, enfatiza-se o papel econômico que elas desempenham no seio das unidades de produção familiares. Mobilizando-as para a luta por interesses comuns advindos, principalmente, da condição de produtora, a organização política torna-se uma das etapas, talvez a mais importante, do processo de elaboração da nova identidade feminina. No entanto, essa imagem de mulher reflete apenas uma única face de sua identidade - a de trabalhadora. A questão da 'cidadania' e dos 'direitos' fica, assim, atrelada à necessidade do reconhecimento da mulher como agricultora. Esta ênfase se justifica pelo fato de que grande parte da população rural feminina está inserida em formas de organização familiares que conjugam funções reprodutivas e produtivas onde a inserção na produção é entendida como um prolongamento das atividades domésticas. (CARNEIRO, 1995, p. 50).

Nota-se que as matérias referentes ao primeiro ano da **Marcha das Margaridas** se estruturaram a partir do valor-notícia da novidade. Os jornalistas procuraram contextualizar a manifestação e seu caráter peculiar. Para isso, lançaram mão de estratégias ligadas ao processo de representações sociais, como a ancoragem e a objetivação. Nesse ano, nota-se a representação frequente das mulheres-mães e da divisão institucionalmente legitimada de ocupação social calcada no binarismo sexista.

4.2 II MARCHA DAS MARGARIDAS

Três anos se passaram e as trabalhadoras rurais promoveram a segunda edição da **Marcha das Margaridas**. Em 2003, as mulheres reuniram 40 mil trabalhadoras em Brasília (REVISTA DA MARCHA, 2008, p. 9). Elas entregaram ao governo federal uma pauta com 140 itens, cujas principais reivindicações tratavam de:

terra, água, salário mínimo, saúde e o fim da violência sexista e todas as formas de discriminação e violência no campo. Além de ações estruturadoras, capazes de superar a condição de fome, pobreza e violência, as Margaridas reivindicaram igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens. (MASCENA/SOF, 2003, p. 1)⁵².

Naquela edição, a **Marcha** obteve conquistas significativas – as principais foram II Plano Nacional de Reforma Agrária; Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural; titulação conjunta das terras distribuídas pela reforma agrária; declaração de aptidão ao Pronaf em nome do casal; entre outras⁵³. Apesar disso, a **Marcha das Margaridas** e as questões políticas que a motivaram ou que se desdobraram a partir dela não tiveram espaço no **Correio Braziliense**.

4.2.1 Chuva piora trânsito

A mobilização feminista rural sequer foi pautada em 2003. Ao lado da chuva inesperada, em pleno mês de agosto, época de seca no cerrado, a Marcha foi apenas citada como gancho⁵⁴ na matéria **Chuva piora trânsito** como um dos agravantes do trânsito já ruim na região central de Brasília no dia 26 de agosto de 2003.

Quais fatores podem ter influenciado essa falta de notícias sobre a **Marcha das Margaridas**? Não há apenas uma razão para explicar essa ausência, esse silenciamento. Orlandi (2007) diz que o silêncio é a garantia do movimento dos sentidos. Sempre se significa através do silêncio. “silenciar é produzir o não-sentido onde ele mostra que é uma ameaça” (ORLANDI, 2007, p. 14).

Por que o silenciamento? O jornal teria perdido o interesse sobre o acontecimento? A hipótese não se comprova, pois, em 2007, ano da terceira edição da marcha, a temática foi pautada pelo CB por três vezes, foi destaque de primeira página e também foi assunto da participação de leitores.

⁵² Sempre Viva Organização Feminista, publicação n.º 45. Disponível em: <http://www.sof.org.br/publica/pdf_ff/45.pdf>.

⁵³ Informações disponíveis no hotsite da **Marcha das Margaridas** 2011, ancorado no site da Contag. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/hotsites/margaridas/interna.php>>. Acesso em: 08 de ago. de 2011.

⁵⁴ Ganho quer dizer um assunto que sustenta outro. O verbete gancho, no Dicionário de Comunicação, traz a seguinte definição: “Início de uma matéria jornalística, escrito de uma maneira a prender a atenção do leitor e a interessá-lo pelo restante do texto. O lide é a técnica de gancho mais usada na redação de notícias” (RABAÇA; BARBOSA, 2003, p. 341).

A ausência da manifestação noticiosa da **Marcha das Margaridas 2003** no **Correio Braziliense** traz diversos questionamentos. É uma equação complexa. Já não era a primeira vez que ocorria o acontecimento, o valor-notícia da novidade já estava, pois, enfraquecido. O editor-chefe do **Correio Braziliense** não era mais o jornalista Ricardo Noblat, que empregava um estilo arrojado e acreditava, como afirmara no livro **A arte de fazer um jornal diário**, na morte do *lead*. O jornalista declara que fazia uma cobertura de temas ligados ao interesse público. Com a saída de Noblat do jornal, há um recuo na tendência de morte ao *lead* e na tentativa de fazer um jornalismo mais literário.

Além disso, há o contexto político. A manifestação de 2000 fazia clara oposição ao governo federal. Essa oposição tencionava a probabilidade de um conflito, outro critério substantivo de seleção dos acontecimentos enquanto notícia. Gitlin (1980 apud TRAQUINA, 2005, p. 198) destaca que as notícias priorizam o conflito e não o consenso. Essa observação do autor corrobora com a máxima do jornalismo em que más notícias são boas notícias.

Muitos movimentos sociais, em especial a Contag, haviam apoiado publicamente a candidatura de Lula à presidência. Como 2003 foi o primeiro ano de gestão, os movimentos tinham uma espécie de compromisso com o governo que ajudaram a eleger. Em 2002, foi a primeira vez que a organização decidiu formalmente se envolver em um processo eleitoral apoiando abertamente um candidato (CONTAG, 2008)⁵⁵. Por isso, a probabilidade de expor eventuais fragilidades dessa relação era mínima. A eminência de um confronto estava reduzida. Isso também fragiliza outro potencial valor-notícia: o conflito, a controvérsia.

Do ponto de vista jornalístico, a I **Marcha das Margaridas** era uma espécie de suíte⁵⁶ da Marcha Mundial de Mulheres, mobilização com repercussão internacional, pautada por jornais no ano 2000 no Dia Internacional das Mulheres. A **Marcha das Margaridas** ganhou naquele ano um valor-notícia de consonância que, como afirmam Galtung e Ruge (1965), “é a facilidade de inserir um ‘novo’ numa ‘velha’ ideia que corresponda ao que se espera que aconteça” (apud TRAQUINA, 2008, p. 70). De acordo com essa proposição conclui-se que é mais fácil que o jornal retome uma temática quando esta já foi tratada ou já é conhecida pela maioria do público-alvo. Não foi o caso da **Marcha das Margaridas** em 2003.

⁵⁵ Jornal da Contag, nº 52, outubro/novembro 2008. Disponível em <<http://www.contag.org.br/imagens/f1474contagoutubro.pdf>>. Acesso em 08 de agosto de 2011.

⁵⁶ O verbete suíte, no Dicionário de comunicação, significa “continuação, sequencia. Ato ou efeito de desdobrar uma notícia já publicada anteriormente pelo próprio veículo ou por outro órgão de imprensa. Técnica de dar continuidade à apuração de um fato (já noticiado) que continue sendo de interesse jornalístico, mediante acréscimo de novos elementos para a publicação de notícias atualizadas” (RABAÇA; BARBOSA, 2001, p. 699)

A única citação da **Marcha** como assunto noticioso não diz respeito ao evento propriamente, mas a um de seus desdobramentos e de suas implicações para a população, o trânsito. Traquina (2008, p. 80) pondera que a relevância

responde a preocupação de informar o público dos acontecimentos que são importantes porque têm um impacto na vida das pessoas. Este valor-notícia determina que a noticiabilidade tenha a ver com a capacidade de o acontecimento incidir ou ter impacto sobre as pessoas, sobre o país, sobre a nação.

A matéria **Chuva piora trânsito**, publicada no dia 27 de agosto de 2003, procura enquadrar a Marcha numa perspectiva urbana do deslocamento lento no trânsito.

As motivações do movimento não foram citadas na reportagem, que é a principal da página 25, do Caderno Cidades. O valor-notícia do inesperado, ou seja, uma chuva em agosto motiva a execução desta pauta. A **Marcha das Margaridas** é um elemento da matéria. Apenas uma frase, efetivamente, é destinada a falar do evento e o relaciona como agravante do congestionamento das avenidas da região central de Brasília:

Aliada à forte chuva, a Marcha das Margaridas, que reuniu mais de 30 mil mulheres agricultoras, comprometeu o trânsito próximo ao Eixo Monumental.

Aquela era a maior manifestação popular ocorrida em Brasília naquele ano e obteve repercussões nacionais. Contudo, não teve matéria autônoma e figurou apenas no caderno de Cidades. “Clima” é o chapéu da reportagem. Enquanto nas outras matérias do *corpus* de análise os chapéus são, por exemplo, “Margaridas”, “Poder Feminino”, “Manifestação”, reforçando efetivamente a manifestação.

Chuva piora trânsito, apesar de ser a matéria principal da página 25, não é assinada. Sinaliza com um “da redação”. Isso indica para um critério de seleção de notícias que está ligado à disponibilidade do jornal. Se não há jornalistas e fotógrafos disponíveis para cobrir o acontecimento, a possibilidade de torná-lo uma reportagem no veículo é reduzida, salvo os casos em que são publicadas matérias de agências de notícia. Contudo, não foi esse o caso do **Correio Braziliense** com a Marcha das Margaridas daquele ano.

Outro valor-notícia que diz respeito à composição gráfica do jornal, ou seja, a capacidade de o acontecimento render boas imagens se aplica à **Marcha das Margaridas**. Uma vez que as cores verde e lilás transformam a paisagem da Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Chapéus, faixas, bonecos, balões ajudam a adornar a manifestação e incrementar seu apelo estético. Contudo, nem as fotografias sensibilizaram a publicação da pauta pelo jornal naquele ano. A foto, que ocupa três das quatro colunas da matéria, mostra brasileiros

improvisando para se proteger da chuva inesperada. Provavelmente, se a chuva não houvesse prejudicado o trânsito e causado acidentes, a **Marcha das Margaridas** sequer teria sido citada.

4.3 III MARCHA DAS MARGARIDAS

A **III Marcha das Margaridas** ocorreu quatro anos após a segunda, apesar de o movimento feminista rural prever uma periodicidade trianual para o evento. Ela foi adiada para 2007, no lugar de 2006, devido ao ano eleitoral. Na terceira edição do evento, a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag (CNMTR) adotou uma proposta de fazer do movimento, como sugere o termo, uma atuação constante. Nesse sentido, as ações da CNMTR passaram a ser entendidas, também, como integrantes da MM. A preparação para a manifestação começou, ainda em 2006, a partir do Dia Internacional das Mulheres. As comissões estaduais de mulheres promoveram diversas ações de conscientização no país.

[...] 12 de agosto de 2006, data que coincide com o assassinato da companheira Margarida Maria Alves, foi feito o lançamento simbólico da Marcha das Margaridas nos estados. Passeatas, seminários, encontros com autoridades locais, confraternizações, feiras e ações entre amigos fizeram parte das mobilizações em todo o País. (REVISTA DA MARCHA, 2008, p. 12).

Um seminário promovido pela Contag em novembro daquele ano discutiu feminismo no meio rural. Esse evento contou com a participação de feministas como Rose Marie Muraro, Nalu Faria, entre outras. Além de representações de organizações parceiras nacionais e internacionais como MIQCB, CUT, SOS-Corpo, Coprofam, Rede LAC. Já em 2007, as trabalhadoras rurais promoveram ações para divulgação da **Marcha das Margaridas** no Dia Internacional da Mulher. Em julho, entregaram a pauta de reivindicações, com 107 itens, ao governo federal. Em agosto, entregaram uma pauta para o Congresso Nacional pedindo apoio a projetos de lei que eram do interesse das trabalhadoras.

Todas essas ações prévias de preparação para a Marcha possuíam características que as promoveriam a notícia. Os eventos – entrega de pautas, mesas-redondas etc. – envolveram pessoas de destaque do cenário político e acadêmico. Além da notoriedade das pessoas envolvidas nas ações, o que é um valor-notícia de seleção, a cobertura dos eventos cumpriria

uma das funções do jornalismo que é o de fazer a ponte entre a sociedade (no caso as mulheres trabalhadoras rurais) e o poder público.

Os jornalistas fazem a intermediação da sociedade com os que a representam. Este é um dos seus papéis. O outro é o de fiscalizar atos e comportamentos dos que exercem o poder – o poder público ou o privado que influencia a vida das pessoas. (NOBLAT, 2003, p. 72).

Contudo, a **Marcha das Margaridas** só foi pautada pelo **Correio Braziliense** no dia 23 de agosto, em matéria de cobertura da passeata, após o encerramento do evento.

Nos dias 21 e 22 de agosto, as mulheres trabalhadoras rurais estiveram em Brasília para a III **Marcha das Margaridas**. No dia 21, foram promovidas cinco mesas redondas: “democratização dos recursos naturais: terra, água e agroecologia; Mulher, política, poder e democracia; Enfrentamento e combate à violência contra as mulheres; Previdência Social e Desenvolvimento; Distribuição de renda, valorização do salário mínimo e do trabalho.” (REVISTA DA MARCHA, 2008, p. 22). No dia 22, as 50 mil mulheres ocuparam a Esplanada dos Ministérios para a passeata durante a manhã e, à tarde, promoveram o encerramento do evento. O presidente Lula participou do encerramento, no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade. Já naquele momento, foram anunciadas algumas respostas às reivindicações das trabalhadoras:

Organização produtiva: foi incluída uma ação orçamentária de apoio à organização produtiva do Plano Plurianual 2008/2011 (conduzida em negociação com o MDA). Serão destinados R\$ 14 milhões para implementação do Programa Nacional de Apoio às Organizações Produtivas.

Pronaf Mulher: o governo anunciou a garantia dessa modalidade de crédito e investimento para simplificar e desburocratizar o acesso.

Previdência Rural: O governo prometeu não alterar a idade mínima para a trabalhadora rural se aposentar e garantiu que não haverá perdas de direitos previdenciários adquiridos pelas trabalhadoras rurais. Além disso, prometeu articular, no Congresso Nacional, a aprovação do Projeto de Lei da Previdência (6852/2006).

Trabalho: o governo se comprometeu a cumprir as Convenções 100 e 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), já ratificadas pelo Brasil. Além disso, garantiu a representação das trabalhadoras rurais na Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades, que funciona no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego desde agosto de 2004.

Alimentação Saudável: o MDA vai apoiar projetos que tenham como diretrizes o incremento da diversificação da produção com base em alimentos tradicionais das comunidades, garantindo a segurança alimentar.

Regularização das reservas extrativistas: A Marcha das Margaridas solicitou prioritariamente a regularização de duas reservas extrativistas no Maranhão e uma em Tocantins. Reivindicou, ainda, a criação da reserva Enseada da Mata no Município de Penalva (MA). Sobre as regularizações, o governo informou o estágio de cada processo, mas eles ainda não foram concluídos. O governo deu início ao processo de criação da reserva do município de Penalva. Desde a Marcha das Margaridas, o processo de regularização de apenas duas reservas extrativistas foi concluído: Acaú-Goiana, localizada nos municípios de Pitimbu (PB), Caapora (PB) e Goiana (PE); e a reserva Chapada Limpa, no município de Chapadinha (MA). (REVISTA DA MARCHA, 2008, p. 31).

4.3.1 Mulheres contra a violência

No dia 23 de agosto, quinta-feira, a **Marcha das Margaridas** esteve na primeira página do **Correio Braziliense**. O jornal é impresso em formato *standard*. Uma foto-legenda da **Marcha das Margaridas** foi impressa no centro da página. A fotografia, tirada de frente, mostra uma grande passeata, com bandeiras verdes e trânsito do lado esquerdo. Uma legenda-chamada⁵⁷ diz:

A Marcha das Margaridas, manifestação realizada por 14 mil mulheres para denunciar a violência e a desigualdade no campo, paralisou o trânsito brasiliense durante toda a manhã. Lula prometeu mais assistência para a agricultura familiar.

O destaque na capa de uma edição de quinta-feira – dia em que o jornal publica o caderno Veículos e, por isso, a venda é maior – demonstra que o CB considerou a manifestação importante. Provavelmente, o valor-notícia da relevância, em decorrência das complicações do trânsito, foi o que motivou a publicação do assunto na primeira página.

Internamente, a reportagem de Ulisses Campbell, **Mulheres contra a violência**, ocupou toda a página 23 do Primeiro Caderno, parte da editoria Brasil. A imagem do repouso, que pode remeter à preguiça e à lentidão, aparece nesta matéria. A primeira pessoa que tem voz na reportagem, por meio de um dito direto relatado, é Maria José Sarmento, cearense de 63 anos. De uma multidão, ela foi eleita como fonte da reportagem por ter desistido de percorrer o trajeto proposto pelo movimento feminista rural. Nota-se, aí, o reforço da imagem da terra ligada à moleza/repouso.

No discurso religioso, uma das promessas para o pós-morte é o descanso no paraíso. Na corrente do bucolismo, integrante da escola (literária e plástica) do arcadismo, surgida no século XVII, o campo é descrito como lugar de paz, onde se vivencia uma vida simples e pastoril. Os propósitos dessa escola eram uma espécie de contracorrente ao modelo moderno de urbanização e industrialização intensos do período. Essa leitura do campo, como descanso, como refúgio de paz, é trabalhada por Gaston Bachelard (1948), na obra **A terra e os devaneios do repouso**.

O autor foi um dos primeiros a tratar da noção de imaginário, que para ele tem um caráter criativo. Bachelard busca nos elementos da natureza (ar, água, fogo e terra) ligações

⁵⁷ Termo classificado por Pereira Junior (2009, p. 156): “notícia contida na foto e sua legenda, mas não ampliada em forma de chamada na primeira página.”

com os desejos, devaneios e vontades do ser humano. Dessa forma explora as imagens fundamentais, num contexto individual das pulsões.

Apesar de, aparentemente, o homem contemporâneo estar se distanciando da natureza em seu estado bruto, especialmente no meio urbano, esses elementos fundamentais estão presentes no cotidiano. Como ilustra o exemplo:

Pode parecer que tenhamos insensivelmente perdido as imagens da dureza. Mas quem aprofundar a impressão encontrará as imagens atuantes. Não é a *forma* de uma árvore retorcida que faz a imagem, mas é a *força* da torção, e essa força de torção implica uma matéria *dura*, uma matéria que *se endurece* na torção (BACHELARD, 1991, p. 54).

A pulsão em questão no nosso *corpus* é a do repouso. A imagem do campo como lugar de descanso e refúgio, ainda está presente no imaginário social, como pode se perceber na abordagem em questão.

Além disso, o texto construído pelo jornalista Ulisses Campbell remete à representação da mulher-frágil (sexo frágil), que vigorou – e talvez ainda esteja vigente – como oposição binária social construída a partir de uma noção sexual: homem-forte/mulher-frágil. Essa representação ecoou e encontrou reforços nos discursos de várias instituições: médica, religiosa e jurídica. Na atualidade foi reforçada pelo jornalista do CB observou que:

Algumas mulheres não suportaram o forte calor e a secura de Brasília e desistiram. Foi o caso da camponesa Maria José Sarmiento, 63 anos. Ela fez uma viagem de três dias num ônibus que saiu de Monsenhor Tabosa, interior do Ceará. “Não tenho mais idade. Vim a Brasília protestar contra o presidente Lula porque ele tá dando cisternas para todo mundo lá no Ceará, menos para a nossa comunidade”, queixava-se.

O jornalista preferiu dar destaque à desistência de Maria José Sarmiento, ao invés de ressaltar o esforço de uma idosa de 63 anos que se submeteu a uma viagem de ônibus, por três dias, suportando o desconforto do deslocamento, para exercer sua cidadania. A escolha dos verbos como protestar e queixar (verbos de dizer) reforçam a representação das mulheres como mulheres-problemas.

A outra pessoa entrevista na matéria, Cândida Alves Sousa, completou o percurso a pé e sua fala foi posicionada na reportagem para contextualizar a volta de ônibus para o Pavilhão de Exposição do Parque da Cidade. A reportagem destaca que, aos 55 anos, ela era uma das mais eufóricas. Sua vitalidade foi expressa pela transcrição de sua fala:

“Anda, anda, sobe logo seu bando de mulher fraca. Se ficar nessa moleza, quando chegar lá, o Lula já falou”

O verbo utilizado para designar o enunciado de Cândida é um verbo do dizer, conforme classifica Squarisi (2005, p. 37). No dicionário⁵⁸, berrar significa: “[...] Chamar em altos brados e com insistência, bradar, clamar, invocar. [...] Reclamar, pedir com estardalhaço [...]”. Nesse sentido, Cândida não apenas disse, mas pediu com estardalhaço. Como já refletido anteriormente, a utilização desse verbo conota um estado de espírito desequilibrado, típico de mulheres, seguindo o discurso psicanalítico do século XIX.

Apesar de berrar, Cândida estava entusiasmada com o momento e, ao contrário de Maria José, Cândida resistiu ao calor e a distância e completou o trajeto. Vê-se aí a representação da mulher-forte (já contextualizada anteriormente), materializada por Cândida Alves; e da mulher-frágil, presente no enunciado de Cândida para se referir às companheiras de luta. O dito relatado é um recurso frequente no jornalismo e faz parte dos procedimentos estratégicos ligados à objetividade (TUCHMAN, 1979/1999). Ao relatar um enunciado, o locutor se exime da responsabilidade do dito. Essa é, pois, uma manifestação da heterogeneidade do discurso. O enunciador encaixa um dito dentro do seu, sem que este de fato o pertença.

Mesmo quando o discurso direto relata falas consideradas como realmente proferidas, trata-se apenas de uma *encenação* visando criar um efeito de autenticidade: eis as palavras exatas que foram ditas, parece dizer o enunciador. O discurso direto caracteriza-se, com efeito, pelo fato de supostamente indicar as *próprias palavras* do enunciador citado: diz-se que ele **faz menção a tais palavras**. De toda maneira, não há como comparar uma ocorrência de fala efetiva (com, no oral, determinada entonação, gestos, um auditório que reage...) e um enunciado citado entre aspas em contexto totalmente diverso. Como a situação de enunciação é reconstruída pelo sujeito que a relata, é essa descrição necessariamente subjetiva que condiciona a interpretação do discurso citado. O discurso direto não pode, então, ser objetivo: por mais que seja fiel, o discurso direto é sempre apenas um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal. (MANGUENEAU, 2001, p. 141) (grifos do autor).

Outro aspecto que pode ser analisado no enunciado de Cândida é o fenômeno da polifonia presente em seu discurso. É notória uma representação negativa das mulheres em sua fala. Será que Cândida realmente acha que as manifestantes são fracas e moles? Elas trabalharam muito para chegar até ali, eventualmente se indispuseram com maridos e filhos. Em Brasília, se propuseram a dormir mal acomodadas, a tomar banho em banheiros coletivos e a andar sob o sol quente num clima seco semidesértico por horas antes de voltar para o local de concentração do evento.

A fala de Cândida evidencia o assujeitamento a representações predominantes na sociedade em que vive. Há uma subjetividade enunciativa em seu dito.

⁵⁸ Definição do Dicionário Web. Disponível em: <<http://www.dicionarioweb.com.br/berrar.html>>. Acesso em: 20 ago de 2011.

Subjetividade enunciativa possui duas faces: por um lado, constitui o sujeito em sujeito de seu discurso, por outro, o assujeita. Se ela submete o enunciador a suas regras, ela igualmente o legitima, atribuindo-lhe a autoridade vinculada institucionalmente a este lugar. (MAINGUENEAU, 1995, p. 33).

Ao dizer são evidenciadas outras vozes no enunciado de Cândida. O que se diz é tomado por uma formação discursiva imposta histórica e socialmente. Formações discursivas que estão acima da vontade locutor também tomam o enunciado de jornalistas, como Ulisses Campbell. Provavelmente, o repórter não teve interesse em reforçar representações das mulheres ligadas à moleza, que podem ser consideradas negativas num contexto de mobilização social. Assim como Cândida está imersa numa polissemia, Campbell também o está. Esse assujeitamento revela-se em diferentes partes do texto.

Dois valores notícia parecem ter sido cruciais para determinar que a **Marcha das Margaridas** entrasse na pauta do jornal de 23 de agosto: notoriedade e notabilidade. Por notoriedade, Traquina define que: “dito de uma forma muito simples, o nome e a posição da pessoa são importantes como fator de noticiabilidade.” (2008, p.80). Notoriedade porque, neste caso, foi o próprio presidente da República, quem participou da manifestação. Um estudo realizado por Stephens (1988 apud TRAQUINA, 2008, p. 63-69) sobre temas de notícias nos últimos quatro séculos revela que os valores-notícia quase não variaram. Sobre as fontes, desde as folhas volantes inglesas do século VXII, a notoriedade do ator principal envolvido no fato é um importante valor-notícia. O pronunciamento de reis, rainhas e pessoas da elite figuravam nessas publicações. A tendência, como se vê, mantém-se ainda hoje.

Soma-se à notoriedade o caráter inesperado dessa ação. As mulheres não foram até o presidente, no Palácio do Planalto, mas ele foi até elas, no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade. A notoriedade de Lula e seu gesto inesperado fizeram com que jornais organizassem sua pauta do dia em volta da **Marcha das Margaridas**.

Além desse valor de seleção substantivo, entrou em cena outro valor de seleção contextual. Já havia recursos humanos disponíveis, uma vez que, os jornais, de forma geral, possuem setoristas no Palácio do Planalto destinados a cobrir a agenda do presidente da República. Traquina (2005) observa que um dos critérios de seleção das pautas se dá pela disponibilidade de pessoal. Muitas vezes um tema, mesmo considerado relevante, não entra em pauta por falta de equipe. “Não é possível ‘ir a todas’. É necessário tomar decisões em relação aos acontecimentos que serão cobertos, isto é, que serão agarrados pela empresa jornalística e transformados em notícia.” (TRAQUINA, 2005, p. 159). Ulisses Campbell, na época não era setorista, mas repórter da editoria Brasil, parte do Primeiro Caderno, onde foi

publicada a matéria. Talvez por essa razão tenha dado mais detalhes do evento e suas implicações no trânsito, do que para seu aspecto político.

Do ponto de vista da notabilidade, o fato também trazia diferenciais. A quantidade de pessoas torna o acontecimento tangível. Essa característica mobiliza outro valor-notícia comentado por Galtung e Ruge (1965/1999): amplitude do evento. A assessoria de imprensa da Contag divulgou que eram esperadas 50 mil mulheres trabalhadoras em Brasília. Contudo, o número de participantes foi menor e o movimento considerou que 30 mil mulheres participaram da marcha nos dois dias de agosto. A polícia militar, contudo, conforme indica a reportagem, estimou que a marcha tivesse 14 mil manifestantes.

A quantidade de pessoas envolvida tanto é importante que a discussão sobre o número de manifestantes foi tema do primeiro parágrafo da reportagem. Sobre a abertura do texto, o manual de redação dos jornais dos Diários Associados recomenda:

A abertura não repete o que está dito no título e no subtítulo. (O lead convencional, assim, perde o sentido). Deve explorar um aspecto diferente do tema – um detalhe, uma história, um personagem, uma frase. Mas atenção: a criatividade não dispensa a informação. Em outras palavras: não é licença para fazer nariz-de-ceras nem gracinhas gratuitamente. Onde, quando, quem e, principalmente, o porquê continuam a ser elementos essenciais para o entendimento de qualquer matéria. (SQUARISI, 2005, p. 26).

Nilson Lage considera que o abre de uma reportagem “pode-se contar uma pequena história verdadeira e que reflita o tom geral da reportagem – alegria, tristeza, esperança – ou defina os atores: políticos, militares, guerrilheiros etc.” (LAGE, 2006, p. 56). Campbell seguiu a cartilha. Não repetiu, conforme orienta Squarisi, elementos editoriais anteriores. Pontuou quem, quando e porquê. Ateve-se aos números, o que define os atores, ou melhor, as atrizes da manifestação. Vale ressaltar que a ambiguidade dos números, logo na abertura da matéria, fragiliza a credibilidade do movimento.

Outro valor notícia de seleção que entrou em jogo na construção da matéria foi o da significância, um valor com duas interpretações: “uma diz respeito à relevância do acontecimento, isto é, ao impacto que poderá ter sobre o leitor ou os ouvintes; a segunda interpretação tem a ver com a proximidade cultural.” (TRAQUINA, 2008, p. 71). Da perspectiva da significância tanto para aproximar culturalmente, quanto para reforçar o impacto na vida dos leitores de onde circula o CB, o Campbell se dedicou a construir seu texto sobre os desdobramentos do trânsito em função da carreatá.

A significância foi um valor tão caro na construção da notícia que a cobertura sobre os transtornos no trânsito ocuparam 37% da página. Se levada em conta apenas o número de caracteres e o espaço que o texto ocupa, tem mais destaque do que a parte que trata da Marcha

propriamente. O box recebeu o título “engarrafamentos por toda a cidade”, com direito a foto do trânsito parado na via N2. Além da foto, o box teve uma numeralha⁵⁹ indicando a extensão que a marcha chegou a ter: 10 quilômetros.

O texto faz parte do gênero informativo e o formato é o de reportagem interpretativa: informa sobre o fato noticioso, traz eventos anteriores relacionados a ele e procura situar desdobramentos políticos e sociais da **Marcha das Margaridas**. O chapéu da página é a inscrição “Margaridas”, uma relação com o que retrata a foto principal da matéria. No primeiro plano, a imagem de Marcelo Ferreira mostra mulheres estendendo uma grande margarida de tecido. Ao fundo, milhares de manifestantes empunhando bandeiras em frente ao Congresso Nacional. A foto reforça o valor-notícia de construção que é a possibilidade de render boas imagens. Esse apelo estético é reforçado pela construção da fotografia, que forma três massas: a margarida no asfalto; as mulheres no gramado marrom em frente ao Congresso Nacional e o céu azul. A imagem marca a da paisagem do clima seco de Brasília, visível pelo gramado marrom e pelo intenso azul do céu. As condições climáticas da cidade também são reforçadas no texto:

Algumas não suportaram o forte calor e a seca de Brasília e desistiram.

Dessa forma, imagem e texto se completam para compor a informação jornalística da página.

Ainda sobre o texto, algumas expressões utilizadas pelos jornalistas revelam a linha editorial do jornal frente a questões ligadas ao campo e à reforma agrária. É o caso do verbo invadir, utilizado na terceira linha do primeiro parágrafo e na quinta linha do penúltimo parágrafo, abaixo do intertítulo “Incomum”. Em todo o *corpus*, o verbo invadir aparece três vezes.

Invasão é crime tipificado pelo código penal e no sentido empregado desqualifica o sujeito da ação. O termo vem do latim *invasio*, de *invadere*, ou seja, “Entrar à força em [...] assumir indevidamente ou por violência; usurpar [...]”, conforme definição do dicionário Michaelis Online⁶⁰. Clarisse Gurgel observa no **Dicionário da Terra** que

proprietários de terra, grande imprensa e órgãos do governo fazem uso do termo invasão para definir as ações de movimentos sociais de luta pela reforma agrária [...] o conceito vem sendo adotado propriamente por aqueles que se sentem invadidos. (GURGEL, 2005, p. 203).

⁵⁹ Terminologia utilizada no Correio Braziliense para designar a “visualização gráfica dos números referidos na matéria. Tem título curto, de uma palavra ou duas no máximo” (SQUARISI, 2005, p. 19).

⁶⁰ Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=invadir>>. Acesso em: 23 ago. de 2011.

O verbo que os movimentos de luta pela terra empregam para denominar suas atividades é ocupar. Conforme explica Gurgel,

valendo-se do dispositivo jurídico que regula o direito à propriedade, referente à sua devida função social. O papel da ocupação seria o de justamente extrair resultados econômicos e sociais da terra [ou no caso do espaço] que se ocupa (GURGEL, 2005, p. 203).

Ao utilizar a expressão invadir, o jornalista faz alusão às ocupações de terras promovidas por movimentos como MST e Contag. Além disso, reforça o não pertencimento das mulheres do campo naquele espaço urbano: a Esplanada dos Ministérios.

4.3.2 Margarida vai às compras

Nota-se que a matéria de 2007, em comparação com a de 2000 teve-se mais aos fatos, foi menos descritiva. Destacou a questão do tráfego e, também os ditos oficiais, como o que mencionou o presidente Lula. Na primeira Marcha, o discurso construído acerca da marcha parecia contextualizar uma ocupação de um espaço que ainda não era delas. Mesmo sete anos depois, a legitimidade da ocupação do espaço urbano ainda não havia sido conquistada. Tal afirmação pode ser notada na **Crônica da Cidade**, publicada no mesmo dia – 23 de agosto de 2007 – no caderno de cidades. Intitulado **Margarida vai às compras**, o texto de Conceição Freitas é uma crônica e faz parte do gênero opinativo, diferente da maioria dos textos analisados até aqui, a exceção do primeiro, de Ari Cunha, publicado em 2000.

A crônica é um formato textual que remete a história do jornalismo. Como observa Traquina (2005) no século XIX ainda era comum notar a influência, e até mesmo a parceria, da literatura no jornalismo. Com as técnicas do chamado novo jornalismo, empregadas a partir do final do século XIX, literatura e jornalismo trilharam caminhos distintos. A crônica resistiu à separação da opinião do fato. Ainda hoje se constitui um espaço onde o limiar entre ficção e fato é muito sutil. Marques de Melo (2003, p. 142) sustenta que no jornalismo luso-brasileiro a crônica faz parte dos gêneros interpretativos, enquanto na tradição hispano-americana inscreve-se no gênero informativo.

Crônica vem do termo grego *crhonos* e expressa o tempo. Essa ligação com a raiz da palavra é perceptível no estilo textual, que se utiliza de fatos contemporâneos para a criação de sua narrativa.

Tal como é produzida no Brasil, caracteriza-se por ser uma composição breve publicada em jornal e revista que, embora relacionada com a atualidade, possui elementos poéticos e ficcionais. Ela pode, assim, refletir de maneira poética, e às vezes irônica, o imaginário coletivo presente no cotidiano de nossas vidas. Entretanto, como não quer ser uma mera reprodução dos fatos, usa recursos próprios da literatura para expressar-se: diálogos, alegorias, versos, personagens típicos, metáforas, analogias. Além do estilo, a criação é visível também nos recursos lingüísticos usados na crônica, na estrutura e temporalidade próprias. A crônica é um olhar diferente e fragmentário do real que não ambiciona a totalidade dos fatos, como uma fotografia do real que capta poeticamente o instante, dando a ele uma dimensão de eternidade. (ROSSETTI; VARGAS, 2006, p. 7)⁶¹.

Para Schneider⁶² o que está em jogo na crônica é seu critério de verdade e sua articulação temporal. O cronista não tem a obrigação do repórter com a veracidade dos fatos. Cria histórias e personagens (como a Margarida consumista de Conceição Freitas, como veremos adiante). “Dessa forma, a crônica assume o caráter de relato circunstanciado sobre feitos, cenários e personagens, a partir da observação do próprio narrador ou tomando como fonte de referência as informações coligidas junto a protagonistas ou testemunhas oculares” (REGO; AMPHILO, 2010, p. 105).

A crônica constitui-se assim, além de um recorte temporal, uma abordagem estético-textual. Foi nessa busca estético-textual relacionada com o imaginário e suas representações, que Conceição Freitas criou a margarida desertora. Num estilo literário, a autora evocou representações acerca das mulheres e da população rural para definir quem é margarida. O texto é iniciado com a representação da mulher-rebelde. Assim como Maria José Sarmento, personagem da reportagem de Campbell, havia se desgarrado da marcha, a Margarida de Conceição Freitas também é uma desertora.

*Uma margarida fugiu da passeata, entrou na Rodoviária e foi bater
no Conjunto Nacional*

Para contar a história dessa fugitiva, Freitas evoca a representação da mulher-consumista. Apesar de estar em Brasília por motivações políticas, Margarida não perdeu a oportunidade de se dedicar às compras.

*Margarida desprende-se das demais margaridas levada pelo canto
sedutor das vitrines*

Durante a narrativa da aventura consumista no shopping mais antigo de cidade, a autora descreve o modo que Margarida estava vestida e como se portava. A própria Conceição

⁶¹Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev_RossettiVargas.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2011.

⁶²Disponível em: <http://www.fag.edu.br/adverbio/v5/artigos/cronica_jornalistica.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2011.

Freitas apresenta conclusões que evocam representações acerca das mulheres do campo, presentes no imaginário coletivo. Transcrevemos o texto e destacamos os trechos:

*Margarida morena estava de chinelo de dedo e de meia branca pra proteger os pés na longa caminhada. Tinha os cabelos presos em coque, **margarida antiga**. Usava camiseta de margarida e andava com o rosto meio inclinado pra baixo, **margarida tímida**. Margarida desprendeuse das demais margaridas levada pelo canto sedutor das vitrines. Parou na loja de sapatos, ela e seu chinelo de borracha. (grifo nosso).*

Pela antiguidade e timidez de Margarida, é possível perceber pela descrição da autora a presença da caipira-jeca. Alheia aos padrões de moda da cidade, ela tinha nos pés meia e chinelo de borracha peças que, geralmente, só se usa em casa. Além disso, os cabelos de Margarida também não estavam de acordo com padrões de moda vigentes nos centros urbanos: eram longos e estavam presos em coque: “margarida antiga”.

A caipira-jeca não está presente no texto de Freitas apenas nas descrições físicas de Margarida, mas também nos seus gestos rudes e descontextualizados. Margarida entrou numa loja de departamento e admirou, quase num momento mítico, o tecido e a costura da blusa de estampa discreta. Freitas descreve o momento da compra como algo completamente alheio à rotina daquela trabalhadora rural:

Margarida não sabia como pagar a peça. Saiu andando, deu voltas na loja até encontrar o caixa. Tímida e perdida Margarida desobedeceu a fila, não por compulsiva vocação para a desobediência, mas porque não sabia para que servia o corredor demarcado com fitas. Como a loja estava vazia, Margarida não passou pelo vexame de ser repreendida por furar a fila, porque fila ainda não havia. Ainda bem. Margarida iria ficar ainda mais sem jeito. Então tirou o dinheiro do bolso da calça, notas de dez, contou quatro notas e entregou à moça do caixa.

Como, num mundo globalizado, em que 95,1%⁶³ da população brasileira possuem televisores em casa, esta mulher de Freitas não sabia como portar-se numa situação de compras? A televisão educa. Grande parte das telenovelas passa-se em centros urbanos e situações corriqueiras, como ir ao shopping, são frequentemente reproduzidas, ou seja, de uma forma ou de outra, acabam ensinando os espectadores como se comportar em casos de fila. Será que essa margarida seria tão antiga ao ponto de não acompanhar produções midiáticas contemporâneas? Fora a abordagem midiática, há postos bancários em quase todos os cerca de 5 mil municípios do País. A organização de filas nesses lugares e nas lojas de departamento segue a mesma lógica.

⁶³ Informação do Mídia Dados 2011. Disponível em: <<http://midiaDados.digitalpages.com.br/home.aspx?edicao=3>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

A representação da caipira-jeca não é inerente apenas às mulheres rurais. Surgiu na literatura de Monteiro Lobato, Urupês (1914), para representar o homem do campo. Podemos tomá-lo aqui como sujeito universal desse espaço retratado na literatura. O Jeca-tatu, morador do Vale do Paraíba (SP), foi popularizado em programas de rádio e, mais tarde, de televisão. Mazaropi emprestou sua voz e gestos para dar vida a esse inusitado personagem durante muitas décadas.

Como se percebe, essas imagens do caipira foram reforçadas por diferentes fontes discursivas, o que ajudou a formar uma representação do habitante das zonas rurais e do interior do país como atrasado e preguiçoso. Machado (1995) também percebeu representações pejorativas acerca da mulher goiana nos relatos dos naturalistas europeus do século XIX.

A autora faz o estudo do imaginário e das representações sociais das mulheres do interior do país formuladas pelos europeus e conclui que não há a representação de uma única mulher, mas uma multiplicidade de mulheres. Nos relatos de Saint-Hilaire, nota-se representações das goianas como prostitutas, feias e lentas. Contudo, em outros trechos de seus registros, o mesmo autor faz a descrição de mulheres mães, filhas e esposas reclusas e devotas à religião. Reducionista, os relatos não dão conta da complexidade das relações que se estabelecem no cotidiano das mulheres. Uma mesma mulher ora pode ser mãe, ora pode ser rude, ora pode ser religiosa, ora pode ter atitudes profanas.

Quando Conceição Freitas descreve essa margarida jeca e descontextualizada do mundo contemporâneo, não significa que todas sejam assim. Mas é precisamente essa a impressão que fica para o leitor. Assim como em outros gêneros jornalísticos, a crônica se constrói a partir de *frames* (molduras, no inglês). O enquadramento que sugere ser o todo. Essa é uma noção trabalhada pela hipótese do *agenda-setting*, uma das reflexões teóricas do jornalismo, surgida na década de 1970, em que se propunha que os *media* determinavam o que as pessoas iriam falar, de acordo com os temas que eram pautados.

Essa premissa, contudo, se ampliou. Depois de mais de vinte anos, há mudanças na perspectiva dos autores quanto ao conceito.

Investigações recentes explorando as consequências da marcação de agenda e do enquadramento dos *media* sugerem que os *media* não só nos dizem no que pensar, mas também como pensar nisso e, conseqüentemente, o que pensar. (TRAQUINA, 2008, p. 16).

Sobre enquadramento, Gitlin (1980) completa que são “padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, pelos quais os *symbol-handlers*

organizam rotineiramente o discurso, quer verbal, quer visual.” (apud TRAQUINA, 2008, p. 16-17).

Conceição Freitas organizou seu discurso nesse padrão cognitivo de apresentação. Ao fazer o enquadramento da margarida-jeca e desertora, ela silencia em seu discurso as outras que de fato participaram da Marcha convictas de seu caráter político.

Ao finalizar a incursão consumista, já no quarto parágrafo, Margarida corre para rapidamente retomar a passeata. Nesse ponto da narrativa, Conceição Freitas coloca um ponto (marcação visual) e dá início a outro estilo textual – menos literário e mais jornalístico. No quinto parágrafo, Freitas fala do impacto da **Marcha das Margaridas** sobre o trânsito, e como seu texto é uma crônica e permite juízos de valor, faz reflexões sobre as atitudes dos motoristas de passar por cima de canteiros centrais e expõe críticas favoráveis à manifestação feminista, numa espécie de lição de moral:

A marcha das Margaridas atrapalhou bastante o trânsito no Plano Piloto. Motoristas irritados, atrasados, subiram o canteiro central do Eixo Monumental e certamente outros ao redor, insubordinação que só caberia em caso de morte, doença ou risco de morte de alguém. No mais, só revela o reduzido limite de nossa tolerância para com a democracia. Qualquer movimento popular que altere a rotina dos demais cidadãos vira um deus-nos-acuda. A menos que seja algum protesto que diga respeito diretamente aos nossos interesses.

Nos dois últimos parágrafos, a autora se dedica a informar – ainda num estilo jornalístico – a quantidade de pessoas envolvidas: 30 mil, segundo a Polícia Militar. Nota-se que há uma divergência de número de participantes, se comparado à informação de Campbell. Freitas também comenta as motivações da **Marcha das Margaridas**. No último parágrafo, há uma descrição de quem foi Margarida Alves.

4.3.3 A frase que foi pronunciada

No sábado da mesma semana, 25 de agosto, as margaridas voltaram ao jornal na coluna de Ari Cunha, **Visto, Lido e Ouvido**, na seção: **A frase que foi pronunciada**. Nesse espaço, o jornalista dá voz, ou melhor, aspas, para alguma frase marcante que foi ouvida, como sugere o nome da coluna. Cunha, portanto, escutou de Francisco Ansiliero, dono de alguns restaurantes em Brasília, a seguinte frase:

“Meu Deus, uma Margarida sozinha dá trabalho, imagine 35 mil juntas!”

Provavelmente a atualidade foi o valor-notícia que motivou essa publicação. O fato da **Marcha das Margaridas** ainda estar circunscrita num período temporal próximo à publicação, mesmo sendo três dias após a Marcha, demonstra que o tempo é um valor importante, mas que varia de acordo com a periodicidade do produto que se publica. “As mídias têm como tarefa dar conta de acontecimentos que se situam numa co-temporalidade enunciativa.” (CHAURAUDEAU, 2009, p. 133).

Traquina (2008, p. 39) defende que há um ciclo noticioso. Se o veículo, ou a coluna é diário, geralmente, aplica-se um valor-notícia de atualidade aos acontecimentos circunscritos no período de 24 horas da publicação. Se tiver uma periodicidade semanal, o valor-notícia da atualidade é ampliado. Ou o contrário, se é on-line, sua relação com o tempo é muito mais fugaz. “O imediatismo é definido como um conceito temporal que se refere ao espaço de tempo (dias, horas, segundos) que decorre entre o acontecimento e o momento em que a notícia é transmitida, dando existência a esse acontecimento.” (TRAQUINA, 2008, p. 21).

Cunha deu *status* de acontecimento midiático para a frase de Ansiliero. O jornalista utiliza a estratégia de relatar um dito. Nesse sentido, não se responsabiliza diretamente por aquele enunciado. O que não significa, contudo, que não concorde. O dito de Fransico Ansiliero pode ser classificado naquilo que Charaudeau (2009, p. 150; 169) define como modo discursivo⁶⁴ de comentário, cujo valor é o de efeito de opinião. Na prática, o enunciado transcrito por Cunha, nada acrescenta à Marcha. Apenas reforça representações sociais acerca das mulheres: a da mulher-problema. Afinal, elas dão trabalho, como cita a coluna.

Silva (2008) pondera que a representação da mulher-problema surgiu no discurso religioso a partir de Eva, no livro de Gênesis. “[...] era a mulher-problema, fonte de perigos para os homens e para a sociedade, aquela que trouxe o pecado ao mundo, a ‘Porteira do Inferno’. Assim, ela representaria toda a corrupção do gênero feminino.” (2008, p. 135)

Charaudeau pondera que o discurso jornalístico representa o mundo ao representar relações vigentes. Ou seja, ao publicar que apenas uma margarida já dá trabalho, o autor compartilha de uma representação de mundo de que a mulher (a margarida) seria problemática por si só.

Assim, todo discurso, antes de representar o mundo, representa uma relação, ou mais exatamente, representa o mundo ao representar uma relação. E isso também é verdade para o discurso de informação. O sujeito informador, capturado nas malhas do processo de transação, só pode construir sua informação em função dos dados específicos de situação de troca. É, pois, inútil colocar o problema da informação em termos de fidelidade dos fatos ou a uma fonte de informação. Nenhuma informação pode pretender, por definição, à transparência, à neutralidade ou à faculdade. Sendo

⁶⁴ “O tipo de *modo discursivo* transforma o acontecimento midiático em notícia atribuindo-lhe propriedades que dependem do tratamento geral da informação.” (CHAURAUDEAU, 2009, p. 207).

um ato de transação, depende do alvo que o informador escolhe e da coincidência deste com o tipo de receptor que interpretará a informação dada. A interpretação se processará segundo os parâmetros que são próprios ao receptor, e que não foram necessariamente postulados pelo sujeito informador. Toda informação depende do tratamento que lhe é imposto neste quadro de transação (CHAURAUDEAU, 2009, p. 42-43).

Nesse exemplo, o jornalista não emitiu um juízo por si da marcha ou das manifestantes. Ao contrário, deu voz a um enunciado pejorativo, proferido por um ator alheio ao jornal como uma opinião casuística acerca da agitada semana para o trânsito.

4.3.4 Organização do trânsito em passeatas

Por fim, a última inserção sobre a **Marcha das Margaridas** no recorte temporal deste trabalho foi uma participação de uma leitora na coluna **Correio do Brasiliense**, publicada no caderno Cidades, no dia 3 de setembro de 2007. Como leitora, Marcia Duarte, não necessitava seguir técnicas textuais inerentes ao jornalismo, tampouco se apoiar em valores-notícia para redigir seu texto. Assim, ela não trouxe em seu enunciado elementos que remetem às representações sociais acerca das mulheres nem dos trabalhadores rurais.

Em 23 linhas organizadas em três parágrafos, Duarte elogiou a **Marcha das Margaridas** na carta intitulada **Organização do trânsito em passeatas**. Apesar de não ser esperado um estilo jornalístico nesta seção, a leitora procurou estruturar seu texto de maneira informativa. Resumiu algumas das reivindicações das trabalhadoras rurais e dedicou a maior parte de seu texto para falar do trânsito. Contudo, numa abordagem diferente daquelas feitas pelos profissionais do jornal. Ela relacionou o tráfego com a manifestação e, ao final, sugeriu alternativas para que a população de Brasília não ficasse prejudicada por manifestações legítimas de uma sociedade democrática. A leitora finalizou:

Boa organização do trânsito nas marchas legitima a democracia e leva os cidadãos de Brasília a entenderem melhor os protestos.

A leitora, dessa maneira, demonstra mais senso crítico que os próprios jornalistas, muitas vezes envolvidos em um automatismo do *ethos* jornalístico. O texto de Márcia aborda o assunto da **Marcha das Margaridas** sem evocar representações sociais acerca das mulheres e da população rural, situação recorrente em todo o *corpus* de análise.

Percebemos no material de análise um interdiscurso de representações sociais acerca das mulheres. Interdiscurso é “[...] todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos.” (ORLANDI, 2007, p. 33) O interdiscurso tem relação, portanto,

com a memória. Neste sentido, as representações sociais acerca das mulheres e do meio se formaram e solidificaram em diferentes momentos através dos tempos. Percebemos representações acerca das trabalhadoras rurais como mulher-problema, mulher-mãe, mulher-esposa, mulher vaidosa e feminina (orientada pelo mito da beleza), da mulher-amante (que só atinge a plenitude quando encontra o masculino inevitável) e da caipira-jeca. Esta última é uma representação, que como discutimos anteriormente, advém de diversas fontes discursivas sobre o rural – literatura e mídia. Ao unir a figura do Jeca-Tatu às mulheres, há a negação do mito da beleza, institucionalizado e naturalizado pelas mulheres especialmente através das representações presentes nas instâncias midiáticas.

Durante o recorte temporal deste estudo, a cobertura do **Correio Braziliense** sobre a **Marcha das Margaridas** foi superficial: ao invés de tratar de temas que destacassem a participação política das mulheres e a luta por emancipação das trabalhadoras rurais, a maioria das matérias ocupou-se em reforçar papéis sociais, pautados por uma divisão sexual, e por recorrer a representações sociais acerca das mulheres. Os jornalistas demonstraram despreparo na cobertura da temática, uma vez que confundiram até mesmo a entidade organizadora da Marcha. A cobertura foi, portanto, insuficiente para compreender a complexidade dos processos que levaram o desenvolvimento dessa manifestação feminista rural, bem como traduzir as demandas e reivindicações das trabalhadoras do campo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Margarida mãe, margarida esposa, margarida dona de casa, margarida-forte, margarida vaidosa, margarida consumista, margarida preguiçosa. Essas foram algumas das representações sociais acerca das mulheres do campo que figuraram nas 13 ocorrências sobre a **Marcha das Margaridas no Correio Braziliense** entre os anos 2000 e 2007. Essas representações estão presentes no imaginário social. Elas se formam ao longo dos tempos e são reforçadas por várias fontes discursivas: família, igreja, sistema jurídico, médico, na academia e, também, na mídia. Dessas instituições, a mídia, e nosso caso o jornalismo, coloca-se como *locus* privilegiado para a manifestação de representações sociais presentes no imaginário.

Observou-se que no primeiro ano da Marcha, 2000, o valor-notícia da novidade foi preponderante. Além desse, outros critérios compõem a noticiabilidade da **Marcha das Margaridas**. No ano 2000, elencamos alguns valores que podem ser percebidos nas sete ocorrências daquele ano: notabilidade, proximidade, relevância, entre outras.

Nota-se um esforço das matérias para significar o evento no tempo/espaço. A ideia é explicar para os leitores – que, em geral, vivem em áreas urbanas e é majoritariamente masculino⁶⁵ – o que era aquela manifestação social peculiar.

Para delimitar o novo, a primeira vista tomado como *alter*, os jornalistas se esforçaram para instituir um processo de ancoragem. Para isso, foram evocadas representações sociais sobre mulheres recolhidas em lugares tradicionalmente sem visibilidade, o espaço doméstico. Tendo esse lugar como referência, apresenta-se a nova situação: a ocupação da esfera pública por trabalhadoras rurais. As matérias demarcam essa transição da invisibilidade vivida no espaço doméstico para a proeminência das ruas, sem, contudo, desligar as mulheres desse lugar que lhes parece natural.

No meio rural, a luta contra a invisibilidade foi uma das primeiras bandeiras da organização feminista no campo, iniciada a década de 1980. Entre as principais questões estavam o reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres no meio rural e o acesso a direitos básicos como garantias previdenciárias.

⁶⁵ Segundo a Tabela de Mídia 2011 do Correio Braziliense, 52% dos leitores pertencem ao sexo masculino.

As primeiras reflexões ocorridas no meio rural, incentivadas por grupos religiosos, tratavam a questão das mulheres como vivências de diferenças entre os sexos e seus papéis sociais. Com o amadurecimento do movimento, essas percepções iniciais foram substituídas por perspectivas mais contemporâneas da abordagem dos estudos feministas. Contudo, quase duas décadas após a estruturação do movimento feminista rural, o discurso jornalístico se estruturou evocando representações absolutamente ultrapassadas no campo teórico feminista.

Observou-se que as sete ocorrências discursivas jornalísticas do ano 2000, remontaram diferenças biológicas e desempenho de papéis sociais para constituir seu enunciado. Autoras como Louro e Navarro-Swain refutam essa estratégia. Nós concordamos com elas. Na contemporaneidade reflete-se sobre a diversidade das mulheres – e também dos homens – como sujeitos plurais e não como categoria unívoca.

Essa pluralidade de sujeitos pode ser observada na constituição das parceiras da **Marcha das Margaridas**. Não são apenas camponesas, mas mulheres do campo e das florestas: agricultoras, pescadoras, ribeirinhas, quebradeiras de coco, artesãs etc. São jovens, idosas de diferentes regiões e com situações de vida diversas. Não por acaso, a pauta de reivindicações do evento possui mais de cem itens para dar conta dessa pluralidade do meio rural brasileiro.

Como tratar dessa diversidade? Os jornalistas simplificam, comparam com referências masculinas, selecionam personagens. Constroem histórias a partir de representações sociais que remetem ao desempenho de papéis sociais que poderiam ser, fatalmente, considerados de toda mulher: cuidados com a casa, com o marido e os filhos.

Passada a novidade, em 2003, a Marcha sequer foi pautada pelo jornal. Por isso, sustentamos que houve silenciamento da **Marcha**. Eni Orlandi percebe o silêncio como uma forma de produzir sentido. Que sentido esse silêncio produziu acerca da marcha? Nota-se uma desvalorização do evento como acontecimento midiático.

A **Marcha das Margaridas** apenas foi mencionada em uma notícia sobre condições climáticas e trânsito. A mobilização foi considerada um agravante do tráfego já ruim em decorrência da chuva inesperada no mês de agosto. Sendo assim, não foram trabalhadas no texto publicado em 2003 representações sociais acerca das mulheres. Por isso, não houve conexões possíveis para verificar textual ou imagetivamente a marcha e suas relações com o imaginário social materializadas no discurso jornalístico.

Um acontecimento passa a ter relevância social se está presente nas instâncias midiáticas. O **Correio Braziliense**, naquele ano, não considerou o movimento feminista uma questão importante a ponto de ser pauta autônoma no veículo. Como uma construção de elementos da realidade e não como um espelho do real, as reportagens constituem em si o próprio real. Nesse sentido, em 2003, a **Marcha** foi construída como entrave ao ambiente urbano de deslocamento no trânsito.

A questão do trânsito, que não esteve presente no ano 2000, começou a figurar na pequena referência ao evento, em 2003, e ganhou força no ano de 2007. Recentemente, na cobertura jornalística da IV **Marcha das Margaridas**, em agosto de 2011, a tendência de destacar o trânsito parece ter se mantido. O valor-notícia da significância, que têm duas interpretações. “Uma diz respeito à relevância do acontecimento, isto é, ao impacto que poderá ter sobre o leitor ou os ouvintes; a segunda interpretação tem a ver com a proximidade cultural.” (TRAQUINA, 2008, p. 71).

Em três, das quatro ocorrências do *corpus* de análise de 2007, o trânsito ocupou espaço significativo do total da página ou da matéria. Outra mudança que pode ser observada nas matérias é que a ancoragem das mulheres em representações sociais maternas ou como donas de casa não ocorreu. No período foram percebidas representações sociais acerca da população rural: preguiça, desconformidade com padrões de comportamento e moda, e, em direção contrária, da mulher-forte.

Tal situação sugere reflexões: por que nas construções noticiosas da primeira Marcha elas foram insistentemente relacionadas ao espaço doméstico e a questões reprodutivas? Situação que não se repetiu na terceira edição da Marcha. Será que em sete anos a percepção da mulher como sujeito político, pertencente ao espaço público, teve avanços significativos?

Essas perguntas mostram-se desafios para reflexões no âmbito da sociologia e dos estudos feministas. Neste trabalho não tivemos fôlego para procurar suas respostas. Além disso, também fugiam à nossa proposta de pesquisa. Uma análise cuidadosa das matérias recentemente publicadas sobre a quarta edição da **Marcha das Margaridas** pode nos auxiliar a avançar nessas reflexões. Como a vida acadêmica é um *continuum* podemos nos debruçar nas questões em outros trabalhos: artigos, doutorado.

FONTES

CAMPBELL, U. Mulheres contra a violência. **Correio Braziliense**, Brasília 23 ago. 2007, Caderno 1, Brasil, p. 23.

CHARLSON, Freddy. Mulheres lutam por direitos iguais. In: Cena da Noite. **Correio Braziliense**, Brasília 9 ago. 2000, Caderno 2, Últimas, p. 3.

CUNHA, Ari. A frase que foi pronunciada. In: Visto, Lido e Ouvido. **Correio Braziliense**, Brasília 25 ago. 2007, Caderno 1, Opinião, p. 21.

_____. Margaridas em Flor. In: Visto, Lido e Ouvido. **Correio Braziliense**, Brasília 3 ago. 2000, Caderno 1, Guia, p. 2.

DUARTE, Márcia. Organização de trânsito em passeatas. In: Correio do Brasiliense. **Correio Braziliense**. Brasília 03 set. 2007, Caderno 2, Cidades, p. 18

FREITAS, Conceição. Margaridas vai às Compras. In: Crônica da Cidade. **Correio Braziliense**, Brasília 23 ago 2007, Caderno 2, Cidades, p. 40

OLIVEIRA, Marina. Margaridas querem carteira assinada. **Correio Braziliense**, Brasília 11 ago. 2000, Caderno 1, Brasil, p. 22.

_____. Mulheres têm o comando do campo. **Correio Braziliense**, Brasília 10 ago. 2000, Caderno 1, Brasil, p. 34.

REDAÇÃO, Da. Chuva piora trânsito. **Correio Braziliense**, Brasília 27 ago 2003, Caderno 2, Cidades, p. 25

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Rocicleide. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais. In: ROCHA, Maria Isabel (org.). **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000.

AMORIM, Mirtes M. **Labirintos da Autonomia: a utopia socialista e o imaginário em Castoriadis**. Fortaleza: EUFC, 1995.

BACHELARD, Gaston. **A Terra e os devaneios da vontade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **A Terra e os devaneios do repouso**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et al. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARBOSA, Viviane. A caminho dos babaçuais: gênero e imaginário no cotidiano de trabalhadores rurais no Maranhão. In: Woortmann, E.; Heredi, B.; Menashe, R. (orgs). **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Nead Especial. Brasília: MDA, IICA, 2006.

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. Rio de Janeiro: Ática, 1993.

BEAUVOIR, Simone. **Segundo Sexo**. MILIETT, Sérgio (trad). São Paulo: Difusão Europeia de Livros, 1970. Disponível em < <http://pt.scribd.com/doc/12988166/O-Segundo-Sexo-Vol-1-Simone-de-Beauvoir>> Acesso em 13 set. 2011

BOURDIEU, Pierre. **O poder do simbólico**. TOMAZ, Fernando (trad). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: MDA, 2006 – Nead Debate; n° 9.

BRASIL. TCU. **Prestações de contas do presidente da República**. Brasília, 2007. Disponível em:

<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/PrestacaoContasPresidente/2007/Tomo_I/arquivos/parteVI/6.16.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2011.

BRUMER, A.; WEISHEIMER, N. Agricultura e políticas públicas para mulheres rurais no âmbito do Mercosul. In: **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília. Nead Debate 9, 2006.

BRUMMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol.12, nº.1, Jan./Abr 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=ptpt> . Acesso em: 12 jan. 2011

BUTTO, Andréa. Políticas para Mulheres Trabalhadoras Rurais: Um Compromisso de Todos os Dias. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Nead Debate, nº 9, Brasília: MDA, 2006

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. In: **Revista de Estudos Feministas**, vol. 9, nº 1, Florianópolis: IFCS, 2001: 22-55. Disponível em :< <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8602.pdf> > . Acesso em: 12 jan. 2011.

CARNEIRO, M. J; TEIXEIRA, V. L. **Mulher rural nos discursos dos mediadores**. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, UFRRJ, nº5, p. 45-57, nov. de 1995. Disponível em: <<http://r1.ufrjr.br/esa/index.php?cA=db&aI=87&vT=da&vA=178>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

CATANHÊDE, Eliane. Informando o Brasil. In: **Jornalismo em Brasília: impressões e vivências**. Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF: Brasília, 1993.

CASTORIADIS, Cornélius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

CHARAUDEAU. Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Angela Correa. São Paulo: Contexto, 2009.

CHAURAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

CONTAG. **Revista 40 anos da Contag**. Contag: Brasília, 2005. Disponível em: < <http://www.contag.org.br/enfoc/arquivos/documento/43/Trajectoria-politica-da-contag--as-primeiras-lutas--revista-40-anos-da-contag.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2011.

CORREIO BRAZILIENSE, **Editora-chefe do Correio, Ana Dubeux é a primeira mulher a entrar para o grupo dos condôminos dos Diários Associados**. Brasília: 2010, disponível em: <
http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/04/21/interna_brasil,187672/index.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2011.

D'AMORIM, José Salomão. A força e a fraqueza de um jornal. In: **Jornalismo em Brasília: impressões e vivências**. Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF: Brasília, 1993.

DEERE, C.D.; LEÓN, M. **O Empoderamento da Mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Tradução de Abreu, L; Antinolfi, p.; Gehring, S. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DELGADO, Guilherme. Questão agrária no Brasil, 1950-2003. In JACCOUD, Luciana (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2006

FLAUSINO, Márcia Coelho. Notícia: conduzindo a compreensão da realidade – cotidiano, imaginário e representações sociais. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge; MARTINEZ, Regina (Orgs). **Comunicação: discursos, práticas e tendências**. São Paulo: Rideel; Brasília: UniCEUB, 2001, p. 103-118.

FONA, Paulo. Muito idealismo, poucas chances. In: **Jornalismo em Brasília: impressões e vivências**. Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF: Brasília, 1993.

FORSYTH, Louise. Pelo resgate do corpo das meninas e das mulheres, até hoje sobre o olhar dos outros na cultura popular das sociedade patriarcais. In: **Labrys, estudos feministas**. Disponível em www.unb.br/ih/his/gefem. Acesso em: 09 set 2011

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 17 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

GONÇALVES, Renata. (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. In: **Mediações: Revista de Ciências Sociais**. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as ciências sociais. Universidade Estadual de Londrina: Londrina, Vol. 14, n° 2, Jul/Dez, 2009, p. 198-216. Disponível em:

<http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com_remository&Itemid=56&func=fileinfo&id=379>. Acesso em: 5 jan. 2011.

GURGEL, Clarisse. Estratégia de luta no campo. In: MOTTA, M. (org.) **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

IBGE. Resumo **Censo 2010**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1866&id_pagina=1> . Acesso em: 25 ago. 2011.

_____. **Tendências Demográficas**: Uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos 1940 e 2000. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/comentarios.pdf>. Acesso em: 1 de set. de 2009.

_____. **Censo 2000**. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 jun 2009.

JODELET, Denise. Representações Sociais: Um Domínio em Expansão. In: JODELET, Denise (org.) **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

_____. A Alteridade como produto e processo psicossocial. In: ARRUDA, Ângela (org.) **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1999.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAGE, Nilson. Estrutura da notícia. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006.

LIMA, Venício. Jornalismo oficial: A imprensa em Brasília. In: **Jornalismo em Brasília**: impressões e vivências. Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF: Brasília, 1993.

LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sebastien. **Os tempos hipermodernos**. VILELA, Mário (trad.). São Paulo: Barcarolla, 2004

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. Obras Completas de Monteiro Lobato. Vol. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MACHADO, Liliane. **O espelho de Narciso: Imagem da mulher goiana no discurso urbano do século XIX**. Brasília, 1999. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Sousa e Silva, C.; Rocha, D. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

MARQUES, Vicente. **Aspectos orçamentários e financeiros da reforma agrária no Brasil 2000- 2005**. Nead Debate, nº 18, Brasília: MDA; Incra, 2007.

MARTINO, Luiz (et al) (org). **Teorias da comunicação – conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MELO, Hildete; DI SABATTO, Alberto. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Nead Debate, nº 9, Brasília: MDA, 2006.

MORAES, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. DUVEEN, Gerard (editor em inglês); GUARESCHI, Pedrinho A. (trad). 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOTTA, Márcia. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOUILLAUD, M.; PORTO, Sérgio. **O Jornal**. Brasília: Ed. UnB, 2002.

NAVARRO-SWAIN. **Você disse imaginário?** IN: NAVARRO-SWAIN (org.). História no plural. Brasília: UnB, 1993.

_____. **Imagens de Gênero Em Quadrinhos**. Universa (UCB), BRASÍLIA, v. 5, n. 3, p. 401-414, 1997.

_____. Os limites do corpo sexuado: diversidade e representação social. In: Dayana Brunetto Carlin dos Santos, Débora Cristina de Araújo. (Org.). **Sexualidade**. Curitiba: SEED, PR, 2009, v. , p. 121-130. Disponível em: <<http://www.tanianavarrosvain.com.br/brasil/limites%20corpo%20sexuado.htm>>. Acesso em: 15 de ago. 2011.

_____. Figuras de mulher em Simone de Beauvoir: a mãe, a prostituta e a lésbica. In: **Caderno Espaço Feminino** (UFU), Uberlândia, v. 11, n. 4, p. 43-58, 2004. Disponível em: <[http://www.tanianavarrosvain.com.br/brasil/figuras de mulher em simone de b.htm](http://www.tanianavarrosvain.com.br/brasil/figuras%20de%20mulher%20em%20simone%20de%20beauvoir.htm)>. Acesso em: 18 jul. 2011.

NAVARRO-SWAIN, T. ; STVENS, Cristina ; SEGATO, Rita Laura ; BANDEIRA, Lourdes ; RIVERA, Tânia . Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade. In: Cristina Stevens. (Org.). **Maternidade e feminismo, diálogos interdisciplinares**. Florianópolis: Editora das mulheres, 2007, v , p. 201-247.

NEVES, Delma. Agricultura familiar e mercado de trabalho. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRJ, nº 8, p. 7-24, abr. 1997.

NOBLAT, Ricardo. **A Arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2003.

NOBRE, Miriam. Relações de gênero e agricultura familiar. In: **Feminismo e Luta das Mulheres**. São Paulo: SOF, 2005.

ORLANDI, Eni. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. In: **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/911/817>> . Acesso: 13 de janeiro 2010.

_____. **As formas do Silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

_____. **Análise de Discurso**: Princípios & Procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PASTORE, Elenice. **História de organização, lutas e movimentos de mulheres rurais**. Jul. 2009. Disponível em:<http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com_remository&Itemid=56&func=startdown&id=17>. Acesso em: 5 jan. 2011.

PAULILO, M. I. **Movimento de mulheres agricultoras**: terra e matrimônio. Cadernos de

pesquisa, PPGSP/UFSC. n°21. junho 2001. Disponível em: <
<http://www.sociologia.ufsc.br/cadernos/Cadernos%20PPGSP%2021.pdf>>>. Acesso em: 12
 jan. 2011.

PAVARINO, Rosana. **A relevância da teoria das representações sociais para as pesquisas em comunicação de massa**. Brasília, UnB: Dissertação de mestrado, 2002-2003.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005

PESAVENTO, Jatahy Sandra. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS. 2002.

_____. **O Imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: UFRGS, 1999

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **Guia para edição jornalística**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PIRES, Monique Vidal. **Gênero no Texto Visual: a (re)produção de significados nas imagens técnicas (fotografia, televisão e cinema) - ST 35**. Anais do VII Seminário Fazendo Gênero, Brasília: 2006 – Disponível em:
 <http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/P/Pereira-Motta_35.pdf>. Acesso em: dez 2009.

RABAÇA, Carlos; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de Comunicação**. 7 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002 .

RIBEIRO, Alex; GERALDES, Elen. As fomes do Brasil: análise das estruturas discursivas na cobertura jornalística do Programa Zero. In: **Comunicação e Espaço Público**, UnB: Brasília. Ano VI, v. 1 e 2, p 150-159, jan/dez 2003.

RUA, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Companheiras de Luta ou “coordenadoras de painelas”?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: Unesco, 2000.

REVISTA DA MARCHA. **Revista da Marcha das Margaridas**. Brasília: Contag, 2008

RODRIGUES, Adriano D. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. DIONÍSIO, Luís M. (trad.). Lisboa: Vega, 1999.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e Pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. São Paulo: Hackers, 2001.

SANTOS, Jair. **O que é pós-moderno**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 2007.

SCHAAF, A. V. D. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**. Porto Alegre: ano 5, nº10, p. 412-jul/dez 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18726.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

SCHNEIDER, Sergio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 18, nº 51, 2003. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-9092003000100008&script=sci_arttext&tlng=in>. Acesso em: 15 ago. 2010.

SILVA, Berenice Gomes da. **A marcha das margaridas: resistências e permanências**. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) Universidade de Brasília, Brasília, 2008, 172 p. Disponível em: <<http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/949>> . Acesso em 30 mar. 2011.

SILVA, Valéria Fernandes da. **A construção da verdadeira religiosa no século XIII: o caso de Clara de Assis**. 2008. 335 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008, 335p. Disponível em: <<http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/6295>>. Acesso em 30 ago. 2011

SQUARISI, Dad. **Manual de Redação e Estilo**. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Vol II. Florianópolis (SC): Insular, 2. Ed, 2008.

_____. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Vol I. Florianópolis (SC): Insular, 2. Ed, 2005.

_____. **Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1999.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Tradução de Luís Dionísio. Lisboa: Vega, 1999.

VARGAS, Isabela. **Ocupando manchetes:** como o MST agenda a mídia, estudo sobre as estratégias de agendamento do Movimento dos Sem Terra no Abril Vermelho. Brasília, Universidade de Brasília: Dissertação (Comunicação) , 2006, 161p.

VARGAS, Xico. **CORREIO CENSURADO**, Observatório da Mídia. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp3010200294.htm>>. Acesso em 18 jul 2011

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 6 ed. Lisboa: Presença, 2001.

WOORTMANN, E.; HEREDI, B.; MENASHE, R. (orgs). **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA, 2006.

ANEXO A

2 Brasília, quinta-feira, 3 de agosto de 2000

CORREIO BRASILENSE / GUIA



ari.cunha@cbdata.com.br

Todos os culpados estão soltos

Na virrine dos escândalos financeiros estão os ladrões, mas os responsáveis continuam nos mesmos gabinetes, convivendo com a Medida Provisória 2031 reeditada oitenta e uma vezes. Tudo que tem acontecido de roubo no país tem sua origem no trabalho dos dirigentes de controle interno, obrigados a denunciar ao TCU as irregularidades encontradas. E não o fazem, porque seriam punidos, mesmo sabendo que o controle é apriori, concomitante e subseqüente, mantida a responsabilidade solidária. A corrupção tem origem na espécie humana, mas se sustenta na precariedade do cumprimento das leis. As CPIs estão cingidas a ouvir os beneficiários, quando os maiores culpados ficam de fora. Até Ciro Gomes tem alta impropriedade, porque foi ele, com Lamar Franco, quem assinou Medida Provisória 627, disciplinando os sistemas de controle interno, de planejamento e orçamento do Executivo. Tudo isto vai estar num livro de Daniel Aلعنcaz, pioneiro das auditorias, que desde 1976 havia previsto, em relatórios, tudo o que está acontecendo hoje sobre malversação de dinheiros públicos.

A FRASE QUE FOI PRONUNCIADA

“Se o governo não quer a CPI, é porque tem carne embaixo do angü”

Professor Waldemar Magalhães testando sua apetite nas quitandas de Ilhéus.

ALEGRIA
Só posso registrar alegria hoje, quando participo do lançamento, no auditório do Correio Brasileiro, do CD Rom com todas as colunas desde 1960. Vai ser fácil, assim, aos leitores, conviver com quase 10 mil colunas escritas nestes quarenta anos de *Visto, Lido e Ouído*.

MULTAS
Isto de o Ibama se vangloriar das multas contra a Petrobras, que chegam aos trezentos milhões de reais, só é ruim para a gente, que vai arcar com essa despesa. Assim mesmo se o Pedro Malan não descobriu antes, e mandar a grana para abater os juros do FMI.

MARGARIDAS EM FLOR
Marcha das Margaridas é a novidade de Brasília para o dia 10 de agosto. O MST pretende juntar na DF pelo menos 20 mil mulheres para fazer reclamação contra Fernando Henrique.

Desastre
Faltou luz. Um trem sem ninguém, ficou distante da estação. Um outro, recebia passageiros. Chegou a luz. O trem sozinho começou a rolar. Oito minutos, até chegar à plataforma. Bate atrás dos outros que está lotada. Morre gente, e público a bordo. Como dizem que o trem estava parado, fica difícil entender um declive que faça alcançar velocidade para fazer o estrago que foi feito.

Fim de Lalau
Agílio Monteiro, diretor geral da PF, está em Paris, que é um bom lugar para procurar o juiz Nicolau dos Santos. Acontece, que se é verdade que Lalau foi tesoureiro do Dóí Codi, melhor seria procurá-lo na periferia de S. Paulo onde o grupo de extermínio costuma desovar seus arquivos apagados.

HISTÓRIA DE BRÁSLIA

- NA DÉCADA DE 60 ESTA COLUNA REGISTRAVA ESTE FATO
- Os contraventores da pesca estão desafiando a fiscalização, que está muito boa. Estão, agora, pescando em barcos, no meio do lago, aproveitando o fato de os fiscais não possuírem os mesmos meios.
- Mas aqui vai um aviso: a tilapia é um peixe que se localiza nas bordas, e não vai além de onde há metro e meio de profundidade.

POVO FALA

POLÍTICA

VOCÊ ACHA QUE VALMIR AMARAL DEVE ASSUMIR A VAGA DO SENADO?

ANA PAULA DINIZ,
35 anos, empresária

“Claro que não. Na verdade, deveria haver algum mecanismo que verificasse o passado da pessoa antes de se candidatar. O consumidor quando vai comprar uma geladeira, por exemplo, não tem sua vida investigada antes de conseguir o crédito? Com política deveria ser do mesmo jeito. Eles teriam que passar por um critério que avaliasse se ele tem credibilidade para concorrer ao cargo público.”



GENILSON ALVES,
21 anos, estudante

“Valmir Amaral não deveria assumir o Senado porque está envolvido em vários processos judiciais. Para assumir, os processos teriam que ser resolvidos antes. Para mim, o mais justo seria que houvesse uma nova eleição para o senado do Distrito Federal. Afinal esse senhor não recebeu um único voto.”



WEBER SOUSA,
32 anos, fotógrafo

“Ele não deve assumir a vaga do senador Luiz Estevão. Ele não foi eleito pelo povo e não recebeu nenhum voto. O correto seria que o segundo candidato mais votado na última eleição, no caso Arlete Sampaio, assumisse a vaga, como acontece na Câmara.”



MARCO ANTÔNIO SILVA,
33 anos, funcionário público

“Acho uma injustiça um cara que está devendo à justiça garantir imunidade parlamentar. Essa entrada para o senado caiu com uma taxa para o Valmir Amaral, porque agora ele jamais vai pagar pelo que fez. O pior é saber que esse camatada, que não recebeu nenhum voto do povo, vai assumir um cargo tão importante. É mesmo um absurdo.”



ARTIGOS / QUADRINHOS / DESENHOS / FOTOS DO LEITOR

CORREIO do BRASILENSE

CONTRIBUÍDORES DEVEM INCLUIR NOME E ENDEREÇO COMPLETO, FOTOCOPIA DE IDENTIDADE E TELEFONE PARA CONTATO. E-MAIL: catalao@cbdata.com.br

Coitada da Constituição

Paulo Machado
Lago Norte

Quando somos convidados para uma festa e não nos apetece frequentá-la, seja lá por que motivo for, damos uma desculpa, ou seja, inventamos algum pretexto para recusar educadamente ao convite. Se a desculpa for boa, até poderemos convencer o anfitrião, caso contrário, o que geralmente ocorre, ele se sentirá prejudicado devido à nossa falta de interesse. Se tal fato se repetir seguidamente, com certeza não seremos mais convidados deixando de fazer parte do relacionamento em questão. Socialmente falando, isso é um hábito que acaba sendo relevado com o tempo, sem maiores constrangimentos. Todavia, quando é o governo que se empenha em dar “desculpas”, a toda hora e lugar, tratando questões de suma importância da nação, como se fosse simplesmente não comparecer à uma reuniãozinha de amigos, é, no mínimo, querer irritar ao povo tratando-o como imbecil.

Primeiro tivemos que ouvir mais “desculpas” no caso Marka Fontecindam, onde o ex-Presidente do Banco Central, Chico Lopes, disse que desafiou os cofres públicos em um bilhão e meio de reais à revelia de seu chefe Pedro Malan e do dono da porcada, Sr. FHC. Por acaso alguém elegeu Chico Lopes para a presidência do Banco Central? Por acaso alguém votou em Malan para Ministro da Economia? Então quem os colocou lá? Será que fui eu ou você? Se não foi então porque devemos pagar a conta? Quem deve ser responsabilizado criminalmente pelo desfalque: quem fez, quem mandou fazer ou quem deu poderes para que fizessem?

Não bastasse isso, esta semana tivemos que ouvir mais “desculpas”, dessa feita achinchalhadas pelo Presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães, contra o bom senso da população. Disse ele que o Presidente, os Ministros, o Congresso Nacional, a Justiça, enfim, quase todos cumpriram a Constituição no escândalo Eduardo Jorge, à exceção do Tribunal de Contas da União, que também a cumpriu, só que tardiamente. Pronto, durma com tamanha asneira! Milhões, bilhões, desaparecem, são descompassadamente desviados, enrustidos, surripados e o

CENAS DA CIDADE



Flagra no ato

Foto do leitor Evaldo Alves de Oliveira.

A sua foto também poderá ser publicada aqui. Telefone para 340-1113 ou envie pelo e-mail editor@cbdata.com.br

ACM vem à público dizer que todos estão cumprindo a Constituição? Em que capítulo ele leu que é permitido desviar o dinheiro dos cofres públicos, desde que tal desvio esteja previsto no orçamento; o tráfico de influências é legítimo, desde que seja praticado em causa própria ou de amigos; o poder (incluindo as verbas de contingência), deve ser repartido entre os correligionários de campanha e seus parentes e em seus nomes deve ser exercido; - a justiça é relativa ao tamanho do tribunal que não se pretenda construir; - o Presidente não é responsável pelos atos de seus Ministros, Assessores e subalternos. Mas já que estão todos tão empenhados em cumprir a Constituição “deles”, por que não cumprirem a nossa também, pelo menos de vez

em quando. Bastava que cumprissem somente o capítulo que se refere ao direito dos cidadãos, onde fala que todos temos direitos a um salário digno, à saúde, à educação, à moradia, à segurança e ao lazer. Pronto, já estaríamos todos satisfeitos e até poderíamos permitir que de vez em quando eles cumprissem a “deles”. Talvez nem sentíssemos a falta “deles” em nossa festa e aceitássemos as “desculpas” rotas e esfarrapadas que nos apresentassem.

Onde já se viu?

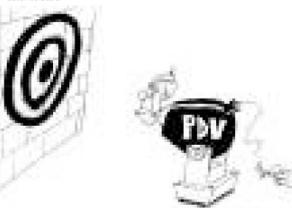
Marlene Inácio
Valparaíso (GO)

Depois que Brasília se transformou num canteiro de

obras, estamos passando por vários transtornos. Como moro na cidade de Valparaíso de Goiás, venho através desse jornal manifestar minha indignação. Estamos com duas obras na BR: uma de acesso a cidade de Santa Maria e a outra na saída do Gama. A obra de Santa Maria temo o azar de ter um posto fiscal onde os caminhões transformam o fluxo do trânsito insuportável, pois muitas vezes param na pista para esperar vagas para estacionar. Começou a obra do viaduto do Gama, até tudo bem, pois fizeram um desvio para que os carros transitassem normalmente, só que a uma semana atrás mudaram o desvio da saída do Gama, e para nossa surpresa colocaram um quebra molas ao invés de colocarem policiais dividindo a pista e autorizando que os carros possam usar o acostamento, para o trânsito fluir normalmente, agora todos os dias enfrentamos um engarrafamento insuportável, que a partir de segunda-feira será uma verdadeira martirio, pois começaram as aulas e fico imaginando onde vai parar esse engarrafamento, acho que para chegar no horário correto em meu trabalho terei que sair de casa as 6 horas da manhã, acho uma falta de respeito. Quero convidar o Governador Roriz e seus assessores, para saírem do trecho Valparaíso/Brasília no horário de 6h30. Imploro que tomem providências.

CARLOS MACIEL

Leitor de Gáira



ANEXO C

2

QUINTA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 2000

A FOTO DO DIA



Zuleika de Souza

DÁDIVA DA NATUREZA — NO NÚCLEO RURAL DE PIPIRIPAI, A SECA FAZ O IPÊ-AMARELO SE DESFAZER DE TODAS AS FOLHAS PARA FLORESCER EM SEU ESPLendor, COM O AZUL DO CÉU A EMOLDURAR ESSA CENA DE SINGELA BELEZA.

RESUMO
PRIMEIRO CADERNO

OPINIÃO

4 VISÃO DO CORREIO

Du o governo controla os preços dos combustíveis ou foge pelo ralo o que ainda resta do Plano Real o controle da inflação.

5 CARLOS CHAGAS

Só esta semana o governo deu dois exemplos de ter perdido o trem: na questão dos preços dos combustíveis e dos remédios.

TEMA DO DIA

8 SONHOS INTERROMPIDOS

João Cláudio tinha 20 anos, planos e muita alegria. Foi morto no fim de uma noite de comemorações.

12 DOLOROSA DESPEDIDA

Dor e revolta no cemitério, onde mais de 800 pessoas se despediram de João Cláudio.

17 SURPRESA NA FAMÍLIA

Em casa, outros meninos. Nas ruas, violentos criminosos. A classe média se surpreende.

18 ASSASSINATO NO BAR

Três rapazes e duas moças bebiam no Cidália, quando amaneciam um assalto. Um homem morreu.

CIDADES

19 CURRAL COMUNITÁRIO

Carrascões erguem barracos entre o P Sul e o P Norte, na Celândia, e hoje já costumam até PS 2 mil.

20 GRILAGEM NO DF

Advogado afirma que Hortiz vai apresentar hoje, último dia de prazos, esclarecimentos à Justiça sobre relações com irmãos Passos.

BRASÍLIA - DF - Graças ao desassombro de jovens procuradores, o Brasil mudou no quesito impunidade. **PÁGINA 44**
VALÉRIA BLANC - Estrela de Hollywood com pinta de boa moça gravou cenas que beiram o sexo explícito. **PÁGINA 53**
ARI CUNHA - Certo estava que Fernando Henrique não queria a reforma tributária. **GUIA DA QUINTA, PÁGINA 2**
GILBERTO AMARAL - FHC passará o Dia dos Pais em uma fazenda no Pantanal. **GUIA DA QUINTA, PÁGINA 9**

SAÚDE

21 QI MAPEADO

Cientistas americanos já sabem quais as partes do genoma humano responsáveis pela inteligência, mas conclusões só sairão em 2001.

27 EXAME GINECOLÓGICO

Antes da primeira menstruação. Esta é a melhor hora para a primeira visita ao ginecologista. Adolescentes devem se prevenir.

MEIO AMBIENTE

28 CERRADO DESTRUÍDO

Mais de 40% do cerrado brasileiro foi desmatado nos últimos 40 anos. Inúndios são uma das causas.

EDUCAÇÃO

29 PRIMEIRA LETURA

Nestlé investe R\$ 2,5 milhões em concurso que estimula a leitura entre jovens do ensino médio.

30 UNB EM ALTA

Bom desempenho dos alunos no Prova mantém a UnB entre as melhores do país. No DF, ganha de todos os partidos.

BRASIL

34 MARCHA DAS MARGARIDAS

Quem dos 21 corpos do círculo do MST são de mulheres. Hoje, 20 mil delas vão a Espinalhada, para pedir mais crédito e qualificação rural.

36 TURISMO INDÍGENA

Várias tribos só aguardam a aprovação da Funai para promover o turismo étnico, com vistas e até pernoites nas aldeias.

37 PF INVESTIGA PF

Sindicância da PF investigará o envolvimento de servidores com o contrabando de armas.

CULTURA

39 MANGUEBAT

Revolucionária até no nome, grafado com minúsculas, a banda mudou livre sua língua Por pouco.

MUNDO

41 ARGENTINA

Sem imunidade, Pinochet, aos 84 anos, vai responder a 158 acusações de envolvimento em crimes da ditadura argentina.

POLÍTICA

44 PALCO PARA ITAMAR

Um dos opositores mais ácidos de FHC, Itamar Franco é convidado para depor na subcomissão que investiga Eduardo Jorge e o TRT.

ECONOMIA

46 FUNDO DE GARANTIA

Supremo decide hoje se o CEF deve ou não registrar cotas do FGCs por índices expurgados no passado.

ESPORTES

54 POEIRA E ADRENALINA

Estão abertas as inscrições para os provas de motorcross e enduro que vão comemorar os 11 anos de Planaltina na manhã de domingo.

56 BRUXA NA SELEÇÃO

Sem Vampeta, Cafa e Bonaldinho. Seleção também não tem César Sampaio contra o Chile, na terça.

SOBRE RODAS

ESPORTIVO DA FAMÍLIA

Honda traz para o Brasil o CR-V, utilitário esportivo sob medida para uso familiar e urbano. Se emplacar, será o segundo da fábrica montado no país. Capa



COISAS DA VIDA

SOLIDARIEDADE

VOLUNTÁRIOS DA VIDA

Basta ter mais de 18 anos, boa vontade e paciência. Com esses três pré-requisitos, os voluntários do CVV ajudam a salvar vidas diariamente. Capa

JARDINAGEM

ANTI-ESTRESSE DA VEZ

Brasileiros procuram na arte de manipular as plantas o antídoto contra o estresse e cresce no DF o número de viveiros e cursos de paisagismo. Página 8

GUIA DA QUINTA

MICARECANDANGA

QUATRO DIAS DE FESTA

Banda Eva, Jorge Benjor e dupla de DJs de música eletrônica abrem a Micarecandanga. Mortalhas começam a ser distribuídas hoje. Capa e página 10

CRÔNICA DA CIDADE

rogerio@cbdata.com.br

O anjo de largas ancas

Made in Piauí, mais exatamente in Gilbues, Clélia chegou ao DF em 1994 e mergulhou na lã-mã. Dormia embaixo de viadutos e, durante o dia, perambulava pelo Setor Comercial Sul-Conic-Rodoviária.

Fazia ponto na Vigosa da Rodoviária, de olho nos pastéis devorados pelo povaréu. Às vezes alguém percebia o olhar de súplica de Clélia e a tirava restos. A moça que veio de longe, com agilidade de vira-lata faminto, agarra-va-os no ar.

A vida seguia assim, bestamente, para Clélia, cada vez mais trapo de gente, cada vez mais pobre-dito, cada vez mais integrada ao batalhão de miseráveis que a gente vê, mas não olha, por aí.

Um dia, finalmente, a sorte bafojou-lhe a nuca. Caída na sarjeta — sentou em vaso sanitário do banheiro da Rodoviária, adormeceu e tombou —, foi acordada por mulher de fartos cabelos negros e largas ancas.

Clélia, ao deparar com tal figura, não exatamente bela, assustou-se. À toa. A mulher com cara e corpo de bruxa de desenho animado estava mais para fada.

Verdade, caro leitor, por mais insano que possa parecer, asseguro-lhe: Genoveva, assim se chamava a nossa fada-bruxa, era, de fato, anjo de bondade (e eis ainda existem). Acalmou Clé-

lia, disse-lhe palavras de consolo e lhe pagou lanche na Vigosa da Rodoviária. Com fôno de muitos carnavais, devorou, com fúria, cinco pastéis e dois caldos de cana: era, em anos, a primeira refeição, digna, completa da moça.

De sobressa, ouviu proposta de Genoveva: morar na casa dela em Paranoá, aprender a cozinhar, ler, tomar banho todos os dias, virar gente, enfim.

Clélia lembrou do velho provérbio — quando a esmola é grande o cego desconfia —, e desconfiou: Genoveva poderia ser dona de bordel assediando garotas e, portanto, querendo transformá-la em prostituta. Depois pensou melhor, não tinha nada a perder, aceitou a proposta da mulher com cara e corpo de bruxa de desenho animado.

Fez bem. Genoveva lavou-a, pentou-a, deu-lhe de comer, ensinou-lhe



POR ROGÉRIO MENEZES

ilheus —, transformou-a em gente.

Clélia evoluiu. Virou quitadeira de primeira e tem tableteiro-da-baiana na Ass Sul, onde vende o melhor acarajé do Plano Piloto. Casou com Lucindo e pariu Máicol e Uliam.

Genoveva morreu no ano passado. De câncer no seio. Clélia, grata, a reverência feito santa. A fotografia da mulher com cara e corpo de bruxa, emoldurada, está no meio da sala de jantar da casinha que comprou em Celândia Sul.

Dia sim, outro também, Clélia acende vela para Genoveva. E rezá — muito.

CORREIO BRAZILIENSE

ÍNDICE DAS SEÇÕES

AGENDA ESPORTIVA
Primeiro Caderno, página 55

ALMANAQUE
Coisas da Vida, página 2

CONSULTÓRIO FAMILIAR
Coisas da Vida, página 8

DIVIRTA-SE
Guia da Quinta, páginas 6 e 7

GRITA GERAL
Guia da Quinta, página 3

HORÓSCOPO
Coisas da Vida, página 7

LIVROS
Guia da Quinta, página 7

OBITUÁRIO
Primeiro Caderno, página 18

PASSATEMPO
Coisas da Vida, páginas 6 e 7

POR AÍ
Primeiro Caderno, página 42

TEYÊ
Guia da Quinta, página 8

TOME NOTA
Guia da Quinta, páginas 4 e 5

WEB
Coisas da Vida, página 2

O QUE SE DISSE

“Quando um adolescente mata o outro é preciso descobrir o que ele vinha dizendo antes sem que ninguém o ouvisse”

IRANDI PEREIRA, educador e especialista em políticas públicas para a juventude, sobre a morte de João Cláudio

“A violência passou a ser tão corriqueira, tão cotidiana a ponto de ser normal tirar a vida do outro”

MIRIAM ABRAMOVAY, consultora da Unesco, sobre a mesma tragédia

“Eu não consigo entender. O João era o cara mais pacífico que já vi em toda minha vida”

RAFAEL BARBOSA DE MORAES, amigo de infância de João Cláudio

COTAÇÕES

DÓLAR	COMPRAR	VENDA
Comercial	RS 1.7960	RS 1.7970
Paralelo	RS 1.9200	RS 1.9350
Turismo	RS 1.7600	RS 1.8500
POUPANÇA	0,7129%	(da 10)
TRE	1,2525%	(da 9)
URE	RS 1,0641	
SALÁRIO MÍNIMO	RS 151,00	

INDICADORES, PÁGINA 44

ANEXO D

34 Brasília, quinta-feira, 10 de agosto de 2009

BRASIL

CORREIO BRAZILIENSE

PODER FEMININO

Elas podem ter pouco poder nas cidades. Mas na área rural, elas mandam. Mais da metade dos cargos de direção do MST é ocupado por mulheres. Hoje, milhares delas farão passeata em Brasília para pedir maior acesso a crédito e a cursos de qualificação rural

Mulheres têm o comando do campo

Marina Oliveira
Da equipe do Correio

Elas ocupam menos de 4% das prefeituras municipais, elegeram apenas uma governadora na última eleição e menos de 6% dos parlamentares do Congresso Nacional. Mas no campo a história é diferente. As mulheres conseguiram conquistar metade dos postos de liderança. No Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), por exemplo, dos 91 integrantes da coordenação nacional, 48% são mulheres. No seletivo grupo dos dirigentes máximos do movimento, formado por 21 sem-terra, 11 são do sexo feminino.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) promete para hoje, na Esplanada, a maior marcha de mulheres trabalhadoras rurais da história do Brasil. A entidade espera reunir 20 mil mulheres de todo o país na Marcha das Margaridas. O nome da manifestação homenageia Margarida Alves, sindicalista rural assassinada em 1983. O evento faz parte de uma marcha mundial das mulheres que vem acontecendo em diferentes pontos do planeta ao longo de 2009.

Segundo a Contag, as mulheres são responsáveis pela produção de 30% dos alimentos consumidos no Brasil. O presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu ontem uma comissão de "margaridas", em audiência no Palácio do Planalto. O grupo pretende chamar a atenção da sociedade e do governo para os problemas vividos pelas mulheres da zona rural. Elas reclamam de discriminação por parte dos programas voltados para o desenvolvimento agrícola.

As mulheres costumam estar em minoria nos cursos de qualificação sobre novas técnicas rurais. A maior parte delas também não conhece os processos para obtenção de crédito e acabam ficando de fora do financiamento. As trabalhadoras reivindicam mais cursos voltados especificamente para o público feminino como caminho para diminuição dessa diferença entre os sexos.

Mas a atuação da mulher no campo hoje ultrapassa a esfera doméstica e econômica. As mais

Carlos Vieira



FÁTIMA, LIDERANÇA EMERGENTE DO MST, ORGANIZOU O MOVIMENTO NO NORDESTE E PARTICIPOU DE MAIS DE 100 OCUPAÇÕES DE TERRAS: "NÃO ME SOBRA TEMPO PARA NAMORAR"

determinadas fazem questão de acompanhar os maridos em ocupações. Em alguns estados, como no Ceará, onde há uma predominância do sexo feminino, elas chegam a ser maioria nas invasões promovidas pelos sem-terra.

Fátima Ribeiro, 34 anos, da direção nacional do MST, é uma delas. Em 19 anos de militância participou de 100 ocupações de terra. Numa delas, no Triângulo Mineiro, a polícia chegou jogando bombas de gás e atirando. Para escapar, ela ficou durante 19 horas estirada dentro de um pântano próximo à entrada da fazenda. Depois caminhou 30 quilômetros até a casa de

um companheiro para começar a organizar novamente a ocupação. Nunca pensou em desistir.

Nem mesmo diante da dificuldade para namorar: "Estou sempre na estrada, não sobra muito tempo para outras coisas", diz. Amor para Fátima depende sobretudo de uma comunhão de ideias. "Sem isso não se pode pensar em construir nada". Há três meses, ela realizou o sonho de ser mãe. Deixaram na porta de sua casa um bebê, uma menina, que ela chamou Dandara. "Uma homenagem à companheira de Zumbi dos Palmares, mulher nesse mundo tem de ser

guerreira", justifica. Não é a primeira vez que isso acontece.

Em dezembro do ano passado, deixaram gêmeas na porta da casa de Fátima. Mas a mãe biológica das crianças se arrependeu e pegou as meninas de volta após uma semana. Agora, Fátima toca na Justiça o processo de adoção de Dandara e não deixa nem fotografar o bebê por medo de atrapalhar os trâmites legais que irão garantir a ela os direitos de mãe de fato. A chegada de Dandara não diminuiu o pique de trabalho da líder sem-terra. "Onde tenho que ir, levo ela comigo e todos ajudam a cuidar".

Breve estrelato

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) pode ter muitas lideranças femininas, mas o estrelato delas costuma durar pouco. As duas mulheres sem-terra mais conhecidas pelo grande público viveram o apogeu em 1986 e 1997.

Diolinda Alves de Souza, mulher de José Rainha Junior e líder do Pontal do Parapanema (SP), chegou a dar entrevistas com a mesma frequência de figuras como Gilmar Mauro e João Pedro Sicidite, principais pensadores do movimento até hoje.

Depois do massacre de 19 sem-terra, em Eldorado dos Carajás (PA), ela foi a primeira pessoa do MST a acusar a participação de jagunços no massacre. Foi aos jornais anunciar inclusive a intenção do movimento de endurecer, aumentando as ocupações. Esteve ao lado do marido na maior parte das invasões realizadas em 1997. Mas já aparecia na imprensa mais

como esposa de Rainha do que como liderança autônoma.

Depois disso sumiu. A outra estrela do MST teve carreira bem mais breve e polêmica. Débora Rodrigues ganhou fama ao virar modelo depois de posar nua para a revista Playboy. Funcionária da prefeitura de Teodoro Sampaio, foi cedida para trabalhar na Co-camp, cooperativa do movimento. Participou de duas ocupações e chamou a atenção da militância mais pelas curvas, que lhe renderam o título de Miss Teodoro Sampaio, do que por sua participação política.

Depois das fotos da Playboy foi proibida pela cúpula do movimento de exibir qualquer símbolo do MST. José Rainha Junior foi o único da coordenação a sair em sua defesa. No fim, venceu a postura conservadora da maior parte dos sem-terra, muitos ligados à Igreja Católica. Foi a última aparição de Débora na imprensa. A tirar por esses exemplos, o movimento pode até apoiar líderes mulheres, mas desde que não ofusquem o brilho dos homens. (M)



DEBORA RODRIGUES GANHOU FAMA DEPOIS DE POSAR NUA



DIOLINDA ALVES FOI LÍDER DO PONTAL DO PARAPANEMA

OFERTA CVP

Palio EX

1.0 - 4 portas

Valve verde, retrovisor direito e esquerdo com controle interno, limpador e abanico-quadrado do vidro traseiro e cabine total.

ENTRADA R\$ 990,00 por parcela de R\$ 330,00 3x (1+2) R\$

+ 48x R\$ 494,00 FRETE INCLUSO

A vista R\$ 15.600,00

Seu modo mais confortável, desempenho e eficiência. Desde o primeiro mil quilômetro de vida. Tudo a serviço da mobilidade. Mais de 1000 km. (C.V.P. e C. Prop. para obter seu frete facilitado).

CVP TAGUATINGA 351-0000 315 SUL - 346-3000 250 CALAGEM PROPRIO

ANEXO E

SEXTA-FEIRA

www.correioweb.com.br

CORREIO BRAZILIENSE

LONDRES, 1908. HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960. ASSIS CHATEAUBRIAND
Brasília, Distrito Federal, 11 de agosto de 2000

EXEMPLAR DE ASSINANTE

Número 13.599

Preço: R\$ 1,00

ATENDIMENTO AO LEITOR

343-9222

novocorreio@cbdata.com.br

Tire suas dúvidas sobre as mudanças no Correio

GRITA GERAL

342-1166

A seção que ajuda a resolver seus problemas



fimde semana

► AGORA É PRA VALER. BLOCOS ABREM HOJE A MICARÊCANDANGA 2000. PÁGINAS 10 E 11
 ► FESTIVAL INTERNACIONAL DE TEATRO DE BONECOS (FOTO) COMEÇA AMANHÃ PÁGINA 17
 ► MUTANTES PROBLEMÁTICOS DOS X-MEN INVADEM 18 CINEMAS EM BRASÍLIA. PÁGINA 20

EDUARDO JORGE OCULTOU QUE O IRMÃO ADVOGAVA PARA INCAL

Procuradores desmentem ex-secretário: Marcos Jorge fez documento que ajudou a manter contrato da Incal com TRT

PÁGINA 14

GRILAGEM

15 mil páginas não elucidam ação de Roriz

O governador Joaquim Roriz foi pessoalmente ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) entregar o documento de 15 mil páginas no qual explica seu relacionamento com os irmãos Passos, apontados como grileiros de terras no Distrito Federal. Algumas das suspeitas que recaem sobre ele, porém, não foram esclarecidas.

PÁGINA 10

ORÇAMENTO

Senado aprova mais dinheiro para a saúde

Vitória de José Serra. Derrota de Pedro Malan. O ministro da Saúde conseguiu aprovar no Senado a proposta de emenda constitucional que dá mais recursos para sua área. Até 2004 poderão ser investidos mais R\$ 7 bilhões. A proposta agora segue para promulgação do presidente Fernando Henrique Cardoso.

PÁGINA 12

COMBUSTÍVEL

Postos recuam e gasolina cai para R\$ 1,50

Temeremo com as ameaças do governo, o Grupo Gásol, maior rede de postos de combustíveis do DE, deu a partida na redução dos preços nas bombas. Para competir, outros estabelecimentos seguiram o exemplo e a gasolina voltou a ser encontrada a R\$ 1,50. Presidente de sindicato do comércio prevê demissões.

PÁGINA 21

LEIA TAMBÉM

10 PRESIDENTE DA VENEZUELA VISITA IRAQUE E IRRITA EUA

19 EX-ASSESSOR DE BILL CLINTON CRITICA RECEITUÁRIO DO FMI

HOJE: 76 PÁGINAS

COISAS DA VIDA: 8 páginas, GUIA: 6 páginas,
 FIM DE SEMANA: 20 páginas,
 FINE DE SEMANA: 4 páginas,
 CLASSIFICADOS: 12 páginas, 5.998 anúncios

Antonio Paulo Segura



“É UMA DOR SEM TAMANHO. UMA DOR INFINITA.”

Sentados diante do teclado que o avô deu para João Cláudio, espancado até a morte na madrugada de quarta-feira, o irmão Daniel e o pai André dividem a dor da perda. Hoje à noite, o estudado, seus dois irmãos e mais três primos



iriam brincar no bloco CocaBambu. Festa, para João Cláudio, nunca mais. Seu pai já sabe: “Dizem que com o tempo a dor ameniza, mas eu acho que não. Com o tempo, acho que só vai aumentar”.

CRÔNICA DA CIDADE, PÁGINA 2, TEMA DO DIA, PÁGINAS 6 E 7

ANISTIA

Em apenas 30 minutos, ao derrubar o veto de FHC, o Congresso Nacional decidiu livrar políticos, eleitores e donos de emissoras de televisão de multas eleitorais estimadas em R\$ 21 milhões.

PÁGINA 15

FGTS

Trapalhadas dos planos econômicos do passado resultaram num prejuízo de R\$ 38,89 bilhões no Fundo de Garantia dos trabalhadores. Supremo reconhece que salários das contas não foram corrigidos como deviam.

PÁGINA 20

Carlos Vieira



MILITANTES DO MST (FOTO) QUEIMAM BANDEIRA AMERICANA EM FRENTE À EMBAXADA DOS EUA E PROMOVEM MARCHA DAS MARGARIDAS À ESPLANADA, ONDE PEDIRAM IGUALDADE. PÁGINA 22

COISAS DA VIDA

Zepelins (foto) completam um século e novos modelos voltarão ao uso comercial.

CAPA



GUIA DA SEXTA

Crea monta serviço de atendimento à população e caça mais profissionais.

CAPA

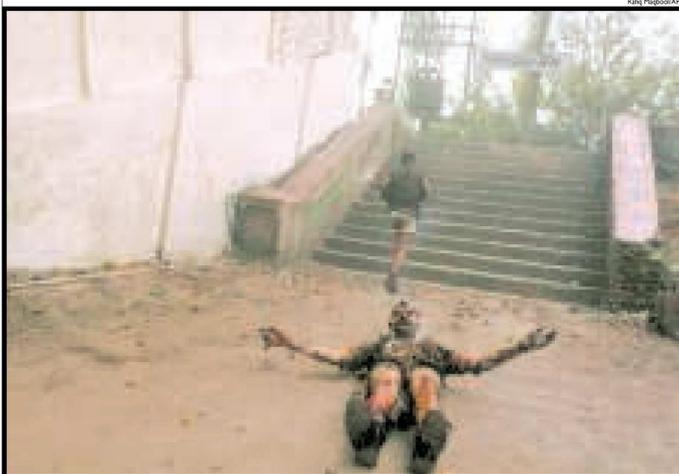
ANEXO F

2

CORREIO BRAZILIENSE

SEXTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 2000

A FOTO DO DIA



Rafiq Mabood/AP

TERRORE NA ÍNDIA — POLICIAL CÁIDO PEDE SOCÓRRO ENQUANTO OUTRO BUSCA ABRIGO DEPOIS DE ATENTADO A BOMBA EM SRINAGAR, CAPITAL DA CAXEMIRA. O ATAQUE, COMETIDO PELO GRUPO SEPARATISTA ISLÂMICO MUJAHEDINES DE HIZBUL, MATOU 11 PESSOAS. PÁGINA 17

RESUMO PRIMEIRO CADERNO

OPINIÃO

4 VISÃO DO CORREIO
Presidente eleito do México, Vicente Fox, será menos suscetível às pressões dos EUA. E estará mais perto do Brasil.

5 VERÍSSIMO
Muitos apostam que suas biografias esquecerão detalhes. Afinal, ninguém que confiou na falta de memória do país se arrependeu.

TEMA DO DIA

6 NA INTERNET
Chocados com a morte de João Cláudio, alunos da UfB criam site para debater a violência.

7 PAI QUER JUSTIÇA
Entre objetos e fotos do filho João Cláudio, André Leal engole a dor e desabafa: "Foi um assassinato".

CIDADES

10 NA JUSTIÇA
Roriz levou 15 mil páginas de documentos ao STJ para explicar ligações com suspeito de grilagem.

11 CONSTRANGIMENTOS
Uma ação de Cristovam contra Roriz pôs os dois frente a frente ontem no aceso do TJDE.

SAÚDE

12 MAIS RECURSOS
Só falta FHC promulgar, para passar a valer a vinculação de verbas para a saúde, um reforço de 7 bilhões em cinco anos.

RESUMO SEMANA INVASÃO DOS MUTANTES

Estreia hoje em 18 salas a adaptação cinematográfica da série de história em quadrinhos X-Men. Filme é um dos maiores sucessos da temporada nos EUA. **Página 20**



13 SEM PATROCÍNIO
A Fórmula 1 e o Free Jazz perderão dinheiro já em 2001 se o Senado restringir propaganda de cigarro.

POLÍTICA

14 CASO TRI-SP
Prescutores depõem no Senado e complicam Eduardo Jorge. Além de mentiras, apontam novos indícios.

16 "CUMPRI ORDENS"
As decisões sobre a ajuda aos bancos Marka e Fomento foram tomadas pela diretoria do BC, segundo Teresa Grossi.

MUNDO

18 "DISTINÇÃO DUVIDOSA"
Foi como os EUA classificaram a primeira visita de um chefe de estado democraticamente eleito, o da Venezuela, a Saddam Hussein.

ECONOMIA

19 ARTILHARIA PESADA
Ex-cessor da Bill Clinton e ex-vice presidente do Brd diz que FMI foi incompetente para solucionar a crise da Ásia.

21 REAJUSTE PARA BAIXO
Pressão do governo funciona e postos do DF se antecipam a repessadas e reduzem preço da gasolina para até R\$ 1,50.

BRASIL

22 MARCHA DAS MARGARIDAS
Mulheres do campo marcharam pela Esplanada com panfletos e cruzes simbolizando a pobreza e a violência, e cobraram direitos.

CULTURA

23 SEM-TERRA NO CINEMA
Personagens da premiada Terra para Rose voltam de telas em O Sonho de Rose — Dez anos depois, documentário de Tati Moraes.

ESPORTES

26 ELIMINATÓRIAS DA COPA
Leizaola do Carlinhiano, é novo atacante da Seleção pago de terça contra o Chile. Treinos começam amanhã, em Teresopolis.

COISAS DA VIDA

ZEPHELINS

A VOLTA DOS GIGANTES
Novidades marcam as comemorações de um século de existência dos zepelins. Modelos modernos são lançados para transporte de turistas e cargas. **Capa e página 2**

RECETAS

PARA AGRADAR AOS PAIS
Até crianças podem preparar o cardápio especial para o dia dos pais, com salada verde, ensopado, pene com cogumelos e mousse de chocolate. **Página 8**

GUIA DE SEXTA

CONSTRUÇÃO
CAÇA AOS PICARETAS
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia está criando serviço de atendimento ao público para combater maus profissionais da área. **Capa**

NEGÓCIOS

VANTAGENS DOS CARTÕES
Administradoras de cartões de crédito oferecem uma série de promoções a seus clientes, mas apenas 5% deles as aproveitam com frequência. **Página 6**

BRASÍLIA - DF - Na submissão do Senado está se instalando o amplificador dos escândalos nacionais. **PÁGINA 15**
VALÉRIA BLANC - Deputado distrital Sérgio Linhares, do PMDB, compra carro de R\$ 185 mil. **PÁGINA 24**
ARI CUNHA - O PIB cresceu 3,84% no primeiro semestre, em relação a igual período de 1999. **GUIA DA SEXTA, PÁGINA 2**
GILBERTO AMARAL - Arrogância e intolerância ajudam queda de Ciro nas pesquisas. **GUIA DA SEXTA, PÁGINA 9**

ÍNDICE DAS SEÇÕES

- AGENDA ESPORTIVA**
Primeiro Caderno, página 26
- ALMANAQUE**
Coisas da Vida, página 2
- CATIUS BOCCA**
Fim de Semana, página 6
- CONSULTÓRIO MODA & BELEZA**
Coisas da Vida, página 5
- DE GRAÇA**
Fim de Semana, página 2
- FASHION FLASH**
Coisas da Vida, página 4
- FAVAS CONTADAS**
Fim de Semana, página 4
- GRITA GERAL**
Coisas da Vida, página 3
- HORÓSCOPO**
Coisas da Vida, página 7
- OBITUÁRIO**
Primeiro Caderno, página 11
- PASSATEMPO**
Coisas da Vida, páginas 6 e 7
- RECETAS**
Coisas da Vida, página 8
- SONS DA NOITE**
Fim de Semana, página 8
- TEVÊ**
Fim de Semana, página 19
- TOME NOTA**
Guia de Sexta, página 4
- WEB**
Coisas da Vida, página 2

ERRAMOS

Edson Gley 9.800



■ A foto acima, do morador da Vila Telebrasília José Pedro, foi publicada erradamente na matéria Invasão de carroceiros, na página 19 da edição de ontem.

■ Os abajur do bloco UH! Tererê serão distribuídos hoje no Bar Café Caneca da 110/111 Sul, e não no Brasília Shopping, como foi publicado no Guia da Quinta a partir de informações da organização da Micareta 2000. A distribuição começa às 9h e vai até às 18h. Mais informações pelo telefone 364-0519.

■ Na matéria Índios querem turismo, publicada na página 36 da edição de ontem, Suzana Gólia Guimarães foi citada como diretora de Educação da Funai. Na verdade, Suzana, antiga diretora de Assistência do órgão, assumiu há algumas semanas a função de técnica do departamento de Educação da Fundação, chefiado por Maria Helena Souza da Silva Fialho.

■ A data que consta no crédito da foto dos Beates publicada na página 6 do Coisas da Vida de ontem (28 de novembro de 1996) refere-se a sua publicação pela revista Rolling Stone, não ao dia em que foi feita. Os Beates se separaram oficialmente em 1970, e John Lennon morreu assassinado em dezembro de 1981.

COTAÇÕES

DÓLAR	COMPRA	VENDA
Comercial	R\$ 1.7950	R\$ 1.7970
Paralelo	R\$ 1.9200	R\$ 1.9300
Turismo	R\$ 1.7700	R\$ 1.8500
POUPANÇA	0,7390% (da 11)	
TRE	1,2859% (da 9)	
IPREV	R\$ 1.0641	
SALÁRIO MÍNIMO	R\$ 151,00	

INDICADORES, PÁGINA 17

CRÔNICA DA CIDADE

rogerio@cbdata.com.br



POR ROGERIO MENEZES

Carta aos assassinos

Senhores, Conheço vocês de perto. Em 1986, em fim de noite feliz, desceia a pé a Avenida Angélica, zona presumivelmente nobre de São Paulo, quando integrantes de facção paulistana da vossa desprezível raça me agrediram verbalmente, utilizando todas as palavras do zodiaco. Os vampiros queriam sangue: desceram de carro do ano e, no colúmbal, me encheram de porrada. Fui parar no hospital. Não morri, mas fiquei, durante semanas, a cara do homem-elefante, aquele personagem do filme de

David Lynch. Conheço vocês de perto. Em 1993, garotos, com quem certamente trocam figurinhas na porta de alguma boate da moda, espancaram até a morte o estudante Marco Antonio Velasco, em frente à Igreja Messiânica da 316 Norte. Quando vim morar no DF, aluguei apartamento em frente ao local do crime. Em madrugadas insoneas, ia até à varanda e, de lá, contemplava a paisagem: tentava compreender como lugar tão aprazível pode ter servido de palco para ato tão hediondo. Conheço vocês de perto. Em 1995, gente da vossa laia assassinou Moacyr Moreno, amigo de fé, irmão, camarada. No dia seguinte ao crime, amigos, preocupados com o sumiço do ator da Companhia Bahiana de Patifaria, o encontraram morto. Apresentando

requisites de extrema crueldade, jazia sobre a cama do apartamento onde morava, no Porto da Barra, Salvador, Bahia. Conheço vocês de perto. Na madrugada de anteontem, vocês mataram o jovem João Cláudio Cardoso Leal, na saída da boate Music Hall, na 411 Sul. O crime teria ocorrido porque a namorada de um de vocês teria sido assediada pelo rapaz que acabaram matando. Mas, cá pra nós, vocês perdiam pela franqueza, mas vocês são o cocô-do-cavalo-do-bandido. Conheço vocês de perto. Vocês não carregam trauma de guerra, nunca passaram fome, sempre conseguiram o que sonharam, conquistaram a namorada que quiseram. Por que então matam? Em nome de quê? Conheço vocês de perto. Vocês são

filhos de pessoas que talvez conheçamos, que talvez amemos, são pessoas que talvez alguém ame. Quando a raiva diminui, até penso que sejam pessoas que nem sempre foram assim, sedentas de sangue. Um dia, quem sabe, ajudaram velhinha cega a atravessar a rua e se emocionaram com o desenho animado A Pequena Sereia. Conheço vocês de perto. Talvez tenhamos culpa pelo fato de vocês existirem. Talvez vocês sejam ovo e nós a serpente. Conheço vocês de perto. Não precisamos de arma. O revólver de vocês é o corpinho pra lá de sarado. E nós que saímos de baixo! Até nunca mais.

ANEXO G

22 Brasília, sexta-feira, 11 de agosto de 2000

BRASIL

CORREIO BRAZILIENSE

MANIFESTAÇÃO

Cerca de nove mil mulheres, de acordo com a Polícia Militar, fizeram passeata em Brasília para pedir igualdade de direitos com os homens do campo

Margaridas querem carteira assinada

Marina Oliveira
Do equipe do Correio

De longe parece uma manifestação comum — carro de som, palavras de ordem e bandeiras. Basta um olhar mais atento e os detalhes de uma passeata só de mulheres aparecem. Na Marcha das Margaridas, organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), ontem, esses detalhes começavam pelo caminhão com oito banheiros móveis que acompanhou toda a caminhada, desnecessário numa marcha masculina.

Uma caminhonete com garrafas de água mineral também acompanhou as "margaridas". As preocupações justificam-se pelo grande número de mulheres acima dos 50 anos na passeata, além da presença de gestantes e mães acompanhadas de crianças pequenas.

Durante o ato, as mulheres, divididas em alas como numa escola de samba, carregavam panelas vazias e cruzeiros para simbolizar a pobreza e a violência no campo. Numa das alas, as manifestantes ostentavam margaridas gigantes e baldes, além de bandeiras coloridas em homenagem à paz.

Por volta das 12h30 elas chegaram ao Banco Central, primeira parada da caminhada que começou na sede da Contag no Núcleo Bandeirante às 10h. As 9 mil trabalhadoras rurais — segundo a Polícia Militar — exigiram carteira assinada para as mulheres. A maior parte delas ajuda o marido na roça e acaba sem benefícios como a aposentadoria e a licença maternidade.

Pouco depois, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann começava uma coletiva de imprensa para anunciar a liberação de mais recursos para o campo. Sem fazer qualquer referência às "margaridas" ou à manifestação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o ministro comemorou o fato do Conselho Monetário Nacional (CMN) ter aprovado ontem um aumento de R\$ 1,1 bilhão para a próxima safra no Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

O CMN também deu o sinal verde para o fim de qualquer indexador para empréstimos do Pronaf. Na média, os juros ficaram fixos em 4% ao ano. As medidas aprovadas ontem não são novidades. Foram discutidas com a Contag e também com o MST e já haviam sido divulgadas pelo próprio Ministério nos meses de junho e julho. De novo, só a aprovação do CMN.

Do lado de fora do ministério, as mulheres se prepararam para

Cristina Vieira



MULHERES COM MAIS DE 50 ANOS, GESTANTES E MÃES DE CRIANÇAS PEQUENAS PARTICIPARAM DA MANIFESTAÇÃO

lançar. Três caminhões trouxeram sanduíches de presunto e queijo, com refrigerante. Mas as "margaridas" não esperaram a organização, saíram para passeata muito bem preparadas. Carmen Bighi, 60 anos, agricultora de Santa Maria (RS) tinha de tudo em sua bolsa — água, lenço, hidratante, filtro solar, papel higiênico, sabão e toalha.

FRALDAS E BATOM

As bolsas robustas, em sua maioria pretas, pareciam um uniforme das manifestantes. Era comum ver sair de uma delas pacotes de salgadinhos, biscoitos, fraldas descartáveis ou batom vermelho.

Por volta das 16h20 a cena na

Esplanada começou a mudar. O verde e branco das margaridas se diluiu e o vermelho do MST tomou conta. O principal carro de som que puxava o cordão de 13 mil delegados do 4º Congresso Nacional do Movimento trazia uma caricatura do ex-senador Luiz Estevão; do ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), do juiz Nicolau dos Santos; do banqueiro do Marka, Alberto Salvatore Cacciola e do ex-secretário da Presidência da República, Eduardo Jorge Caldas Pereira.

Mais cedo, os manifestantes do MST "bombardearam" a entrada principal da Embaixada Americana com espigas de milho transgênicos (geneticamen-

te modificados), pedaços de pau e outros objetos. Também ameaçaram invadir o prédio e queimaram a bandeira norte-americana. Em discurso, João Pedro Stedile ameaçou incendiar as plantações de soja transgênica e impedir o desembarque desses produtos nos portos.

A Polícia Militar desbarrrou mais de 5 mil homens para acompanhar as manifestações de ontem. Uma comissão do MST foi recebida pelo presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), que prometeu colocar em votação até o final do ano a lei que transfere os crimes contra os direitos humanos para a Justiça Federal. O projeto já obteve aprovação da Câmara.

ENTREVISTA / RAUL JUNGMMANN

"Eu tenho dito que o MST é meio partido político, meio movimento social"

Ex-ongueiro, ministro compreende manifestações

Antes de "virar chapa branca" como ele mesmo diz, o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA) Raul Jungmann era "ongueiro" (trabalhava em organizações não governamentais). Para não trair o passado, afirma apoiar toda e qualquer manifestação pública como as promovidas pelo MST. Mas coloca limites muito claros para esse apoio. "Não podemos admitir excessos". A seguir, trechos da entrevista concedida ao Correio.



Correio Braziliense — Como o senhor avalia a nova estratégia anunciada pelo MST de fazer aliança com outros movimentos para pressionar o governo?

Raul Jungmann — Considero um passo natural na trajetória do movimento. As próprias lideranças admitem que a reforma agrária está politicamente esgotada. E eu tenho dito que o MST é meio partido político, meio movimento social.
Correio — Como assim?
Jungmann — Hoje o MST bate no governo muito mais por conta de seu projeto político do que pela reforma agrária.
Correio — É o novo discurso do movimento de dizer que não basta assentar e desapropriar, sem criar condições para o pequeno agricultor sobreviver no campo?
Jungmann — Houve um reconhecimento do sucesso da reforma agrária no sentido da distribuição da terra e ninguém po-

de negar isso. A etapa (terra não é mais um problema político).
Correio — Depois das denúncias de desvio de recursos por integrantes do MST, muitos estados pediram uma mudança na escolha dos técnicos do projeto Lumiar. Como o senhor vê essa questão?
Jungmann — Percebemos em alguns lugares que o técnico do Lumiar virou instrumento do MST e precisamos mudar isso. A ideia é se criar um colegiado, de vários movimentos sociais e do governo para escolher esse técnico. Também determinei que os contratos e convênios assinados a partir de agora tenham um percentual embutido para uma auditoria independente das contas.

DROGAS

MÃE DENUNCIA FILHA POR TRÁFICO

Investigadores da 16ª Subdivisão Policial de Campo Mourão, no noroeste do Paraná, prenderam em flagrante Dione Leme Pereira, de 18 anos. Ela foi denunciada e acusada de tráfico de drogas pela própria mãe, a dona de casa Isabel de Oliveira. A prisão de Dione aconteceu no final da tarde de terça-feira, depois que a dona de casa desconfiou dos pacotes que estavam fechados com fita adesiva, escondidos debaixo de um sofá. Nelas, os investigadores encontraram 960 gramas de maconha. Dione confessou para a polícia que comprou a droga no Paraguai. Ela contou que foi a Ciudad del Este para comprar um carrinho de bebê e que não resistiu à oferta da droga feita por um homem com apelido de Negão. Dione disse que pagou R\$ 100 pela maconha. Os policiais contaram que a mãe de Dione não ficou abalada com a prisão porque já sabia que a filha era usuária de drogas. Além disso, o marido de Dione também já havia sido preso por posse de entorpecentes há cinco meses. (CBN)

VIOLÊNCIA

SEM-TERRA ASSALTAM SÍTIO

Dois homens armados com um facão e uma espingarda invadiram, na madrugada de ontem, o sítio e agrediram o arrendatário rural João Alves Filho, de 35 anos, em Iaras, região de Avare (SP). Em seguida fugiram levando um televisão preto e branco, um rádio, uma bicicleta e outros bens. O sítiante reconheceu os assaltantes como integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), alojados no acampamento Nova Canudos, a menos de um quilômetro do local. Segundo o delegado de Iaras, Rubens César Garcia Jorge, um dos ladrões já foi identificado e está sendo procurado pela polícia. Ele confirmou que os suspeitos moram no acampamento. "Não é a primeira vez que acontece esse tipo de crime com a participação de sem-terra." Alves Filho contou que estava dormindo quando a porta da casa foi arrombada e os dois homens armados entraram. O sítiante estava sozinho, pois a mulher e os filhos tinham ido dormir na casa de um parente. Ele foi dominado e agredido pelos invasores, sob a ameaça da espingarda. (Agência Estado)

O NÚMERO

TEMPERATURA

3 GRAUS NEGATIVOS

É a previsão do 6º Distrito de Meteorologia do Rio Grande do Sul para a tarde de hoje. No Paraná, a mínima deve ficar em torno de dois graus positivos. Em Santa Catarina, os termômetros podem marcar até cinco graus abaixo de zero.

NORDESTE

CHUVA DEU PREJUÍZO DE R\$ 300 MI

A medida provisória liberando recursos para obras de infraestrutura nos 62 municípios de Alagoas e Pernambuco atingidos pelas chuvas será assinada hoje pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Ontem, o presidente recebeu os relatórios dos prejuízos dos governadores de Alagoas, Roraima, Sergipe e Pernambuco.



que disse precisar de R\$ 177 milhões para a construção, e de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, que pediu R\$ 129,6 milhões. De acordo com os governadores foram 25 mortos em decorrência da chuva e 107 mil pessoas atingidas pelas enchentes em 35 municípios de Pernambuco e 24 mortos e 90 mil desabrigados em 27 cidades alagoanas. O presidente designou o vice-presidente Marco Maciel como coordenador das ações do governo para o atendimento às vítimas das enchentes. Os ministros da Integração Nacional, Fernando Bezerra, e da Casa Civil, Pedro Parente estão examinando os relatórios entregues ontem. (Agência Estado)

RIBEIRÃO PRETO

SEIS MENORES FOGEM DA FEBEM

Seis adolescentes infratores fugiram na madrugada de ontem da unidade da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) de Ribeirão Preto (319 km de São Paulo). A nova fuga de menores aconteceu por volta das 4h da manhã, pelo portão da frente da unidade, e exemplo do que aconteceu em outras fugas em Ribeirão. Nenhum dos fugitivos havia sido recapturado pela polícia até o início da noite de ontem. Os menores, que estavam internados por crimes como assaltos e tentativas de homicídios, usaram estiletes para render dois carcerários, além do vigia, e saíram, sem enfrentar barreiras. Uma sindicância administrativa foi instaurada para apurar a possível facilitação na fuga dos menores por parte de funcionários, já que, para sair da unidade de Ribeirão, é necessário passar por três portões. O tumulto de ontem foi o terceiro apenas este mês em Ribeirão. (Agência Folha)

ANEXO H

CIDADES

CLIMA

Forte precipitação de ontem à tarde elevou a média histórica de agosto e causou transtorno na área central de Brasília. Hoje ainda pode chover

Chuva piora trânsito

DA REDAÇÃO

A correria para escapar da inesperada chuva que caiu sobre boa parte do Distrito Federal na tarde de ontem pode ser medida pela forma como o brasileiro se protegeu: sacos plásticos, folders, pastas, bolsas e até as mãos. Vá tudo para evitar que os pingos d'água estragassem penteados e maquiagens. Os motoristas, porém, pouco puderam fazer para evitar os transtornos causados pelas fortes pancadas. O trânsito nas áreas centrais do Plano Piloto ficou completamente congestionado durante toda a tarde. O problema foi agravado pela Marcha das Margaridas, que reuniu agricultores de todo o país.

De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), a chuva foi ocasionada por uma frente fria, formada no Sul do Brasil e na Argentina, na semana passada. A rápida precipitação ocorreu domingo à tarde em um prenúncio do que viria. A chuva de ontem foi a terceira registrada no mês de agosto. Após 79 dias sem água, no dia 12 ocorreram fortes pancadas em parte do DF. "Este mês já choveu 30 milímetros, quase o triplo da média histórica", explica Francisco de Assis, meteorologista do Inmet. A média de agosto, mais seca da capital, é de 11 milímetros. De acordo com o meteorologista, nos últimos três anos, agosto tem registrado médias pluviométricas acima de 30 milímetros. Mas Francisco de Assis alerta que as águas de agosto não são um indicativo de que o período de seca acabou em Brasília.

Nos próximos dias, a frente fria que está sobre a capital deve se deslocar para a Bahia e Oceano Atlântico. "Outra frente fria chegará à cidade na semana que vem", lembra Francisco. "Mas isso não significa que o período de chuvas começou." Segundo o meteorologista, apenas em outubro as pancadas cairão regularmente.

Hoje pode chover em áreas mais ao norte e ao noroeste do Distrito Federal. Ceilândia, Brazlândia e Taguatinga. As precipitações nas áreas centrais também não estão descartadas. A temperatura e a umidade do ar continuarão altas hoje. A temperatura deve oscilar entre a mínima de 15°C e a máxima de 26°C. E a umidade entre 50% e 90%.

Semáforos parados
As avenidas das áreas centrais do Plano Piloto passaram a tarde congestionadas. Alçada à forte chuva, a Marcha das Margaridas, que reuniu mais de 30 mil mulheres agricultoras, comprometeu o trânsito próximo ao Eixo Monumental. Até as 18h, o Corpo de Bombeiros havia contabilizado 15 acidentes, sem viti-

Carlos Moura



O BRASILENSE SE VIROU COMO PÓDE: BOLSAS, SACOS PLÁSTICOS, PASTAS E BOLSAS SUBSTITUÍRAM OS GUARDA-CHUVAS

mas. Pelo menos três carros oficiais bateram. Em um dos acidentes, uma viatura do Corpo de Bombeiros colidiu em um poste na QND 44, no Pistão Norte, em Taguatinga. Três bombeiros sofreram ferimentos leves e passaram bem.

Por conta de um pico de energia, os semáforos pararam em frente ao Eixo Monumental e ao Taguatinga, em Taguatinga Norte, próximo à Avenida Central. De acordo com os dados do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF), o sinal do Plano Piloto ficou sem funcionar por apenas 2 minutos,

das 14h08 às 14h10. O problema não de Taguatinga, no entanto, durou 50 minutos, das 15h50 às 16h40.

O Batalhão de Trânsito foi acionado para desafogar o tráfego, que logo se comprou na Avenida Central de Taguatinga. O diretor de Segurança de Trânsito do Detran, Antonio Bonfim, informou que o trânsito na cidade foi descongestionado rapidamente. Nem Antônio Bonfim nem a assessoria da Companhia Energética de Brasília (CEB) souberam explicar o motivo da queda de energia. Alheia aos problemas no trânsito,

Luzinete de Souza Costa, 38 anos, estava preocupada mesmo com os estragos na escova que ela havia feito pela manhã. "Ainda dá para usar", ria da situação a manicure, com a bolsa na cabeça. Luzinete levou suas filhas Alice, 6, e Aline, 13, ao dentista no Conjunto Nacional. Também perambulando por lá, as amigas Kênia Ascendino, 28, e Cleusa José de Lima, 45, usam folders na difícil tarefa de não se molhar. "Eu gosto de chuva", suspirava Cleusa, que hospeda a mineira Kênia. "Eu odeio: estraga a maquiagem, molha o pé", esbravejava a uberlandense.

ASTRONOMIA

TELESCÓPIOS NA L2 PARA VER MARTE

Quem gosta de admirar o céu tem hoje um motivo a mais para olhar em direção ao nascente. Um fenômeno raro poderá ser visto assim que o Sol se puser. Marte estará a uma distância menor da Terra, a 55,7 milhões de quilômetros. A última vez em que esteve tão perto foi há 59 mil anos. A aproximação ocorre por conta da combinação entre as órbitas elípticas dos dois planetas, chamada pelos astrônomos de oposição de Marte. Uma distância ainda menor que a de hoje só no ano de 2729, quando Marte ficará a 55,6 milhões de quilômetros da Terra. Quem quiser apreciar o planeta vermelho pode ir hoje, a partir das 19h30, no campo de aeromodelismo, no final da L2 Sul. Astrônomos amadores do Clube de Astronomia de Brasília montarão telescópios com acesso gratuito para a população.

LEIA MAIS SOBRE A APROXIMAÇÃO DE MARTE NO SITE DO CORREIO: www.correioweb.com.br

O NÚMERO

FENÔMENO

227,9 MILHÕES

de quilômetros é a distância média entre a Terra e Marte. A cada 15 anos, a distância entre os dois planetas diminui e a cada 59 mil anos, a aproximação é ainda maior.

COMEMORAÇÃO

FESTA PARA DOM BOSCO

A Secretaria de Turismo, em parceria com a Administração Regional do Lago Sul, cuida dos preparativos de comemoração do 120º aniversário do Sonho-Visão de Dom Bosco. A festividade será no próximo domingo, das 8h às 20h30, no Parque da Ermida Dom Bosco. Uma das programações mais tradicionais da festa é a procissão náutica, marcada para sair às 10h30 do Clube Cota Mil em direção à Ermida. Haverá ainda um diversificado cardápio de apresentações culturais e shows populares, além de um concerto ao pôr-do-Sol com a banda do Comando Militar do Planalto (CMP). Mais informações pelo telefone 429-7618.

SANGUE

HEMOCENTRO PRECISA DE DOAÇÃO

O Hemocentro de Brasília necessita de tipos de sangue RH negativo. O positivo para repor os estoques e atender aos pacientes internados nos hospitais da rede. Para doar é preciso estar com saúde, ter entre 18 e 65 anos, pesar acima de 50kg e ter dormido pelo menos seis horas na noite anterior. O doador não pode ter ingerido bebidas alcoólicas nas últimas 24 horas. O Hemocentro funciona para doação de segunda-feira a sexta, das 7h às 17h. É preciso levar documento de identidade com foto. Mais informações pelos telefones 327-4424 e 327-4410.

AGROPECUÁRIA

EXPOSIÇÃO TERÁ 1,5 MIL BOVINOS

Começa nesta sexta-feira a 21ª Exposição Agropecuária de Brasília (Expobr), no Parque de Exposições da Granja do Torro. Os organizadores esperam reunir cerca de 500 mil visitantes em dez dias de festa. Serão expostos 1,5 mil bovinos, representantes das principais raças criadas no Brasil. Também haverá exposição de equinos, ovinos e aves. Os animais de pequeno porte poderão ser visto na tradicional *Arca de Noé* — local onde os bichinhos ficam expostos. Leilões, shows artísticos e comidas típicas completam as atrações dos dias de festa. A entrada será gratuita aos domingos, segundas-feiras e terças. Nos demais dias, somente até as 15h.

Crônica da Cidade

CONCEIÇÃO FREITAS // conceicao.freitas@correioweb.com.br (cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70610-901)

BRÁSILIA ADIVINHADA

Peguei uma estrada de nome Clemente Luz, o primeiro cronista de Brasília. Pero Vaz da nova capital. Percorri um inesperado trajeto, de brandas encostas e paisagens convites. Encontrei, por exemplo, a descrição de um pôr-do-sol e de um nascer da lua ao tempo em que Sol e Lua reinavam na nudez do horizonte. Leia:

"Não sei se vocês já viram. Mas eu vi, muitas vezes, a lua, como uma grande bola de sangue, surgir no nascente, no mesmo instante em que, no poente, como outra bola incandescente, o sol

começa a se pôr. A terra fica vermelha, o planalto se cobre de uma luz misturada de sol e lua, e os corpos pareciam que ficavam transparentes.

Na mesma livreria onde encontrei Clemente Luz, garimpei a primeira antologia de poetas de Brasília, publicada pela Editora Dom Bosco em 1962. Estava eu, ainda sem saber, em outra estrada que me levaria a um lugar não menos prazeroso. Entre os poemas publicados, há um de Alphonsus de Guimarães Filho, poeta, jornalista, procurador do Tribunal de Contas da União, que morou em Brasília de 1961 a 1972. Como a página do jornal tem hora de acabar, infelizmente não poderei publicar o *Lua de Brasília* por in-

teiro. Recorto um trecho:

"Lua de Brasília / a que preso estou, / lua de Goiás / que me incute paz, / lua derromada / sobre escadarias, / lua deslebrada / de remotos dias, / lua de Brasília, / lua de Goiás, / — qual frustado, insano / esmonaudo, vou / no teu rumo, além / da rua onde estou, / muito além de mim / aonde mais ninguém / terá ido, lua, / segundo teus passos / nos telhados úmidos, beijando-te, a espaços, / nas teus seios úmidos..."

Estava ainda embalada pelos efeitos dessa estrada quando nova bifurcação me apareceu. Definitivamente era um raro dia de grandes encontros, daqueles que os deuses nos oferecem de quando em vez. Agora, a trilha mergu-

lhava na árvore genealógica dos Guimaraens até alcançar o escritor Bernardino Guimarães, autor de *Escrava Isaura*, tio-avô de Alphonsus.

Nessa altura, a estrada fez uma curva vigorosa para então me apresentar com um poema de Bernardo Guimarães que profetiza — sabe-se lá como, porque não sou dos que crêem em predições de futuro — o surgimento de uma cidade no Planalto Central, mais de um século atrás, quando ele cruzou a região e escreveu um poema.

O Ermo. Segue um trecho:

"Tempo virá em que nessa valada / Onde flutua a coma da floresta, / Linda cidade surgirá, branqueando / Como um bando de garças na planície; / E em

lugar desse branda rumorejo / Al murmurará a voz de um povo; / Essas encostas brancas e sombrias / Serão rios-nhos parques suntuosos..."

Com o devido respeito a Dom Bosco e a todos os fiéis da Santa Madre Igreja, Bernardo Guimarães adivinhou o surgimento de uma cidade no ermo do Planalto Central com muito mais clareza, com bem mais poesia que o salesiano reverenciado pelos brasilienses. Pois vejamos: "O homem fraco ainda, e que hoje a custo, / Da criação o obra mutilando, / Sem nada produzir destrói apenas, / Amanhã criará; sua mão potente, / Que doma e sobrepuxa a natureza, / Há de imprimir um dia forma nova / Na face deste solo imenso e belo..."

ANEXO I

QUINTA-FEIRA
Brasília, Distrito Federal,
23 de agosto de 2007
www.correioweb.com.br

CORREIO BRAZILIENSE

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA
Número 16.167
R\$ 2,00 • 38 páginas

LONDRES, 1808, HIPOLITO JOSE DA COSTA, BRASÍLIA, 1960, ASSS CHATEAUBRIAND

ATÉ O PLANALTO JÁ ADMITE AÇÃO CONTRA MENSALLEIROS

NA EQUIPE DE LULA, QUASE NINGUÉM MAIS DUVIDA DE QUE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ABRIRÁ PROCESSO CRIMINAL CONTRA OS 40 ACUSADOS DE PARTICIPAR DO ESQUEMA DO MENSALÃO, ENTRE ELLES O EX-MINISTRO JOSÉ DIRCEU E O DEPUTADO PETISTA JOSÉ GENOINO. ESSA EXPECTATIVA DOS AUXILIARES DO PRESIDENTE FOI REFORÇADA ONTEM PELA CONTUNDÊNCIA DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, ANTONIO FERNANDO DE SOUZA, AO APRESENTAR A DENÚNCIA, LOGO APÓS O RELATOR DO CASO, O MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (D), DAR INÍCIO À SESSÃO HISTÓRICA NO STF. SOUZA DESCREVEU AS TRANSAÇÕES ENVOLVENDO POLÍTICOS, BANCOS E EMPRESÁRIOS COMO ATIVIDADES TÍPICAS DO SUBMUNDO DO CRIME. "ACHEI O PROCURADOR SUPERCOMPETENTE", DISSE UM MINISTRO DO GOVERNO. "NÃO QUERIA ESTAR LÁ."

Ronaldo de Oliveira/CF



TEMA DO DIA PÁGINAS 2 A 5



RENAN, SEM MOTIVO PARA SORRIR

Documentos da Receita Federal desmontam defesa do senador sobre a origem de propriedades rurais e reforçam denúncia de que ele usou filho e empresário como laranjas na compra de gráfica e emissora de rádio

PÁGINAS 6, 11, 12 E 13

MAIS UM RECALL DE BRINQUEDO

Produtos da linha Magnetix, importados pela Gulliver, foram recolhidos nos EUA. Governo brasileiro cobra explicações.

PÁGINA 25

Claudio Paro/AP



RONALDINHO, O MELHOR EM JOGO MEDIÓCRE

Reserva junto com Kaká no primeiro tempo, jogador foi decisivo para a Seleção vencer Argélia por 2 x 0

PÁGINA 50

CLASSIFICADOS

17.556 ofertas

Imóveis	7.583
Veículos	7.381
Casa & Serviços	802
Negócios & Oportunidades	1.279
Trabalho & Formação Profissional	501



Marcelo Ferreira/CF



A MARCHA DAS MARGARIDAS, MANIFESTAÇÃO REALIZADA POR 14 MIL MULHERES PARA DENUNCIAR A VIOLÊNCIA E A DESIGUALDADE NO CAMPO, PARALISOU O TRÁNSITO BRASILENSE DURANTE TODA A MANHÃ. LULA PROMETEU MAIS ASSISTÊNCIA PARA AGRICULTURA FAMILIAR

PÁGINA 23

EM PROCESSO, JUIZ AFIRMA SER POBRE

Magistrado da 4ª Vara Cível alega não ter condições para custas processuais. Salário inicial de juiz é R\$ 19 mil.

PÁGINA 40

MORADORES DE CONDOMÍNIOS VÃO À JUSTIÇA

UM GRUPO DE 443 MORADORES DO JARDIM BOTÂNICO CONTESTARÁ NA JUSTIÇA O PREGO DOS LOTES E PEDIRÁ A SUSPENSÃO DO PROCESSO DE VENDA DIRETA. BATALHA JUDICIAL REPETE O CASO DO LOTEAMENTO TOLHAR, QUE ESTÁ COM AS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA PREJUDICADAS POR CAUSA DE IMPASSE ENTRE TERRAPÊ E PROPRIETÁRIOS DOS TERRENOS.

PÁGINA 36

JOBIM ABRE FOGO CONTRA DENISE ABREU

Ministro determina processo administrativo para apurar por que diretora da Anac usou documento inválido na Justiça.

PÁGINA 20

SEU BOLSO

Manobra garante a Palocci relatoria da CPMF

De última hora, bancada do PT excluiu o deputado José Eduardo Cardozo da disputa e emplacou o ex-ministro como relator da proposta de prorrogação da CPMF, o imposto que você paga sempre que movimentar a conta bancária.

PÁGINA 17

SALÁRIOS

Teto para servidor do GDF será de R\$ 22 mil

Um ato assinado pelo governador Arruda estabelece o limite de R\$ 22.111,25 para os servidores de elite do GDF. O teto atinge funcionários de empresas públicas e de sociedades de economia mista, policiais civis e oficiais da PM e dos Bombeiros.

PÁGINA 18

ANEXO J

CORREIO BRAZILIENSE • Brasília, quinta-feira, 23 de agosto de 2007 • 23

BRASIL

MARGARIDAS

Manifestantes pedem mais qualidade de vida no campo e redução da desigualdade

Mulheres contra a violência

ULISSES CAMPBELL
DAQUILO DO CORREIO

Pelo menos 14 mil mulheres, segundo estimativa da Polícia Militar, invadiram ontem a Esplanada dos Ministérios para pedir ao governo melhor qualidade de vida no campo e protestar contra a violência e a desigualdade social. Conhecida como Marcha das Margaridas, a passeata teve 10km de extensão e deixou o trânsito de Brasília caótico durante toda a manhã (veja abaixo). A organização da marcha esperava que pelo menos 50 mil mulheres chegassem de todos os cantos do país ao local de concentração, no Parque da Cidade. Pelas contagens das Margaridas, 30 mil mulheres participaram.

Antes da passeata, a organização já havia entregue ao governo federal uma pauta com 107 itens de reivindicação. Entre eles, construção de delegacias especializadas em violência contra mulher no campo, ampliação do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, a criação de um programa nacional de apoio a experiências de geração de renda, a garantia dos direitos das mulheres trabalhadoras rurais na Previdência Social e a instituição do fórum nacional de combate à violência social e doméstica contra as mulheres.

Algumas mulheres não suportaram o forte calor e a secura de Brasília e desistiram. Foi o caso da camponesa Maria José Sarmiento, 63 anos. Ela fez uma viagem de três dias num ônibus que saiu de Monsenhor Tabosa, interior do Ceará. "Não tenho mais idade. Vim a Brasília protestar contra o presidente Lula porque ele tá dando cisternas para todo mundo lá no Ceará, menos para a nossa comunidade", queixou-se. Ao meio-dia, as mulheres já

havam chegado ao Congresso. Cerca de 200 ônibus esperavam para levá-las ao Parque da Cidade, onde o presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursou para o grupo. Cândida Alves Sousa, 55 anos, era uma das mais entusiasmadas. "Anda, anda, sobe logo seu bando de mulher fraca. Se ficar nessa moleza, quando chegar lá, o Lula já falou", berrava.

No discurso, Lula anunciou que vai aumentar em 2008 o valor para a compra direta de alimentos da agricultura familiar. Segundo o presidente, o programa começou com R\$ 50 milhões neste ano. Para o ano que vem, serão gastos R\$ 556 milhões. Ele defendeu o programa do biodiesel, que é visto com desconfiança pelos trabalhadores rurais. Lula explicou que o programa tem um selo social, para garantir o direito do pequeno produtor de vender o seu produto com pagamento justo. O biodiesel, segundo o presidente, é um dos responsáveis pelo aumento dos empregos com carteira assinada.

Do bolso

Lula também disse que a viagem das margaridas não foi bancada pelo governo federal, como chegou a dizer a oposição. "Se fossem homens e mulheres de maior posse seria normal um encontro desse tamanho, porque as pessoas podem pagar passagem, podem vir de carro. Mas quando a maioria é trabalhador rural, que se dispõe a andar dias e dias de ônibus, passando privações, ainda vem alguém dizer que essas mulheres foram pagas pelo governo. Não precisa ser do governo. Eu daria do meu bolso se tivesse", afirmou o presidente. Apesar das palavras de Lula, todos os painéis de divulgação da marcha destacavam o apoio ao evento da Petrobras, Banco do Nordeste e outros seis ministérios.

Fotos: Marcelo Ferreira/CEB



MARCHA DAS MARGARIDAS TOMOU A ESPLANADA DOS MINISTERIOS. LULA DISCURSOU E PROMETEU MAIS RECURSOS PARA AGRICULTURA FAMILIAR

Engarrafamentos por toda a cidade

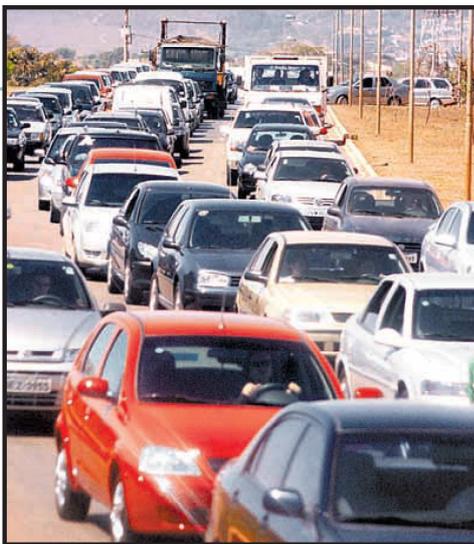
Com milhares de mulheres nas ruas de Brasília em pleno horário do rush, o trânsito na capital federal ficou estrangulado como poucas vezes se viu. Assim que a Marcha das Margaridas saiu do Parque da Cidade, por volta das 8h, a via S1 do Eixo Monumental, que liga a Rodoferroviária ao Congresso, foi totalmente interditada pelo Departamento de Trânsito (Detran). O bloqueio durou cerca de três horas e foi suficiente para congestionar o trânsito na N2, EPTG, Via Estrutural, W3 Sul e Norte, além de outras ruas menores do Setor de Indústrias Gráficas (SIG), Setor de Indústrias e Abastecimento (SIA), Sudoeste e Octogonal.

Os engarrafamentos quilométricos irritaram os motoristas, principalmente os que saíram de casa cedo para trabalhar. O funcionário público Gustavo Camarão, 35 anos, demora diariamente 30 minutos do seu apartamento, em Águas Claras, até a Esplanada dos Ministérios, onde trabalha. On-

tem, com o trânsito parado, leva duas horas e meia para fazer o trajeto. "Não tenho nada contra a manifestação das mulheres, mas bem que elas poderiam ocupar metade do Eixo Monumental para liberar o trânsito", reclamou Gustavo.

Na EPTG, o engarrafamento chegou a 2km por volta das 9h, segundo o Detran. Alguns ônibus desviaram pelo Setor Militar para alcançar os eixos da Asa Sul na tentativa de chegar mais rápido à Rodoviária. "Ficamos parados no trânsito por mais de uma hora com o coletivo lotado", disse o motorista Cleovaldo Araújo. Ele conta que os passageiros começaram a ficar irritados e muitos deles, que trabalham no SIG, desceram do ônibus na altura da Octogonal e seguiram a pé para seus locais de trabalho.

Pelas contas do Detran, trechos que os carros fazem em 10 minutos nos dias normais, ontem, foram percorridos em 1h. Para facilitar a fluidez do trânsito, os semáforos de vá-



rias vias ficaram intermitentes (amarelo piscante). "Não consigo deixar minhas filhas na

escola a tempo. Elas chegaram uma hora atrasadas e ainda tive de voltar para deixá-las em

casa. Só conseguirei chegar ao trabalho ao meio-dia", disse, revoltada, a bancária Celeste

NA VIA N2, TRÂNSITO LENTO DESDE AS PRIMEIRAS HORAS DA MANHÃ

Peixoto de Castro, 32 anos. Ela estava afilta presa no engarrafamento do Eixo Monumental.

Incumum

De acordo com o gerente de fiscalização do Detran, Silvain Fonseca, a Marcha das Margaridas foi a quarta manifestação que invadiu as ruas de Brasília só nesta semana. Segundo Fonseca, as cerca de 14 mil mulheres ocuparam todo o Eixo Monumental logo na altura da saída do Parque da Cidade. Quando a marcha chegou ao Congresso, por volta das 11h30, os últimos manifestantes ainda estavam no Centro de Convenções. "Com 10km de extensão, essa foi uma das maiores marchas que Brasília teve nos últimos anos", assegura Fonseca.

Ele ressalta que não é comum interditar o Eixo Monumental. No entanto, ontem foi impossível administrar a multidão. Aos poucos, as mulheres foram chegando para o lado e, por volta das 10h30, foram liberadas três das seis faixas da S1 do Eixo. A partir daí o trânsito foi fluindo em toda a cidade. As 12h30, a marcha chegou ao fim, as mulheres voltaram de ônibus para o local da concentração e o trânsito voltou ao normal. (UC)

EXTENSÃO
10
quilômetros

foi o comprimento que a marcha chegou a ter

ANEXO K

40 • Brasília, quinta-feira, 23 de agosto de 2007 • CORREIO BRASILIENSE

CIDADES

POLÊMICA

Em ação movida contra delegado, magistrado diz que não tem como pagar o custo de um processo. Salário inicial da categoria é de R\$ 19 mil

Reportagem de Oliveira/CB - 14/06/06



DETIDO EM SETEMBRO DO ANO PASSADO POR POLÍCIAS CÍVIS, O JUIZ ROBSON DEIXOU A DELEGACIA NUMA MACA E ENCOBERTO POR UM LENÇOL BRANCO

Juiz alega pobreza

MARCELA DUARTE
DA EQUIPE DO CORREIO

Detido por policiais da 21ª DP (Taguatinga-Norte) em 14 de setembro de 2006 por desacato, resistência, recusa em se identificar e agressão, o juiz Robson Barbosa de Azevedo declarou pobreza para não pagar as custas do processo movido contra o diretor do Departamento de Atividades Especiais da Polícia Civil (Depate), Celso Ferro. Logo após ser preso, o juiz entrou com duas ações pedindo a busca e apreensão das imagens em que ele aparecia alterado e nervoso dentro da 21ª DP. Em um dos processos, ele chegou a modificar o nome. A juíza Valéria Motta Lopes, da 18ª Vara Cível, negou os dois pedidos, estranhou o fato de um colega de profissão não ter condições financeiras para pagar as custas processuais e encaminhou o caso para a Corregedoria de Justiça do Distrito Federal. A advogada do Distrito Federal, A. Advogada de J. Robson, que acompanhou as ações, também investigada pelo Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil no DF (OAB/DF).

Apesar de não ter condições de pagar as custas processuais e alterar o nome em uma segunda ação com a mesma finalidade, o juiz teria cometido o crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal, com pena prevista de um a três anos de reclusão. Atualmente o juiz Robson Barbosa de Azevedo está na 4ª Vara

Cível de Brasília. O salário inicial de um juiz é de R\$ 19 mil. O juiz Robson acabou preso em 14 de setembro do ano passado, por volta das 19h30, na estrada que liga Taguatinga a Águas Claras. Ele tinha ido socorrer a mulher, Maria Helena de Azevedo, que havia acabado de bater o carro. De acordo com os policiais que estavam no local do acidente, o juiz teria agredido um perito do Instituto de Criminalística da Polícia Civil, teria recusado a se identificar e teria xingado policiais da Divisão de Operações Especiais (DOE). Ninguém ficou ferido no acidente.

Nervosismo

Levado de algemas para a 21ª DP o juiz foi acusado pela Polícia Civil de vias de fato (brigas), recusa de dados sobre a identificação, injúria, ameaça, resistência e desacato. As testemunhas e as vítimas das agressões, dois policiais civis, também prestaram depoimento na 21ª DP e registraram a ocorrência policial nº 7.111/2006. Durante a permanência do juiz na delegacia, policiais o filmaram na cadeira do delegado de plantão. Na gravação, ele gesticulava a alto, demonstra nervosismo e tenta sair da sala. O juiz deixou a delegacia numa maca e encoberto por um lençol branco. As imagens passaram por perito do Instituto de Criminalística da Polícia Civil que emitiu o laudo nº 16.431-06. A direção da Polícia Civil colocou as gravações à disposição da Justiça na época.

Em 25 de setembro, o juiz Robson Barbosa de Azevedo en-

trou com uma ação de busca e apreensão das fitas na 18ª Vara Cível contra o delegado Celso Ferro. Ele alegou que as imagens feriam a sua reputação já que foram parar nos jornais. A juíza Valéria não atendeu o pedido. Dois dias depois, o juiz entrou com a mesma ação e na mesma vara cível, só que com o nome alterado. Diferentemente da primeira ação, o nome do autor era "Robson Barbosa Azevedo", com "T" e sem o "de". Na mesma data, ele entregou uma declaração de pobreza, assinada por ele, alegando ser pobre e não ter condições de arcar com as despesas judiciais. A juíza Valéria novamente avaliou o caso.

Decisão

O Correlto teve acesso aos processos e à decisão da juíza Valéria: "embora tenha o autor declarado ser juridicamente pobre, é magistrado e professor universitário, reside em área nobre e percebe quantia que, se não é a merecida, certamente lhe permite arcar com as custas do processo, que no Distrito Federal, é das menores do país". A juíza concluiu: "Por fim, quanto ao erro de grafia, que levou a Distribuição a incidir em erro e inicialmente distribuir o feito à 1ª Vara Cível, trata-se de matéria alheia à Corregedoria de Justiça e à OAB, já que se trata de magistrado assistido por advogada, razão pela qual determino a remessa de cópias de ambos os processos para aqueles órgãos, para os fins que se fizerem necessários", concluiu a juíza.

A juíza Valéria negou o pedido

de gratuidade previsto em lei, encaminhou o caso para a Corregedoria de Justiça e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF) porque o juiz estava assistido pela advogada Maria Eufrásia da Silva, no período que apresentou a ação para tirar as imagens de circulação, declarou pobreza e entrou pela segunda vez com a mesma ação com a grafia do nome alterada.

Na primeira ação movida pelo juiz Robson, que gerou o processo nº 2006.01.1.100549-9, na 18ª Vara Cível, a advogada Maria Eufrásia da Silva declara que o valor da causa é de R\$ 500. No processo foi anexada também uma nota fiscal no valor de R\$ 51,38 com as custas processuais, como taxas de judiciário, gastos com ofícios, diligências.

Por telefone, a advogada Maria Eufrásia da Silva, disse que ainda representa o juiz e que não comentaria o caso porque "de estaria correndo em segredo de Justiça". Maria Eufrásia afirmou ainda que a declaração de pobreza foi um posicionamento do juiz naquela época e não significa que ela seja "eterna e duradoura". "Qualquer um de nós precisa do auxílio da Justiça. E se deus quiser, por não ter na época como arcar com as custas judiciais do caso, a Justiça ampara qualquer cidadão. Para votar ter ideia, a gratuidade de Justiça é dada até para empresas. Mas cabe ao juiz que julga a causa deferir ou não a declaração de pobreza", disse a advogada. O Tribunal de Justiça do DF e a OAB informaram que não iriam comentar o caso.

ABUSO SEXUAL

GOLPISTA PRESO EM FLAGRANTE

A Delegacia de Repressão a Furtos da Polícia Civil prendeu em flagrante, na noite da última terça-feira, P.M.M., de 34 anos, na 910 Sul. Quando os policiais entraram no apartamento, ele estava ao lado de um garoto de 13 anos. De acordo com a polícia, ele tentava abusar sexualmente da criança. Pelo crime, F. pode pagar até 10 anos de prisão. De acordo com o delegado Luiz Henrique Sampaio, há indícios de que outras duas crianças foram aliciadas pelo rapaz. O crime de atentado violento ao pudor só foi descoberto porque o acusado estava sendo investigado por estelionato. Ele habitava linhas telefônicas em nome de terceiros. Para conseguir os dados das vítimas, anunciava em jornais propostas de emprego para office-boy. Com esse cadastro, comprava a linha, mas pedia que fosse instalada na casa de uma outra pessoa, que recebia a proposta de ligações ilimitadas, desde que se pagasse um valor fixo por mês. A polícia estima que 2 mil linhas telefônicas chegaram a ser habilitadas.

O NÚMERO

TRÁFICO DE DROGAS

3,3KG DE COCAÍNA

Foram apreendidos pela Polícia Federal no aeroporto. A droga estava guardada na mala de um jovem de 22 anos que vinha de Rio Branco (AC). Caso seja condenado, poderá pagar até 15 anos de prisão.

CIDADE OCIDENTAL

BANDIDOS AGRIDEM IDOSOS

Um casal de idosos de 77 e 80 anos foi agredido na noite da última terça-feira por três homens que invadiram a casa deles, no Jardim Edite, zona rural de Cidade Ocidental, distante 47 km do Plano Piloto. As vítimas foram trancadas no quarto, enquanto os bandidos vasculhavam a casa atrás de objetos de valores. De acordo com o gerente do Centro Integrado de Operações de Segurança da Central de Flagrante de Luzânia, Juarez Cunha Aguiar, os bandidos entraram na casa pela porta da cozinha, que estava aberta. Os ladrões levaram cartões de crédito, cheques, dois relógios e R\$ 62. José Leonardo da Silva, 19 anos, Edvane Oliveira, 21, e André Alves do Carmo Magalhães, 31, acabaram presos quando a PM fazia uma ronda na região.

OBITUÁRIO

SEPULTAMENTOS REALIZADOS EM 22 DE AGOSTO DE 2007

CAMPUS DA ESPERANÇA
Mário de Moura Teles, 85 anos
Antônio Dantas de Carvalhos, 57 anos
André Lincoln Nunes Ribeiro, 42 anos
Eduardo Moreira da Silva, 57 anos
Hilda Ramos Simão Silva, 77 anos
Sobrinho Gonçalves de Lima Filho, 69 anos
Marta Florentino Vitorino, 73 anos
Carolina Moreira dos Reis, 87 anos
José Arnaldo Rufino de Sousa, 42 anos
José Soares Pessoa, 60 anos
Sônia Maria de Macedo Paes, 58 anos
Newton Franca Nascimento, 81 anos

ANTONIO DOMINGOS DA SILVA, 67 anos
Marcelina Rita Lemes, 84 anos
Viviane Leite Armonides, 80 anos
Euzébio Bernardes da Silva, 51 anos

GAÍDA
Milton Tiaveros Dias, 80 anos
Margarida Alveira Souza, 88 anos
SARGENTO
José Luiz Ribeiro, 49 anos
José Antônio da Silva, 56 anos
Adeildo Ferreira de Souza (serviço social), 33 anos
Francisco Edilson Soares Ferreira (serviço social), 33 anos
Reginilda de Jesus (serviço social), 38 anos

TRABALHADORA
Renée Ramonete de Mattos (serviço social), 25 anos
Mara Laurinda da Silva, 80 anos
Marta dos Anjos Vieira Nunes, (serviço social)
Dargival Vieira Diniz, 80 anos
Luiz Inácio da Rosa, 81 anos

PLANALTA
Antônia Alves da Costa, 60 anos
Vilmar Teixeira de Deus, 32 anos

JARDIM METROPOLITANO
Rosária Correia de Jesus, 63 anos
Antônio Estanislau Novato, 59 anos



Crônica da Cidade

CONCEIÇÃO FREITAS // conceicao.freitas@correioweb.com.br (cartas: SIC, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70160-901)

MARGARIDA VAI ÀS COMPRAS

Uma margarida fugiu da passarela, entrou na Rodoviária e foi bater no Conjunto Nacional. Margarida morena estava de chinelo de dedo e de meia branca pra proteger os pés na longa caminhada. Tinha os cabelos presos em coque, margarida antiga. Usava camiseta de margarida e andava com o rosto meio inclinado pra baixo, margarida tímida. Margarida despreendeu-se das

demais margaridas levada pelo canto sedutor das vitrines. Parou na loja de sapatos, e ela se chinelo de borraça.

Margarida solitária seguiu pelo corredor de novidades até chegar a uma loja popular de departamento. Entrou, sempre com a cabeça meio baixa, como se estivesse sem jeito no canteiro que não era o seu. Depois de algum tempo passando a mão na textura sedosa das blusas, Margarida pegou uma no cabide — blusa de tecido fino, de manga, de uma estampa delicada como cabe a uma flor tão discreta — olhou o preço, admirou um pouco mais o corte, o decote, a costura. Deu um sorriso pra si mesma, suave e quase imperceptível sorriso, bem ao modo margarida, e saiu

com a blusa na mão e a sensação de deliciosa conquista no peito.

Margarida não sabia como pagar a peça. Saíu andando, deu voltas na loja até encontrar o caixa. Tímida e perdida Margarida desobedeceu a fila, não por compulsiva vocação para a desobediência, mas porque não sabia para que serviria o corredor denunciado com fitas. Como a loja estava vazia, Margarida não passou pelo vexame de ser repreendida por furar a fila, porque fila ainda não havia. Ainda bem, Margarida iria ficar ainda mais sem jeito. Então tirou o dinheiro do bolso da calça, notas de dez, contou quatro notas e entregou a moça do caixa.

Margarida pegou o saco plástico e o trocou e saiu, quase correndo, para vol-

tar à passarela das Margaridas. Tinha esculpido para ser um pouco mais Margarida.

A marcha das Margaridas arrastou bastante o trânsito no Plano Piloto. Motoristas irritados, atrasados, subiram o canteiro central do Eixo Monumental e certamente outros ao redor, insubordinação que só caberia em caso de morte, doença ou risco de morte de alguém. No mais, só revela o reduzido limite de nossa tolerância para com a democracia. Qualquer movimento popular que altere a rotina dos demais cidadãos vira um deus-nos-acuda. A menos que seja algum protesto que diga respeito diretamente aos nossos interesses.

As 30 mil margaridas, de acordo com a estimativa da PM, pediram ao governo direitos previdenciários, e acesso à água, à terra, à segurança alimentar e à igualdade de gênero.

O nome Margarida é em homenagem à Margarida Maria Alves, camponesa que foi presidente de um sindicato de trabalhadores rurais na Paraíba. Na sua gestão, o sindicato moveu 600 ações trabalhistas contra usineiros e senhores de engenho. Margarida foi assassinada em agosto de 1983, aos 50 anos, na frente do marido e do filho. Um dos acusados, fazendeiro, foi absolvido. Outros acusados morreram e outros foram presos por outros crimes. Margarida virou filme premiado.

ANEXO L

CORREIO BRASILENSE • Brasília, sábado, 25 de agosto de 2007 • 21

OPINIÃO



Mais uma casca

JORGE ANTUNES

Mestre compositor, professor titular da UnB

Brasília vai ser apresentada com mais uma casca arquitetônica de funcionalidade duvidosa. Oscar Niemeyer diz: "É o melhor trabalho que já fiz". O Correio Braziliense de 13 de agosto publicou matéria sobre o projeto da Arena Multissu, batizada de Praça do Povo. O título da matéria, "Sonho concretizado", nos revela que o tempo, generoso, vem, para alegria de todos os brasileiros, dando energia a Niemeyer para que ele consiga ver concretizados os seus sonhos de escultor. É rico o título da matéria, pois o sonho de Niemeyer se concretizará no concreto. Mas o sonho do artista, que se materializará na Praça do Povo, não coincide com o sonho do povo.

O povo quer um espaço como o do projeto com capacidade para 45 mil pessoas, sim, mas em cujo interior sejam inteligíveis as manifestações sonoras de oratória e de música. A monumental Arena coberta precisará de um tratamento acústico especial, para que não se transforme em enorme garrafa térmica de som. O público brasileiro precisa de um espaço grandioso para atividades artísticas, religiosas e políticas de massa. Mas o inenxeto teto, mero protetor de chuva e sol, não nos interessa.

Todos os projetos de Niemeyer, quando realizados, acabam por sofrer do terrível mal, por fora boia viola, por dentro pão bolorento. Já nos acostumamos com as cascas burocráticas, be-líssimas para quem olha de fora, mas que, por dentro, são fornos sem ventilação que exigem aparelhos de condicionado ligados

continuamente. No interior dos belos prédios já nos habituamos a manter as luzes acesas durante 24 horas por dia, porque janelas não existem ou são localizadas de acordo com critérios em que apenas a estética externa, exposta ao olhar dos turistas, é considerada.

A malfadada experiência da Sala Villa-Lobos do Teatro Nacional é exemplo de crime le-sa-música. Até hoje não foram resolvidos os problemas acústicos de difusão sonora. O projeto original de acústica que resolveria o problema não foi realizado por falta de recursos. A boa viola da grande pirâmide é dada aos olhos do povo que não entra, mas vota. O pão bolorento interno é dado aos ouvidos que frequentam os concertos. Shows musicais ao ar livre não têm oferecido o conforto ambiental e acústico adequado. Espetáculos realizados nos espaços fechados disponíveis no Distrito Federal são prejudicados pelo excesso de reverberação e eco. A enorme abóbada em declive, no novo projeto de Niemeyer, terá 120 metros de comprimento. Seu pé direito terá mais de 30 metros. O mais simples cálculo matemático, consideradas as dimensões da construção, nos leva a concluir que o intradesso da abóbada será aneparo para produção de múltiplos ecos.

Para o leitor leigo em acústica, lembro que eco é aquele fenômeno sonoro repetitivo usado como vinheta da Rede Globo: globo-bo-bo-bo-bo-bo. Sem tratamento acústico especial, a Arena Multissu fará com que um acorde beethoveniano se repita continuamente, superpondo-se às frações musicais seguintes. Um coral que cante o Hino Nacional no interior da hiperabóbada verá que a expressão

"berço esplêndido" ecoará no espaço, repetindo-se continuamente, até se sobrepor ao "Rorão da América".

A abóbada circular do Museu da República, com seu diâmetro de 30 metros, tem cinco segundos de tempo de reverberação. É a novidade turística para quem gosta de efeitos sonoros e adora dar gritinhos para admirar sua voz ecoando no espaço. Deve ser considerado criminoso qualquer projeto que não inclua a otimização da parte utilitária. A política de construção de cascas arquitetônicas vazias vem sendo implementada na capital da República de modo sistêmico e desavergonhado. O povo não quer apenas cascas bonitas: ele quer sumos interiores de qualidade. Mas objetivos eleitorais prevalecem até mesmo nos espaços destinados à educação. O atual governo do Distrito Federal não quer enriquecer, por exemplo, o interior da Escola de Música de Brasília com mais professores, instrumentos, equipamentos. Ele prefere deixar o tradicional estabelecimento sucateado e tratar da construção de mais 14 outras Escolas de Música, cascas vazias com interiores desqualificados.

Esse tipo de projeto voltado para as urnas há de sair frustrado em seus objetivos. O povo está cada vez mais atento às artimanhas que privilegiam os interesses de empreiteiros, em detrimento dos interesses do próprio povo. Espero ter o privilégio de ser um dos primeiros a visitar a Arena Multissu, tão logo sua construção seja concluída. Quero ter o prazer de lá dentro gritar: "O povo não é bo-bo-bo-bo-bo-bo".

O fim do jeitinho

DANIEL AUGUSTO MADALENA

Consultor especialista em empreendedorismo e cooperativismo

Supersimples chegou e trouxe consigo uma série de dúvidas e receios, principalmente aos pequenos empresários de setores específicos e aos proprietários de empresas de único dono, popularmente chamados PJs (pessoas jurídicas). Para alguns deles, que terão elevação na carga tributária, a alternativa pensada foi dar o famoso jeitinho, buscando brechas na legislação e reinventando seu cadastro nos órgãos governamentais na busca pela diminuição dos valores dos impostos. Tal ação, porém, pode dar um conforto apenas temporário e trazer muita dor de cabeça depois.

O ditado "Se comer o bicho pega, se ficar o bicho come" ganha tom de realidade. E, para isso, a informatização tem sido a principal ferramenta do governo. O avanço da tecnologia permitiu estreitamente o controle sobre cada empresa, especialmente quando se trata de recolhimento de impostos. A modernidade facilitou o trabalho de fiscalização da Receita Federal para a detecção de empresários que tentam burlar as leis. Independentemente do tamanho do empreendimento, o cerco se fecha. Inventar modos de escapar do Fisco passou a ser atividade de alto risco.

A substituição dos antigos livros de contabilidade e registros fiscais por notas digitais e um dos recursos agora utilizados pela Receita para vigiar o empreendedor. Com o Sistema Público de Escrituração Digital, a

escrituração fiscal e contábil de uma empresa passou a ser feita de maneira informatizada. Tal alteração trouxe como benefício a redução dos gastos com a emissão de notas. Por seu lado, fez também que toda transação econômica realizada seja registrada automaticamente nos computadores do Fisco. Qualquer movimentação é capturada.

O controle não pára por aí. A informatização possibilitou à Receita a sincronização do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) com os cadastros dos fiscais estaduais e municipais. Apesar de tal evolução desburocratizar os processos de abertura, manutenção e fechamento da empresa, a unificação possibilitou aos fiscais interagirem e trocarem informações entre si. Eventuais "erros" de cálculos tributários ou casos de sonegação são rapidamente identificados. Com a troca de dados, ficou possível também flagrar a realização de serviços prestados por empresas não condizentes com seu contrato social.

Muitos outros exemplos mostram que, com a tecnologia como grande arma de fiscalização, o cerco contra o jeitinho se fecha. Dia após dia, procedimentos ainda mais avançados surgem, permitindo aos órgãos governamentais investigar de forma ainda mais detalhada cada empresa, não importando porte ou área de atuação. A tendência é que qualquer tipo de fraude empresarial seja extinto ou, no mínimo, descoberto e punido. Andar no caminho certo é a única forma de o empresário seguir seu trajeto sem cair na malha fina.

O melhor a ser feito é a busca pela regularização em todas as esferas - quitar as pendências com o Fisco, recolher os impostos que devem ser recolhidos, fazer as adaptações à nova legislação e registrar a empresa na área em que realmente atua, mesmo que tal ato eleve a carga tributária ou inviabilize a entrada em algum modelo específico de tributação. Afinal o barato de hoje pode sair caro amanhã.

Infortunadamente, o caminho escolhido pelo governo é o da ganância. A preocupação não é com o bloqueio da geração de empregos oriundos do desenvolvimento das empresas, mas sempre com a arrecadação cada vez maior. É caminho burro, mas que o governo teima em seguir.

A tecnologia é saudável, sim, para que entidades governamentais tenham acesso e controle sobre as movimentações do país. Esse instrumento, porém, deveria ser usado muito mais para estudo, desenvolvimento de programas de incentivo e até mesmo controle fiscal do que tão somente como investimento para aumentar a arrecadação de impostos.

Facilitar o desenvolvimento de novos negócios, tornar a legislação mais transparente, reduzir ao máximo a burocracia e as altas cargas tributárias que recaem, principalmente, sobre micros e pequenos empresários são investimentos tão ou mais importantes que informatizar a Receita Federal com o único pensamento de morder quem tenta empreender. O resultado certamente seria o enriquecimento, não so do um lado, mas de todo o país.



Preconceito duvidoso

Quando nos acercamos de qualquer data ligada aos militares, jornais, rádios e televisões dão guarida a verdades absurdas de contestação. Isso faz alguns anos, e muitos dos assuntos divulgados não correspondem à verdade. Nem aconteceram, para falar mais claro. Formam-se na consciência dos que receberam indenizações financeiras por lutar contra a revolução. É o instinto de desprezo. O fato não acrescenta nada ao patriotismo que o brasileiro deveria trazer consigo. A prova é que muitas pessoas foram distinguidas com gorras indenizações. Algumas, além do dinheiro, levam consigo um salário até o final dos seus dias. Pelo que se observa, as pessoas que se dispuseram a enfrentar governos militares estavam querendo futuro bem guardado, com dinheiro recebido em paga de oposição filial. O que se estranha é que, quem assim procede, nem sequer defende as mesmas indenizações às famílias dos militares mortos com requintes de maldade. Houve casos em que jovens, em serviço nos quartéis, foram mortos para que suas armas fossem roubadas. A justiça concedida tem duas mãos. Não foi só para distinguir aqueles que teriam pagamento em dinheiro pelo fulgor patriótico exibido no final da história.

A FRASE QUE FOI PRONUNCIADA

"Meu Deus, uma Margarida sozinha dá trabalho, imagine 35 mil juntas!"

Francisco Assis, conversando com amigos no restaurante e comentando a vida de Brasília no dia de passado dia inaugurados nos torres

ONGs

O senador Heráclito Fortes combate com veemência as ONGs que não prestam contas do dinheiro que recebem. E há muitas a serviço dos governos, tanto da República quanto dos estados. Lutou e conseguiu criar a CPI das ONGs. Estava certa sua indicação para relator. No meio do caminho as coisas mudaram e foi escolhida a senadora Lúcia Vânia.

Mérito

Jorge Gerdau Johampeter esteve em Brasília. Veio receber a comenda da Ordem do Mérito criada pelas Santas Casas de Misericórdia. A homenagem foi prestada pelo presidente da instituição, Antônio Brito, concedida em reconhecimento ao trabalho que o industrial presta às organizações agrárias.

Água

Um bilhão e meio de pessoas vivem em regiões com escassez de água, e o consumo tem crescido. Anders Bertell, diretor executivo da 17ª Semana Mundial da Água, em Estocolmo, faz advertência e lembra o crescimento do setor bioenergético.

São Chico

Apenas 1% da água que é jogada ao mar será aproveitada em favor de populações necessitadas. Muita gente gritando contra. Oposição é forte, mas basta lembrar que a ponte Rio-Niterói demorou mais de 100 anos entre o projeto inicial e a construção. Até a rainha Elizabeth veio para ver a obra.

Merecido

Julio Adnet, Yoshiaki Onoyama e José Gomes Ferreira são alguns dos que receberam o troféu Mercador Candango. Eles fazem parte do time que acredita no sonho de JK. A honraria em nome dos pioneiros foi organizada pela Fecomércio e será no dia 30 deste mês.

HISTÓRIA DE BRASÍLIA

O trevo do presidente possuía uma passagem de nível muito baixa. Agora está mais baixa ainda, com a lama que correu da lateral e impediu o tráfego. E isso porque a Novapac não se decidiu a atacar o problema da plantação de grama na proporção que bem deve. **Publicado em 30/11/1960**

ANEXO M

18 • Brasília, segunda-feira, 3 de setembro de 2007 • CORREIO BRASILIENSE

CIDADES

SECA

Incêndio que começou no gramado do quartel dos Bombeiros estendeu-se para o estacionamento do palácio, mas foi contido

Fogo próximo ao Planalto

ELISA TELES
DEPARTAMENTO DE CORREIO

Uma cortina de fumaça assustou os motoristas que circulavam na tarde de ontem pela Esplanada dos Ministérios, na altura do Palácio do Planalto. A densa camada de fuligem do ar dificultou a visão e fez desaparecer o Congresso Nacional por alguns segundos. O culpado por essa mudança na paisagem era um incêndio no gramado próximo ao quartel do 1º Batalhão de Incêndio do Corpo de Bombeiros. O vento forte espalhou as chamas rapidamente, e em pouco tempo o fogo alcançou a área verde ao lado do estacionamento externo do palácio e da pista.

O estanco começou por volta de 12h40, de acordo com informações de Central Integrada de

Atendimento e Despacho do Emergência (Clade) dos bombeiros. Em aproximadamente 1h20 de duração, o incêndio havia consumido 10 hectares de grama e pesquisas arvoretos, o equivalente a 10 campos de futebol. Não se sabe o que provocou a queima da área, mas o prejuízo foi intensificado porque as plantas estavam secas, o que facilita a dispersão das chamas.

O fogo chegou a atingir algumas das árvores próximas à cerca do quartel, mas não houve risco de invadir o terreno. Uma equipe de oito bombeiros conseguiu conter a queima nas copas com jatos de água. As pequenas chamas rasteiras, quase imperceptíveis em alguns pontos, destruíram o gramado baixo e foram abafadas com placas de borracha.

Durante o fim de semana, houve 83 registros de pequenos

focos de incêndio no Distrito Federal. O maior deles aconteceu no caminho para Goiânia, na BR-060, altura do km 11. O fogo atingiu uma região de cerrado perto de Fingonho das Lajes, chegando ao estado de Goiás, na manhã de ontem. Ele começou a se aproximar de alguns barracos habitados por moradores da comunidade, mas foi contido antes de alcançar as residências.

Clima

A incidência dos incêndios florestais não deve diminuir nos próximos dias, se depender do clima seco no DF. Segundo as previsões do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), não deve chover até quinta-feira e a umidade relativa do ar mínima continuará batendo os 20%. Omm, os equipamentos de medição marcaram 25% às 13h, o

menor índice do dia, e máxima de 48%. A temperatura variou entre 15,4°C e 27,7°C.

"O tempo vai se manter estável, pelo menos durante a primeira quinzena deste mês. Não temos previsão de chuva para esta semana, mas podem ocorrer pancadas fracas e discretas", afirmou o meteorologista do Inmet Manuel Rangel de Farias.

Segundo ele, a estiagem pode ser amenizada com uma nebulosidade que atualmente está na região Norte, mas começa a se aproximar do DF por isso a hipótese de chuva não está descartada. "A reversão do tempo mesmo é só na última semana de setembro. Até lá, a massa de ar seco continua muito forte aqui", concluiu o especialista. A previsão do Inmet para hoje é de umidade entre 15% e 55% e temperatura variando entre 14°C e 28°C.

Zaida de Souza/2



UMA EQUIPE DE OITO BOMBEIROS CONSEGUIU CONTER A QUEIMA NAS COPAS COM JATOS DE ÁGUA. EM 1H20, O FOGO CONSUMIU 10 HECTARES DE VEGETAÇÃO

HOTEL NACIONAL

Movimento volta à normalidade

PABLO REBELLO
DEPARTAMENTO DE CORREIO

A reabertura do Hotel Nacional de Brasília não agradou a diretoria da Securinvest Holdings S/A, empresa pertencente ao Banco Rural, que promete reagir. Os diretores passaram o dia de ontem reunidos para discutir uma nova estratégia para recuperar a unidade hoteleira, que voltou para os mãos do empresário Wagner Canhedo após desapropriação que durou cinco horas e meia. Eles não recusaram-se a recorrer na Justiça, mas adiantaram que não medirão esforços para recuperar o Condomínio Nacional Horsa, onde se encontra o edifício.

O Hotel Nacional teve todos os acessos fechados das 11h às 11h25 de sábado por uma decisão judicial, conseguida pelos advogados de posse em favor da empresa do Banco Rural. Centenas de hóspedes foram obrigados a pagar as diárias e deixar o edifício sem café da manhã. A unidade hoteleira só não fechou as portas de vez graças a uma decisão judicial, conseguida pelos advogados de Wagner Canhedo no Tribunal de Justiça do Distrito Federal, no final da manhã. O novo documento entregou o domínio do edifício de volta ao empresário.

Fiscais do Instituto de Defesa

do Consumidor do Distrito Federal (Procon-DF) compareceram ao Hotel Nacional após o tumulto no sábado. Segundo a direção do hotel, eles entregaram um auto de constatação com pedido de informações dos serviços prestados aos hóspedes que tiveram que deixar o local antes da hora. A notificação foi feita a pedido do presidente do Procon-DF, ex-deputado Penad Pacheco, que também esteve no local. Ele afirmou que quem se sentir prejudicado pela saída abrupta do edifício pode entrar com uma ação por danos morais e materiais contra o grupo que administra o prédio.

Após o transtorno, os funcionários que estavam proibidos de entrar no prédio retomaram suas funções e o hotel voltou a operar normalmente. Ontem, um grupo de 250 pessoas vindas de diferentes estados do Brasil se hospedou no edifício. O diretor geral da unidade hoteleira, Mauro Jacá, disse que a confusão não representou grandes problemas financeiros para administração nem acarretou em cancelamento de reservas. "A maioria dos hóspedes já estava de saída. O único grupo que representou um prejuízo expressivo foi o dos integrantes da Opera Caizen, que ficará mais alguns dias conosco", relatou Jacá.



CERCA DE 250 PESSOAS DE DIFERENTES ESTADOS SE HOSPEDARAM NO HOTEL

Situações

O diretor explicou que, além de ter sido pego de surpresa pela decisão judicial de reintegração de posse, não teve como avisar os hóspedes da situação de forma adequada. "O pessoal deles (Securinvest) tomou conta do hotel. Eles colocaram as notificações de baixo da porta dos quartos pedindo que todos deixassem o edifício o quanto antes. Parece que queriam esvaizar o prédio todo antes do meio-dia", contou.

Somente os recepcionistas e os mensageiros tiveram autorização para trabalhar no sábado. Segundo Jacá, até a telefonista teve que ser substituída por uma funcionária da empresa do Banco Rural, que proibiu a transferência de ligações para os quartos ou para fora do hotel. "Furam eles que fecharam o restaurante e proibiram que o café da manhã fosse servido aos hóspedes. Até os banheiros eles lacraram", detalhou o diretor.

"Sentí como se estivessemos sendo sitiados", desabou.

Funcionários do hotel disseram que três homens ligados à Securinvest Holdings S/A estavam hospedados no hotel desde terça-feira da semana passada. No entanto, não tinham se identificado como empregados da empresa do Banco Rural. Eles foram apontados como os responsáveis pela distribuição das notas explicativas para os hóspedes após a chegada da oficial de Justiça com a decisão judicial de reintegração de posse. O Hotel Nacional de Brasília foi inaugurado em 21 de abril de 1961 graças aos esforços do então presidente da República, Juscelino Kubitschek. Além de ter sido o primeiro hotel de cinco estrelas da cidade, o Nacional já hospedou artistas, políticos e celebridades como a rainha Elizabeth II, da Inglaterra, o ex-presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter.

CORREIO de BRASILIENSE

ARTIGOS QUE COMPLEMENTAM O LER DO

E lá se vão meus pedaços

Hoje o dia amanheceu seco e quente.

Em Brasília,

pela manhã, consegui ver uma bola encharcada de vermelho deslizando a madrugada, como um lamento.

É presente, como poucas vezes, uma atmosfera de tristeza. Não havia engarrafamento na estrada. Não havia congestionamento no trânsito. Não havia humores a questionar. Apenas minha mulher, periplu, diante de um olhar prescruador de um motorista passageiro.

E me pergunto: Que poderás encontrar neste dia que nasce, nessa semana que parte, neste ano que se esvaí?

Tropegos tranqüentos que passam?

Mais um terrível acidente?

E a vida acaba num segundo,

como acaba o amor,

como acaba tudo nesta vida.

É vim a saber:

A cidade perdeu seu poeta?

O Newton das madrugada encantadas.

No Tabo, no Horta,

no programa do Romariz na Nacional,

o grande poeta de Brasília.

Não porque escrevesse rimas,

mas porque apaixonava-se pela poesia

e nela vivia como um residente convicto.

Se foi... Meu companheiro de trovas,

trovadas e trombadas.

Um amigo-inparável, incomparável, inesquecível

que me deixa ainda mais só,

mais triste, mais sem nada saber.

(Por que ele, todos eles, nunca eu...?)

Pois lá se vai meu amigo poeta

fazer companhia ao Wanderley, ao Militão,

ao Waldimir Diniz.

Todos vice-reis de um mundo de sonhos.

Símbolos rios que se vão

Desaguardo seu talento

no Oceano do Otimismo Infinito.

Eu fico. Ainda. Ainda não!

(Um belo filme do Kitarosawa)

E mesmo no nosso último adeus, em Olhos d'Água.

Todos sabendo por que ali estávamos,

a cantar o poeta que sofria

na alma, no corpo, o inevitável.

E Enganosos ser eternos naquele momento.

Paulo Timm

Brasília, por e-mail

ORGANIZAÇÃO DO TRÂNSITO EM PASSEATAS

A belíssima passatata das Margaridas, em 22 de agosto, que parou por mais de duas horas o trânsito de Brasília, ganhou insuflado injúria da população, que não entendeu a relevância da marcha. Mas os xingamentos não deveriam ter sido contra as mulheres, que protestam justamente contra a violência no campo. Deveriam ser dirigidos aos responsáveis pelo trânsito, que não sabem criar condições para que as passatatas não interfiram muito na rotina dos cidadãos.

Seguir que as passatatas sejam permitidas no contrafluxo do Eixo Monumental, de acordo com o programa. De manhã, na mão que sobe da Esplanada para a rodoferrviária, e à tarde, o contrário. E que haja indicação para os motoristas de que a passatata está ocorrendo e quais as alternativas mais viáveis. Da mesma forma que eles colocaram barreiras impedindo o retorno no Eixo Monumental, poderiam colocá-las — não em cima da passatata, mas antes uma quadra — levando as pessoas a encontrarem caminhos alternativos para chegar ao trabalho.

Boa organização do trânsito nas marchas legítimas a democracia e leva os cidadãos de Brasília a entenderem melhores protestos.

Márcia Duarte

703 Norte, por e-mail

BIG BROTHER X CRIANÇA ESPERANÇA

A minha secretária do bar, Dêva, me trouxe uma hoje que fiquei matutando e quero dividir com vocês. Diz ela que a previsão da Rede Globo é de arrecadar R\$ 15 milhões este ano com as doações para o programa Criança Esperança. Pois muito bem, ela, a Dêva, equaciona que no tal do Big Brother, cada vez que dois participantes vão ao parquinho, há situações em que mais de 20 milhões de pessoas ligam para a emissora, participando do aniquilamento de um deles. São muitos brothers, mais de vinte.

Ela, a Dêva, me confessou que já participou desses telefonemas e que cada chamada para votar em um Paródio não sai por menos de R\$ 3. Ou seja, se em somente um telefonema são 20 milhões de chamadas telefônicas vezes R\$ 3, isso significa um ganho de R\$ 60 milhões de reais, certo? Issoa forma, somente um parvulo resolvia a perspectiva de arrecadação do tal programa Criança Esperança, certo? Ela, a Dêva, diz que não. Explico: ela diz que nunca mais vai participar do Big Brother Brasil, a não ser que o Globo use um parvulo para doar todo esse montante às crianças necessitadas. Dê-llu, Dêva!!!

João Azevedo

Lago Norte, por e-mail